

MATRIZes

ISSN 1982-8160

DOSSIÊ ESPECIAL:

Histórias da internacionalização do campo de estudos da comunicação

Maria Immacolata Vassallo de Lopes

Raúl Fuentes Navarro

(Editores)

Muniz Sodré

Paulo Serra

Erick Torrico

Francisco Rüdiger

Carlos Sandoval García

Gustavo A. León-Duarte

Miquel de Moragas Spà

Delia Crovi Druetta

Fernando Oliveira Paulino

Peter Simonson

Jefferson Pooley

David Park

Gabriela Cicalese

Stefanie Averbeck-Lietz

Eva Da Porta

Silvio Waisbord



Sumário

- 5** EDITORIAL
Histórias da internacionalização do campo de estudos da comunicação
MARIA IMMACOLATA VASSALLO DE LOPES
RAÚL FUENTES NAVARRO
- 19** **A ruptura paradigmática da comunicação**
MUNIZ SODRÉ
- 29** **O espaço ibero-americano de ciências da comunicação e as epistemologias do Sul**
PAULO SERRA
- 55** **Colonialidade do saber na internacionalização dos estudos sobre comunicação: abordagem do caso da América Latina**
ERICK R. TORRICO VILLANUEVA
- 73** **Adeus à crítica?: passado e presente da teoria e método na pesquisa em comunicação de massa**
FRANCISCO RÜDIGER
- 101** **Textos, público e meios de comunicação: a persistência das perguntas**
CARLOS SANDOVAL GARCÍA
- 117** **Cruzamentos e limites na pesquisa sobre comunicação: o sentido prático interdisciplinar**
GUSTAVO ADOLFO LEÓN-DUARTE

ESTRUTURAS

TEÓRICO-METODOLÓGICAS,
FRAGMENTAÇÃO
E DISPERSÃO

PROGRAMAS

E ASSOCIAÇÕES
ACADÊMICAS COMO
SUPORTES INSTITUCIONAIS

- 143** **Pesquisar a comunicação: entre o passado e o futuro**
MIQUEL DE MORAGAS SPÀ

INTERNACIONALIZAÇÃO

SEUS DESEQUILÍBRIOS
E DESAFIOS EM
DESENVOLVIMENTO

- 155** **Jornada da comunicação latino-americana
rumo à sua internacionalização**
DELIA CROVI DRUETTA
- 173** **América Latina, internacionalização
e reciprocidade acadêmica**
FERNANDO OLIVEIRA PAULINO
- 189** **A história dos estudos de comunicação nas Américas:
uma visão dos Estados Unidos**
PETER SIMONSON
JEFFERSON POOLEY
DAVID PARK
- 217** **Internacionalização e raízes identitárias
da comunicação na Argentina**
GABRIELA ROSA CICALEASE
- 241** **Sobre os elos (perdidos) entre as pesquisas
em mediação alemã, latino-americana e francesa:
reflexões sobre os diversos meios de pesquisa
e suas tradições**
STEFANIE AVERBECK-LIETZ
- 273** **A internacionalização da pesquisa em comunicação:
algumas notas críticas e uma proposta**
EVA DA PORTA
- 295** **Como enfrentar as desigualdades da academia global
nos estudos de comunicação?: colaborações,
críticas e curiosidades**
SILVIO WAISBORD

PARCEIRISTAS

- 319** **Lista de Parceiristas
(Novembro de 2022 a Outubro de 2023)**

TESES E DISSERTAÇÕES

- 327** **Teses e Dissertações**

Histórias da internacionalização do campo de estudos da comunicação

ESTA EDIÇÃO ESPECIAL de **MATRIZES**, correspondente ao número 3 de 2023, é dedicada a um tema que há décadas interessa a parte dos pesquisadores acadêmicos e docentes universitários de comunicação em muitas regiões do mundo e que, ao longo do tempo, cresceu tanto em complexidade como em demanda por rigor teórico e prático no debate: *a internacionalização do campo dos estudos da comunicação e suas histórias*. O alerta de Pierre Bourdieu sobre o questionamento reflexivo do *campo* a partir do “interior” é cada vez mais justificado e esclarecedor:

Que proveito científico pode haver na tentativa de descobrir o que está envolvido em pertencer ao campo acadêmico, esse lugar de luta permanente pela verdade do mundo social e do próprio campo acadêmico, e o fato de ocupar uma determinada posição dentro dele, definida por um certo número de propriedades, uma educação e treinamento, qualificações e status, com todas as suas formas concomitantes de solidariedade ou afiliação? Em primeiro lugar, é uma oportunidade de neutralizar conscientemente as probabilidades de erro que são inerentes a uma posição, entendida como um ponto de vista que implica um determinado ângulo de visão e, portanto, uma forma particular de introspecção e cegueira. Mas, acima de tudo, revela os fundamentos sociais da propensão para teorizar ou intelectualizar, inerente à própria posição do acadêmico que se sente livre para sair do jogo para conceituá-lo e assumir a meta, que atrai o reconhecimento social de ser um cientista, de alcançar uma visão do mundo obtida de um ponto de vista externo e superior. (Bourdieu, 1984/1988, p. xiii)¹

Segue-se que as reflexões sobre o *campo* dos estudos de comunicação se dão internamente à prática da pesquisa, sendo ela mesma um campo de

¹ No original: “What scientific profit can there be in attempting to discover what is entailed by the fact of belonging to the academic field, that site of permanent rivalry for the truth of the social world and of the academic world itself, and by the fact of occupying a determined position within it, defined by a certain number of properties, and education and training, qualifications and status, with all their concomitant forms of solidarity and membership? Firstly, it provides an opportunity for conscious neutralization of the probabilities of error which are inherent in a position, understood as a point of view implying a certain angle of vision, hence a particular form of insight and blindness. But above all it reveals the social foundations of the propensity to theorize or to intellectualize, which is inherent in the very posture of the scholar feeling free to withdraw from the game in order to conceptualize it, and assuming the objective, which attracts social recognition as being scientific, of arriving at a sweeping overview of the world, drafted from an external and superior point of view”.

forças submetida a determinados fluxos e exigências internas e externas ao conhecimento.

Vários dos autores dos textos incluídos neste número, a começar por nós que coordenamos esta edição, há muitos anos vêm enfrentando essas questões com o maior rigor e pertinência que nos foi possível acumular, tentando situar nossos *campos acadêmicos de estudo da comunicação* em suas correspondentes escalas locais, nacionais e regionais e os processos de sua institucionalização e desenvolvimento em seus respectivos contextos *históricos*. Além da simples consideração de um “campo” como *field*, uma área de estudo ou uma disciplina, um *champ*, para Bourdieu e seus seguidores, é um espaço sociocultural de posições objetivas, no qual os agentes lutam pela apropriação do capital comum. Assim, problematizar a *internacionalização* é também assumir um compromisso intelectual de amplas implicações, pois emerge de condições e crenças diferentes, mas convergentes, em interesses compartilhados de busca, e não necessariamente de conformidade com qualquer um dos achados.

ANTECEDENTES DO PROJETO

Há mais de vinte anos, tendo em vista o desenvolvimento já alcançado pela pesquisa em comunicação na América Latina, mas também cientes da complexidade e das limitações evidentes em sua institucionalização, enfatizamos que “o conhecimento científico é sempre o resultado de múltiplos fatores, de ordem científica, institucional e social, que constituem as condições concretas de produção de uma ciência” em tempos e lugares específicos (Lopes & Fuentes-Navarro, 2001, p. 9). Naquela época, já havíamos compartilhado vários projetos acadêmicos de comparação e colaboração internacional entre o Brasil e o México, com base nos estudos que cada um havia desenvolvido sobre as respectivas histórias e estruturas nacionais. Aproveitamos nossa participação no GT “Teoria e Metodologia da Pesquisa em Comunicação” da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (Alaic), do qual fomos sucessivamente coordenadores, para buscar articulações com os processos de pesquisa que outros colegas estavam realizando em outros países e na região como um todo. Uma amostra dessas contribuições foi publicada no livro *Comunicación, campo y objeto de estudio: Perspectivas reflexivas latinoamericanas* (Lopes & Fuentes-Navarro, 2001). Entre as intenções fundamentais estava a de incentivar a discussão reflexiva e o trabalho sistemático para reconhecer as condições a partir das quais a pesquisa em comunicação científica é praticada (Fuentes-Navarro, 1999; Lopes, 1999), em suas dimensões cognitiva, organizacional e sociocultural,

uma proposta que se concretizou e agora pode ser reconhecida como *metapesquisa em comunicação* (Fuentes-Navarro, 2019).

Nas últimas duas décadas, muitos avanços têm sido feitos em vários países da América Latina, e foram consolidados fóruns e publicações em que esses processos e práticas convergem em diferentes escalas nacionais e internacionais. Houve uma proliferação de aspectos a serem explorados e propostas a serem debatidas no campo acadêmico da comunicação, ou seja, aqueles que constituem a metapesquisa, mas poucos dilemas foram resolvidos com amplos acordos e, ao invés, novos debates são continuamente adicionados ao conjunto de abordagens sem consenso.

Uma questão que emerge dessa perspectiva é a preocupação com as lógicas ou “teorias” que de fato orientam as práticas institucionalizadas e consolidadas. Em vez de gerar articulações, os processos de internacionalização às vezes parecem mais multiplicar as características de diferenciação e distanciamento no “campo” que, apesar dos esforços das associações acadêmicas para combater a dispersão, está se fragmentando e se tornando propriamente “os campos”, como Rosenberg (1983, 1993), entre outros, já havia claramente formulado. Por essa razão, esta edição especial de **MATRIZes**, uma das revistas acadêmicas latino-americanas que, a partir do Brasil, tem sido a mais confiável apoiadora do desenvolvimento do estudo reflexivo da comunicação na região, busca contribuir para a divulgação e o intercâmbio de alguns dos esforços mais significativos na análise histórica da constituição do campo acadêmico da comunicação em diferentes épocas e lugares, com ênfase especial na América Latina, mas com uma clara consciência dos esforços de articulação e diálogo no mesmo sentido que vêm de outras regiões do continente e do mundo.

Durante a última década, pudemos contribuir para esses diálogos com nossas abordagens sobre o desenvolvimento do campo acadêmico da comunicação no Brasil, no México e, necessariamente, no complexo contexto latino-americano, por assistir e participar de reuniões internacionais da rede de pesquisadores que inicialmente integrava a Seção de História da International Communication Association (ICA). Isso impulsionou a conformação de uma “história internacional dos estudos de comunicação”, proposta e coordenada por Dave Park, Jeff Pooley e Pete Simonson, mas já articulada por pesquisadores dos cinco continentes. Participamos de várias conferências da ICA e, com dois capítulos do livro *The International History of Communication Study*, referidos pelos editores como segue:

A história dos estudos de comunicação na América Latina tem se constituído ao longo de profundas linhas transnacionais de intercâmbio intelectual, iniciativas

institucionais e geopolíticas. Ela atravessa uma região enorme e internamente muito variada, que se estende do México e Caribe ao Brasil, Argentina e Chile. Além disso, fortes correntes de influência e intercâmbio se estendem para o norte global, particularmente para a Europa Ocidental, e, de uma forma mais politicamente carregada, para os Estados Unidos. . . Os dois capítulos que compõem esta seção . . . situam os casos nacionais do México e do Brasil dentro dos contextos mais amplos da América Latina . . . e, com base na sociologia do conhecimento, fornecem estruturas que esclarecem a compreensão do desenvolvimento institucional do campo da comunicação na região. (Simonson & Park, 2016, p. 323)²

²No original: “*The History of Communication study in Latin America has been constituted through deeply transnational lines of intellectual exchange, institutional initiatives, and geopolitics. They cut across a massive and internally varied region that extends from Mexico and the Caribbean to Brazil, Argentina, and Chile. Beyond that, strong lines of influence and interchange extend to the global north, particularly Western Europe and, in a more politically freighted way, the U.S. . . . The two superb chapters in this section . . . situating the national cases of Mexico and Brazil within the broader contexts of Latin America, [and] draw upon the sociology of knowledge to provide illuminating frameworks for understanding the institutional development of the communication field in the region.*”

Esses dois capítulos (Fuentes-Navarro, 2016; Lopes & Romancini, 2016), juntamente com outras colaborações localizadas em espaços acadêmicos nacionais, como Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), no Brasil, e Consejo Nacional para la Enseñanza y la Investigación de las Ciencias de la Comunicación (Coneicc) e Asociación Mexicana de Investigadores de la Comunicación (AMIC), no México; regionais, como Alaic ou Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social (Felafacs); ibero-americanos, como a Asociación Iberoamericana de Investigadores de la Comunicación (Assibercom) e Confederación Iberoamericana de Asociaciones Científicas y Académicas de Comunicación (Confibercom); ou mais amplamente internacionais, como ICA e a International Association for Media and Communication Research (IAMCR), todos expressam análises reflexivas decorrentes de trabalhos e debates compartilhados com muitos outros colegas, em termos de concordância ou discordância respeitosa, ao longo de várias décadas, incluindo o mais extenso estudo realizado sobre programas de pós-graduação em Comunicação na Ibero-América (Lopes, 2012), um dos principais suportes institucionais da área.

Outros antecedentes relevantes para esta edição ocorreram em 2021 e 2022, também por iniciativa de Park, Pooley e Simonson, mas então na qualidade de editores da revista *History of Media Studies*³, na forma de uma “Pré-conferência” on-line (maio de 2021) sobre *Exclusões na História e Historiografia dos Estudos de Comunicação*, com traduções simultâneas em inglês e espanhol, e uma “Mesa Redonda”, também on-line (julho de 2022), com traduções simultâneas, sobre a *História dos Estudos de Comunicação nas Américas*. Essa Mesa Redonda foi convocada conjuntamente pela *History of Media Studies* e pelas revistas latino-americanas **MATRIZES**, da Universidade de São Paulo (USP), e *Comunicación y Sociedad*, da Universidade de Guadalajara (UdeG). Por acordo entre os editores das três revistas, os participantes que concordaram em transformar suas

³Disponível em: <https://hms.mediaudies.press/>. Acesso em: 6 dez. 2023.

apresentações em artigos acadêmicos formais foram convidados a fazê-lo em seções temáticas especiais de cada uma das revistas. Três dos textos incluídos nesta edição de **MATRIZES** são provenientes dessa iniciativa. No entanto, seu Comitê Editorial Científico decidiu estender essa seção para uma edição especial completa sobre o assunto, convidando outros colaboradores, que aceitaram com interesse e generosidade, acrescentando visões diversas, mas altamente qualificadas, a uma proposta editorial cujo sentido geral todos compartilharam. O convite que lhes foi feito em janeiro de 2023 definiu três “eixos” ou dimensões a serem problematizados ou analisados dentro do tema geral *Histórias da internacionalização do campo dos estudos de comunicação*, e cada autor escolheu livremente aquele que preferia enfatizar a partir de seu ponto de vista:

- a. *Estruturas teórico-metodológicas, diversificação e dispersão;*
- b. *Programas acadêmicos e associações como suportes institucionais para a internacionalização do campo;*
- c. *Internacionalização, desigualdades e desafios futuros.*

A resposta entusiasmada ao nosso convite resultou nos 14 textos que compõem este dossiê temático. Oito foram escritos originalmente em espanhol, quatro em português e dois em inglês; um tem três coautores e os demais são de um autor. Três contribuições vêm do Brasil e seis de outros países da América Latina, três da Europa e duas dos Estados Unidos. Nenhum dos autores foi informado dos nomes dos outros colaboradores, a fim de reforçar a referência à perspectiva própria de cada um e não “enviesá-la” positiva ou negativamente aos colegas identificados com as posturas em debate “do campo sobre o campo”. A composição do grupo procurou privilegiar, acima de tudo, a reconhecida qualidade do trabalho de cada um dos autores, embora seja também, em certa medida, representativa do ponto de vista geográfico e epistemológico e, até certo ponto, de pelo menos duas gerações de pesquisadores que contribuíram substancialmente para os debates internacionais sobre os eixos temáticos escolhidos, incluindo, em vários casos, a produção anterior de teses de doutorado sobre o tema, ou a experiência concreta de presidir ou ter presidido uma associação de pesquisadores do campo. A ordem de apresentação e colocação em um dos “eixos” foi decidida pelos coordenadores da edição e resultou em uma distribuição um tanto desigual, que, no entanto, manteve a diversidade de perspectivas e um mínimo de repetição: seis textos foram colocados no primeiro eixo, três no segundo e cinco no terceiro.

CONTRIBUIÇÕES PARA OS DEBATES SOBRE O CAMPO

O primeiro artigo é também o mais curto, mas talvez o mais denso e essencial do dossiê. Para iniciar os debates sobre o eixo das *estruturas teórico-metodológicas*,

Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), afirma que o termo comunicação aponta para uma ciência humana do comum, que torna irrelevante a epistemologia mecanicista e positivista das ciências sociais forjada desde o final do século XVIII europeu, e reúne perspectivas interacionistas como *autopoiese*, *endossimbiose*, *sabedoria original* e *bens comuns*. A “ruptura paradigmática” da comunicação contemporânea conduz, através da mediação e da inteligência artificial, a uma nova estrutura de interconexão invisível, em que tudo é, simultaneamente, conexão e passagem na superfície reticular – e na interioridade das pessoas.

Em seguida, Paulo Serra (Universidade da Beira Interior, Portugal), a partir de uma cuidadosa contextualização histórica e conceitual do quadro das Epistemologias do Sul, proposto e desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos, e de um estudo empírico exploratório, baseado em uma análise bibliométrica e textual de uma amostra significativa de revistas acadêmicas, investiga como e em que medida a pesquisa em ciências da comunicação no espaço ibero-americano se aproxima, em vários aspectos, da concepção de uma *ciência pós-abissal*. Os resultados do estudo levam à conclusão geral de que há sinais de alguma orientação nessa direção, afastando-se significativamente das epistemologias do Norte, sobretudo em termos de seus temas, metodologias e métodos.

No terceiro artigo, Erick Torrico (Universidad Andina Simón Bolívar, Bolívia; ex-presidente da Alaic), por sua vez, analisa, a partir de uma interpretação histórica da *colonialidade do saber* induzida à internacionalização dos estudos de comunicação na América Latina, o que implicou uma transferência canalizada por um grupo de instituições, bem como professores, autores e obras que, em geral, atuaram como uma linha de transmissão para a modernização da comunicação, uma expressão do espírito do projeto civilizatório moderno cuja episteme reivindica autoridade sobre o conhecimento válido. Desse ponto de vista, a dinâmica internacionalizante não tende ao “cosmopolitismo”, mas é entendida como a transferência de valores, conceitos, métodos e práticas por um “centro desenvolvido”, visando à sua adoção como modelos reproduzíveis pela “periferia atrasada”.

Francisco Rüdiger (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) denuncia em seu artigo a persistência de tensões originadas na década de 1980, quando a economia política, os estudos culturais, a sociologia das organizações, a história social, a psicologia analítica e a semiótica materialista, ao estudarem as comunicações como um negócio e como um meio de dominação ideológica, abriram caminho para o retorno do que havia sido chamado, quatro décadas antes, de *pesquisa crítica* de comunicação de massa. Essas tensões são fundamentais

para entender por que a pesquisa ainda não se libertou dos danos causados por sua referência a categorias estereotipadas, pelo uso de conceitos arbitrários e dogmáticos, pela manutenção de esquemas normativos provenientes da filosofia marxista da história e, de modo mais geral, pela falta de flexibilidade analítica e hermenêutica na condução da pesquisa.

Carlos Sandoval (Universidad de Costa Rica, Costa Rica) analisa em seu artigo outra “persistência”, a das questões que geram a análise dos vínculos entre mídia, poder e sociedade com relação aos ecossistemas de comunicação que hoje são conhecidos como tradicionais, como a imprensa, o rádio e a televisão, e as plataformas digitais que se consolidaram até agora no século XXI. Ele atenta para três perspectivas que trataram desses vínculos: as que priorizam a capacidade dos discursos de interpelar as audiências, as que enfatizam a atividade das audiências e as que destacam o papel das indústrias da comunicação, para sugerir uma apropriação crítica das trajetórias de pesquisa sobre esses vínculos, de modo a não reproduzir alguns dos becos sem saída percorridos décadas atrás.

O artigo de Gustavo Adolfo León (Universidad de Sonora, México), que fecha o eixo das *estruturas teórico-metodológicas*, explora o argumento de que muitos dos desafios contemporâneos da pesquisa em comunicação se devem a desafios *interdisciplinares*. Ele argumenta que a insurgência dos estudos culturais críticos e da economia política contra a tradição estabelecida pela pesquisa funcionalista da comunicação de massa envolveu, por um lado, o apelo à unidade na diversidade da comunicação e, por outro lado, várias tensões entre as diferentes tradições nacionais norte-americanas. Conclui com reflexões sobre possíveis domínios de conhecimento aplicado, em torno dos quais uma série de questões de comunicação pode ser ancorada sem perder o que vários estudiosos chamaram de sua natureza e status (inter)disciplinares.

Miquel de Moragas (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha; presidente fundador da Asociación Española de Investigación de la Comunicación – Aeic), em o primeiro dos artigos localizados no segundo eixo de análise, sobre os *suportes institucionais da internacionalização do campo*, parte da intenção, na década de 1970, de algumas instituições acadêmicas de reivindicar um lugar para a comunicação entre as *disciplinas*, e a convicção subsequente de que “defender o campo de estudo não significava reivindicar uma nova *disciplina*, mas uma *pós-disciplina*”. Ele ressalta que mais do que no caso de outras ciências sociais, as associações de comunicação acadêmica desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de nosso campo de estudo, o qual nas últimas décadas teve de adaptar todas as suas estruturas às constantes mudanças que o caracterizam.

O trabalho de Delia Covi (Universidad Nacional Autónoma de México, México; ex-presidente da Alaic), tem como objetivo revisar os desequilíbrios e desafios apresentados pela internacionalização do campo de estudos da comunicação na América Latina, articulada por dois suportes institucionais fundamentais: os *programas de ensino de graduação e pós-graduação* e as *associações acadêmicas nacionais e internacionais*, através de um processo histórico condicionado pelas influências de organizações e tendências, pela disparidade entre nações, bem como pela fragmentação e dispersão dos produtos de pesquisa. Ela conclui que o caminho seguido pelo campo da comunicação na América Latina em matéria de educação parece ter construído sua própria identidade com base no espelho que retorna uma imagem que deve ser ajustada com base em outras.

A “internacionalização e a reciprocidade acadêmica” são os termos centrais na contribuição de Fernando Oliveira Paulino (Universidade de Brasília, Brasil, presidente da Alaic) para completar a revisão do segundo eixo desta edição, o dos *programas e associações acadêmicas como suportes institucionais para a internacionalização do campo*. O texto sistematiza as principais ações e as bases conceituais, políticas e acadêmicas que têm orientado as ações de cooperação da Alaic e conclui enfatizando a existência de um esforço para um maior diálogo dentro e fora da América Latina, orientado pela ideia de horizontalidade, reciprocidade acadêmica, por meio de iniciativas que promovam a circulação de conteúdos em atividades presenciais que utilizam cada vez mais as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação.

A reflexão sobre o eixo da *internacionalização, as desigualdades e os desafios futuros do campo* nesta edição começa com o texto escrito em conjunto pelos editores da *History of Media Studies*, Peter Simonson (University of Colorado Boulder, Estados Unidos), Jefferson Pooley (Muhlenberg College, Estados Unidos) e David W. Park (Lake Forest College, Estados Unidos), em que, partindo dos contextos dos estudos de comunicação nos Estados Unidos, consideram algumas das bases da hegemonia norte-americana na história e na historiografia do campo e sugerem a importância de trabalhos que por um lado, “provincializem e tirem fora do centro os Estados Unidos” e, por outro, tracem os fluxos transnacionais e as dinâmicas inter-regionais que constituíram os estudos de comunicação em todas as suas versões nas Américas.

O artigo de Gabriela Cicalese (Universidad Nacional de San Martín, Argentina), por outro lado, questiona se os processos de internacionalização institucionalizados pelos circuitos da *indústria acadêmica* na Argentina resultaram em uma maior diversidade de origens de textos e referências significativas na

formação de comunicadores, especialmente nas universidades públicas, e procura mostrar a marca internacional que surgiu a partir das raízes constitutivas do campo, ao mesmo tempo em que coloca uma série de questões sobre a atual naturalização dos programas de internacionalização em unidades acadêmicas e cursos de Comunicação. A autora conclui observando que “a globalização é olhada, o mundo é tematizado, mas é visto através do pequeno prisma da *hiperespecialidade* (os cortes cada vez mais específicos em temas de pesquisa) e da *hiperespacialidade* (os referentes imediatos)”.

O artigo de Stefanie Averbeck-Lietz (Universität Greifswald, Alemanha), a partir de uma perspectiva baseada nas “desconexões transnacionais” encontradas na pesquisa sobre *midiatização*, desenvolve-se a partir de uma estrutura analítica da história do campo da comunicação em termos de seu *corpus de ideias* e de seu *corpus social*, e descreve como na Alemanha as raízes francesas e latino-americanas desses estudos são ignoradas, tentando responder por que ocorre essa desarticulação entre diferentes ambientes e tradições de pesquisa. No entanto, ela reconhece iniciativas recentes, especialmente de acadêmicos latino-americanos, em pôr em contato os principais ambientes de pesquisa para o estudo de midiatização, e que na Alemanha levam em consideração contribuições como a *semio-pragmática* de Verón ou a *mediação cultural* de Martín-Barbero.

Eva Da Porta (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina) analisa as tendências gerais em torno dos processos de *internacionalização da ciência* que estão se desenvolvendo em universidades e centros de pesquisa na América Latina e no Caribe e examina algumas das características do campo acadêmico da comunicação na Argentina. Em seguida, revisa criticamente “a configuração discursiva na qual se inserem os processos de internacionalização”, com o objetivo de redefinir e questionar alguns processos de legitimação do conhecimento que seguem modelos não apropriados para o campo da pesquisa em comunicação. Posteriormente, a autora apresenta uma proposta de mapeamento dos estudos de comunicação na região que recupera a noção de *mapa noturno* de Martín-Barbero.

Para encerrar a edição, Silvio Waisbord (George Washington University, Estados Unidos, presidente eleito da ICA) responde a como propõe enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação, dado o predomínio de tradições, interesses temáticos, teorias e pesquisas do Norte global, seja em publicações, referências e corpos editoriais de periódicos ou “o lugar preponderante do inglês como *língua franca* da academia global”, que mostram a persistente marginalização e invisibilidade de acadêmicos e estudos do Sul. Diante dessa situação, podem ser aplicadas estratégias como

consolidar espaços de reconhecimento e apoio; cultivar redes de colaboração e pesquisa com perspectivas comparativas e integrativas; e participar de espaços compartilhados (órgãos editoriais, liderança de associações, avaliação/crítica de trabalhos e propostas), ou seja, “colaboração, crítica e curiosidade”, como assinala em seu título.

PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE

Várias dimensões polêmicas do tema central desta edição especial de **MATRIZes**, *Histórias da internacionalização do campo dos estudos da comunicação*, foram levantadas e desenvolvidas com precisão e clareza nos artigos incluídos, mas é óbvio que praticamente nenhuma foi “resolvida” ou descartada como irrelevante. Tampouco se pode presumir que as perspectivas apresentadas são todas aquelas que precisariam ser reconhecidas como “atuais”. Quando o *Journal of Communication* publicou sua famosa edição intitulada *Ferment in the Field* (*Fermento no Campo*), em 1983, embora o campo tivesse recebido, de modo geral, menos atenção crítica, especialmente em termos de sua internacionalização, comparado com os dias de hoje, ele começou a discutir aspectos e pontos de vista que foram problematizados somente depois de terem sido formulados ali. Assim, na versão de 1993, *The Future of the Field* (*O Futuro do Campo*), o número de contribuições deve ter dobrado, embora a proporção de artigos gerados a partir de perspectivas “marginais”, como a latino-americana, tenha aumentado muito pouco. Entre quarenta textos, apenas um, escrito por José Marques de Melo (1993), marcou a presença da região no “campo”, ainda grafado no singular. Trinta e cinco, e 25 anos depois, o *Journal of Communication* voltou a chamar o debate “sobre o campo”, mas só agora, em 2018, passou a usar formas plurais: *Ferments in the Field: The Past, Present and Future of Communication Studies*.

Outras publicações, não apenas em inglês, têm se dedicado à exploração crítica da evolução do campo (ou campos) dos estudos acadêmicos de comunicação, enfatizando diferentes concepções e projeções de suas *histórias*. É de se esperar que a atenção especializada e comprometida com essa tarefa, como a oferecida nesta edição especial de **MATRIZes**, continue a crescer. Mas, apenas como sugestão para uma análise mais aprofundada, registramos uma característica motivada pela experiência de preparar esta publicação: no conjunto dos 14 artigos, há um total de 604 referências bibliográficas, das quais 573 (95%) aparecem apenas uma vez e somente uma referência está presente em mais de cinco dos textos: *De los Medios a las Mediaciones* (1987), de Jesús Martín-Barbero. Quanto aos autores citados, excluindo as autocitações e contando apenas aqueles incluídos em pelo menos dois artigos, há onze colegas com

cinco ou mais frequências, dez dos quais são latino-americanos. Seria difícil encontrar uma característica quantitativa mais eloquente da *fragmentação* que não apenas caracteriza cada vez mais a pesquisa acadêmica em comunicação, mas também a sua historiografia. Seria muito preocupante se isso significasse que os debates nesse *campo* sejam indiretos, tangenciais ou de todo ausentes. No entanto, apesar desse cenário ainda adverso, os artigos aqui reunidos não deixam de perseguir a mudança e detectam criticamente rejeições, fechamentos, imposições, isso num tempo em que redes e conexões também invadem e avançam nos campos acadêmico e da pesquisa *tout court*. ■

Maria Immacolata Vassallo de Lopes
Raúl Fuentes Navarro

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (1988). *Homo Academicus*. Stanford University Press. (Trabalho original publicado em 1984).
- Fuentes-Navarro, R. (1999). La investigación de la comunicación en América Latina. Condiciones y perspectivas para el siglo XXI. *Diá-logos de la Comunicación*, (56), 52-67.
- Fuentes-Navarro, R. (2016). Institutionalization and Internationalization of the Field of Communication Studies in Mexico and Latin America. In P. Simonson, & D. Park (Eds.), *The International History of Communication Study* (pp. 325-345). Routledge.
- Fuentes-Navarro, R. (2019). Pesquisa e meta-pesquisa sobre comunicação na América Latina. *MATRIZes*, 13(1), 27-48.
- Lopes, M. I. V. (1999). La investigación de la comunicación: cuestiones epistemológicas, teóricas y metodológicas. *Diá-logos de la Comunicación*, (56), 12-27.
- Lopes, M. I. V., & Fuentes-Navarro, R. (Comps.). (2001). *Comunicación, campo y objeto de estudio. Perspectivas reflexivas latinoamericanas*. Iteso.
- Lopes, M. I. V. (Coord.). (2012). *Posgrados en comunicación en Iberoamérica: políticas nacionales e internacionales*. Confibercom.
- Lopes, M. I. V., & Romancini, R. (2016). History of Communication Study in Brazil. The Institutionalization of an Interdisciplinary Field. In P. Simonson, & D. Park (Eds.), *The International History of Communication Study* (pp. 346-366). Routledge.
- Melo, J. M. (1993). Communication Research: New Challenges of the Latin American School. *Journal of Communication*, 43(3), 182-190.

Rosenberg, K. E. (1983). Communication Research: One Paradigm, or Four? *Journal of Communication*, 33(3), 185-207.

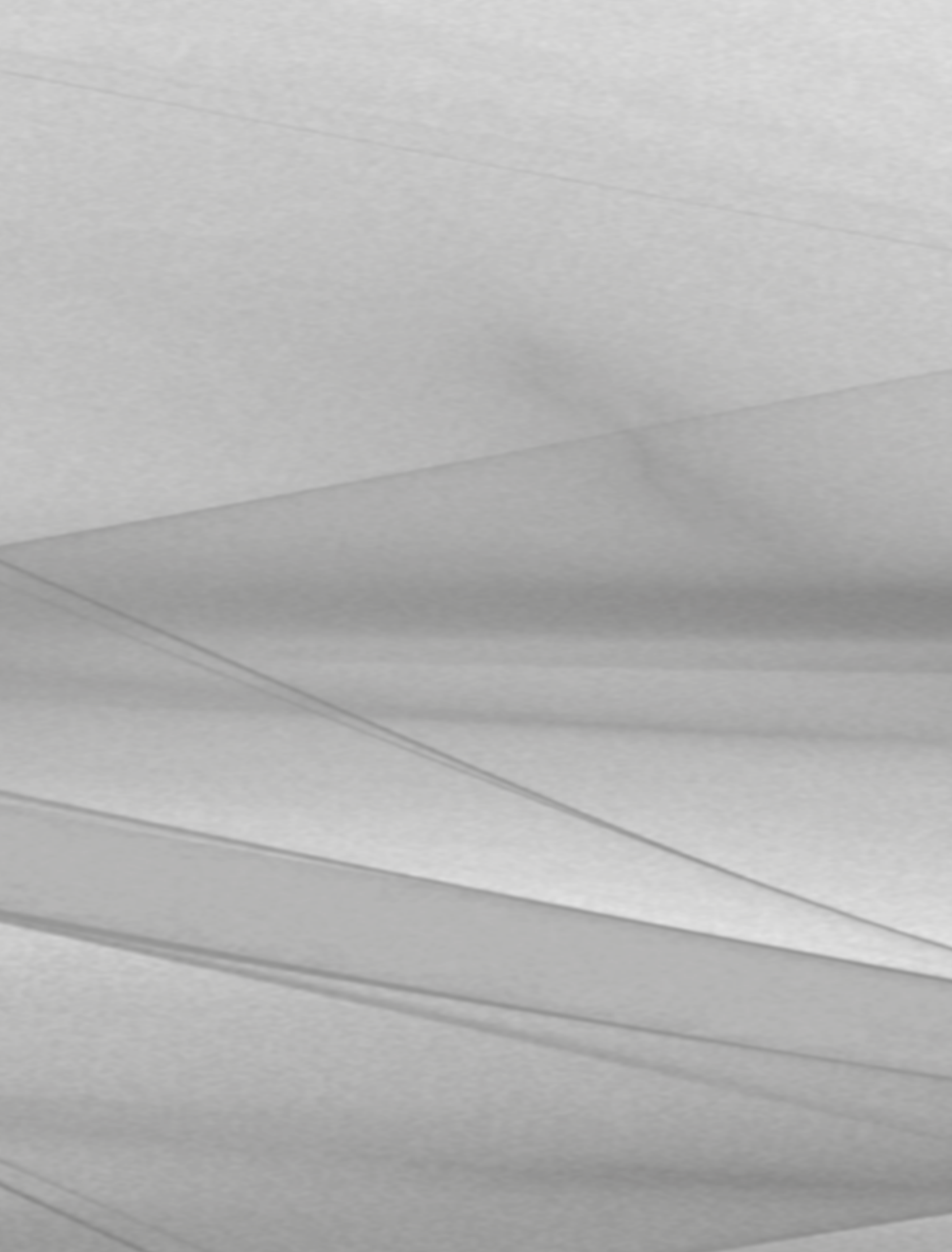
Rosenberg, K. E. (1993). From Field to Frog Ponds. *Journal of Communication*, 43(3), 6-17.

Simonson, P., & Park, D. W. (Eds.). (2016). *The International History of Communication Study*. Routledge.

ESTRUTURAS

TEÓRICO-METODOLÓGICAS,
FRAGMENTAÇÃO E DISPERSÃO





A ruptura paradigmática da comunicação

A paradigmatic rupture in communication

MUNIZ SODRÉ^a

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – Brasil

RESUMO

A emergência histórica da comunicação como prática e teoria de uma reconfiguração antropológica do homem por meio de tecnologias disruptivas e de epistemes radicalmente opostas aos sistemas mecanicistas e positivistas que orientam o pensamento social desde fins do século XVIII. Autopoiese. A milenar sabedoria originária. A noção de bem comum. A medida de acolhimento da inteligência artificial. Ruptura epistemológica e proposta de comunicação como uma ciência do comum.

Palavras-chave: Mecanicismo e positivismo, sabedoria originária, novas epistemes, inteligência artificial, ciência do comum

^a Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor emérito da Escola de Comunicação da UFRJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6060-9673>. E-mail: sodremuniz@hotmail.com

ABSTRACT

This paper is focused on discussing the historical emergence of communication as a practice and theory of an anthropological reconfiguration by means of disruptive technologies and episteme radically opposed to late 18th century mechanistic and positivist social thought systems. Autopoiesis. Ancient original wisdom. Common good. Measures of embracing artificial intelligence. Epistemological rupture and a proposal for communication as a science of the commons.

Keywords: Mechanicism and positivism, original wisdom, new epistemes, artificial intelligence, science of the commons

N A CULTURA POPULAR de hoje, comunicação é essa realidade em que estamos imersos, tanto em termos de máquinas inteligentes como das práticas de uso que delas fazemos no cotidiano. É uma espécie de novo livro da vida, escrito não mais apenas no idioma da química do carbono, no qual as bactérias se diversificaram e interagiram com as outras em escala global, e sim na língua das unidades mínimas do sentido, infrainformacionais, que podem assumir configurações fonemáticas ou simplesmente digitais. É, assim, algo que se evidencia ao senso comum como um ecossistema, mas que ao mesmo tempo demanda o conhecimento não mecanicista de uma episteme transformadora do *status quo* planetário. O termo “comunicação” aponta para uma ciência humana do comum, que torna irrelevante a epistemologia mecanicista e positivista das ciências sociais forjadas desde fins do século XVIII europeu, reunindo perspectivas interacionistas como a autopoiese, a endossimbiose, a sabedoria originária e os bens comuns comunitários.

A conhecida noção de autopoiese refere-se à capacidade de autoprodução e automanutenção de seres vivos, diferentemente dos sistemas mecânicos. A sua biologia da cognição implica uma visão que contempla o planeta como entidade em contínua interação com os humanos, mas isenta ou autônoma diante do controle pelo capitalismo absoluto.

As perspectivas atualíssimas de Maturana e Varela são familiares à sabedoria milenar de povos tradicionais, como deixam ver duas pequenas histórias da *doxa* oriental. A primeira, atribuída a Lao Tsé, relata o esforço de um ancião na aldeia para tirar água de um poço e depois transportá-la em baldes até a sua casa. Um jovem aldeão faz ver a ele que já existiam mecanismos técnicos capazes de extrair o líquido e levar por tubos até a casa. O velho então responde, dizendo não desconhecer a existência desses recursos, mas que a utilização dependia de um “coração” técnico que ele ainda não tinha.

Na segunda história, um mestre Zen havia encarregado o discípulo de cultivar arroz. No primeiro ano, o jovem cuidou para que jamais faltasse água, e o arroz cresceu forte. No ano seguinte, ele acrescentou um pouco de adubo à terra, o que acelerou o crescimento e tornou maior a colheita. No terceiro, uma quantidade maior de adubo aumentou ainda mais a colheita, porém o arroz nasceu pequeno e sem viço. E o mestre: “se você continuar aumentando a quantidade de adubo, não vai colher nada de valor. Você fortalece alguém quando ajuda um pouco. Mas enfraquece se ajuda em excesso”.

Embora diversos, os dois relatos falam no fundo de uma mesma coisa, que é a medida adequada de relacionamento com a exterioridade técnica do homem. Não se trata de rejeitar ou de demonizar a técnica – um produto do engenho

humano –, e sim de integrá-la humanamente como um *bem comum*, portanto, de encontrar uma medida externa ao mecanicismo exacerbado pelo capital.

A propósito dos bens comuns, Fiske (1992) propõe quatro grandes tipologias de bens nas relações humanas, afinando a diferença entre *bens comuns comunitários*, baseados na mutualização e no comunalismo; a *reciprocidade*, que consiste em dar, doar, presentear e receber, criando relações sociais equilibradas; a *redistribuição inequitativa* hierárquica, que inclui aquela dirigida pelo Estado nas classes sociais; e por último, aquela que se regula pelos *preços de mercado*, a partir da troca de recursos, de acordo com o formal “valor igual” capitalista.

Ora, desde a sua arrancada em meados do século passado, a tecnologia comunicacional de base hertziana e eletrônica é um suposto bem comum colocado sob a égide de preços de mercado ou de valores capitalistas. Sob a capa ideológica de uma nova utopia cultural, a “comunicação” passou a ser proclamada e vivida, graças ao desenvolvimento vertiginoso da tecnologia eletrônica, como uma funcionalidade indispensável ao mercado e às governanças políticas.

Isso é cientificamente problemático no momento histórico em que a tecnologia do digital, com suas perspectivas de *machine learning* ou *inteligência artificial*, é um bem transformador do engenho humano. Torna-se contemporânea a questão milenar do *coração técnico*, assim como da medida da técnica na relação com o ser humano.

A discussão não é tão nova. Vale evocar o episódio do diálogo ocorrido em 1995 entre Paulo Freire e Seymour Papert, discípulo de Piaget, pesquisador do Massachusetts Institute of Psychology (MIT) e propugnador do uso do computador para a aprendizagem infantil. Papert foi o criador do *construcionismo*, conhecida teoria pedagógica segundo a qual o estudante programa computacionalmente situações problemáticas, testando hipóteses, com vista à instrução pessoal.

No método de Papert cabia até mesmo a didática freireana de alfabetização por meio de algumas palavras geradoras extraídas do universo linguístico do aprendiz. Freire, entretanto, ainda que convicto da importância da tecnologia na transformação intelectual do sujeito, detectou na atitude prático-teórica de Papert uma ausência de conexão entre o software pedagógico e a realidade social e política do estudante.

Em outras palavras, faltava a fonte originária das questões essenciais da educação, que é a cultura, locus de bens comunitários como mutualização e comunalismo, em que se constroem bases humanas de sociabilidade. Sem a dimensão cultural, a tecnologia fecha-se narcisicamente em torno de si mesma, exercendo efeitos de fascinação pela eficácia do desempenho técnico que contempla a cognição individual, mas recalçando o vínculo com a comunidade e com o entorno sócio-histórico, esse mesmo que responde pela transitividade política do conhecimento.

A pedagogia de Paulo Freire comporta ou acolhe a tecnologia, mas, por seu compromisso visceral com a emancipação social, não é desencarnada, isto é, não está acima das condições sócio-históricas de produção e transmissão do conhecimento, portanto, não está acima da cultura concretamente vivida, isto é, aquela que se vive junto com os outros num território, numa cidade.

De fato, quando alguém se indaga sobre o que poderia ser “primeiro” na formação das cidades, aparece como ponto de partida o “viver juntos”. Isto é o que o antigo grego chama de *philia*, termo cujo sentido não se limita ao de “amizade”, pois abrange o de laço comum, traçando o círculo do convívio e significando tanto partilha como vizinhança.

A *philia* é o *mobile* do viver juntos, não enquanto mera convenção ou acordo, mas enquanto predisposição à sociabilidade, *que é propriamente a comunicação* – entendida não como transmissão de informações, mas como intenção de tornar comuns as diferenças ou fazer a união dos opostos que, no entanto, em sua dinâmica, fazem circular a *philia*. Comunicação é tanto falar como fazer: *communicatio* é outro modo de dizer, em latim, sociedade (*societas*).

A comunicação define-se, assim, como o vínculo estabelecido pela *philia*, coextensivo ao lugar próprio. A *philia* permite definir o comum como “próprio” (*okeion*) e “vizinho” (*koinon*), significados enfeixados no conceito moderno de *sociabilidade*, definido por Tönnies (1979). Por ser próprio, o lugar comum é um *topos*, ao mesmo tempo espacial e simbólico, que oferece aos próximos ou vizinhos imagens e memórias (casa, templo, monumento etc.) como um campo de identificações, acionado por uma mesma língua. O laço comunicativo da *philia* se alimenta de diferentes memórias, ritos e acontecimentos marcantes. Alimenta-se da cultura.

Seja qual for o nome que se atribua ao comum – lugar, local, comunidade – num *meio vital* determinado, é importante compreendê-lo como uma vinculação constitutiva. Isso se deve ao fato de que a coesão comunitária está assentada em crenças partilhadas e valores relativos a determinações (bem/mal, justo/injusto etc.) necessárias à vinculação intersubjetiva.

Cultura pode ser conceitualmente resumida com o mapeamento ativo desse meio. O que se entende como *mundo da vida* comporta tanto esse meio quanto a aprendizagem, nos termos de Paracelso: “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte: ninguém passa dez horas sem nada aprender” (Meszáros, 2005, p. 15). Aparentemente, entretanto, o pensamento social, fascinado por seus próprios métodos, esquece com frequência de aprender com o mundo da vida.

A suposição de que o que distingue o século XIX não é a vitória da ciência, mas a vitória do método sobre a ciência é uma séria advertência contra a transformação do método como instrumento da pesquisa científica em algo que constitui

a própria objetividade dos objetos. Em vez de densificar cientificamente o pensamento, a ossificação metodológica tende à elaboração de uma teologia do social.

In statu nascendi, as ciências sociais não eram prisioneiras dos métodos. O problema é que, ao se esvaír a produção de ideias ou teorias sobre a realidade em transformação (razão histórica do vigor das ciências sociais), restam as derivações metodológicas e “aplicadas” desses saberes, a exemplo das pesquisas de opinião e de mercado que, junto com os dispositivos de mídia, concorrem para o controle social. A cientificidade torna-se algorítmica, alegadamente “neutra”, mas assimilativa, por matemáticas oblíquas, de um passado embaraçoso e não superado. A inteligência artificial não é imune à estupidez humana.

Assim, o “universalismo” do pensamento social em determinados países, ainda que sob a bandeira da esquerda política, padece de miopia diante do entorno imediato ou perde de vista a centralidade variável das lutas sociais. Edgar Morin já se havia indagado: como é possível que sociólogos só vejam a invariância (temporária) das reproduções e não as variações e mudanças desses “invariantes”? A resposta está no paradigma científico, um sistema de poder que fixa o olhar do pesquisador num mesmo ponto, tido como invariável.

No entanto, as variações perpassam o tempo inteiro as zonas de incerteza sociais. Quando uma disciplina do pensamento social desconhece o princípio da incerteza e agarra-se a um único sistema explicativo como fundamento de todas as suas certezas, surge de fato um problema. É que, apesar dele mesmo, esse pensamento pretensamente conceitual/científico – na prática, a formalização lógica de um sistema canônico – deixa transparecer a bandeira paradigmática da certeza absoluta com o dístico de “rigor do pensamento”, tradução enviesada para “rigor do método”. Deste modo uma disciplina acadêmica pode fechar os olhos para a complexidade fenomênica e focar-se apenas numa certeza monocrática, metodologicamente esbatida contra o fundo de uma realidade em preto e branco (Sodré, 2021).

No vigor produtivo das ideias, a verdade não é a resultante de um único caminho metodológico, mas o espaço comum de um diálogo universal, portanto, de um encontro em que cada um é convidado. Esses encontros procedem de diferentes linhagens de pensamento, que variam do racionalismo acadêmico até a dimensão do sentir ou das *verdades afetivas*.

Isso tudo deixa implícito o *campo emocional* – análogo ao que a socio-filosofia alemã de Dilthey e de Simmel chamou no século XIX de *mundo do Espírito* – decisivo para a compreensão dos relacionamentos intersubjetivos. São os mesmos requisitos que a fenomenologia institui como condições da “compreensibilidade” de algo, tal como se vê na fenomenologia de Merleau-Ponty. De um modo geral, trata-se de ir um pouco adiante daquilo que, ao falar

da experiência, Edgar Morin define como *oscilação constante entre o lógico e o empírico*, para se vislumbrar, na diversidade dos modos de pensar, uma via filosófica capaz de contornar a dicotomia entre a Lógica e o Espírito.

Essa via é imperativa no momento histórico em que o capitalismo absoluto penetra em todas as esferas da existência e em que o gerenciamento social se pauta pela computação digital. Dá-se uma metamorfose incessante, em escala planetária, de matérias, corpos e espaços, em que se artificializam os seres vivos e se humanizam as máquinas de cálculo e produção.

Com a invenção e a popularização da internet, que promove a conexão generalizada entre usuários da rede eletrônica, a mídia tornou-se imediata graças a um feedback incessante. Deste modo se ampliou o território utópico da transparência expressiva, deslanchado no século passado com o advento da imagem em todas as suas modalidades técnicas. A situação é das mais complexas. A internet é um dispositivo revolucionário em termos tecnológicos, comparável às grandes transformações técnicas da modernidade, gerador de um novo espaço (virtual) superposto às clássicas coordenadas espaço-temporais.

Assim, no âmbito crescente da *midiatização* (articulação estrutural da mídia com organizações e instituições sociais), a comunicação eletrônica converte as tecnologias da informação em dispositivos de *inteligência artificial* e, por meio da rede eletrônica, introduz um novo paradigma, com uma estrutura de interconexão invisível, em que tudo é, ao mesmo tempo, conexão e passagem na superfície reticular – e na interioridade das pessoas, tornadas meros relés de transmissão –, assim como segredo criptográfico nos subterrâneos operativos.

A isso o teórico sul-africano Mbembe (2022) chama de *brutalismo*, para ele uma categoria política extraída do pensamento arquitetônico, pela qual “o poder enquanto força geomórfica doravante se constitui, se exprime, se reconfigura, age e se reproduz por *fraturação e fissuração*” (pp. 9-10). Ao mesmo tempo que a concentração do capital em poucas mãos atinge níveis mais elevados do que qualquer outro período no passado e em que a Terra como sistema chegou a seus limites, o projeto último do poder seria a transformação da humanidade em matéria e energia. Assim, o brutalismo como apoteose dessa forma de poder sem limite externo, caracteriza-se pela “estreita imbricação de várias figuras da razão: a razão econômica e instrumental, a razão eletrônica e digital, a razão neurológica e biológica” (p. 23).

Nessa imbricação, as tecnologias computacionais assumem um tal primado que as rédeas do poder social se confundem cada vez mais com os dispositivos de controle da informação. A crise das antigas formas técnicas de transmissão do conhecimento, do jornal ao livro, torna cada vez mais claro que a perda de centralidade simbólica dos suportes apenas realça o poder da informação generalizada. A grande transformação privilegia a dimensão técnica do homem, em

tal magnitude que a forma da consciência contemporânea é fundamentalmente tecnológica. Isto equivale a dizer que o relacionamento do sujeito humano com a realidade hoje passa necessariamente pela tecnologia, em especial as tecnologias da informação, em todos os seus modos de realização.

Com o capitalismo transnacional e o megaincremento tecnológico, amplia-se o mundo, submetendo ao capital, direta ou indiretamente, outras formas de regência da realidade. Nesse novo espaço, configurado primordialmente pelo mercado, o poder da mercadoria e da informação reduz o carisma do Estado nacional. Não é mais o Estado, e sim o mercado global, que fornece os principais cenários da identidade. Enfraquece a ficção histórica da cidadania política e emerge a figura do consumidor como novo sujeito social, concebido desde a origem como o contrário da ideia clássica de cidadania.

Toda essa crescente estruturação tecnológica da ambiência local e global tem um evidente impacto imediato sobre as culturas regionais. O que está de fato em curso é uma reconfiguração antropológica da vida humana, logo, do sujeito real, que não é uma essência, mas a resultante de processos variados de subjetivação – o elemento histórico – constantes de uma relação, raramente dialética, entre o ser vivo e a coisa. A separação entre um e outra sempre assegurou o domínio da consciência sobre o inerte, tornado instrumento ou objeto passivo de conhecimento. Agora, entretanto, as coisas, por meio da inteligência artificial e da sua presença conectiva na rede dos mecanismos de poder, aderem ao corpo humano, virtualmente convertido em tela. A internet é uma forma radical de conexão, ao mesmo tempo política e estética, entre sujeito, coisa e sistema.

Em princípio, toda estética altera percepções. Ampliada como forma do *socius*, é capaz de alterar (ou *dispor* de outra maneira) realidades. Enquanto dispositivo, a rede é uma matriz tecnológica capaz de *aumentar* esteticamente o espaço-tempo físico, comprimindo o tempo e ampliando o espaço. O dispositivo não deixa evidente que o “social” da rede é efeito de programas de computador, ou seja, a criação de uma realidade paralela por engenheiros ou designers, capaz de condicionar os lugares de fala dos usuários.

Na prática, trata-se de uma nova *urbs*, imaterial, com normas próprias de habitação e de circulação dos discursos. Por mais avançada em termos tecnológicos que pareça, a rede é uma “cidade” sem cidadania, todos os habitantes eletronicamente juntos, mas humanamente separados, a exemplo de um agrupamento de autômatos.

SEPARAÇÃO

Separação é palavra-chave de uma nova equação civilizatória, lastreada por uma dinâmica “incivil”. Mas é também a antítese dos conceitos de autopoiese e

de endossimbiose, que requerem a integração entre seres vivos e coisas, assim como nas culturas originais, nas quais o tempo dos objetos não é estranho ao dos humanos, nem são as coisas entidades estáticas, o que atribui às interfaces o poder de aumentar a realidade. São precisamente as interfaces que, no âmbito das tecnologias do digital, constroem uma realidade aumentada, apenas agora em função do capital.

Entretanto, a separação continua a operar no nível das relações humanas por meio da lógica mecanicista. Por exemplo, a programação digital reduz a fonação (assim como a sua reprodução escrita) ao nível mecânico, o que pode implicar retrocesso discursivo. Com a inteligência artificial, o sujeito emula o robô que, como se sabe, é capaz de incorporar um sistema semântico. Linguagem, porém, não é semântica, nem sintaxe, nem gramática – portanto, nem sequer apenas discurso –, mas a ordem simbólica de acolhimento das diferenças e aproximações capaz de se apropriar e de expressar aquilo que somos. É o ordenamento vinculativo em que se constitui a responsabilidade comum.

Mas a língua computacional é um monopólio numérico (capaz de trocar a subjetivação pelos dígitos) previsível e autocorrigível, com valores fechados. Desta forma, o aumento da liberdade técnica de resposta por parte do usuário, portanto, a responsividade individual, em nada afeta sua irresponsabilidade civil. Esta lança o indivíduo tecnicamente *aumentado* na precariedade de relações sociais desprovidas do vínculo comunitário que, em última análise, tornaria cada um responsável pelo outro. Apenas no *em-comum* se constituem as identidades e os laços coesivos imprescindíveis à responsabilidade social, princípio ético atinente à dignidade da linguagem e ao cuidado de si mesmo como fontes do sentido relativo à existência humana.

RESPONSABILIDADE

A palavra responsabilidade deve ser, assim, tomada como um *princípio* ético atinente à dignidade da linguagem e ao cuidado de si mesmo como fontes do sentido relativo à existência humana. É o fundamento dos valores e da normatividade naturalmente intrínseca à condição humana de autoafirmação da vida.

Esse princípio, essencial à comunicação humana, não se integra epistemologicamente ao modelo de racionalidade das ciências sociais, forjadas entre o século XVIII e início do século XX segundo parâmetros mecanicistas e positivistas. O campo de estudos comunicacionais deslanchado desde pouco antes da Segunda Guerra, apesar da novidade radical de seus materiais empíricos, permaneceu sob a hegemonia desse paradigma, sem grandes desconfiâncias quanto à evidência imediata – capitalista e industrial – de sua empiria.

Não basta colocar a pessoa, como autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento. Como bem observa Boaventura de Sousa Santos (2007), uma concepção humanística das ciências sociais

coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa humana. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana. É, pois, necessário descobrir categorias de inteligibilidade globais, conceitos quentes que derretam as fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade. (pp. 44-45)

Para ele, “o mundo é comunicação e por isso a lógica existencial da ciência pós-moderna é promover a ‘situação comunicativa’ tal como Habermas a concebe” (Sousa Santos, 2007, p. 45).

Essa situação, para nós, é o aprofundamento da compreensão, de maneira a não desqualificar a natureza nem o homem em função de um conhecimento quantitativista e nomotético. Dentro de um paradigma emergente, é imperativo superar a clássica dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais, abolir ou relativizar as fortemente as fronteiras disciplinares e instaurar a situação comunicativa ou interativa entre os saberes, com vistas a um conhecimento ao mesmo tempo global e local.

A proposta de comunicação como uma ciência do comum significa a produção de saber com sabedoria, fala com diálogo, ação com pausa e reflexão: um campo de sentido transitivo, reconhecível pelo Outro. Muito longe de ser um apêndice epistemológico das ciências sociais novecentistas, a comunicação implica uma ruptura paradigmática, um novo campo expansivo, em que o objeto do conhecimento se desloca da abstração do sujeito epistêmico para o sujeito empírico que, por sua vez, não é o soberano do Antropoceno, mas o parceiro concreto de terra e de máquinas. ■

REFERÊNCIAS

- Fiske, A. P. (1992). The four elementary forms of sociality: Framework for a united theory of social relations. *Psychological Review*, 99(4), 689-723.
- Mbembe, A. (2022). *Brutalismo*. La Découverte.
- Meszáros, I. (2005). *A educação para além do capital*. Boitempo.
- Sodré, M. (2021). *A sociedade incivil: Mídia, iliberalismo e finanças*. Vozes.
- Sousa Santos, B. (2007). *Um discurso sobre as ciências*. Afrontamento.
- Tönnies, F. (1979) *Comunidad y Asociación: el comunismo y el socialismo como formas de vida social*. Península.

O espaço ibero-americano de ciências da comunicação e as epistemologias do Sul

The Ibero-American space of communication sciences and the epistemologies of the South

PAULO SERRA^a

Universidade da Beira Interior. Covilhã – Portugal

RESUMO

O tema deste artigo é a relação entre o espaço ibero-americano de ciências da comunicação e as epistemologias do Sul, levantando a questão de saber se a investigação nesse espaço tende a se aproximar do Sul epistemológico. Para responder à questão, faz-se, em primeiro lugar, a contextualização histórica e conceitual das epistemologias do Sul, apresentando, depois, os principais resultados de um estudo empírico de caráter exploratório, baseado numa análise bibliométrica e textual de uma amostra significativa de revistas. Conclui-se que a investigação em ciências da comunicação no espaço ibero-americano se aproxima, em vários aspetos, da concepção de uma ciência pós-abissal proposta pelas epistemologias do Sul.

Palavras-chave: Ciências da comunicação, espaço ibero-americano, epistemologias do Sul, revistas

ABSTRACT

This article addresses the relationship between the Ibero-American space of communication sciences and epistemologies of the South, raising the question of whether research in this space tends to approach the epistemological South. To answer the question, firstly, the historical and conceptual context of the epistemologies of the South is outlined, and then the main results of an empirical study of an exploratory nature are presented, based on a bibliometric and textual analysis of a significant sample of journals. The main conclusion is that research in communication sciences in the Ibero-American space approaches, in several aspects, the conception of a post-abyssal science proposed by the epistemologies of the South.

Keywords: Communication sciences, Ibero-American space, epistemologies of the South, journals

^aDoutor em Ciências da Comunicação e professor e investigador na Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior e na sua Unidade de I&D LabCom – Comunicação Artes.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7821-3880>.
E-mail: pserra@ubi.pt

NUM MOVIMENTO QUE pode ser visto como uma radicalização das posições de epistemólogos como Thomas Kuhn, Imre Lakatos ou Paul Feyerabend, Boaventura de Sousa Santos (a seguir, BSS) desenvolveu, a partir de 1995, a sua tese sobre a existência das *epistemologias do Sul*. Mesmo que não aceitemos, no todo ou em parte, essa tese, não podemos deixar de reconhecer que toda a ciência, por mais universal que se pretenda, acaba por ter um lugar, um tempo e uma sociedade. Se isto é verdade em relação às ciências em geral, também o é, *a fortiori*, em relação às ciências sociais e humanas e, dentro destas, às ciências da comunicação. Coloca-se, deste modo, a questão de saber se o espaço ibero-americano de ciências da comunicação tende a se aproximar de uma epistemologia do Sul ou se, pelo contrário, tende a se aproximar das epistemologias do Norte (europeu, estadunidense).

A discussão desta questão envolveu a estruturação deste texto em duas partes, cada uma das quais com duas secções. A primeira parte do artigo, intitulada “Contextualização Histórica e Conceitual”, inclui uma primeira secção sobre as origens do conceito de epistemologias do Sul e uma segunda sobre a delimitação desse mesmo conceito – num e noutro caso tendo como referências fundamentais as obras de BSS.

A segunda parte do artigo, intitulada “Estudo Empírico”, inclui uma primeira secção, de análise bibliométrica, sobre a presença do conceito de epistemologias do Sul nas revistas de ciências da comunicação do espaço ibero-americano; a segunda secção trata de averiguar a eventual orientação dessas revistas para as epistemologias do Sul, recorrendo à análise de uma amostra significativa¹ de revistas científicas de diferentes países do espaço ibero-americano.

¹ Pressuponho, aqui, a distinção entre amostra representativa e amostra significativa – para sublinhar que a amostra por mim utilizada não tem qualquer veleidade de “representar”, e menos ainda de “representar fielmente”, a totalidade das revistas ibero-americanas de ciências da comunicação.

² Ver, sobre este percurso, a entrevista com Bruno Sena Martins feita por ocasião dos 40 anos da *Revista Crítica de Ciências Sociais* e do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (Martins & Sousa Santos 2018).

³ Referi-me a ambas as obras no meu livro *A Informação como Utopia* (Serra, 1998, p. 71, ss).

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL

As origens do conceito de epistemologias do Sul

A teorização das epistemologias do Sul, por parte de BSS, representa, simultaneamente, um ponto de chegada e um ponto de partida no seu percurso intelectual². Representa um ponto de chegada uma vez que é antecedida pela sua reflexão sobre as ciências patente em obras como *Um Discurso sobre as Ciências* (1988) e *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna* (1989)³. Representa um ponto de partida pois marca o início daquilo que pode ser visto, simultaneamente, como uma fase mais radical (crítica) e mais construtiva (de alternativas) não só da reflexão sobre as ciências, mas também da ação política decorrente dessa reflexão – já que, como BSS acentua em vários dos seus textos, as epistemologias

do Sul não surgem apenas da teoria mas, sobretudo, de uma praxis que ilumina quer a sua gênese quer o seu sentido.

Sobre a (história da) formulação do conceito, na introdução do primeiro dos livros escritos sobre o tema, BSS e a coorganizadora referem que “este conceito foi formulado inicialmente por Boaventura de Sousa Santos em 1995 e posteriormente re-elaborado em várias publicações” (Sousa Santos & Meneses, 2008, p. 12). Esta é uma formulação que Maria Paula Meneses repete em artigo de 2008, afirmando que “em 1995, Boaventura de Sousa Santos propôs o conceito de ‘epistemologia do Sul’, o qual veio a suscitar vários debates (Meneses, 2008, p. 5). A obra de 1995 referida em ambos os casos é o livro *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, publicado pela Routledge, no qual, relativamente ao conceito em causa, assume particular relevo a secção “The South” (Sousa Santos, 1995).

Na passagem dessa secção que podemos considerar como a formulação seminal das epistemologias do Sul, BSS afirma que “a crítica da relação imperial” do Norte colonizador com o Sul colonizado implica três fases (que são outras tantas injunções programáticas): “aprender que há um Sul” (*learning that there is a South*), “aprender a ir para o Sul” (*learning to go South*), e “aprender com o Sul” (*learning from the South*), concluindo que

A desfamiliarização do Norte imperial é, assim, uma epistemologia complexa, composta por atos sucessivos de desaprender em termos de conhecimento-regulação (*da ordem ao caos*) [ênfase adicionada] e reaprender em termos de conhecimento-emancipação (*do colonialismo à solidariedade*) [ênfase adicionada]. (Sousa Santos, 1995, p. 508)

Também na entrevista com Bruno Sena Martins, mencionada atrás, BSS se refere a três “fases” na sua crítica do positivismo da ciência moderna e na construção das epistemologias do Sul, considerando que estas estão longe de ser “um processo acabado” – uma consciência que estará patente no livro então publicado nos Estados Unidos da América, *The End of the Cognitive Empire* (2018) (Martins & Sousa Santos, 2018, p. 44).

A primeira dessas fases, que se terá iniciado com a obra *Um Discurso sobre as Ciências* (1988), compreende a “luta pelo pluralismo interno da ciência”, criticando o positivismo científico, pugnando pela inclusão na ciência de outras formas de conhecimento que não a ciência “positiva” (teoria crítica, filosofias etc.).

A segunda fase, cujo início BSS situa no seu trabalho de pesquisa no Rio de Janeiro (favela do Jacarezinho), é uma luta pelo *pluralismo externo*, ou seja, pela

defesa da ideia de que a ciência não é a única forma de conhecimento válida, que há várias formas de conhecimento válidas, e a ciência é apenas uma delas.

A terceira fase – na qual se se encontraria no momento da entrevista – é aquela em que os diversos conhecimentos são colocados “numa interação criativa que são as *ecologias dos saberes* e as *artesanias das práticas*”, algo que só poderá ocorrer “em contextos de luta social”, “nos processos de luta por uma sociedade mais justa” – e essa interação está longe de ser um processo fácil, exigindo um esforço permanente de *tradução*:

A diversidade intercultural e interpolítica obriga a um esforço de tradução intercultural e de uma reconstrução política muito forte. Trata -se de um pluralismo externo que não quer ser uma síntese, mas que não se quer perder na fragmentação total da diversidade. Daí a minha luta contra o relativismo. (Martins & Sousa Santos, 2018, p. 44)

Repensando esta delimitação de “fases”, que daria a ideia de um progresso típica do próprio positivismo, BSS reformula a descrição do seu percurso em termos de uma “espiral”, pensando desse modo “o pluralismo interno, o pluralismo externo, a articulação de lutas tendo em conta a diversidade de conhecimentos, em que todos são válidos, mas não são todos igualmente válidos, em função das lutas em que estamos” (Martins & Sousa Santos, 2018, p. 45).

No que se refere ao contexto histórico, social e político em que surgem as epistemologias do Sul, diz BSS:

No plano intelectual, elas não seriam possíveis sem duas propostas que revolucionaram a pedagogia e as ciências sociais no final da década de 1960 e ao longo da década de 1970: a pedagogia do oprimido de Paulo Freire e a investigação-ação participativa (IAP) de Orlando Fals Borda. Esses dois pilares portentosos contribuíram decisivamente para a formulação das epistemologias do Sul. (Sousa Santos, 2019, pp. 355-366)

Delimitação do conceito de epistemologias do Sul

Traçar as origens do conceito de epistemologias do Sul permitiu-nos, desde logo, identificar algumas das notas fundamentais desse conceito. Para a explicitação dessas e doutras notas conceituais, tendo em conta, por um lado, as centenas de páginas que BSS dedicou ao tema das epistemologias do Sul (para além dos trabalhos citados no texto, ver Sousa Santos, 2008a, 2008b, 2014, 2018, 2020; Sousa Santos, Araújo & Baumgarten, 2016; Sousa

Santos, Nunes & Meneses, 2008) e, por outro lado, o caráter processual (em “espiral”) da sua reflexão, teremos como base o último livro que, de forma explícita, o autor dedicou ao tema: o já referido *The End of the Cognitive Empire: The Coming of Age of Epistemologies of the South*, de 2018, cuja versão em português, com o título *O Fim do Império Cognitivo: A Afirmação das Epistemologias do Sul*, foi publicada no Brasil em 2019 (é esta versão que seguimos aqui).

Começemos pela explicitação da expressão “epistemologias do Sul”:

As epistemologias do Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Chamo o vasto e muito diverso âmbito dessas experiências de Sul anti-imperial. (Sousa Santos, 2019, p. 17)

O objetivo destas epistemologias é “permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e nos seus próprios termos, pois apenas desse modo serão capazes de o transformar de acordo com as suas próprias aspirações” (Sousa Santos, 2019, p. 17).

O Sul das epistemologias do Sul não coincide, totalmente, com o Sul geográfico – já que pode haver Sul, e vários tipos de Sul, no seio do Norte e, inversamente, Norte, e vários tipos de Norte, dentro do Sul (Sousa Santos, 2019, pp. 17-18).

Deste modo, as epistemologias do Sul não são epistemologias em sentido convencional, que visem ao estudo da ciência e da crença justificada, ou mesmo do respetivo contexto social e histórico:

Trata-se antes de identificar e valorizar aquilo que muitas vezes nem sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, a dimensão cognitiva das lutas de resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa mesma opressão. Muitas dessas formas de conhecimento não configuram conhecimentos pensados como atividade autônoma, e sim gerados e vividos em práticas sociais concretas. (Sousa Santos, 2019, p. 18)

As epistemologias do Sul visam contrariar o papel de dominação exercido pelas epistemologias do Norte, assentes numa concepção (monista) de ciência como um conhecimento que se caracteriza pelo rigor, o universalismo, a verdade, a distinção entre sujeito e objeto, a natureza como *res extensa*, a temporalidade linear, o progresso da ciência, a objetividade assente na neutralidade social e política (Sousa Santos, 2019, p. 24).

A ciência moderna foi o instrumento de que o Norte colonial, capitalista e patriarcal se serviu para levar a cabo o “epistemicídio multifacetado” (Sousa Santos, 2019, p. 162) no Sul, privando este das suas formas de conhecimento próprias, construídas ao longo de séculos ou mesmo milênios, e perfeitamente adaptadas à sua praxis. Impõe-se, assim, aquilo a que BSS chama uma *descolonização cognitiva* (Sousa Santos, 2019, p. 161).

Essa descolonização não implica negar a ciência, mas antes a ciência abissal, para colocar no seu lugar uma ciência pós-abissal. A ciência abissal é aquela que assenta numa linha de separação entre o “lado de cá” (o Norte) e o “lado de lá” (o Sul), considerando o conhecimento do primeiro como o unicamente válido e remetendo o do segundo para a inexistência e a invisibilidade; as distinções, por exemplo, entre a ciência positiva e filosofias feitas “do lado de cá” dão já como adquirida e natural a separação abissal feita previamente, e que assim é ocultada:

As epistemologias do Norte concebem o Norte epistemológico eurocêntrico como sendo a única fonte de conhecimento válido, seja qual for o local geográfico onde se produza esse conhecimento. Na mesma medida, o Sul, ou seja, aquilo que fica do “outro” lado da linha, é entendido como sendo o reino da ignorância. O Sul é o problema; o Norte é a solução. Nesses termos, a única compreensão válida do mundo é a compreensão ocidental. (Sousa Santos, 2019, p. 25)

A ciência pós-abissal exige um novo tipo de metodologia, diferente do da ciência abissal, pelo que as epistemologias do Sul “propõem metodologias não extrativistas” (Sousa Santos, 2019, p. 179).

As metodologias não extrativistas recorrem a “perspectivas surpreendentes” para formular conceitos como os de *sociologia das ausências* – que visa “estudar na realidade social o que parece aí não existir” –, a *sociologia das emergências* – “o estudo daquilo que ainda não é realidade, ou que é realidade apenas em potência” –, a *ecologias dos saberes* – “imagina relações entre conhecimentos que, à luz das teorias de sistemas convencionais, seriam possíveis apenas entre elementos da mesma totalidade”, relações entre “conhecimentos autônomos envolvidos em processos de fusão ou hibridização” – e a *tradução intercultural* – que, diferentemente do seu significado convencional (“formas de inteligibilidade das mesmas ideias ou de ideias semelhantes em línguas diferentes”), se refere, nas epistemologias do Sul, a “ideias que são muitas vezes extremamente diferentes e que podem ou não ser expressas na mesma língua” (Sousa Santos, 2019, pp. 189-190). Deste modo, e em resumo,

Os instrumentos principais das epistemologias do Sul são os seguintes: a linha abissal e os vários tipos de exclusão social que ela cria; a sociologia das ausências e a sociologia das emergências; a ecologia de saberes e a tradução intercultural; a artesanaria das práticas. (Sousa Santos, 2019, p. 41)

Em contraste, as epistemologias extrativistas da ciência abissal, tal como o seu próprio nome indica, concebem o conhecimento como uma extração de informação (ou dados), como um extrativismo que mais não é que a versão cognitiva do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado (Sousa Santos, 2019, p. 193). Essa extração é feita a partir de objetos humanos ou não humanos, de forma unilateral (o extrator nunca é extraído), de modo intensivo ou extensivo até à exaustão das fontes, e o não extraível é considerado irrelevante e, por consequência, é eliminado (Sousa Santos, 2019, p. 194). Apesar de estas metodologias não poderem ser “descolonizáveis”, em certas circunstâncias, os conhecimentos produzidos podem “ser ressignificados ou reconfigurados e utilizados para fins contra-hegemônicos” (Sousa Santos, 2019, p. 194).

No que se refere à descolonização das metodologias – configurando aquilo a que BSS chama “metodologias antiextrativistas ou pós-extrativistas” –, ela “consiste em todos os processos capazes de produzir conhecimento aceitáveis e confiáveis de modo não-extrativista, ou seja, através da cooperação entre sujeitos de saber e não através de interações cognitivas unilaterais sujeito/objeto” (Sousa Santos, 2019, p. 194).

As metodologias extrativistas obliteram o facto de a ciência ser, do ponto de vista literal (o oculo-centrismo) ou metafórico, uma certa *perspetiva*, de tal modo que aquilo que permite ver é apenas parte de tudo aquilo que esconde; ou, nas palavras de BSS, “as metodologias apenas nos fornecem as respostas sobre o mundo que correspondem às perguntas que foram feitas, sendo essas perguntas uma ínfima parte daquelas que poderiam ter sido colocadas”. Essas metodologias caem, assim, no *fetichismo metodológico*, que “consiste na convicção de que se obtém a verdade sobre o objeto pela simples razão de se respeitarem as metodologias, e de que essa é a única verdade relevante” (Sousa Santos, 2019, p. 202).

Um outro ponto de contraste entre a ciência abissal e a ciência pós-abissal é que o conhecimento, nesta última, “surge de processos de *conhecer-com* em vez de *conhecer-sobre*” (Sousa Santos, 2019, p. 232), e “todo o trabalho de investigação orientado pelas epistemologias do Sul é, na sua essência, coletivo” (Sousa Santos, 2019, p. 235).

No entanto, a ciência pós-abissal “é, por enquanto, algo a que se aspira, um programa de investigação que, se avaliado à luz do paradigma dominante (as epistemologias do Norte), é, sem dúvida, utópico” (Sousa Santos, 2019, p. 209), e os cientistas que advogam por ela são “alvo de uma dupla

estigmatização: primeiro, porque não são ‘verdadeiros cientistas’ aos olhos dos seus pares no contexto da academia; segundo, porque não são considerados ‘verdadeiros combatentes’ pelos protagonistas das lutas sociais” (Sousa Santos, 2019, pp. 209-210).

Há, assim, também, uma linha de separação entre a ciência pós-abissal e a “maior parte do conhecimento que circula no mundo e é relevante para as vidas das pessoas”: enquanto este é “oral e artesanal”, as universidades e os centros de investigação privilegiam o conhecimento “escrito e científico”. Para que um e outro possam integrar as “ecologias dos saberes”, visando a luta contra a opressão capitalista, colonial e patriarcal, o conhecimento científico deve ser “desmonumentalizado” e “oralizado” (Sousa Santos, 2019, p. 413).

As ciências da comunicação e as epistemologias do Sul

A contextualização e a delimitação do conceito de epistemologias do Sul que acabamos de fazer suscita-nos a seguinte questão: será que a investigação em ciências da comunicação no espaço ibero-americano tende a se aproximar das epistemologias do Sul? Ou ela tende, pelo contrário, a se aproximar das epistemologias do Norte?

Responder a essa questão envolve, em primeiro lugar, determinar questões como as seguintes: quais poderão ser as implicações do conceito de epistemologias do Sul na investigação em comunicação? Como se distinguem os estudos de comunicação que se colocam numa perspetiva de epistemologias do Sul daqueles que se colocam do ponto de vista das epistemologias do Norte?

Estas questões não são novas, e já têm sido tratadas por outros autores – desde logo pelo próprio BSS, pelo menos em termos gerais, quando afirma que o mito de que “todos os problemas sociais e políticos teriam soluções técnicas”, mesmo se se encontra numa fase de perda de credibilidade, “ainda subsiste entre nós, exacerbado agora pela revolução das tecnologias de informação e comunicação” (Sousa Santos, 2019, p. 409).

Essa revolução das tecnologias de informação e comunicação, cujos impactos sobre a sociedade e a cultura são profundos, tem, também, impacto na forma como, hoje em dia, tende a conceber-se a comunicação e os media.

De facto, como sublinham Araújo e Santos (2017, p. 79), os estudos da comunicação e dos media feitos na perspetiva das epistemologias do Norte tendem a centrar-se numa definição de media que os identifica com o tecnológico, o novo, o ocidental, o do Norte – esquecendo todos os outros modos de mediação e comunicação, nomeadamente os que caracterizam as epistemologias

do Sul, tanto no Sul como no Norte geográficos, e que é descartado para aquilo a que por vezes se chama o *indígena* ou o *tradicional*.

A uma conclusão análoga chegam Carvalho et al. (2020). Tendo como base a análise de uma amostra constituída por 116 artigos publicados entre 2016 e 2018, nas revistas de comunicação então indexadas nos cinco primeiros lugares da Scopus (*Journal of Communication, Applied Linguistics, Political Communication, International Journal of Press/Politics, Communication Theory*), e selecionados em função de quatro palavras-chave (*media, traditional media, indigenous media, social media*) (Carvalho et al., 2020, p. 223), os autores detectaram as seguintes tendências dominantes:

- “Media” tende a ser igual a “digital”. . . . A referência a “media indígena” não foi encontrada e nenhum dos artigos focou quaisquer outros media que não os media de massa e online.
- “Media tradicional” como “media de massa” . . .
- “Media social” como “media digital” . . .
- Prevalência de tecnologia de ponta na definição de media . . .
- Liberal como tendencialmente universal . . .
- Pouco reconhecimento das ecologias mediáticas . . . (Carvalho et al., 2020, pp. 226-228)

Uma das consequências fundamentais da definição de media em função do critério moderno do progresso científico-tecnológico, que considera como não media ou media ultrapassados os que não se enquadram naquela definição, é que “os saberes e os relatos que as vozes que usam esses meios [não tecnológicos, não digitais] expressam são consideradas também como inferiores, pré-modernos e passíveis de serem legitimamente superados ou positivamente atualizados” (Carvalho et al., 2020, p. 217).

Mas a distinção entre ciências da comunicação tendentes para o Norte ou para o Sul epistemológicos não pode fazer-se apenas pela concepção de comunicação e media que pressupõem – mas também por aspetos como os temas tratados, as metodologias e métodos utilizados para os investigar – os resultados que pretendem obter:

i) Temas: enquanto as epistemologias do Norte tendem, cada vez mais, a centrar-se em temas como os novos media e as suas utilizações, a media-tização da sociedade, a literacia mediática, a desinformação, a comunicação estratégica etc., as epistemologias do Sul tendem a abordar temas relacionados com a trilogia conceitual capitalismo, colonialismo e patriarcado, incluindo por exemplo temas como raça, gênero, migrações, movimentos sociais, redes comunitárias, sustentabilidade etc.

⁴Adoto aqui, com adaptações, a distinção de BSS: “Quando falo da questão do método, no singular, refiro-me à metodologia, ou seja, às questões teóricas e analíticas relativas a como a investigação deve ser efetuada no que diz respeito ao seu próprio contexto e aos objetivos visados. Quando falo de métodos, no plural, refiro-me às técnicas de recolhimento de informação ou aos contextos concretos em que a cocriação de conhecimento tem lugar” (Sousa Santos, 2019, pp. 203-204).

ii) Metodologias⁴: enquanto as epistemologias do Norte tendem a utilizar metodologias quantitativas, características das ciências da natureza, visando à obtenção de conclusões universais, as epistemologias do Sul tendem a utilizar metodologias qualitativas, características das ciências sociais e humanas (“ciências do espírito”, segundo Dilthey), visando a obtenção de conclusões contextuais (“universalidade” particular).

iii) Métodos: enquanto as epistemologias do Norte tendem a utilizar métodos de recolha de dados como o questionário ou a análise de conteúdo, que podemos qualificar de extrativistas (investigar sobre, o outro como objeto que deve ser explorado), as epistemologias do Sul tendem a utilizar métodos de recolha de dados como a entrevista, a análise do discurso ou a observação participante, que podemos considerar como não extrativistas e intersubjetivos (investigar com, o outro como sujeito produtor de interpretações e sentidos).

Assim, para responder à questão enunciada no início desta secção – será que a investigação em ciências da comunicação no espaço ibero-americano tende a aproximar-se das epistemologias do Sul? – procedeu-se ao estudo empírico que se apresenta em seguida, e que incidiu sobre os vários aspetos distintivos de ambas as epistemologias.

ESTUDO EMPÍRICO

Este estudo empírico envolveu dois momentos. No primeiro, procurou-se determinar qual a presença do conceito de epistemologias do Sul nas revistas de ciências da comunicação no espaço ibero-americano, recorrendo a uma pesquisa nas bases de dados Scopus e Web of Science. No segundo, mais extenso e mais relevante, procurou-se determinar qual a orientação – mais para o Norte ou mais para o Sul epistemológicos – de uma amostra, que consideramos significativa, de revistas de ciências da comunicação do espaço ibero-americano.

Presença do conceito de epistemologias do Sul nas revistas de ciências da comunicação

De acordo com a perspetiva corrente, o impacto científico de um conceito ou de uma teoria vê-se, em grande medida, pela quantidade de publicações que o referem. E as publicações científicas são, cada vez mais, artigos em revistas.

Com base nesta perspetiva, fizemos uma pesquisa exploratória visando indagar o número de artigos de revistas indexadas na Scopus e na Web of Science Core Collection que referem a expressão “Epistemologies of the South”.

A pesquisa, feita no dia 7 de julho de 2023, devolveu os resultados apresentados a seguir.

Scopus

A pesquisa foi feita tendo em conta os seguintes descritores: Campos de pesquisa: *Article title, Abstract, Keywords*; Tipo de documento: *Article*.

A pesquisa identificou um total de 117 artigos, dos quais três em revistas da área da comunicação. Esses artigos e revistas são os seguintes:

1. Sousa, L. S., & Oliveira, T. (2018). Cartografias da pesquisa-ação: Em busca de deslocamentos da epistemologia do Sul. *Comunicação e Sociedade*, 33, 57-81. (Número sobre “Epistemologia e Metodologias em Comunicação”).
2. Suzina, A. C., & Tufte, T. (2020). Freire’s vision of development and social change: Past experiences, present challenges and perspectives for the future. *International Communication Gazette*, 82(5), 411-424. (Número especial dedicado a Paulo Freire.)
3. Souza, J. R. (2021). Discusión sobre el lugar de la cultura en la enseñanza de lenguas: Sobre la no dicotomía entre lengua y cultura. *Revista Caracol*, 22, 438-463⁵.

⁵ A revista *Caracol*, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, é uma das revistas que se encontra indexada na Scopus na área de comunicação.

Web of Science Core Collection

A pesquisa foi feita tendo em conta os seguintes descritores: Campos de pesquisa: *All fields*; Tipo de documento: *Articles*.

A pesquisa identificou um total de 115 artigos, dos quais três em revistas da área de comunicação.

Esses artigos e revistas são os seguintes:

1. O mesmo que o indicado em nº 2 na Scopus.
2. O mesmo que o indicado em nº 3 na Scopus.
3. Baspineiro, A. C. (2022). Comunicologías del Sur. *Chasqui*, (151), 17-50. (Número sobre “Tendencias e Innovación en la Educación Superior en Comunicación a Partir de la Covid-19”).

Principais resultados

Identificamos, assim, um total de quatro artigos nas revistas indexadas em ambas as bases de dados (e que em parte se repetem): um na revista do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (*Comunicação e Sociedade*), um numa revista da Sage (*International Communication Gazette*), um numa revista da Universidade de São Paulo (*Revista Caracol*), e um na revista do Ciespal (*Chasqui*).

As revistas de ciências da comunicação e as epistemologias do Sul***Delimitação da amostra***

De acordo com a recolha de dados efetuada por nós em 5 de julho de 2023, com os descritores *Subject area: Social Sciences*, *Subject categorie: Communication*, *Region: IberoAmerica* e *Types: Journals*, existem indexadas no SCImagoJR (Scopus) (<https://bit.ly/3upr0ky>) 59 revistas (*journals*) de comunicação, distribuídas pelos seguintes países ibero-americanos:

Tabela 1.*Revistas por país*

País	Nº de revistas	Perc. de revistas
Espanha	32	54,24
Brasil	10	16,95
Portugal	09	15,25
Peru	02	3,39
Chile	02	3,39
México	01	1,69
Colômbia	02	3,39
Argentina	01	1,69
Total	59	100

Nota. Elaborada pelo autor com dados obtidos no SCImagoJR.

Verifica-se, na Tabela 1, que a Espanha se destaca, de forma clara, com mais de 50% das revistas indexadas, situando-se o Brasil e Portugal, respetivamente, em 2º e 3º lugares, ambos com percentagens quase iguais (16,95% e 15,25%); a soma das percentagens dos restantes cinco países fica abaixo das percentagens do Brasil e de Portugal (13,55%).

Das 59 revistas, encontram-se nos cinco primeiros lugares em termos de fator de impacto (SJR – Scimago Journal Rank) as presentes na Tabela 2.

Tabela 2.*Ranking das revistas*

Ordem	Título	SJR	SJR Quartil	H index	País
1	<i>Comunicar</i>	1,412	Q1	51	Espanha
2	<i>Review of Communication Research</i>	0,97	Q1	8	Espanha
3	<i>Profesional de la Informacion</i>	0,872	Q1	40	Espanha
4	<i>Media and Communication</i>	0,865	Q1	30	Portugal
5	<i>Revista Latina de Comunicacion Social</i>	0,691	Q1	24	Espanha

Nota. Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no SCImagoJR.

Nas cinco revistas colocadas nos cinco primeiros lugares constam quatro espanholas e uma portuguesa. Note-se, no entanto, que a revista atribuída a Portugal, apesar de ser editada em Lisboa, pela Cogitatio Press (<https://bit.ly/3MXgJCp>), não só tem título em inglês como apresenta as seguintes características: os seus editores são não portugueses (talvez com exceção de um, mas que não tem afiliação em Portugal); tem raros portugueses como autores ou coautores; publica em inglês. Assim, dificilmente poderíamos considerá-la uma revista “portuguesa” da área da comunicação.

De entre as 59 revistas indexadas na Scopus, selecionamos para análise uma amostra de cinco revistas com base nos seguintes critérios: *país* – revista com melhor classificação em cada país que, cumulativamente, seja publicada em língua ibero-americana (português ou espanhol); *subárea* – comunicação e media (e não, por exemplo biblioteconomia, literatura etc.); *continente* – duas revistas da Europa, uma de Portugal e uma Espanha; duas revistas da América do Sul, uma em língua portuguesa (Brasil) e uma em língua espanhola; uma revista da América do Norte, neste caso apenas em língua espanhola (México)⁶.

Aplicando estes critérios, a nossa amostra ficou constituída pelas sete revistas/países indicados na Tabela 3.

⁶Na altura da pesquisa não havia revistas da América Central indexadas na Scopus na área de comunicação.

Tabela 3.

Amostra de revistas por país

País	Revista	Website	SJR
Espanha	<i>Comunicar</i>	https://www.revistacomunicar.com/	1
Peru	<i>Revista de Comunicación</i>	https://revistadecomunicacion.com/index	8
México	<i>Comunicacion y Sociedad</i>	https://comunicacionsociedad.cucsh.udg.mx/index.php/comsoc	22
Portugal	<i>Comunicação e Sociedade</i>	https://revistacomsoc.pt/	27
Brasil	<i>Comunicação Mídia e Consumo</i>	https://revistacmc.espm.br/revistacmc	49

Nota. Elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no SCImagoJR.

Para cada uma das revistas indicadas, consideramos apenas os números e os artigos publicados ao longo do ano de 2022, conforme indicado na Tabela 4.

Tabela 4.

Números e artigos publicados em 2022

Revista (País)	Nº publicados em 2022	Total de artigos ⁷
<i>Comunicar</i> (Espanha)	4	40
<i>Revista de Comunicación</i> (Peru)	2	39
<i>Comunicacion y Sociedad</i> (México)	1	30

⁷Não considerando editoriais, introduções, notas de apresentação, resenhas ou entrevistas.

Continua...

Continuação

Revista (País)	Nº publicados em 2022	Total de artigos ⁷
<i>Comunicação e Sociedade</i> (Portugal)	2	26
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i> (Brasil)	3	25
Total	12	160

Nota. Elaborada pelo autor com base nas informações presentes nos sites das revistas.

⁸ Assim, e para darmos apenas um exemplo, um autor de nome claramente português, mas afiliado a uma instituição nos EUA, foi por nós considerado como dos EUA.

Cada um dos artigos foi classificado de acordo com as seguintes categorias: “País do 1º autor” (considerando a instituição a que está afiliado),⁸ “Tema” (com base no título), “Media” (meio de comunicação a que se refere o artigo, quando for o caso), “Metodologia” (quantitativa, qualitativa ou mista), e “Métodos” (técnicas de recolha de dados). Esta classificação dos dados, bem como a respetiva recolha, foi feita exclusivamente por mim, sem recurso a quaisquer outros codificadores – o que se justifica em razão do objetivo predominantemente exploratório e hermenêutico deste artigo. Os dados recolhidos têm na base as indicações fornecidas pelos autores nos títulos, autores, resumos e palavras-chave dos artigos; e, quando algumas das informações nesses elementos eram omissas ou duvidosas, recorreu-se à consulta dos artigos completos.

Principais resultados**País do 1º autor**

Para se verificar o grau de permeabilidade entre autores e revistas/países, analisou-se o país de origem do primeiro autor de cada um dos artigos.

Como se constata na Tabela 5, Espanha detém a maior quantidade de primeiros autores (66), sendo seguida pelo Brasil (27) e Portugal (17). Estes três países totalizam 110 autores, ou seja, 69% do total, e só Portugal e Espanha representam mais de metade do total (83). Há, assim, uma sobrerrepresentação de autores de países europeus.

Esta distribuição de autores por países implica desde logo que há autores que escrevem artigos em mais revistas do que aquelas que pertencem aos respetivos países, como também se verifica na Tabela 5.

Tabela 5.*País do 1º autor e por revista*

País do 1º autor	Total	Comunicação e Sociedade	Comunicação, Mídia e Consumo	Comunicación y Sociedad	Comunicar	Revista de Comunicación
África do Sul	1	1	○	○	○	○
Alemanha	2	○	○	○	2	○

Continua...

Continuação

País do 1º autor	Total	Comunicação e Sociedade	Comunicação, Mídia e Consumo	Comunicación y Sociedad	Comunicar	Revista de Comunicación
Argentina	5	0	1	2	0	2
Brasil	27	6	19	1	1	0
Chile	5	0	0	3	1	1
Colômbia	7	0	0	2	3	2
Cuba	1	0	0	0	1	0
Equador	1	0	0	0	0	1
Eslovênia	1	0	0	0	1	0
Espanha	66	2	3	12	23	26
EUA	2	1	0	0	0	1
Filipinas	1	0	0	0	1	0
Itália	1	0	0	0	1	0
Lituânia	1	0	0	0	1	0
Malásia	1	0	0	0	0	1
México	10	0	0	8	1	1
Peru	6	0	0	2	1	3
Portugal	17	15	2	0	0	0
Reino Unido	2	1	0	0	1	0
Romênia	1	0	0	0	1	0
Turquia	1	0	0	0	1	0
Venezuela	1	0	0	0	0	1
Total	160	26	25	30	40	39

Nota. Elaborada pelo autor com base nas informações presentes nos sites das revistas.

Assim, verifica-se que os autores de Espanha se distribuem não só pela revista espanhola (*Comunicar*), mas também pelas outras revistas de língua espanhola, sobretudo as do Peru e do México (*Revista de Comunicación* e *Comunicacion y Sociedad*, respetivamente), publicando muito raramente em revistas de língua portuguesa; e, ainda, que nenhum dos autores de outros países de língua espanhola publica senão em revistas de língua espanhola.

De forma análoga, os autores de língua portuguesa publicam quase exclusivamente em revistas do Brasil (sobretudo autores brasileiros) e de Portugal (sobretudo autores portugueses); assim, no caso dos autores portugueses, há apenas dois artigos em revistas de língua espanhola, não havendo nenhum no caso dos portugueses. Estes resultados confirmam e reforçam, certamente, aquilo que em artigo anterior chamei “o (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de ciências da comunicação” (Serra, 2016) e que se traduz no

facto de o espaço ibero-americano de ciências da comunicação ser um espaço dividido pelas duas línguas.

Temas

Para verificarmos que temas haveria relacionados com a trilogia conceitual/temática das epistemologias do Sul – capitalismo, colonialismo patriarcado – procedeu-se a uma análise lexical dos enunciados dos títulos dos artigos. A análise permitiu-nos identificar as seguintes categorias: colonialismo, consumo, direitos humanos, gênero, identidade cultural, movimentos sociais, redes comunitárias e sustentabilidade.

Essas categorias são apresentadas na Tabela 6, que indica também as revistas em que os artigos foram publicados (a lista com os títulos dos artigos e respetivas categorias consta no Apêndice 1).

Tabela 6.

Temas dos artigos

Revista	Total	<i>Comunicação e Sociedade</i>	<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	<i>Comunicación y Sociedad</i>	<i>Comunicar</i>	<i>Revista de Comunicación</i>
Categorias						
Colonialismo ⁹	13	11	2	0	0	0
Consumo	4	0	4	0	0	0
Direitos humanos	10	4	2	0	4	0
Gênero	13	1	5	4	1	2
Identidade cultural	4	1	2	0	0	1
Movimentos sociais	3	0	0	2	0	1
Redes comunitárias	1	0	0	1	0	0
Sustentabilidade	2	0	0	1	1	0
Total	50	17	15	8	6	4
(Total de artigos)	(160)	(26)	(25)	(30)	(40)	(39)

Nota. Elaborada pelo autor com base nas informações presentes nos sites das revistas.

Os 50 artigos identificados na análise representam 31% do total de 160 artigos consultados, ou seja: quase um terço dos artigos incide, de forma explícita, sobre temas relacionados com as epistemologias do Sul.

Em termos de revistas, verifica-se que *Comunicação e Sociedade* (Portugal) e *Comunicação, Mídia e Sociedade* (Brasil) detêm o maior número de menções (mais de metade dos seus títulos), enquanto o menor número cabe a *Comunicar*

⁹O relativamente elevado número de menções nesta categoria tem a ver, em parte, com o facto – significativo em si mesmo – de a revista *Comunicação e Sociedade* (Portugal) ter dedicado o seu nº 41 (junho de 2002) ao tema “Reparações Históricas: Desestabilizando Construções do Passado Colonial”.

(Espanha) e *Revista de Comunicación* (Peru), cabendo a *Comunicación y Sociedad* (México) um lugar intermediário.

Media

A Tabela 7 permite constatar que, no total dos 160 artigos, há 26 (16%) que não se referem a qualquer media (tratam de outros aspetos da comunicação), referindo-se os outros 134 (84%) a um determinado tipo de media. Nestes, o tipo de media mais representado é o dos media digitais/online (Facebook, Twitter, YouTube, Instagram, Web, smartphones etc.), com 73 menções – o que, na prática, significa mais de metade (55%) dos 134 artigos que incidem sobre media, encontrando-se a larga distância destes media mais “tradicionais” como a televisão e os jornais (com, respetivamente, 16 e 15 menções). No lado oposto, o dos media menos representados, o livro tem quatro menções, as revistas, duas, e media como a oralidade, a fotografia, o cinema ou os cartazes têm apenas uma menção cada. Ressalta-se, assim, de forma clara, a orientação predominante das revistas para os também chamados *novos media*.

Tabela 7.

Media referidos nos artigos

Revista	Total	Comunicação e Sociedade	Comunicação, Mídia e Consumo	Comunicación y Sociedad	Comunicar	Revista de Comunicación
Media						
Nenhum	26	2	2	7	9	6
Arte	1	1	0	0	0	0
Cartazes	1	0	1	0	0	0
Cinema	1	1	0	0	0	0
Fotografia	1	1	0	0	0	0
Imprensa	1	0	1	0	0	0
Jornais	15	6	3	3	0	3
Livros	4	4	0	0	0	0
Media digitais/online	73	9	10	11	26	17
Media em geral	11	0	1	2	4	4
Media noticiosos	1	0	0	0	0	1
Netflix	2	0	0	0	0	2
Oralidade	1	0	1	0	0	0

Continua...

Continuação

Revista	Total	<i>Comunicação e Sociedade</i>	<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	<i>Comunicación y Sociedad</i>	<i>Comunicar</i>	<i>Revista de Comunicación</i>
Media						
Podcasts	1	o	o	o	o	1
Publicidade	1	o	1	o	o	o
Revistas	2	o	1	o	1	o
Televisão	16	2	3	6	o	5
Transmedia	1	o	o	1	o	o
Videogame	1	o	1	o	o	o
Total	160	26	25	30	40	39

Nota. Elaborada pelo autor com base nas informações presentes nos sites das revistas.

Esta tendência, transversal a todas as revistas, é, no entanto, mais marcada ainda nos casos da *Comunicar*, da Espanha (26 artigos em 31 dos que incidem sobre media, ou seja, 84%), da *Revista de Comunicación*, do Peru (17 em 33, 52%) e da *Comunicación y Sociedad*, do México (11 em 23, 48%).

Metodologia

A Tabela 8 apresenta a classificação dos artigos em relação à sua metodologia. Observamos que, em termos globais, predominam claramente as metodologias qualitativas (84, ou seja, 52,5%) sobre as quantitativas (57, ou seja, 35,6%), representando as restantes 19 uma pequena parte (11,9%).

Tabela 8.

Classificação dos artigos em relação à metodologia

Metodologia	Experimental	Qualitativa	Quantitativa	Quantitativa/ Qualitativa	Quantitativa/ Qualitativa, Design	Total
Revista						
<i>Comunicação e Sociedade</i>	o	22	3	1	o	26
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	o	19	5	1	o	25
<i>Comunicación y Sociedad</i>	o	18	10	2	o	30
<i>Comunicar</i>	1	12	20	6	1	40
<i>Revista de Comunicación</i>	o	13	19	7	o	39
Total	1	84	57	17	1	160

Nota. Elaborada pelo autor com base nas informações presentes nos sites das revistas.

No que se refere às revistas, verifica-se que há uma divisão entre dois grupos: nas revistas *Comunicação e Sociedade* (Portugal), *Comunicação, Mídia e Consumo* (Brasil) e *Comunicación y Sociedad* (México) predominam as metodologias qualitativas; nas revistas *Comunicar* (Espanha) e *Revista de Comunicación* (Peru) predominam as metodologias quantitativas (metade ou quase metade dos artigos, respetivamente), contrariando, assim, a tendência global para o qualitativo.

Métodos

Nem sempre foi fácil classificar os métodos (ou “técnicas”) de recolha de dados indicados pelos autores dos artigos: seja porque as designações para os mesmos métodos eram, por vezes, diversas¹⁰, seja porque grande parte dos artigos referiam mais de um método de recolha de dados.

A Tabela 9 apresenta os métodos mais utilizados, seja isoladamente, seja associados com outros¹¹.

Tabela 9.

Métodos de recolha de dados

Uso	Uso isolado	Uso associado	Total	Perc./160 artigos
Métodos				
Análise de conteúdo	25	10	35	21,9
Questionário	18	7	25	15,6
Análise de discurso	13	5	18	11,3
Entrevista	12	13	25	15,6
Total	68	35	103	64,4

Nota. Elaborada pelo autor com base nas informações presentes nos sites das revistas.

¹⁰É o caso, por exemplo, da análise de conteúdo (que é referida ora como qualitativa ora como quantitativa), ou da análise de discurso (que é qualificada, umas vezes de crítica, outras não).

¹¹Não consideramos aqui a revisão da literatura, indicada dez vezes, já que ela está, de uma forma ou de outra, presente em todos os artigos.

Estes dados permitem concluir que os métodos (ou “técnicas”) de recolha de dados mais extrativistas, como é o caso da análise de conteúdo e do questionário, são utilizados, isoladamente ou em associação com outro(s), em 60 artigos, ou seja, 38% do total de 160 artigos; já a análise de discurso e a entrevista são utilizadas em 43 artigos, ou seja, 27% do total. A observação participante, por sua vez, obtém apenas duas menções, em ambas associada à entrevista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta secção faremos algumas considerações gerais e conclusivas sobre os resultados obtidos nos estudos empírico.

Começamos pela primeira parte do estudo, sobre a presença da expressão “*epistemologies of the South*” nas revistas da área de comunicação indexadas na

Scopus e na Web of Science (e que, em parte, se sobrepõem). Como vimos, essa presença reduz-se a quatro artigos, e é, portanto, muito reduzida.

Já sobre a segunda parte do estudo empírico, no que se refere ao país do primeiro autor, os autores de Portugal e Espanha representam mais de metade do total, verificando-se, assim, uma sobre-representação de autores de países europeus, ou seja, do Norte (geográfico). Quanto aos temas, quase um terço dos artigos incide sobre temas relacionados com as epistemologias do Sul. No que diz respeito aos media, há uma orientação predominante das revistas para os media digitais/online, ocupando os media mais antigos um papel secundário. Em relação à metodologia, apesar de globalmente predominarem as qualitativas, há revistas em que predominam as quantitativas. No que respeita aos métodos, apesar de o questionário e a análise de conteúdo serem utilizados na maior parte dos casos, a análise de discurso e a entrevista são utilizadas de forma também substancial. Em termos de revistas/países, pode-se dizer que a distinção nos domínios referidos não se situa entre os países ibéricos e os americanos, mas entre, de um lado, Portugal, Brasil e México e, de outro, Espanha e Peru – e o primeiro grupo de países tem uma orientação mais próxima das epistemologias do Sul do que o segundo grupo.

Os resultados do estudo permitem concluir globalmente que, mesmo não podendo considerar que o espaço ibero-americano de ciências da comunicação é (já) um espaço de ciência pós-abissal, orientado para o Sul epistemológico, ele revela sinais de alguma orientação nesse sentido, demarcando-se de modo significativo das epistemologias do Norte, nomeadamente no que se refere aos seus temas, às suas metodologias e aos seus métodos.

Como não poderia deixar de ser, estas conclusões têm a sua validade no contexto do estudo aqui apresentado, e nas condições específicas que ele envolveu, havendo necessidade de outros estudos complementares para a sua replicação ou revisão. ■

REFERÊNCIAS

- Araújo, S., & Santos, S. J. (2017). Os media e a proposta das epistemologias do Sul. *Janus*, 78-79.
- Carvalho, A. S., Santos, S. J., & Houart, C. (2020). Exploring the mediascape from the epistemologies of the South. *Commons. Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital*, 9(2), 211-237. <http://dx.doi.org/10.25267/commons.2020.v9.i2.07>
- Martins, B. S., & Sousa Santos, B. (2018). Socialismo, democracia e epistemologias do Sul. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos

- [Número especial]. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9-54. <https://doi.org/10.4000/rccs.7647>
- Meneses, M. P. (2008). Introdução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 5-10. <https://doi.org/10.4000/rccs.681>
- Santos, B. (2019). O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul. Autêntica.
- Serra, J. P. (1998). *A informação como utopia*. Universidade da Beira Interior.
- Serra, J. P. (2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de ciências da comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 57-68. <https://doi.org/10.21814/rlec.115>
- Sousa Santos, B. (1988). *Um discurso sobre as ciências*. Afrontamento.
- Sousa Santos, B. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Afrontamento.
- Sousa Santos, B. (1995). *Toward a new common sense: Law, science and politics in the paradigmatic transition*. Routledge.
- Sousa Santos, B. (2008a). A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 11-43.
- Sousa Santos, B. (2008b). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. Sousa Santos & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23-71). Almedina.
- Sousa Santos, B. (2014). *Epistemologies of the South: Justice against epistemicide*. Paradigm.
- Sousa Santos, B. (2018). *Construindo as epistemologias do Sul: Antologia essencial* (Vol. 1, M. P. Meneses, J. A. Nunes, C. L. Añon, A. A. Bonet & N. L. Gomes, Orgs.). Clacso.
- Sousa Santos, B. (2020). Decolonizing the university. In B. Sousa Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Knowledges born in the struggle: Constructing the epistemologies of the global South* (pp. 219-239). Routledge.
- Sousa Santos, B., & Meneses, M. P. (2008). Introdução. In B. Sousa Santos & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 9-19). Almedina.
- Sousa Santos, B., Araújo, S., & Baumgarten, M. (2016). As epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, 18(43), 14-23, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004301>
- Sousa Santos, B., Nunes, J. A., & Meneses, M. P. (2008). Opening up the canon of knowledge and recognition of difference. In B. Sousa Santos (Ed.), *Another knowledge is possible: Beyond northern epistemologies* (pp. xix-lxii). Verso.

APÊNDICES

Apêndice 1.

Títulos de artigos e categorias

Revista	Título	Categorías
<i>Comunicar</i>	Explorando la ciberviolencia contra mujeres y niñas en Filipinas a través de Mining Online News	Gênero
<i>Comunicar</i>	Discurso de odio y aceptación social hacia migrantes en Europa: Análisis de tuits con geolocalización	Direitos humanos
<i>Comunicar</i>	Una revisión sistemática de la literatura de las representaciones de la migración en Brasil y Reino Unido	Direitos humanos
<i>Comunicar</i>	La trata de personas en Twitter: Finalidades, actores y temas en la escena hispanohablante	Direitos humanos
<i>Comunicar</i>	Educating for a sustainable future through the circular economy: Citizen involvement and social change	Sustentabilidade
<i>Comunicar</i>	Invisibilised human rights: Trafficking in human beings in the media in Spain	Direitos humanos
<i>Revista de Comunicación</i>	La oferta de pódcast nativo en Puerto Rico: La identidad cultural del sector independiente frente a la industria periodística	Identidade cultural
<i>Revista de Comunicación</i>	“No es tu cuerpo. No es tu derecho”: El argumentario visual del movimiento provida argentino en Instagram	Movimentos sociais
<i>Revista de Comunicación</i>	Polarización y discurso de odio con sesgo de género asociado a la política: Análisis de las interacciones en Twitter	Gênero
<i>Revista de Comunicación</i>	El rol de la mujer en la ciencia y la docencia en comunicación: Análisis a partir de los programas universitarios en España	Gênero
<i>Comunicación y Sociedad</i>	Feminidad y neoliberalismo en las series televisivas españolas de éxito durante la crisis económica (2008-2015)	Gênero
<i>Comunicación y Sociedad</i>	Representación del colectivo LGBT+ en la ficción televisiva española contemporánea (2015-2020)	Gênero
<i>Comunicación y Sociedad</i>	Todas ellas: Análisis de la mujer LTBI+ en las series españolas originales de plataformas	Gênero
<i>Comunicación y Sociedad</i>	Ecología comunicativa del movimiento #YoPrefieroElLago: Un abordaje desde los medios privados, independientes y alternativos	Movimentos sociais
<i>Comunicación y Sociedad</i>	El tratamiento periodístico de los movimientos sociales en Iberoamérica	Movimentos sociais
<i>Comunicación y Sociedad</i>	Comunicación para los comunes alimentarios: Análisis comparativo de grupos de consumo agroecológico en Portugal	Sustentabilidade
<i>Comunicación y Sociedad</i>	#ElOrgulloPermanece ante la pandemia. Usuarios, redes y contenido LGBT+ mexicanos en Twitter	Gênero

Continúa...

Continuação

Revista	Título	Categorias
<i>Comunicación y Sociedad</i>	Las redes comunitarias de internet y la producción colaborativa de conocimiento tecnológico y político	Redes comunitárias
<i>Comunicação e Sociedade</i>	A reparação da história e os erros dos seus agentes em O Regresso de Júlia Mann a Paraty	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	Como a ficção pós-colonial pode contribuir para uma discussão sobre reparação histórica: Leitura de As Telefones (2020) de Djaimilia Pereira de Almeida	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	O mestiço na “urgência de existência”. Essa Dama Bate Bué! (2018), de Yara Monteiro	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	A guerra colonial nas narrativas mediáticas: Como os jornais de Portugal e Angola recontaram uma efeméride 60 anos depois	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	A ambivalência colonial nas imagens em movimento contemporâneas: O caso português	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	A iconoclastia contemporânea: O antirracismo entre a descolonização da arte e a (re)sacralização do espaço público	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	Para não esquecer: Memória, poder e arquivo Malê em narrativa amadiana	Identidade cultural
<i>Comunicação e Sociedade</i>	Processos de marginalização étnica e cultural na África pós-colonial. O caso dos Amakhuwa de Moçambique	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	Uma perspectiva decolonial sobre discursos dos média online no contexto da violência contra pessoas com deficiência na África do Sul	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	(Des)colonialidade linguística e interculturalidade nas duas principais rotas da mobilidade estudantil brasileira	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	O ciberespaço como denúncia: Assédio e discriminação vinculados à colonialidade no projeto Brasileiras Não Se Calam	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	A notificação de homicídio corporativo nos rompimentos das barragens da Samarco e da Vale por sites brasileiros	Direitos humanos
<i>Comunicação e Sociedade</i>	Aparições políticas de sujeitos figurantes em imagens fotojornalísticas de chacinas em duas favelas do Rio de Janeiro	Direitos humanos
<i>Comunicação e Sociedade</i>	Violência online contra as mulheres: Relatos a partir da experiência da pandemia da covid-19	Gênero
<i>Comunicação e Sociedade</i>	Tecnologia de reconhecimento facial e segurança pública nas capitais brasileiras: Apontamentos e problematizações	Direitos humanos
<i>Comunicação e Sociedade</i>	A arte de macular: Como é recebido o ativismo descolonizador feminista pelos jornais italianos? O caso da estátua de Montanelli	Colonialismo
<i>Comunicação e Sociedade</i>	A pandemia da covid-19 e a potencialização das desigualdades: Comunidades ciganas e meios de comunicação	Direitos humanos

Continua...

Continuação

Revista	Título	Categorias
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	O estrato de baixa renda entre a publicidade excludente e a publicidade redentora	Consumo
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	Mulheres sem rosto: O corpo feminino e a violência em cartazes de filmes	Gênero
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	A conversão semiótica da Ilha do Combu: Representações e ressignificações estéticas da Amazônia no Instagram	Identidade cultural
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	Uma reflexão sobre pós-colonialidade, decolonização e museus virtuais. O caso do Museu Virtual da Lusofonia	Colonialismo
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	O racismo brasileiro a partir da Publicidade: Um olhar sobre a representatividade em anúncios de revista	Direitos humanos
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	Práticas de consumo de smartphones no contexto de pandemia de Covid-19: Um olhar etnográfico para as apropriações das mulheres de Maputo – Moçambique	Gênero
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	Consumo, alteridade e ascensão social no perfil @BlogueiraDeBaixaRenda	Consumo
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	O consumo da corda do Círio de Nazaré na pandemia da Covid-19: Experiências simbólicas nos sentidos (i) materiais	Identidade cultural
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	La dimensión política del consumo: Aproximaciones teóricas para abordar problemas contemporáneos	Consumo
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	How are women represented in advertising? Evaluating consumers' attitude in Brazil	Gênero
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	“Merchan” como experiência de emancipação e cumplicidade: Feminismo, autenticidade e consumo no YouTube	Gênero
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	La mujer en la publicidad televisiva durante la pandemia Covid-19 en España y Portugal	Gênero
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	A indústria transnacional do sexo na web: Anúncios virtuais de brasileiras em Portugal e no Brasil	Direitos humanos
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	Imbricações entre tradição e modernidade: As inscrições coloniais no discurso imobiliário de um Recife urbano	Colonialismo
<i>Comunicação, Mídia e Consumo</i>	Entre o consumo dos cidadãos espaciais e dos sub-cidadãos: Reflexões sobre a pirâmide da cidadania midiática	Consumo

Apêndice 2.*Métodos de recolha de dados*

Métodos	Frequência	Percentagem
Análise bibliométrica	2	1,3
Análise curricular	1	,6
Análise da interface, análise de conteúdo, análise comportamental	1	,6
Análise das características das apps	1	,6
Análise de big data	1	,6
Análise de conteúdo	25	15,6
Análise de conteúdo, análise de discurso	1	,6
Análise de conteúdo, análise de discurso multimodal	1	,6
Análise de conteúdo, análise semiótica	1	,6
Análise de conteúdo, discussão de exemplos	1	,6
Análise de conteúdo, entrevista	1	,6
Análise de conteúdo, questionário	1	,6
Análise de dados	1	,6
Análise de dados secundários, entrevista	1	,6
Análise de dados web	1	,6
Análise de dados, análise temática	1	,6
Análise de discurso	13	8,1
Análise de discurso, análise de enquadramento	1	,6
Análise de discurso, grupo focal, entrevista	1	,6
Análise de discurso, mineração de texto	1	,6
Análise de endereçamento	1	,6
Análise de imagem	2	1,3
Análise de imagem, discussão	1	,6
Análise de jogos	1	,6
Análise de livro, análise de filme	1	,6
Análise de personagens	1	,6
Análise de redes sociais	2	1,3
Análise de romance	4	2,5
Análise de vídeos	1	,6
Análise documental	4	2,5
Análise documental, entrevista	2	1,3
Análise estatística	1	,6
Análise estatística, comparação	1	,6
Análise histórica	2	1,3

Continua...

Continuação

Métodos	Frequência	Porcentagem
Análise histórica, análise multimodal	1	,6
Análise narrativa	1	,6
Análise narrativa, análise de conteúdo	1	,6
Análise narratológica	1	,6
Análise retórica	1	,6
Análise textual	2	1,3
Análise textual, questionário	1	,6
Comparação	1	,6
Discussão	5	3,1
Discussão de casos	1	,6
Entrevista	12	7,5
Entrevista, análise documental	1	,6
Entrevista, método Delphi	1	,6
Entrevista, questionário	1	,6
Escala	1	,6
Estatística, entrevista, análise de conteúdo	1	,6
Etnografia digital, estudo de casos	1	,6
Experimentação	2	1,3
Grupo de discussão	2	1,3
Grupo focal	4	2,6
Grupo focal, análise visual, entrevista	1	,6
Interpretação	1	,6
Observação online	1	,6
Observação participante, entrevista	2	1,3
Quase-experimental	1	,6
Questionário	18	11,3
Questionário, análise de conteúdo	1	,6
Questionário, entrevista	1	,6
Questionário, escala	1	,6
Questionário, grupo de discussão	1	,6
Revisão de literatura	10	6,3
Total	160	100,0

Colonialidade do saber na internacionalização dos estudos sobre comunicação: abordagem do caso da América Latina

Coloniality of knowledge in the internationalization of Communication studies: Approach to the case of Latin America

ERICK R. TORRICO VILLANUEVA^a

Universidade Andina Simón Bolívar. La Paz – Bolívia

RESUMO

Os estudos sobre comunicação na América Latina foram estruturados pela indução, forma assumida, neste caso, pela internacionalização. Isso implicou uma transferência canalizada por um conjunto de instituições, além de professores, autores e obras que, em geral, serviram de linha de transmissão da comunicação modernizadora, expressão do espírito do projeto civilizatório moderno cuja episteme reivindica autoridade sobre o conhecimento válido. Assim, essa internacionalização dos estudos de comunicação foi realizada, em meados do século XX, sob a lógica da colonialidade do saber. O artigo revisa a trajetória percorrida nesse sentido e aborda um histórico de tal processo.

Palavras-chave: Estudos sobre comunicação, América Latina, internacionalização, colonialidade do saber

ABSTRACT

Studies on Communication in Latin America were structured by induction, the form assumed by internationalization in this case. This implied a transference channeled by a group of institutions, as well as professors, authors and works that, in general, served as a transmission line for modernizing communication, an expression of the spirit of the modern civilizing project whose episteme claims authority over valid knowledge. Thus, this internationalization of communication studies in the mid-twentieth century was carried out under the logic of the coloniality of knowledge. The article reviews the trajectory followed in this sense and approaches a history of such a process.

Keywords: Communication Studies; Latin America; Internationalization; Coloniality of knowledge

^a Diretor acadêmico da área de Comunicação e Jornalismo na Universidade Andina Simón Bolívar. Doutor em Comunicação pela Universidade Rey Juan Carlos de Madri. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1237-9241>. E-mail: etorrico@uasb.edu.bo

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p55-72>

V.17 - Nº 3 set./dez. 2023 São Paulo - Brasil ERICK R. TORRICO VILLANUEVA p. 55-72

MATRIZES

AS PESQUISAS SOBRE os processos de comunicação, que na sua vertente empírica começaram nos Estados Unidos da América na década de 1920 (Mattelart & Mattelart, 1997; Paynton & Hahn, 2023; Pooley, 2008), estabeleceram as bases de um novo campo de estudos que seria melhor definido quarenta anos depois e se tornaria um objeto de exportação.

Mesmo que já existissem cursos regulares de comunicação oral, discurso e retórica em várias universidades estadunidenses, pelo menos desde 1841 (Paynton & Hahn, 2023), os primeiros cursos de jornalismo tinham sido criados entre 1902 e 1908 (Nixon, 1963), os programas especificamente relacionados à comunicação surgiram um pouco mais tarde, até chegar ao nível do doutorado na década de 1940 (Briggle & Christians, 2017, p. 205). Além da produção intelectual derivada deles, havia a dos centros de pesquisa que, em torno dos anos da Segunda Guerra Mundial, promoveu em solo estadunidense a Fundação Rockefeller – no rádio –, bem como o Departamento do Estado, o Exército e a Agência Central de Inteligência, que se interessaram principalmente pela *guerra psicológica* (Pooley, 2008). Nesse contexto, Luis Ramiro Beltrán (2000) explica que:

Uma vez terminada a guerra, o conhecimento adquirido foi colocado ao serviço de várias áreas principais da atividade civil nos Estados Unidos. Primeiro, foi aplicado na pesquisa para melhorar a publicidade e para organizar campanhas eleitorais eficazes. Também consolidou e ampliou a pesquisa de opinião pública e ajudou, de certa forma, as atividades de relações públicas. Transformou a arte do jornalismo em uma área de pesquisa científica, começando pelos estudos de “leitura” e “leiturabilidade”. Por fim, o conhecimento foi aplicado na educação, por meio das “ajudas audiovisuais”, e na capacitação agrícola para o desenvolvimento rural, através dos “serviços de extensão”. Entre os últimos anos da década de 1950 e o começo da década de 1960, os princípios e técnicas de todos esses formatos da nova ciência da Comunicação começaram a ser exportados. (p. 97)

Assim, em 1960, mesmo com uma identidade em discussão – questão que ainda não foi resolvida –, a Comunicação foi estruturada como área do saber e, como uma das consequências da “guerra fria”, começou a ser internacionalizada, no sentido de ser levada a diferentes realidades daquelas de sua origem, as mesmas que, como a latino-americana ou a africana¹, tornaram-se receptoras dessa influência.

Em termos gerais, a internacionalização é, basicamente, uma relação que envolve atores de duas ou mais nações na realização de uma ação ou na conquista de um determinado objetivo – compartilhado ou não por todos os participantes

¹ Para o caso da África, sob a ideia de que se tratava de um continente “subdesenvolvido”, principalmente a UNESCO, o Instituto Internacional de Imprensa e a Organização Internacional de Jornalistas foram os responsáveis por disseminar a comunicação para a modernização através de cursos de treinamento para jornalistas e o apoio para a criação de programas de estudo em centros universitários que divulgaram as abordagens de Daniel Lerner, Wilbur Schramm e Everett Rogers sobre o papel dos meios de comunicação em massa na superação dos obstáculos da tradição, na introdução de estilos de vida “modernos” e na promoção do desenvolvimento (Willems, 2014, p. 4).

–, tendo em vista que relações de natureza diferente podem ser estabelecidas. Tradicionalmente, no entanto, internacionalizar se refere à expansão ou extensão de certas atividades ou operações de uma instituição, empresa ou mesmo do governo de um território nacional para outro ou outros, o que significa que se trata, acima de tudo, de uma ação que costuma privilegiar um interesse de crescimento ou de influência unilateral. Em matéria política, sob o nome de internacionalismo, a internacionalização ganhou uma particular relevância para os grupos de esquerda após a convocação do *Manifesto comunista*, de 1848 (“Proletários de todos os países, uni-vos!”), à solidariedade e cooperação proletárias nas suas lutas contra o imperialismo, considerado seu inimigo em comum (Sleeper, 1988).

No caso da Comunicação, a dinâmica internacionalizadora foi desenvolvida com a lógica da disseminação dos padrões modernizadores, ou seja, da transferência de valores, conceitos, métodos e práticas que faz um “centro desenvolvido”, com o objetivo de serem adotados como modelos reproduzíveis pela “periferia atrasada”². Jesús Arroyave (2007) lembra, a propósito, que:

A teoria da modernização sugere que os países capitalistas do Ocidente são os modelos a seguir para alcançar o desenvolvimento. Os que seguem essa teoria, basicamente dividiram a sociedade em dois grupos, as sociedades tradicionais e as modernas. As últimas eram as sociedades ocidentais. As sociedades tradicionais eram caracterizadas como resistentes à mudança e profundamente enraizadas nos seus costumes e valores. No outro extremo, as sociedades modernas eram vistas como as únicas que possuíam o conjunto de valores necessários para o sucesso³. (p. 266)

Mas é verdade que também há outras opções de compreensão da internacionalização na área da comunicação, como os mais recentes postulados para que a academia ocidental se abra aos de outras áreas do planeta – como a da América Latina –, reconheça sua produção e troque com ela através do “cosmopolitanismo” (Cf. Ganter & Ortega, 2019; Waisbord, 2014) ou, pelo contrário, para continuar com a projeção da comunidade acadêmica latino-americana no espaço internacional que a Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação e a Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social promovem (Fuentes-Navarro, 2014, 2016a, 2016b).

Aqui, para dar conta da modalidade indutiva que caracterizou o início dos estudos de comunicação na América Latina, recorre-se à versão da internacionalização que enfatiza a canalização de padrões que podem ser imitados de fora de um território, porque representa aquela que melhor é aplicada à experiência vivida na região latino-americana, marcada pela colonialidade.

²O difusionismo, intimamente ligado à “comunicação para o desenvolvimento”, tem seu eixo na exportação de inovações que acredita que devem ser adotadas pelas populações consideradas atrasadas. Implica, assim, uma certa restauração da antiga relação entre “metrópole” e “colônias”.

³No original: “Modernization theory suggests that Western capitalist countries are the models to follow to achieve development. Followers of modernization theory divided society basically in two kinds of groups, the traditional societies and the modern one. The latter one was the Western societies. Traditional societies were characterized as resistant to change and more deeply grounded in their customs and values. On the other hand, modern societies were seen as the ones that have the right set of values for success”. Essa e outras traduções são do autor.

Essa transposição, na prática, seguiu o padrão do que aconteceu no plano mais geral do conhecimento sobre os mundos natural e social, cujos parâmetros de legitimidade e posterior irradiação foram determinados por e na construção geocultural denominada Ocidente⁴.

⁴ A Europa, estabelecida como “centro” do mundo graças à conquista e colonização da América, foi a primeira referência geográfica do Ocidente, mas o decurso posterior da modernização ultrapassou esses limites e transferiu o significado dessa identificação territorial para o “modo de vida” que implica progresso, urbanização, industrialização, secularismo, capitalismo e “modernidade”. “Atualmente, qualquer sociedade que compartilhe essas características, em qualquer lugar do mundo, pode ser apontada como pertencente ao ‘Ocidente’” (Hall, 1992, p. 186). No original: “*Nowadays, any society which shares these characteristics, wherever it exists on a geographical map, can be said to belong to ‘the West’*”.

OCIDENTE E O CONHECIMENTO VÁLIDO

O conhecimento considerado válido, o científico, foi desenvolvido inicialmente na Europa ocidental e se tornou um dos fatores fundamentais da ruptura com o universo medieval registrada a partir do século XV, quando surgiu a modernidade.

A revolução copernicana que desestabilizou dois mil anos de sabedoria consagrada na filosofia e na teologia, descentralizando a Terra, foi seguida e, à sua maneira, aprofundada pelo surgimento do racionalismo e do empirismo, sistemas de pensamento contrapostos que, respectivamente, apoiaram duas hipóteses: a universalidade do conhecimento fundado na razão e, no outro extremo, o caráter insubstituível da experiência como fonte principal, senão única, do conhecimento humano. Depois da síntese newtoniana entre matemática e empiria que procurou salvar essa separação metodológica, bem como depois da abordagem kantiana que diz que para conhecer é preciso unir entendimento e sensibilidade, o século XVIII, conhecido como “século das luzes” na história ocidental, consolidou esses fundamentos na concepção do conhecimento, da ciência e da sua validação, à qual acrescentou como horizonte a fé no progresso contínuo e na marcha constante da humanidade rumo a estágios superiores de evolução. Com isso, foi concluído o espírito moderno que alimentou uma crescente valorização utilitária do conhecimento e das suas consequentes capacidades de intervenção na natureza e na sociedade.

Nos dois séculos seguintes, graças ao interesse em entender os movimentos da história, da sociedade e da cultura, uma motivação relacionada às necessidades de sobrevivência dos impérios coloniais, assim como aos requisitos subsequentes trazidos pela implementação da fase imperialista do capitalismo, disciplinas sociais como a história, a antropologia, a economia, a política e a sociologia entraram no cenário dos saberes, principalmente na Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos (Cf. Leclerc, 1973; Wallerstein, 1996).

No início, todas essas áreas do conhecimento dedicadas a diferentes segmentos da realidade social tentaram compreender os parâmetros processuais das ciências físicas para evitar serem desqualificadas como pré-científicas, não científicas e até mesmo anticientíficas, preconceitos que as perseguem até hoje apesar de tudo. Dessa forma,

A criação das múltiplas disciplinas de ciência social fez parte da tentativa geral do século XIX de obter e incentivar o conhecimento “objetivo” da “realidade” baseado nas descobertas empíricas (ao contrário da “especulação”). Tentava-se “apreender” a verdade, não inventá-la ou pressenti-la. (Wallerstein, 1996, p. 16).

Pelo menos até meados do século XX, o Ocidente – já concebido como articulação euro-estadunidense naquela época – continuou se esforçando para cientificar o conhecimento do social, contexto no qual ocorreu tanto o surgimento da Comunicação, vista no sentido de área de conhecimento, quanto o processo da sua internacionalização, que se deu nas arenas complementares da pesquisa acadêmica, política ou comercial e da formação de especialistas.

UMA EPISTEME OCIDENTAL CONFORMADORA

A ideia do conhecimento válido é sustentada por uma arquitetura cognitiva subjacente formada por um conjunto de estimativas – como os anteriormente mencionados – que implicam um privilégio epistemológico duplo: o do sujeito cognoscente autorizado e autorizador junto com o do terreno geocultural a partir do qual esse sujeito adquire conhecimento. Dessa forma, a noção moderna de ciência reivindica o direito quase indiscutível de procurar, encontrar e possuir a *verdade objetiva*, ao mesmo tempo que, implicitamente, consagra um etnocentrismo (o ocidental) que eleva à categoria de visão total e trans-histórica.

Essa descorporificação e desistoricização do sujeito que conhece origina o que Santiago Castro-Gómez (2010) descreve como a “*hybris* do ponto zero”, ou seja, a ilusão – não isenta de arrogância – de que “um observador do mundo social pode se colocar em uma plataforma neutra de observação que, por sua vez, não pode ser observada de nenhum lugar” (p. 18). Mas, além disso, garante a condição de proeminência do lugar geocultural e político a partir do qual o conhecimento é produzido e declarado, *locus* que é revestido de uma aura de universalidade simulada. Graças a essas operações, um “sujeito de enunciação sem rosto nem localização espaço-temporal” e um conhecimento com “pretensões de eternidade” são criados (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007, p. 65).

Com esses elementos, a *episteme* ocidental foi construída como “dispositivo de conhecimento colonial e imperial” que “pensa e organiza para a totalidade do tempo e do espaço, para toda a humanidade, a partir da sua própria experiência, colocando a sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal” (Lander, 2000, p. 23).

Sobre isso, Alcira Argumedo ressalta o que foi dito e acrescenta na sua reflexão o problema da hierarquização geográfica, demográfica e epistêmica resultante, que prejudica os povos originalmente não ocidentais e os seus conhecimentos:

desde a Idade Moderna que começou em meados do século XV, as cosmovisões que se sucederam na hegemonia cultural do Ocidente tenderam a se conceber como parte da expressão verdadeira, exclusiva, do pensamento humano. A superioridade europeia – tanto sob suas formas religiosas quanto, mais tarde, sob o Iluminismo e a Razão, a civilização e o progresso, a modernização ou o desenvolvimento – relegaria à categoria de resíduos da história, de expressões primitivas, de manifestações da barbárie, os povos que faziam parte das vastas regiões sujeitas a sua dominação imperial. (Argumedo, 2001, p. 90)

Essas pretensões de supremacia intelectual e essas desigualdades socio-culturais que foram instaladas sobre a inferiorização ocidental da alteridade acabaram se infiltrando na organização geral da vida e das relações sociais e são encontradas nos fundamentos do que Aníbal Quijano (1992) identificou como a colonialidade, que se torna, por fim, a “racialização das relações de poder”, que contribuiu para a “naturalização das relações de dominação” (Cf. Restrepo & Rojas, 2010, p. 103). A colonialidade é um elemento que constitui a modernidade, sua “cara oculta”, “seu irmão gêmeo escondido no sótão” (Mignolo, 2014, p. 9). Essa colonialidade, como substrato estrutural, sobreviveu após a superação política do colonialismo que incorporou o independentismo e constitui sua herança presente em subjetividades, desenhos institucionais e imaginários. É um obstáculo para a subalternização que, em seu aspecto epistemológico, é expresso especificamente na colonialidade do saber (Lander, 2000).

Como Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010) explicam, a noção de colonialidade do saber “se refere ao efeito de subalternização, folclorização ou invisibilização de uma multiplicidade de conhecimentos que não respondem às modalidades de produção de ‘conhecimento ocidental’ associadas à ciência convencional e ao discurso especializado” (p. 136).

A episteme do Ocidente, que além de incluir a formulação de explicações organizadoras totais baseadas na análise da causalidade e direcionadas ao estabelecimento de regularidades legais universais para os fenômenos, torna-se, então, a estrutura moderna imanente, com espírito colonial, que conforma tanto os processos e produtos da apreensão investigativa dos diversos objetos da realidade quanto suas manifestações teóricas correspondentes e suas diretrizes para a intervenção.

A armadilha – afirma Walter Mignolo – é que o discurso da modernidade criou a ilusão de que o conhecimento é desincorporado e deslocalizado e que é necessário, de todas as regiões do mundo, ‘ascender’ à epistemologia da modernidade. (Walsh et al., 2002, p. 19)

Na sua transversalidade interdisciplinar, essa dimensão epistêmica moderna também deixou suas marcas no espaço inaugural da Comunicação, bem como na internacionalização de suas teorias e práticas.

A COMUNICAÇÃO OCIDENTALIZADA

Como afirma Beltrán, os estudos da comunicação surgiram em um contexto específico, o da sociedade estadunidense dos anos de pós-guerra⁵, que, além de “próspera” e “estável”, esse comunicólogo descreve nos seguintes termos:

Também era uma sociedade em que a individualidade predominava sobre o coletivismo, a concorrência era mais determinante do que a cooperação e a eficiência econômica e a sabedoria tecnológica eram mais importantes do que o desenvolvimento cultural, a justiça social e a expansão espiritual. Por fim, era uma sociedade a ponto de se tornar o império econômico mais poderoso e influente do mundo. (Beltrán, 2000, p. 97)

⁵ Nessa mesma época, aconteceu o deslocamento do centro da sociologia da Europa para os Estados Unidos, bem como a construção dos clássicos da área por Talcott Parsons (Alexander, 2001, p. 52); desde a década de 1960, começaram a ser apresentados como clássicos do espírito da comunicação modernizadora Daniel Lerner, Robert Merton, Wilbur Schramm, Charles Wright e Everett Rogers.

Em outro estudo, Beltrán sintetiza a definição tradicional de comunicação derivada desse contexto e resume seu perfil geral:

o ato ou processo de transmissão de mensagens das fontes para os receptores por meio da troca de símbolos (que pertencem a códigos compartilhados por eles) através de canais transportadores de sinais. Nesse paradigma clássico, o objetivo principal da comunicação é a tentativa do comunicador de afetar o comportamento do receptor em uma determinada direção; ou seja, produzir certos efeitos sobre a maneira de sentir, pensar e agir de quem recebe a comunicação ou, em uma só palavra, persuasão. O feedback é considerado fundamental para garantir que o comunicador alcance seus objetivos. (Beltrán, 2007, p. 18)

Além disso, indica que essa concepção foi mantida desde o início e mostra que não sofreu alterações nem mesmo dentro da crítica interna à qual foi submetida, a que apenas relativizou o poder direto atribuído às consequências das ações midiáticas, mas sem chegar a rejeitá-lo, permitindo a estruturação e ampla aceitação de um modelo de comunicação (o

“esquema permanente”) formado pelos seguintes elementos prioritários: *Fonte > Codificador > Mensagem > Canal > Decodificador > Receptor > Efeito* (Beltrán, 2007, p. 17).

Além disso, esse mesmo esquema, mesmo sob um sinal político diferente, esteve implícito na crítica dos fundadores do materialismo histórico quando falavam dos “meios de produção da consciência” (Marx & Engels, 1987, p. 40), assim como nas reflexões sobre a ideologia, os meios da hegemonia, a indústria cultural ou os aparelhos ideológicos do Estado realizadas posteriormente por vários representantes do *marxismo ocidental* (Anderson, 1987) como Antonio Gramsci, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Theodor Adorno ou Louis Althusser, ou nas outras feitas pelos seus respectivos seguidores e divulgadores. A única diferença entre esses pontos de vista e o modelo tradicional – o “permanente” – foi que questionaram, ao apontá-los como funcionais à dominação, os objetivos dos efeitos. Contudo, isso não impediu que várias das denúncias críticas realizadas fossem acompanhadas por apelos para buscar outros efeitos, entendidos como desalienantes e pró-revolucionários.

Assim, é possível afirmar que a pesquisa e a teorização sobre os processos e fatos da comunicação desenvolvidas a partir de plataformas da modernidade estadunidense e europeia produziram uma Comunicação “ocidental”⁶ – conhecimento fundamentado na episteme do Ocidente – que é bem visível a partir do seu interesse focado na transmissão tecnologicamente mediada de conteúdos e orientada pelo objetivo de alcançar efeitos, e que, no fim, fortalece o polo emissor, bem como entende uma concepção fundamental e tecnocêntrica da comunicação e seus recursos.

Para Jesús Martín-Barbero (1978), “a ‘ciência’ das comunicações nasce controlada e orientada para aprimorar e eternizar ‘o estilo norte-americano de democracia’” (p. 22), enquanto Beltrán (2000) observa que:

Compreensivelmente e legitimamente, os Estados Unidos projetaram e construíram, em filosofia, objeto e método, o tipo de ciências sociais que correspondem a suas circunstâncias estruturais particulares (culturais, econômicas e políticas). Elas eram, eminentemente, ciências para o ajuste, orientadas fundamentalmente a estudar a conformidade com as necessidades, metas, valores e normas predominantes da ordem social estabelecida, de forma a ajudar o sistema dirigente a alcançar a “normalidade” e evitar os comportamentos “desviados”. (p. 98)

Portanto, essas visões sobre a ciência, forjadas para o projeto ocidental, foram as que moldaram o percurso dos estudos latino-americanos na Comunicação quando aconteceu a internacionalização mencionada anteriormente.

⁶Sobre essa noção, ver Torrico (2016, pp. 123-144).

A TRANSIÇÃO DO JORNALISMO PARA A COMUNICAÇÃO

O antecedente imediato desses estudos de comunicação foram os cursos que surgiram em alguns países da região para formar os profissionais da imprensa.

A proposta mais antiga sobre esse tema surgiu em 1901, no I Congresso da Imprensa Nacional que aconteceu na Argentina, mas apenas entre 1933 e 1935 as primeiras experiências educativas foram estabelecidas, em La Plata e Buenos Aires (Marques de Melo, 2007). Relacionado a esse fato, Raymond Nixon afirma o seguinte:

As ideias de Joseph Pulitzer sobre a formação profissional de jornalistas claramente influenciaram o início do ensino do jornalismo na América Latina em 1934. Naquele ano, suas palavras frequentemente eram citadas nas discussões que conduziram a criação dos primeiros programas na Argentina, e o diretor da Escola Pulitzer de Jornalismo na Universidade de Columbia foi um dos primeiros professores visitantes na Escola de Jornalismo da Universidade Nacional de La Plata. (Nixon, 1978, pp. 198-199)

Nos anos seguintes, e até 1960, também foram criadas escolas no Brasil, México, Cuba, Equador, Peru, Venezuela, Colômbia, Guatemala, Chile, República Dominicana, El Salvador e Nicarágua (Fuentes-Navarro, 1989; Marques de Melo, 2007; Nixon, 1982). Nesses espaços, segundo Julio del Río (2015),

Por um lado, os planos de estudo enfatizavam as matérias eminentemente técnicas como redação jornalística, organização de jornais e revistas, revisão, trabalho editorial e de impressão; por outro, tinham um conjunto de disciplinas humanísticas, até mesmo maior que as propriamente jornalísticas, principalmente relacionadas ao direito e à literatura. Resultando, assim, na formação de um profissional híbrido, sem personalidade propriamente jornalística, que oscilava entre o jornalismo, a literatura e a advocacia. (p. 155)

Mas esse panorama começou a mudar em 1963 quando o Centro Internacional de Estudos Superiores em Jornalismo para a América Latina (CIESPAL), criado quatro anos antes em Quito com o apoio da UNESCO, interferiu ativamente no delineamento das diretrizes para a formação de especialistas. Sobre isso, Claudia Mellado (2010) diz:

Mesmo no início, CIESPAL parece seguir o modelo de educação americano ligado à formação e treinamento de habilidades práticas, logo começa a enfatizar a abordagem acadêmica, mais do que o profissional e de vocação (mais próximo ao

pensamento de Schramm, entre outros), focando na perspectiva científica social dos estudos de comunicação. (p. 309)

Após um seminário convocado naquele ano para examinar os rumos desejáveis para as escolas de jornalismo no subcontinente, CIESPAL sugeriu estes cinco princípios:

1. Uma escola deveria ter nível universitário . . . 2. O programa acadêmico deve ter duração mínima de quatro anos . . . 3. O programa de estudos deveria incluir cursos “humanísticos” e técnico-profissionais . . . 4. Uma escola deveria buscar se tornar uma “faculdade autônoma” dentro da Universidade . . . e 5. Ao ampliar seus ramos, as escolas deveriam se transformar em escolas de “ciências da informação”. (Nixon, 1978, p. 202)

Essas recomendações, além da importância social alcançada pelo rádio e pela televisão (Fuentes-Navarro, 1989), para a “expansão dos processos de disseminação coletiva desencadeados pela industrialização em vários países” (Marques de Melo, 1989, p. 92) e para a posterior diversificação das especialidades profissionais para além da informação noticiosa (publicidade, relações públicas, propaganda etc.) estimularam a figura da *polivalência* na formação (Del Río, 2015), ou seja, a habilitação profissional para qualquer espaço da indústria cultural (Mellado, 2010), tudo o que marcou a transição gradual do Jornalismo para a Comunicação nos cursos e programas universitários, iniciados na década de 1970⁷.

A partir dessa “nova perspectiva da comunicação”, Joaquín Sánchez ressalta (1982),

Foi entendida a sua importância dentro do processo social, bem como de suas repercussões no campo profissional. Essas ideias chegaram a penetrar nos currículos existentes de forma tal que o problema da comunicação deveria ser abordado a partir de vários ângulos, incluindo o social, o psicológico, o filosófico etc. (p. 36)

Essa transição deu visibilidade a outras dimensões da formação da comunicação que, até então, parecia limitada ao cultivo de habilidades para produzir e distribuir notícias com uma determinada margem para a contextualização e interpretação. Além disso, essa mudança permitiu que a pesquisa acadêmica comesse a ter presença, mesmo sob uma forte influência de fora e com escassos vínculos com a prática profissional e com a docência universitária (Cf. Fuentes-Navarro, 1989, 1991).

⁷ Naquele ano, “um terço das escolas do continente já tinham mudado a denominação ‘de Jornalismo’ para ‘de Comunicação’ ou algo equivalente” (Meditsch, 2000, p. 132).

Segundo Miquel de Moragas (2011), a criação dos primeiros centros de estudo sobre Comunicação na América Latina “respondia a uma estratégia de influência cultural programada a partir das agências de inteligência e disseminação dos Estados Unidos e em que os fundadores da *mass communication research* e seus primeiros discípulos participaram (Schramm, Nixon, Rogers)” (p. 176).

Nesse contexto, apesar do surgimento precoce de uma importante vertente crítica latino-americana (Cf. Atwood & McAnany, 1986; Beltrán, 2000, 2007; Fuentes-Navarro, 1991), as dinâmicas de formação e investigação foram desenvolvidas fundamentalmente dentro da concepção ocidentalizada da comunicação, cujo substrato epistemológico não chegou a ser objeto de questionamento⁸.

⁸Foi durante a década de 1970 que já houve abordagens nesse sentido. Por exemplo, a do seminário sobre pesquisa da comunicação organizada pelo CIESPAL na Costa Rica, que questionou a “teoria da comunicação e a metodologia da pesquisa elaboradas nos centros metropolitanos” junto com a sua suposta eficácia universal (Ciespal, 1973, p. 13), e a afirmação de Jesús Martín-Barbero de que a dependência não consiste em assumir a teoria alheia, mas que “O dependente é a própria concepção da ciência, do trabalho científico, e da sua função na sociedade” (Martín-Barbero, 1978, p. 20).

CAMINHOS E ÂMBITOS DA DISSEMINAÇÃO DA COMUNICAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA

A internacionalização dos estudos sobre Comunicação no caso latino-americano não aconteceu em uma situação vazia, mas em um cenário em que, além dos processos de formação voltados para o jornalismo, havia também uma certa trajetória de investigação.

Assim, já durante o século XIX, em alguns países do subcontinente surgiram trabalhos e análises relacionados à história da impressão e da imprensa (Beltrán, 1983a), enquanto na década de 1940 surgiram estudos mais sistemáticos sobre liberdade de expressão, legislação relativa à imprensa, números hemerográficos ou situação e características do rádio (Beltrán, 1983a), período em que as primeiras pesquisas conhecidas também foram realizadas na região.

Entretanto, a presença e a força da influência internacional nessas atividades é constantemente reconhecida: “Até os anos sessenta, a maioria dos estudos empíricos sobre a comunicação na América Latina foram pesquisas realizadas, ou pelo menos orientadas, por estadunidenses”, diz Raúl Fuentes-Navarro (2005, p. 100), enquanto Carlos Scolari afirma que “dos anos 1950 a 1970, os meios de comunicação e os estudos latino-americanos de comunicação foram uma grande caixa de ressonância para as teorias e concepções originadas nos Estados Unidos e Europa”⁹ (Scolari & Rodríguez-Amat, 2018, p. 9). Por sua vez, Miquel de Moragas (1985) diz que “na América Latina, parte-se de uma tradição específica de pesquisa: a da implementação das técnicas de estudo originadas e experienciadas em outros contextos culturais, políticos e econômicos” (p. 198) e depois esclarece que se refere à “tradição científica norte-americana” (p. 198).

Sobre isso, Carlos Catalán e Guillermo Sunkel, que identificam a “orientação em direção aos efeitos e o modelo de disseminação de inovações”

⁹No original: “From the 1950s to the 1970s Latin American media and communication studies were a great sounding board for the theories and conceptions originated in the United States and Europe”.

como os componentes da *communication research* estadunidense de maior influência, dizem que:

o início dos estudos da comunicação na América Latina foi marcado pela existência de modelos teóricos estrangeiros. Os processos de comunicação na América Latina foram pensados, principalmente nas décadas de 1960 e começo de 1970, com categorias e fundamentos conceituais que vieram de outras realidades. (Catalán & Sunkel, 1991, p. 3)

“Diante desses fatos – ressalta José Jiménez – o mais correto é falar de translação da ciência da comunicação do que de uma formação, já que não é resultado de um processo próprio da América Latina, mas promovido pelas necessidades do capitalismo mundial” (Jiménez, 1994, p. 55).

Outro elemento comum na apreciação desses primórdios é a percepção do protagonismo que o CIESPAL teve na definição inicial e na promoção dos estudos de comunicação na América Latina (Aguirre & Bisbal, 2010; León, 2006; Marques de Melo & Gobbi, 2000; Mellado, 2010; Nixon, 1978), o que também fez com que fosse mediador chave da internacionalização. Nesse sentido, Fuentes-Navarro (1991) ressalta que:

Entre as suas primeiras tarefas, além da formação de professores para as escolas de jornalismo, está a organização de cursos regionais com os pesquisadores norte-americanos e europeus mais importantes na área de comunicação para o desenvolvimento e edição de traduções de suas principais obras. Para promover a pesquisa, CIESPAL espalhou dois modelos por toda a América Latina: a metodologia do francês Jacques Kayser para a análise morfológica e de conteúdo da imprensa, e as técnicas norte-americanas de análise de público e de efeitos dos meios de comunicação em massa. (p. 81)

Apesar do CIESPAL, e através dele a UNESCO, ter sido o principal incentivador da introdução, circulação e adoção das ideias e técnicas da Comunicação “ocidental” na América Latina, houve outros agentes coadjuvantes. Entre eles, vale citar as fundações estadunidenses Ford e Rockefeller, a Agência de Informação dos Estados Unidos, a Organização dos Estados Americanos, a Sociedade Interamericana de Imprensa, as fundações alemãs Friedrich Ebert e Konrad Adenauer, o canadense Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento e o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (Del Río, 2015; Fuentes-Navarro, 1991; Marques de Melo, 1989; Moragas, 2011; Nixon, 1978, 1982).

Esse esforço originado em diferentes caminhos procurou orientar as comunicações latino-americanas e o estudo dos seus respectivos processos a partir de uma perspectiva da modernização. As áreas englobadas por ele foram as de formação profissional, desenho curricular, produção bibliográfica e pesquisa.

Por um lado, o primeiro foi realizado através da concessão de bolsas de estudo para que os latino-americanos estudassem no CIESPAL ou em universidades estadunidenses, e, por outro, através da realização de seminários e cursos de vários níveis, em países diferentes, que contaram com a participação de palestrantes e professores estadunidenses e europeus.

A estruturação dos programas de estudo universitário teve seu eixo nas propostas do CIESPAL, que em 1964 apresentou um “Plano Piloto de Ensino” que buscava “um equilíbrio entre o humanístico e o técnico-profissional” (Sánchez, 1982, p. 38). As reformas introduzidas foram refletidas nos nomes adotados pelas escolas ou faculdades, que passaram de “Jornalismo” para outras de Comunicação, Comunicações, Comunicação Social, Ciências da Comunicação, Ciências da Informação, Comunicação Pública ou Comunicação em Massa (Sánchez, 1982, p. 37), mostrando claramente que o objeto de interesse privilegiado – e, conseqüentemente, o de estudo – eram os processos de disseminação em massa tecnologicamente mediados.

A bibliografia de referência nessa etapa foi basicamente a que criou o Departamento de Publicações do CIESPAL (Nixon, 1978), que sistematizou as anotações das suas palestras e seminários ou editou traduções de livros de autores estadunidenses como Wilbur Schramm e Raymond Nixon ou outros europeus como Jacques Kayser. Um seminário sobre Formação profissional do comunicador realizado na Costa Rica questionava em 1974 o caráter “importado” dos conteúdos ensinados e das teorias aplicadas na América Latina (Sánchez, 1982, pp. 40-41); Nixon percebeu que 57% dos professores entrevistados em 1980 “disseram que utilizavam traduções de livros escritos por especialistas dos países mais desenvolvidos” (Nixon, 1982, p. 16) e, pouco depois, Beltrán afirmava que, nas escolas, “a abordagem da matéria, do que é ensinado e da literatura recomendada pouco têm a ver com a América Latina, uma orientação acrítica, mercantilista, conservadora e tecnicista é a que prevalece” (Beltrán, 1983b, pp. 7-8).

Por último, a pesquisa provavelmente foi o âmbito em que a influência da concepção ocidentalizada da comunicação ficou muito mais visível, traduzido não apenas no uso recorrente dos seus procedimentos quantitativos (análise de conteúdo e pesquisa), mas também principalmente nas fundamentações teórico-metodológicas aplicadas, na determinação dos temas investigáveis e até nos objetivos das investigações. O seminário da Costa Rica de 1973,

o primeiro a reunir os pesquisadores latino-americanos da especialidade, manifestou que “não foram desenvolvidas metodologias próprias, conforme as necessidades e possibilidades da América Latina e foram utilizados métodos e sistemas importados, uns inadequados e outros obsoletos” (Ciespal, 1973, p. 24). Além disso, a situação nessa matéria levou que Beltrán concluísse, em 1976, que a pesquisa da comunicação latino-americana estava sujeita a premissas, objetos e métodos estrangeiros, “provenientes mais do que tudo dos Estados Unidos da América” (Beltrán, 2000, p. 90), afirmação que depois, no sentido mais amplo, confirmou junto com Elizabeth Fox de Cardona na análise dela sobre a dependência latino-americana: “definitivamente, os Estados Unidos exercem uma dominação cultural sobre a América Latina” (Beltrán & Cardona, 1982, p. 39).

Pode-se advertir, pelo que foi apresentado, que a Comunicação no subcontinente latino-americano foi configurado como área de conhecimento em função do modelo da comunicação modernizadora exportado principalmente pelos Estados Unidos, nação que tem sido a síntese do projeto da modernidade desde o final da Segunda Guerra Mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se for levado em consideração que, como foi previamente apresentado, o conhecimento científico possui um status etnocêntrico, entende-se também que sua disseminação e reprodução importam uma prática de colonialidade do saber.

A partir desse ângulo, para o caso latino-americano, a internacionalização dos estudos de comunicação, que aconteceu em meados do século XX, basicamente representou um processo de transferência teórico-metodológica que contribuiu para modelar o terreno acadêmico regional da especialidade com a inclusão de áreas de interesse, temas, objetos de análise e até mesmo de problemas de pesquisa exógenos, junto com a aplicação de marcos conceituais de referência e procedimentos de investigação pré-definidos.

Um grupo de instituições e um grupo de autores, professores e obras principalmente provenientes dos Estados Unidos e da Europa ocidental foram o canal e o suporte desse movimento de aculturação acadêmico-profissional especializado.

Sob esse estigma, os interesses formativos e investigativos do novo campo da Comunicação na América Latina tenderam a se inscrever nos limites indicados pela concepção histórica evolucionista e a noção fundamental da comunicação da visão ocidental. Mas, além disso, foram orientadas a assumir os objetivos da modernização, incluindo sua versão crítica.

O campo da comunicação latino-americano foi configurado assim com o projeto civilizatório moderno como substrato e adotou predominantemente o perfil da Comunicação “ocidental”, resultado que evidencia a colonialidade do saber implícita nessa internacionalização.

Em outras palavras, os estudos sobre Comunicação na América Latina foram fruto, originalmente, da ação difusionista ocidental e desde então tiveram a colonialidade como seu inconsciente epistemológico. ■

REFERÊNCIAS

- Aguirre, J. M., & Bisbal, M. (Eds.). (2010). *Prácticas y travesías de Comunicación en América Latina*. Centro Gumilla.
- Alexander, J. (2001). La centralidad de los clásicos. In A. Giddens & J. Turner (Eds.), *La teoría social hoy* (pp. 22-80). Alianza.
- Anderson, P. (1987). *Consideraciones sobre el marxismo occidental* (7a ed.). Siglo XXI.
- Argumedo, A. (2001). *Los silencios y las voces en América Latina. Notas sobre el pensamiento nacional y popular*. Ediciones del Pensamiento Nacional.
- Arroyave, J. (2007). The emergence of diffusion theory in Latin America: A retrospect analysis. *Investigación & Desarrollo*, 15(2), 260-287.
- Atwood, R., & McAnany, E. G. (Eds.). (1986). *Communication & Latin American society. Trends in critical research, 1960-1985*. University of Wisconsin Press.
- Beltrán, L. R. (1983a). Estado y perspectivas de la investigación en comunicación social en América Latina. *SIDCOM*, (2), 41-49.
- Beltrán, L. R. (1983b). *La comunicación social en América Latina* [Presentación de trabajo]. XXXIX Asamblea Plenaria de la Conferencia Episcopal de Colombia, Bogotá, Colombia.
- Beltrán, L. R. (2000). *Investigación sobre comunicación en Latinoamérica. Inicio, trascendencia y proyección*. Plural.
- Beltrán, L. R. (2007). Adiós a Aristóteles: La comunicación “horizontal”. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 4(7), 12-36.
- Beltrán, L. R., & Cardona, E. F. (1982). *Comunicação dominada. Os Estados Unidos e os meios de comunicação na América Latina*. Paz e Terra.
- Briggle, A., & Christians, C. G. (2017). Media and communication. In R. Frodeman, J. T. Klein & R. C. S. Pacheco (Eds.), *The Oxford handbook of interdisciplinarity* (pp. 201-213). Oxford University Press.
- Castro-Gómez, S. (2010). *La hybris del punto cero. Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)* (2a ed.). Pensar.

- Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (Eds.). (2007). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre.
- Catalán, C., & Sunkel, G. (1991). *La tematización de las comunicaciones en América Latina*. Flacso.
- Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina. (1973). Seminario sobre la investigación de la comunicación en América Latina. Informe provisional. *Chasqui*, (4), 11-25.
- Del Río, J. (2015). Desarrollo y tendencias de la enseñanza en comunicación colectiva. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 37(149), 153-172. <https://doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.1992.149.51080>
- Fuentes-Navarro, R. (1989). El estudio de la comunicación en las universidades latinoamericanas. *Telos*, (19), 156-159.
- Fuentes-Navarro, R. (1991). *Un campo cargado de futuro. El estudio de la comunicación en América Latina*. Iteso.
- Fuentes-Navarro, R. (2005). Everett M. Rogers (1931-2004) y la investigación latinoamericana de la comunicación. *Comunicación y Sociedad*, (4), 93-125.
- Fuentes-Navarro, R. (2014). La investigación de la comunicación en América Latina: Una internacionalización desintegrada. *Oficios Terrestres*, (31), 11-22.
- Fuentes-Navarro, R. (2016a). Cuatro décadas de internacionalización académica en el campo de estudios de la comunicación en América Latina. *Disertaciones*, 9(2), 8-26.
- Fuentes-Navarro, R. (2016b). Institutionalization and internationalization of the field of communication studies in Mexico and Latin America. In P. Simonson & D. Park (Eds.), *The international history of communication study* (pp. 325-345). Routledge.
- Ganter, S. A., & Ortega, F. (2019). The invisibility of Latin American scholarship in European media and communication studies: Challenges and opportunities of de-westernization and academic cosmopolitanism. *International Journal of Communication*, 13, 68-91.
- Hall, S. (1992). The west and the rest: Discourse and power. In S. Hall & B. Gieben (Eds.), *Formations of modernity* (pp. 184-227). Polity Press.
- Jiménez, J. (1994). *La ciencia de la comunicación en América Latina*. Quinto Sol.
- Lander, E. (Comp.). (2000). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Clacso.
- Leclerc, G. (1973). *Antropología y colonialismo*. Alberto Corazón.

- León, G. (2006). Sobre la institucionalización del campo académico de la comunicación en América Latina. In R. Fuentes (Coord.), *Instituciones y redes académicas para el estudio de la comunicación en América Latina* (pp. 15-88). Iteso.
- Marques de Melo, J. (1989). El desafío tecnológico. *Chasqui*, (29-30), 92-97.
- Marques de Melo, J. (2007). Trajetória do Jornalismo e da Comunicação nas universidades latino-americanas: balanço e perspectivas. In A. Alfonso, F. Saintout, & M. M. K. Kunsch (Comps.), *70 años de periodismo y comunicación en América Latina. Memoria y perspectivas* (pp. 23-44). Universidad Nacional de La Plata.
- Marques de Melo, J., & Gobbi, M. (Orgs.). (2000). *Gênese do pensamento comunicacional latino-americano. O protagonismo das instituições pioneiras Ciespal, Icinform, Ininco*. Universidade Metodista de São Paulo.
- Martín-Barbero, J. (1978). *Comunicación masiva: Discurso y poder*. Ciespal.
- Marx, K., & Engels, F. (1987). *La ideología alemana*. Grijalbo.
- Mattelart, A., & Mattelart, M. (1997). *Historia de las teorías de la comunicación*. Paidós.
- Meditsch, E. (2000). Ciespal trouxe progresso... e o problema quase insolúvel do comunicólogo. In J. Marques de Melo & M. Gobbi (Orgs.), *Gênese do pensamento comunicacional latino-americano. O protagonismo das instituições pioneiras Ciespal, Icinform, Ininco* (pp. 129-138). Universidade Metodista de São Paulo.
- Mellado, C. (2010). La influencia de Ciespal en la formación del periodista latinoamericano. Una revisión crítica. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, (16), 307-318.
- Mignolo, W. (2014). *Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Del Signo.
- Moragas, M. (1985). *Teorías de la comunicación. Investigaciones sobre medios en América y Europa* (3a ed.). Gustavo Gili.
- Moragas, M. (2011). *Interpretar la comunicación. Estudios sobre medios en América y Europa*. Gedisa.
- Nixon, R. (1963). Investigaciones sobre comunicación colectiva: Rumbos y tendencias. Ciespal.
- Nixon, R. (1978). La enseñanza del periodismo en América Latina. *Comunicación y Cultura*, (2), 197-212.
- Nixon, R. (1982). Historia de las escuelas de periodismo. *Chasqui*, (2), 13-19.
- Paynton, S., & Hahn, L. (2023). *Introduction to communication*. Humboldt State University.

- Pooley, J. (2008). The new history of mass communication research. In D. Park & J. Pooley (Eds.), *The history of media and communication research: Contested memories* (pp. 43-69). Peter Lang.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20.
- Restrepo, E., & Rojas, A. (2010). *Inflexión decolonial: Fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Universidad del Cauca.
- Sánchez, J. (1982). Criterios para la formación de comunicadores sociales en América Latina. *Signo y Pensamiento*, 1(1), 34-70.
- Scolari, C., & Rodríguez-Amat, J. (2018). A Latin American approach to mediatization: Specificities and contributions to a global discussion about how media are shaping contemporary societies. *Communication Theory*, 28(2), 131-154.
- Sleeper, R. (1988). *Léxico de la semántica marxista leninista*. Tres Tiempos.
- Torrco, E. (2016). *Hacia la comunicación decolonial*. Universidad Andina Simón Bolívar.
- Waisbord, S. (2014). United and fragmented: Communication and media studies in Latin America. *Journal of Latin American Communication Research*, 4(1).
- Wallerstein, I. (Coord.). (1996). *Abrir las ciencias sociales*. Siglo XXI.
- Walsh, C., Schiwy, F., & Castro-Gómez, S. (Eds.). (2002). *Indisciplinar las ciencias sociales*. Abya Yala.
- Willems, W. (2014). Provincializing hegemonic histories of media and communication studies: Towards a genealogy of epistemic resistance in Africa. *Communication Theory*, 24(4).

Artigo recebido em 31 de julho de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.

Adeus à crítica?: passado e presente da teoria e método na pesquisa em comunicação de massa

Farewell to critique?: past and present of theory and method in mass communication research

FRANCISCO RÜDIGER^a

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – Brasil

RESUMO

A pesquisa crítica em comunicação de massa progrediu teórica e praticamente em várias áreas do conhecimento: economia política, estudos culturais, psicologia social analítica, história social, análise do discurso etc., a reboque do que se apresentou como uma nova forma de ciência social, a crítica, sob a influência da devida teorização e, assim, do marxismo cultural. O artigo reconstrói racionalmente aspectos centrais do desenvolvimento desta problemática, visando mostrar os impasses constitutivos que resultam da interferência de um tipo de teorização muito rígido e dogmático, de resto bem degradado atualmente, em programa de pesquisa científica que, acredita-se, ainda não teria esgotado seu potencial epistêmico e reflexivo.

Palavras-chave: Pesquisa em comunicação de massa, epistemologia, teoria crítica, metodologia da pesquisa em comunicação de massa, marxismo

ABSTRACT

Critical research in mass communication has progressed theoretical and practically in several areas of knowledge: political economy, cultural studies, analytical social psychology, social history, discourse analysis, etc., in the wake of what has been presented as a new form of science social, the critical, under the influence of cultural Marxism and, by this way, of the “critical theories”. This article rationally reconstructs central aspects of the development of this problematics, aiming to show the constitutive impasses that result from the interference of a very rigid and dogmatic theory, currently degraded, in a scientific research program that, it is believed, has not yet exhausted its epistemic and reflexive potential.

Keywords: Mass communication research, epistemology, critical theory, research methodology in mass communication, Marxism

^a Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq). Publicou mais recentemente “Epistemologia da Comunicação no Brasil” (Vitória: Milfontes, 2022). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1859-5394>. E-mail: frudiger33@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p73-99>

V.17 - Nº 3 set./dez. 2023 São Paulo - Brasil FRANCISCO RÜDIGER p. 73-99

MATRIZES

ORIGINÁRIOS DA ALEMANHA e dos Estados Unidos, os estudos de comunicação de massas se desenvolveram, no segundo país, com base na filosofia das ciências naturais, em premissas epistemológicas positivistas; respaldando-se no paradigma behaviorista e, assim, nos métodos e técnicas da pesquisa social empírica (DeFleur & DeFleur, 2022). Avançando os anos 1970, porém, aos poucos começou a se desenhar outra perspectiva. Mais ou menos por toda parte, a “*communication research*” se tornou, primeiro, objeto de reservas (Mattelart, 1970/1976; Nordenstreng, 1968) e, em seguida, de crescente oposição por parte de setores emergentes na academia (Martin-Barbero, 1978, p. 17-48; Beltrán, 1976/1985; Bisky, 1982; De la Haye & Miège, 1978; Gitlin, 1978; Golding & Murdock, 1978). Viram-se postas dentro da universidade, por certo timidamente, a disputa política e a contestação ideológica, a luta pela apropriação e controle, se não da mídia, pelo menos do seu sentido, o que desde os primórdios da coisa margeou-lhe o desenvolvimento.

Marcada pela agitação política iniciada um pouco antes, emergiu, como se disse, uma nova geração de acadêmicos, interessada em desenvolver alternativas de estudo ao paradigma dominante, desde um ponto de vista informado pelo marxismo (Holzer, 1973; Garnham, 1979). Na América Latina, Europa Ocidental e Estados Unidos, a economia política, os estudos culturais, a sociologia das organizações, a história social, a psicologia analítica e a semiótica materialista (Hardt, 1992, pp. 173-216; Pietilä, 2005, pp. 221-244;), focando nas comunicações como negócio e meio de dominação ideológica, vieram a desenvolver trabalhos que, por volta de 1980, abririam caminho para o retorno do que havia sido chamado, quatro décadas antes, de pesquisa crítica em comunicação de massa.

Com efeito, pesquisa crítica em comunicação de massa foi, segundo tudo indica, expressão originalmente cunhada por Paul Lazarsfeld para caracterizar a atitude epistemológica e os trabalhos propostos por seu colega Theodor Adorno no marco do projeto de estudo do rádio nos Estados Unidos, patrocinado pela Fundação Rockefeller, junto com a Universidade de Princeton (Jenemann, 2007), no final dos anos 1930. Para o primeiro acadêmico, sua principal diferença metodológica em relação à pesquisa empírica seria que, em vez de focar na análise de variáveis isoladas do fenômeno em estudo com métodos empíricos e estatísticos, a tarefa, na pesquisa crítica, consiste em interpretá-los à luz das tendências históricas presentes no respectivo sistema social com instrumentos teóricos (Lazarsfeld, 1941, pp. 8-9).

Respaldados por manifesto de Horkheimer (1941/1989), Adorno e Lowenthal, mas virtualmente sós, durante toda uma geração, acolheram o juízo feito por Lazarsfeld, todavia rejeitando o enquadramento terminológico. Assim, verifica-se que, fora uma ou outra menção (Gerbner, 1958; Nordenstreng, 1968),

a expressão pesquisa crítica em comunicação de massa e, de certo modo, a atividade mesma foram virtualmente ignoradas até o final dos anos 1970. Recordemos que Adorno sempre foi hostil ao emprego teórico do termo comunicação na atividade acadêmica e filosófica, acusando-o unilateralmente de ideológico. Explorou problemática epistemológica radicalmente distinta, ao lançar mão do conceito de indústria cultural, conforme se pode constatar em seus ensaios sobre as colunas de horóscopo dos jornais, o jazz e a ficção seriada de televisão. Para ele, a pesquisa social em comunicação de massa, focando prioritariamente em estímulos e reações empíricas, dado o marco teórico em que se constituiu, seria sempre positivista (Adorno, 2001, pp. 124-125).

Amparando-se na onda política e intelectual que, referida, entre outros, aos nomes de Marcuse e Habermas, viera a projetar o termo “teoria crítica” entre os meios acadêmicos de esquerda durante os anos 1970, os sujeitos emergentes na área de estudos de comunicação de massa, a seu modo, mantiveram o argumento acima. Apropriaram-se da noção de pesquisa crítica, sem aderir à invalidação epistemológica do conceito de referência feita pelo filósofo frankfurtiano. Quando, no início dos anos 1980, voltou-se a falar de pesquisa crítica em comunicação de massa, a fenomenologia da indústria cultural que Adorno propôs com endosso de Horkheimer só entraria no repertório como referência memorialística. Houve acordo de que, levando em conta a conjuntura ideológica, pesquisa crítica e economia política eram expressões menos custosas do que “concepção materialista da comunicação” para, como se fazia, camuflar o recurso ao marxismo no devido meio acadêmico (Murdock & Wasco, 2023, pp. 35-44).

Nesta altura, os estudos de comunicação de massas, relativamente consolidados como área acadêmica autônoma nos Estados Unidos, estavam começando a consegui-lo também noutras partes. Fora o clima ideológico favorável à adoção do conceito, promovido através da própria indústria por seus interessados mais diretos, os profissionais e empreendedores da área, viu-se que era mais vantajoso manter o rótulo e, assim, a ilusão de autonomia epistemológica que acompanhou sua ascensão acadêmica, do que deixar o estudo do assunto para as disciplinas previamente estabelecidas. Vincent Mosco resumiu o pensamento da nova linha de estudos, reportando que:

A pesquisa crítica, em geral, parte do entendimento de que a maioria dos sistemas de poder estabelecidos restringe a habilidade das pessoas agirem livremente com vistas à autodeterminação. A pesquisa crítica examina as forças históricas que produzem e modificam o poder dos sistemas comunicacionais, permanecendo atenta às necessidades de conectar os seus problemas com o sistema institucional de poder [vigente na sociedade], mas também às resistências a ele [que se originam

¹No original: “Critical research starts from the view that most established systems of power restrict the ability of people to free themselves for self-determination. Critical research examines the historical forces that bring about and change systems of communication power. It is continuously sensitive to the need to connect communication problems to the wider institutional system of power and resistance”. Esta e demais traduções, do autor.

dos grupos subalternos, dominados e oprimidos]. (Mosco, 1989 citado em Lent, 1995, p. 173; cf. Lent, 2014)¹

Foram, porém, Jennifer Slack e Martin Allor (1983) que, no mítico número 3 do volume 33 do *Journal of Communication*, intitulado “Ferment in the Field”, expuseram a melhor síntese metodológica a respeito feita até hoje, como daremos sinal adiante. Como dizem, a pesquisa crítica não deve ser vista como uma escola unificada. Tratar-se-ia, antes, de um feixe de aproximações reflexivas e empíricas aos fenômenos de comunicação de massas, em que se exploraria a economia política, os estudos culturais, a análise do discurso, a história social etc. Seria um movimento epistemológico e político heterogêneo, todavia possuidor de elementos comuns, como, em primeiro lugar, a oposição filosófica e metodológica ao paradigma behaviorista e aos seus esquemas comunicacionais e, em segundo, a proposta de focar os estudos na análise do papel das comunicações na criação, manutenção e transformação das relações de poder na sociedade, desde uma perspectiva justa e emancipatória para os seres humanos (Slack & Allor, 1983).

Vamos no que segue, primeiro, reconstruir analiticamente a forma como a crítica se apresentou e veio a ser teorizada no pensamento comunicacional oriundo do meio acadêmico, para, num segundo momento, testar a resistência e validade de suas proposições, apontar-lhe os problemas oriundos do seu uso na pesquisa, com vistas a, noutra ocasião, desenvolver o que pretendemos ser seus corretivos. Após a crise do marxismo e o colapso dos regimes comunistas, no final do século passado, a crítica mesma entrou em questionamento entre seus interessados mais sérios. Argumentou-se sobre a necessidade “do reexame de seus conceitos e de seus procedimentos, de sua genealogia e da maneira como se entrelaçou com a lógica da emancipação social”² (Rancière, 2012, pp. 48-49) (Callinicos, 2006; Hoy & McCarthy, 1994).

Virando o século, a teoria crítica, conforme interpretada e transmitida por Marcuse (1969), isto é, como militância, veio a ter novo impulso, ao infiltrar-se por amplos setores da vida profissional e, mais difusamente, pelas redes sociais. Surgiu um novo cenário intelectual, em que a crítica se viu reduzida prática e teoricamente à forma de oposição, estratégia e ataque. Quer-se nestas páginas fazer frente a esta situação, partindo da premissa de que, na ciência, crítica só tem validade filosófica como forma de estudo, análise e esclarecimento: usá-la como arma, conforme se tem visto, só serve para degradar a universidade (Weber, 1917/1973, p. 222-248; 1919/1970, pp. 17-52).

A exemplo do que ocorre em outros setores, a crítica voltou a se fazer presente na área acadêmica de comunicação. O fato de não haver discussão sobre ela, no

²No original: “del reexamen de sus conceptos y de sus procedimientos, de su genealogía y de la manera en que se han entrelazado con la lógica de la emancipación social”.

entanto, dá o que pensar. A hipótese de a crítica estar se reduzindo à retórica não pode ser descartada por quem não abre mão do pensamento. A crise prossegue em silêncio. O fato de não reverberar não significa que inexistam efeitos na práxis acadêmica. O avanço de um profissionalismo rasteiro orgulhoso de seu comprometimento cosmético com causas sociais é notável.

Entre os brasileiros, Eugênio Trivinho e André Lemos foram talvez os únicos a abordar seriamente o problema da crítica na área de comunicação. Todavia foi distinta a maneira como a enfrentaram. Para Lemos (2015), o exame do assunto indicaria que a crítica esgotou seu potencial cognitivo na pesquisa e deve dar lugar a alternativas mais promissoras. Já Trivinho (2001, pp. 163-185), ao contrário, não a deu como morta, ao acusar a insustentabilidade de seguir amparando a crítica no mito da razão absoluta e na filosofia da história³.

O relato que segue aprofunda o esclarecimento das raízes do problema e desenvolve analiticamente a perspectiva do colega, inserindo-se na proposta que ele chama de renovação categorial da crítica na pesquisa social em comunicação de massa, contudo, sem poder mostrar, nesta ocasião, como a estagnação dogmática e o populismo acadêmico em que ela está presa podem, em tese, ser revertidos.

³Nossa primeira avaliação da obra de Trivinho está em Rüdiger (2007). Polemizamos com André Lemos em Rüdiger (2015). Ossandón et al. (2019) fornecem elementos para pensar o assunto na América Latina.

ORIGEM E SENTIDO DA NOÇÃO DE CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA

Subjacente ao avanço da chamada pesquisa crítica na área acadêmica de comunicação de massa durante os 1980 se encontra movimento muito mais amplo, do qual dá conta a noção de ciência social crítica, proposta originalmente por Jürgen Habermas (1965/1975). Afinal, viria a se abrigar sob esta formulação epistemológica o desenvolvimento de um programa de trabalhos para o marxismo acadêmico que emergira no Ocidente após a II Guerra Mundial (Strydom, 2011). Adorno e Horkheimer, mestres daquele pensador, haviam começado, ainda nos 1940, a rejeitar a versão do marxismo que, juntamente com Marcuse, o segundo propusera com o título de *teoria crítica*. Habermas (1965/1975) deu um novo passo, chegando a pensar, nos 1960, em “desenvolver sistematicamente o programa do que algum dia poderá se denominar pesquisa social crítica e dialética”, insinuado por Adorno (1969/2001, p. 99)⁴. Redirecionando seus interesses no sentido da elaboração de uma teoria do agir comunicativo, verifica-se, porém, que o plano só viria a ter desenvolvimento na obra de seus intérpretes anglo-saxões, a partir dos anos 1970.

Alvin Gouldner fornece-nos os elementos que há de se levar em conta para entender o assunto, observando que o marxismo se desenvolveu intelectualmente por mais de um século a partir de duas linhas de pensamento: a científica e a

⁴No original: “*desarrollar sistemáticamente el programa de lo que quizá alguna vez se denomine investigación social crítica e dialéctica*”.

filosófica (“cultural”). Amparada na crítica à economia política feita por Marx e na filosofia da ciência de Engels, a primeira revelou-se predominante, ao tornar-se referência do regime soviético e dos partidos comunistas com ele alinhados em todo o mundo. Tomando força com os escritos de Lukács e Korsch, a segunda, ao contrário, cresceu com a exploração dos escritos políticos e filosóficos do jovem Marx, terminando por predominar entre as camadas médias intelectualizadas do Ocidente (Gouldner, 1983; Kolakowski, 2022; Merquior, 1987).

Assim como *filosofia da práxis*, termo usado no cárcere por Gramsci, *teoria crítica da sociedade* serviu, nos anos 1930, para Horkheimer e Marcuse cifrarem as exposições e análises do pensamento marxista que fizeram naquele último sentido. Tinha claro a Escola de Frankfurt que “Marx e Engels conceberam a teoria crítica da sociedade” (Adorno & Horkheimer, 1966, p. 254). Ao menos de início, esta expressão era uma forma disfarçada de se referir à sua maneira de entender o marxismo. Virou costume, desde o reaparecimento do texto, em 1968, tomar *Teoria Crítica e Teoria Tradicional* (1937) como manifesto fundador de um novo pensamento social e político, da Escola de Frankfurt. Examinando com cuidado, verifica-se, no entanto, que suas proposições pouco tinham de original em relação às ideias de Lukács e Korsch.

Rompendo relativamente pouco com a ortodoxia marxista representada pelo materialismo dialético dos partidos comunistas durante aquele período, o título significa, ou deve ser lido, na verdade, como “marxismo e ciência”, parte de um conjunto em que Horkheimer e Marcuse visavam ampliar o campo de discussão da filosofia marxista. Como outros frankfurtianos, ambos se recusaram a aderir à filosofia da ciência oficializada pelo regime soviético, isto é, ao materialismo naturalista, ainda que “dialético”. Significa que, na visão de Horkheimer, endossada até o fim por Marcuse, a teoria crítica da sociedade, isto é, o marxismo não soviético, não deveria ser confundida com uma sociologia. Pretender transformá-la numa ciência social (Bukharin, 1922/1970) era, no mínimo, “empresa eivada de sérias dificuldades” (Horkheimer, 1937/1990, p. 268). Por mais avançadas que estejam, as ciências sociais se limitam a conhecer e intervir na realidade desde pontos de vista essencialmente analíticos e tecnológicos. Lidam com a experiência de forma fragmentada, mesmo quando oferecem propostas de solução para seus problemas. Somente a ação política de um movimento social enraizado, orientado por teoria amparada em análise do conjunto, como seria o caso do marxismo, pode diagnosticar e transformar a sociedade (Horkheimer, 1937/1990, p. 261).

Instalando-se o Instituto de Pesquisa Social nos Estados Unidos, avançada a compreensão do regime soviético como manifestação do Estado Autoritário e, com a substituição de Marcuse por Adorno como principal colaborador de

Horkheimer, toda esta visão, entretanto, começou a se desintegrar. Acompanhando Adorno, Horkheimer moveu-se do marxismo para a filosofia, por certo “crítica”, da cultura defendida pelo novo parceiro. Por outro lado, contudo, viu-se forçado, pelas circunstâncias, a estabelecer uma espécie de discurso do método da ciência social com que seu grupo pretendia disputar espaço no meio acadêmico norte-americano. Os seminários realizados pelo coletivo ensinaram a transformação do método dialético em uma hermenêutica da experiência histórica, segundo a qual o contexto em que, inevitavelmente, se inserem os fatos de nosso interesse pode ser apreendido em teoria, e esta fornece os meios para interpretarmos suas evidências, decifrarmos seu significado (Adorno & Horkheimer, 1999, pp. 105-128, 2013, pp. 140-150).

Resumidamente isso importou no aparecimento do conceito epistemológico de pesquisa social crítica. De acordo com ele, o conhecimento se expressa através de conceitos cujo cunho é histórico, crítico, hermenêutico e totalizador. A premissa é a de que o fenômeno em estudo adquire diferentes significações, de acordo com a maneira como seus sujeitos se ajustam a cenários historicamente mutáveis, em função de suas conexões com todos os outros cuja presença possa ser atestada.

As categorias com que pretendemos trabalhar não são generalizações obtidas através da abstração derivada da análise de casos individuais e coletivos, nem de postulados e definições axiomáticas. A elaboração destas categorias leva em conta a historicidade objetiva das situações de onde provém e, assim, exige que elas incluam sua gênese real⁵. (Horkheimer, 1941/1989, p. 264)

Os sujeitos que se está estudando são não apenas influenciados, mas transformados pelos processos sociais e históricos em curso de modo amplo, à medida que os contextos em que atuam se encontram em correlação com outros, de acordo com uma dinâmica presumivelmente totalizadora. O método empírico e indutivo das ciências positivas procede através da coleta de dados individuais e sua relação com outros, a fim de obter enunciados gerais. A abordagem crítica e dialética, em vez disso, procura aprofundar a análise do caso para, mediante interpretação, identificar seu sentido.

O conhecimento se desenvolve mediante a descoberta da origem e das influências que originaram o fenômeno no âmbito da totalidade de suas relações, de configurações cada vez mais abrangentes, até se chegar à sua significação ao mesmo tempo histórica e teórica (Horkheimer, 1941/1989, p. 265). A fim de ela não soar dogmática e se poder, com ela, alcançar um diagnóstico sobre a situação vivida pelos seus sujeitos, aquela última deve ser julgada de acordo

⁵No original: “The categories we intend to use are not generalizations to be attained by a process of abstraction from various individuals and species, nor are they axiomatic definitions and postulates. The process of forming these categories must take into account the historical character of the subject matter to which they pertain, and in such a way that the categories are made to include the actual genesis of that subject matter”.

as ideias e pensamentos dominantes no contexto e no momento, em vez de sê-lo a partir de esquemas formais, livremente estabelecidos pelo investigador (Horkheimer, 1941/1989, p. 266).

Desta perspectiva se desenvolveram os sucessivos escritos com os quais Adorno, após ter se iniciado nos métodos da pesquisa social empírica e introduzido sua prática na Alemanha do pós-guerra, viria a defender metodologicamente o que, mais precisamente, chegou a chamar de *sociologia crítica* (Benzer, 2011), em vez de *teoria da sociedade* – mas não a obra tardia de Marcuse (1965/1970, 1969). Ambos concordavam com Horkheimer (1937/1990, p. 9) que, perante o avanço do estado totalitário e da sociedade administrada, a teoria crítica da sociedade, se não perdeu “relação com o presente”, passou a exigir de si mesma “uma reflexão muito mais criteriosa”. Afinal, ocorreria que o proletariado, seu suposto sujeito, primeiro se integrou e, a seguir, virtualmente desapareceu como classe na sociedade estabelecida, com as reformas políticas democratizantes e o desenvolvimento tecnológico promovido pelo capitalismo, fora ter surgido a exigência de se passar a relacionar conceitos como dominação e imperialismo com os países comunistas (p. 10).

Por outro lado, divergiram profundamente os autores em relação à atitude filosófica a ser tomada diante do problema. Adorno (1964/2019, p. 27) concluiu que, tendo “a noção mesma de teoria da sociedade, no sentido de sistema, se tornado extremamente problemática” (ver também Wiggershaus, 1995, pp. 564-566), seria o caso, pelo menos temporariamente, de passar a investir no desenvolvimento de uma sociologia crítica amparada em combinação do método dialético com o que ele, inspirando-se em Walter Benjamin, chamava de *micrologia* (Adorno, 1964/2019). Já Marcuse (1970/2001, pp. 121-161), ao contrário, acabou descobrindo nos movimentos sociais e políticos que emergiram a partir do final dos anos 1960 motivos para, rompendo de vez com o marxismo, propor uma nova teoria crítica, articular o que ele chamou de Revolução Cultural.

⁶Por questão de espaço, será posto de lado na discussão o processo que, começando com o próprio Habermas, conduziria ao entendimento da ciência social crítica como saber essencialmente teórico e, assim, a, igualmente em nosso entendimento, convergir, em patamar mais sofisticado, com a versão do marxismo científico ortodoxo proposta por Althusser no curso dos anos 1960 (ver também Strydom, 2011).

CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA E PESQUISA EM COMUNICAÇÃO DE MASSA

Sendo impossível detalhá-la neste artigo, expressaremos, apenas, a hipótese de que ciência social crítica foi, como dito, a noção com que Habermas transacionou este diferendo entre os velhos frankfurtianos em favor de Adorno. Especulou sobre os termos epistemológicos necessários para criar um sucedâneo do marxismo acadêmico em voga na segunda metade do século XX, sem abrir mão de todo da causa social, da opção preferencial pelos dominados, do projeto de emancipação, como diziam seus porta-vozes⁶.

De acordo com ele, os esforços da pesquisa social, em vez de se orientarem apenas no sentido das instituições, também podem fazê-lo no sentido de estimular a autorreflexão, se não dos próprios sujeitos estudados, do público interessado em saber de seus problemas e emprestar-lhes apoio político. Parte-se da premissa de que as ciências sociais podem, em tese, ajudar as audiências a se libertarem intelectualmente da dependência a circunstâncias inibidoras que as reificam. O marxismo e a psicanálise mostram que elas eventualmente se deixam mover por um interesse emancipatório em relação à ordem estabelecida, e não apenas pelo interesse técnico na dominação de nossas circunstâncias, na procura de controle intelectual das instituições, e pela reprodução das tradições culturais (Habermas, 1963/1987, p. 297, pp. 139-140)⁷.

Os cientistas sociais não estão impedidos de conservar teoricamente o ponto de vista dos sujeitos em foco nos seus estudos, conforme por vezes postula o positivismo, e, assim, de desenvolver análises visando fornecer orientação para a tomada de consciência de situações alienantes, se não de sujeição, desde um ponto de vista emancipatório, como se observaria nos saberes citados, e poderia ser o caso em várias outras áreas de estudo, sem excluir a pesquisa em comunicação de massas⁸.

Lee Harvey carrega nos termos de modo que, conforme será questionado, revela os prejuízos que uma teoria da dominação de cunho abstrato e reificado pode trazer ao saber, à investigação, mas resume bem que, no marco desta filosofia da ciência:

A pesquisa social se ampara numa perspectiva crítica e dialética, com a ajuda da qual tenta socavar a superfície das estruturas sociais opressivas historicamente específicas. Contrasta com as preocupações positivistas em descobrir os fatores causadores dos fenômenos observados e construir grandes sistemas teóricos . . . mas também com as propostas fenomenológicas de interpretar os significados visados pelos atores sociais e de analisar minuciosamente processos simbólicos⁹. (Harvey, 1990, p. 4)

Segundo esta perspectiva, passemos a focar na área de comunicação, a pesquisa feita no marco da ciência social empírica, positivista, em geral, emprega esquemas conceituais abstratos, lineares e simplificados, reduzindo os problemas de estudo a questões comportamentais. Supõe que pode explicar a maneira como os indivíduos se comunicam e quais são os efeitos resultantes disso, tomando como referência, isto é, variáveis da análise, situações isoladas de modo pretensamente experimental, perdendo-se em abstrações. Os processos mais amplos em que os meios e os indivíduos objetivamente se inserem são considerados

⁷ Habermas (1963/1987, pp. 216-272) também se apropria seletivamente do marxismo nessa época, pensando-o como “crítica”, em vez de “ciência” e, mesmo, “filosofia”. Nunca foi, porém, até o ponto de denunciá-lo, junto com a psicanálise, como sistema de poder, no sentido foucaultiano.

⁸ Salvo melhor informação, o primeiro a falar da comunicação, humana e de massas, como objeto de ciência social crítica, aplicada, no caso, à área de educação, foi Dieter Baacke (1973). Baacke procedeu à síntese das teorias de Habermas, Luhmann e dos ciberneticistas, tornando-se conhecido por desenvolver prática e teoricamente o conceito, extraído da obra do primeiro, de *competência comunicativa*. Proposta à mesma época, teve vida curta a teoria crítica da comunicação pública (publicismo), de cunho liberal, proposta por Harry Pross (Rüdiger, 2019, pp. 157-168).

⁹ No original: “Critical social research is underpinned by a critical—dialectical perspective which attempts to dig beneath the surface of historically specific, oppressive, social structures. This is contrasted with positivistic concerns to discover the factors that cause observed phenomena . . . and with phenomenological attempts to interpret the meanings of social actors or attempt close analysis of symbolic processes or to build grand theoretical edifices”.

marginalmente, reduzindo-se a indicadores socioeconômicos, marcadores de status, etnia e outros itens.

Ademais, a investigação social empírico-analítica rege-se pelo princípio da autonomia axiológica e da competência profissional especializada, preocupando-se exageradamente com a formalização dos métodos e a exatidão dos resultados, sem se perguntar sobre seu alcance e sua significação no contexto histórico e vida política. Propende a prestar serviço às forças que desejam se valer do conhecimento social sem se preocupar com os interesses dos demais, e às vezes inclusive visam influir nas suas atitudes e pensamentos, à revelia de sua consciência e decisão nesse sentido (Simpson, 1994).

As pesquisas “críticas” feitas no marco da economia política, dos estudos culturais, da história social, da sociologia das organizações e da análise do discurso, ao contrário, movimentam-se noutro paradigma, idealmente se caracterizam por investir na reflexão teórica e na exploração de procedimentos interpretativos, sem abdicar da condução de estudos e análises empíricas. O foco, no caso, está nos problemas concretos e na sua seleção de acordo com critérios políticos, mas não se minimiza o papel da atividade teórica, desde que evite se perder em abstrações formais e metodológicas (McAnany, 1981, pp. 3-20; Splichal, 1989).

Já a ciência social crítica se caracterizaria teoricamente pela preocupação em examinar e relatar problemas concretos e substanciais, não estaria preocupada primordialmente com os métodos e a lógica dos processos de pesquisa. A pesquisa considera a história, sem ser narrativa e factual, e conserva uma orientação prática, no sentido de se sentir engajada em projeto político mais abrangente e pretender contribuir, com seu trabalho, para a transformação da sociedade (George, 2022).

Nas pesquisas de interesse para a área de comunicação de massas, significa que, no limite, a perspectiva crítica abre mão dos conceitos simples e isoláveis de emissor, mensagem e receptor.

[Assim é, porque,] por um lado, as instituições midiáticas e os processos de comunicação de massas são vistos por ela como inseparavelmente entrelaçados a outros processos e instituições sociais (como o Estado, a família e a organização econômica). E por outro, os indivíduos são vistos sobretudo e primeiramente como membros de grupos sociais definidos pela situação social e material (diferenciados por classe, gênero, raça e subcultura, por exemplo). [Porque] o processo da comunicação de massa não se define mais pelos efeitos de mensagens sobre indivíduos, mas pela efetividade (ou papel social) da comunicação (ou seja, conjuntos de estruturas institucionais e construções simbólicas) na manutenção e ampliação, ou ruptura da formação social (a inter-relação existente entre política, economia e cultura)¹⁰. (Slack & Allor, 1983, p. 214)

¹⁰No original: “On the one hand, this is because media institutions and the processes of mass communication are viewed as inseparably intertwined with other social institutions and processes (e.g., the state, the family, and economic organization). On the other hand, this is because human individuals are viewed at first and foremost as members of social groups defined by material social location (differentiated, for example, by class, gender, race, and subculture). The communication process, then, is no longer defined in terms of the effects of messages on individuals but on the effectivity (or social role) of communication (as both institutional structures and symbolic constructions) in maintaining, enhancing, or disrupting the social formation (the existing interrelationships of politics, economics, and culture)”.

Secundado por Golding e Murdock (1977), Nicholas Garnham (1979) fora, no Reino Unido, até o ponto de ensaiar sistematização dos fundamentos da análise marxista da economia política da comunicação de massas. Slack e Allor (1983) apoiaram-se em suas proposições numa perspectiva crítica que, todavia, lhes faltava, para defender que os fluxos de informação não são meramente filtrados pelos grupos sociais em que o indivíduo supostamente está inserido.

[Nos estudos críticos], as mensagens codificadas pela mídia, as relações de classe e os estilos de vida de cada subcultura [como também os processos de produção] são vistos como níveis separados da formação social. A inter-relação entre estes níveis é complexa e frequentemente contraditória. O resultado dela não pode ser predeterminado. O resultado é, em vez disso, determinado durante a luta pela significação social que ocorre entre os grupos dominados e os grupos dominantes. Não se trata da substituição da causa por uma multiplicidade de causas isoláveis que interagem (como é o caso na análise regressiva), porque os níveis individuais não têm ação ou identidade fora dos seus inter-relacionamentos. A causa determinante é ela mesma determinada pelo cunho do inter-relacionamento, não é o somatório de seus elementos individuais. Nesse sentido, a comunicação não tem identidade ou efeitos fora das instâncias concretas em que se dá a luta pelo significado¹¹. (Slack & Allor, 1983, p. 215)

Por outro lado, os autores corrigem o formalismo contido em muitas proposições feitas a respeito do controle e mesmo da opressão das consciências, feita através dos meios de comunicação, valendo-se, em seu caso, do esquema histórico-hermenêutico gramsciano de esclarecimento das relações de poder nos regimes democráticos, inicialmente explorado para estudar a cultura por Stuart Hall e a Escola de Birmingham. As comunicações não podem ser analisadas de forma isolada e atomística, devendo ser situadas em contextos sistêmicos, mas estes são contraditórios e admitem mudanças. Os processos e os meios são, sim, em tese, ressalvaríamos, controlados e explorados por setores sociais propensos a cuidarem e imporem apenas seus interesses, em detrimento dos grupos mais frágeis – mas isso não pode ser absolutizado.

Nos estudos culturais marxistas, o poder [deve ser] concebido em termos de hegemonia. O conceito de hegemonia refere-se a um modelo de poder que gira em torno da ideia de que o conhecimento social intervém na obtenção do consentimento por parte de quem manda. Em vez de focar nas ações estatais (que passam pela polícia, pelos tribunais, pelos militares etc.), ele se volta para a efetividade da comunicação na manutenção da ordem social. As comunicações de massa e os sistemas de

¹¹No original: “encoded media messages, class relations, and subcultural styles of life are viewed as separate levels of the social formation. The interrelationship between these levels is complex, often contradictory. The outcome is not predetermined. Rather, the outcome is determined in the struggle over social meaning between dominant and subordinate groups. This is not the substitution of multiple, interactive isolatable causes (as in regression analysis) for cause, because the individual levels have no identity or effectivity outside of their interrelationship. The causal determinant is itself determined by the character of the interrelationship, not the sum of its individual elements. Communication, in this sense, has no identity or effects outside of the concrete instances within which the struggle for meaning occurs”.

representação que elas produzem são analisados por terem efeito na determinação do nosso entendimento do mundo social. Noutros termos, hegemonia serve para descrevermos as práticas através das quais as classes e subculturas subalternas chegam ao entendimento do todo social e de si mesmas de acordo com os termos propostos pela classe cultural dominante [sem, todavia, perder uma margem de manobra e ação de acordo com seus interesses]¹². (Slack & Allor, 1983, p. 216)

¹²No original: “In Marxist cultural studies, power is conceptualized in terms of hegemony. The concept of hegemony designates a model of power that revolves around the idea of social knowledge in the production of rule by consent. Rather than focusing on state actions (involving the police, the courts, the military etc.), it focuses on the effectivity of communication in the maintenance of social control.

The mass media, and the systems of representations that they produce, are analyzed for their effectivity in determining understandings of the social world. Put in other terms, hegemony describes the practices through which subordinate classes or subcultures come to understand themselves and the social whole in terms laid down by the dominant classiculture”.

Significa, em nossa apropriação e leitura, que, apesar de os meios de comunicação poderem ser usados como coadjuvantes da violência física imediata, servirem de instrumentos em campanhas de perseguição coletiva e assassinatos, como se viu, por exemplo, durante o genocídio em Ruanda ou os períodos de terror nos regimes comunistas, o caso não autoriza, como faz a militância radical, fora e dentro da academia (Agger, 1998; Fuchs, 2011), a defini-los teoricamente como meios de opressão. A premissa segundo a qual os sujeitos se encontram desigualmente submetidos a uma ordem em que há dominantes e dominados, através de mecanismos de poder que se valem material e ideologicamente dos meios e processos de comunicação de massa, não só deve evitar o radicalismo de confundi-la com opressão e violência, mas deve ser considerada caso a caso e relativizada pela admissão de outras hipóteses, se o que interessa é desenvolver o conhecimento.

As fenomenologias genéricas e lineares sobre “a” comunicação e “a” cultura de massas, ainda que “críticas”, são tão perniciosas quanto a retórica militante e grosseira sobre a opressão de classe, a vigilância eletrônica, o racismo estrutural, a violência simbólica, a injustiça social de que seriam palcos etc. As primeiras amparam-se em noções vagas, mas de efeito pretensamente bombástico, como simulacro, hiperconectividade, espetáculo, velocidade, cansaço, excitação e superindústria da imaginação, ao pretenderem defender um ponto de vista recorrendo a umas poucas ilustrações. Já a segunda se caracteriza pela criação de conceitos como armas, meios de intimidação, que pouco ou nada têm de críticos, no sentido analítico, apto para o trabalho de investigação empírico e científico, ao servirem basicamente para a militância.

Ambas são aceitáveis, pela sua inevitabilidade, seja na ensaística dirigida aos círculos letrados, caso das primeiras, seja nas lutas partidárias para influenciar politicamente na vida pública e, cada vez mais, dentro das instituições, caso da segunda. Na prática de pesquisa, não, pois expedientes assim carecem de operacionalidade empírico-analítica e fertilidade histórico-interpretativa. Aprisionam o pensamento em camisas de força retóricas e circuitos fenomenológicos de cunho potencialmente delirante, blindando-o à variedade da experiência, ao contato com o diverso e à aventura da pesquisa e descoberta. Em geral, não

vão além da exposição de juízos condenatórios e relatos genéricos de sentido alarmista, que pouco acrescentam ao que seus destinatários ideais já admitem, e os demais, talvez, assimilam com reticência.

As propostas condizentes com o trabalho acadêmico e científico que podemos associar à pesquisa crítica pressupõem e recomendam a exploração de questões teóricas, mas não podem perder contato com a experiência, a feitura de análises históricas, a elaboração de conceitos específicos. A pesquisa crítica que ignora ou entra em desacordo com a experiência se torna prisioneira das ideologias, não faz melhor que a pesquisa social empírica desprovida de problemas relevantes para a experiência do sujeito histórico mais amplo, restrita ao setor de inserção do pesquisador na comunidade científica.

A análise crítica dos fenômenos de comunicação de massa se delinea metodologicamente à medida que, em vez de pôr rótulos, acusa abstratamente situações por meio do emprego de categorias abstratas (sensacionalismo, por exemplo), foca em seus aspectos imediatos e genéricos (o noticiário do momento, por exemplo) para, em seguida, explorando as conexões concretas que a perpassam, proceder à sua interpretação histórica e sociológica (o planejamento mercadológico da empresa jornalística, o colapso de uma política pública etc.) (cf. Harvey, 1990, p. 32).

Apesar de insistirem em falar de dominação e violência, opressão, tem razão os estudiosos que preconizam uma abordagem metodológica em que os fenômenos de mídia são vistos como mediação dos conflitos políticos, econômicos, sociais, religiosos, familiares e outros, em vez de forma impositora de um sistema previamente definido por alguma teoria. Neste último caso, o pensamento, de crítico, em geral, só tem o nome, estampado em camiseta distribuída por partido para uso dos acólitos. Como diz Kellner (1995), a pesquisa crítica em comunicação de massa e os estudos culturais, no seu melhor, se opõem ao tratamento das situações como simples produto da dominação de um sistema ou de um grupo sobre outros, como fruto da manipulação ideológica de dominantes sobre dominados, procedendo à sua análise como interface “dos debates e conflitos sociais e políticos existentes, em vez de meramente relacioná-los com supostas ideologias dominantes e monolíticas”¹³ (p. 103) (cf. Daros, 2022).

A hegemonia assume várias formas, se manifesta em distintos momentos e não tem dono; é objeto de disputa e conquista; está sempre sujeita à discussão, negociação, ataque e subversão, desde diversos pontos de vista políticos. A premissa metodológica da análise dos meios que auxiliam no seu agenciamento é a de que os sujeitos sociais, até certo ponto, manipulam os meios, em vez de serem manipuladas por eles. As comunicações e a cultura representam mediações históricas e sociais, articulam experiências, acontecimentos, discursos,

¹³No original: “*within existing socio-political debates and conflicts rather than just in relation to some supposed monolithic ideology*”.

processos e, assim, são também sempre mediadas. As comunicações, para funcionar, precisam ressoar socialmente, se encaixar no horizonte dos sujeitos em todas as pontas, trabalhando, ainda que desigualmente, com os temores, esperanças, fantasias, interesses, circunstâncias e outras variáveis.

A vida social não se reduz a um sistema de dominação, só excepcionalmente é feita de opressão e violência, caracterizando-se, na maior parte do tempo, para a grande maioria das pessoas, inclusive nos regimes totalitários, pelas rotinas cotidianas e a composição de interesses. A regra, salvo em guerras de extermínio, é a negociação de conflitos, a troca desigual de vantagens, as transações mais ou menos tensas, as alianças e acordos de ocasião, a persuasão, por vezes trapaceira, etc. Os fenômenos de comunicação de massa se inserem neste marco, exigindo, pois, leituras multivalentes, desde perspectivas preferencialmente contraditórias, oriundas dos próprios sujeitos, em vez do dono da verdade no qual, muitas vezes, se arvora quem faz pesquisa e, principalmente, teoria crítica.

CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA É TEORIA CRÍTICA DA COMUNICAÇÃO DE MASSAS?

Seguir pela via acima nos parece promissor em termos metodológicos, no entanto, precisamos notar, põe em crise a perspectiva teórica e, assim, os próprios conceitos com que a crítica foi introduzida e, apesar dos entraves, vem sendo agenciada na pesquisa em comunicação de massas (cf. Splichal & Mance, 2018). Sempre que se trata de ciências sociais e o conceito “crítica” entra em pauta, vale lembrar que é preciso distinguir entre seu uso teórico, na filosofia política, e seu uso na ciência, como chave epistemológica. O primeiro concerne, mais genericamente, aos princípios doutrinários com que podemos nos orientar e intervir na vida social e seus conflitos. O segundo, aos princípios teóricos com que se pode estruturar e desenvolver a análise e reportagem de matéria sob investigação metódica. O fato de eventualmente poder haver intercâmbios e mediação entre eles não serve de desculpa para confundi-los, desde o ponto de vista funcional. A ciência social, sem dúvida, comporta a intervenção de princípios doutrinários em seu trabalho, conquanto se submetam à prova empírica e documental, não violentem ou fraudem a experiência.

A ciência social crítica, não sendo exceção, se baseia na premissa de que aquela última, a crítica, é constitutiva da prática científica especializada. Os relatos fenomenológicos de cunho amplo e genérico, explorando conceitos abstratos com o acréscimo de umas poucas ilustrações, pertenceriam a outro gênero. A perspectiva crítica não deve servir de licença para seus sujeitos se expressarem sem disciplina, vociferar suas frustrações contra o mundo. Os conceitos que

a distinguem devem ser analisados empiricamente com base em evidências coletadas de forma metódica. Os principais, no caso da área de comunicação, têm sido dominação e, em menor medida, ideologia, uma vez que sua orientação teórica, genericamente falando, tem cunho normativo e mais ou menos holístico, encarna-se, em resumo, na ideia de uma comunicação livre de uma e outra, isto é, emancipada.

Será, contudo, que isso se sustenta, que pode ser assim, como ainda hoje preconizam tantos nomes exponenciais da pesquisa e da teoria crítica em comunicação de massa, incluindo, paradoxalmente, o próprio Douglas Kellner (2020)? Apesar de seu criador só ter se referido a ela de modo pontual, a recepção da noção habermasiana de ciência social crítica, notada inicialmente sobretudo nos Estados Unidos (Fay, 1987), foi fortemente influenciada pela revisão da teoria crítica feita por Marcuse, não poupando a pesquisa acadêmica em comunicação de massa. O problema é que ela selou seu vínculo, renovado até hoje, com os conceitos de dominação e opressão, às vezes com o de ideologia, em detrimento de outros, muito mais plásticos, ricos e profícuos, como podem ser, por exemplo, se trabalhados analiticamente, os conceitos de poder e hegemonia (Laclau & Mouffe, 1989).

Os primeiros termos foram assimilados mecanicamente pelo seu valor de face marcusiano, como experiências indiscutivelmente vividas, ainda que nem sempre da mesma forma, por todos os grupos sociais. A tarefa que se impôs aos acadêmicos que não perderam a liberdade de consciência passou a ser lutar intelectualmente contra essa situação, estudando e produzindo conhecimento sobre como e com quem ela surgiu, como ela se estrutura, como e quem ela oprime e aliena, quais são as resistências e lutas que ela enseja, como, enfim, se chegará à emancipação de tudo isso, a uma nova forma de sociedade, considerando os temas de “comunicação”.

Disso dão prova as obras de atuais expoentes da teoria e da pesquisa críticas em comunicação de massa, como Christian Fuchs e Fabien Granjon. Segundo Lee Harvey (1990, p. 19), “a pesquisa social crítica é uma metodologia, e não um credo político”¹⁴ (ver também Morrow, 1994). A relação com a filosofia prática, isto é, a teoria crítica, apesar de existir, deve ser mediada, levando em conta o que lhe é próprio como instrumento científico. Para Granjon (Granjon & George, 2014, pp. 291-355) e Fuchs (2011, pp. 112-121), preconizadores de seu entendimento ortodoxo, ao contrário, a pesquisa e estudo são ações políticas, têm partido e, no seu ver, este é o marxismo. Os estudos de mídia representam um dos campos de aplicação da teoria crítica, e, nesta condição, constituem uma articulação de análise estratégica (isto é, política e econômica), pesquisa empírica (para embasar a análise), e ética socialista (orientação anticapitalista)⁴. A teoria emprega o método dialético como arma, para a feitura de análises da

¹⁴No original: “Critical social research is a methodology, not a political creed”.

¹⁵Devido à falta de espaço, não é possível apresentar aqui, como pretendíamos, análise detalhada das teses e obras destes autores. Em 2016, a revista *Questions de Communication* publicou um dossiê crítico a respeito da perspectiva de Granjon. Sua resposta foi publicada no número 30, do mesmo ano (“Des échelles de la critique”, pp. 181-218). Não encontramos discussão de conjunto da já vasta obra de Fuchs. Christoph Raetzsch (2016) concentra em comentário de um título algumas objeções generalizáveis. Ressalvas ao pretenso déficit político de sua obra mais antiga sobre internet são feitas por Fisher (2009).

mídia e da cultura desde o ponto de vista da derrubada do “contexto de dominação”, da supressão do “controle, da exploração, da opressão” (Fuchs, 2011, 2022; Granjon, 2015a, 2015b)¹⁵.

O ponto que se coloca à discussão, neste artigo, consiste em saber se e como essa perspectiva – diretamente devedora do marxismo, para não falar das provindas das teorias críticas pós-marxistas, “identitárias”, com que aquela primeira inclusive passou a se misturar – ainda dá conta, se um dia o deu, do papel epistemológico que a crítica deve desempenhar na pesquisa, resiste à análise que urge fazer em meio à cena pós-crítica que se descortinou para reflexão das ciências sociais e da teoria da ciência a partir do final do século passado.

Trivinho (2001) tomou parte neste trabalho há alguns anos, salientando que, na atual conjuntura, tornou-se vital, para a crítica, despojar-se da antropologia, isto é, “as naturalizações ideologizantes da vida humana, a universalização de premissas teóricas para todas as épocas, a procura por constantes a-históricas, pela essência dos fenômenos, pela verdade última, por unitarismos subjacentes a processos da natureza, da cultura e da sociedade” (p. 167). Assim como da dialética, visto que não há mais como manter no discurso, sem cair em dogmatismo, a figura do sujeito totalizador da práxis, a noção de transcendência histórica, a ideia de emancipação universal, a fantasia de onipotência epistemológica (p. 166) – e, acrescentaríamos, a pretensão de exclusividade no manejo legítimo do conceito de ideologia.

Em seu ver, o expurgo da crítica em curso no pensamento pós-moderno pode ser prevenido com a adoção de uma estratégia situacional, de cunho ensaístico, cuja orientação essencialmente abstrata, entretanto esterilizou-a, em nossa avaliação. Fora deixar de lado o exame de sua metodologia, seus conceitos e seus esquemas operacionais na pesquisa social, Trivinho (2001) terminou contradizendo em atos sua crítica à cognição abrangente de totalidades reais. Sucumbiu à vertigem inflacionária da teoria, reduzindo a experiência a fórmulas abstratas de pouca ou nenhuma serventia, seja na filosofia política, seja na teoria da ciência (Rüdiger, 2008). Vamos, no que segue, retomar seu trabalho nesse último plano, levar sua reflexão sobre a situação da crítica para o plano da metodologia, começando por chamar atenção para o prejuízo que, na pesquisa, representa a estereotipação de conceitos do qual nosso colega teria se tornado vítima, em nosso julgamento.

A TEORIA POSTA EM QUESTÃO

Afinal, acontece ou não que, na prática de pesquisa histórica e etnográfica, os conceitos críticos se encontram em registro hermenêutico, visto estarem

sujeitos a controle empírico, ou sucumbem no dogmatismo? Para nós, o fato de, na pesquisa crítica, a teoria, até agora, fornecer artificialmente as categorias que permitem não apenas avaliar, mas mostrar as patologias da comunicação de massas e, às vezes, até os seus remédios é problemática. Assim, a pesquisa, paradoxalmente, passou a reificar suas análises, inclusive porque, nos estudos de comunicação de massa, ao menos, a tendência é eles raras vezes serem discutidos. A regra é tomá-los de áreas vizinhas pelo valor de face, prontos, para aplicação mais ou menos mecânica ao comentário, muito mais do que a análise, dos temas em investigação (ver também os ensaios reunidos em Cirucci & Vacker, 2018).

Tomando um relatório de pesquisa ao acaso, para ilustração, verifica-se que, segundo colegas, os “movimentos identitários”, às vezes, privilegiariam o “reconhecimento” em vez da “crítica”, ao lidarem com a produção audiovisual de seu interesse. Sua análise evidenciaria que, conforme previsto por Axel Honneth, os “grupos subalternizados” empreendem uma “luta por reconhecimento”, já que seu principal objetivo seria a “representação”. As “convicções axiológicas” desses grupos estão na base de uma “semântica comum” na qual se fundaria uma “gramática” de luta por reconhecimento (Serelle & Sena, 2019).

Qual é, porém, a prova disso? Folheando o artigo não pudemos encontrá-la. O caso em análise parece, em princípio, documentado. A conexão entre seus indícios e o ajuizamento teórico, no entanto, é arbitrária. As evidências, em nosso ver, não autorizam que se fale em uma “luta pelo reconhecimento”. O resultado disso é que o caso em estudo antes exemplifica do que realmente se ilumina ou explica por meio da referida teoria. O problema, vale notar, não está na teoria, perfeitamente passível de exposição, ilustração e discussão. A teoria do reconhecimento não é mais novidade, suscitou discussão e foi, até certo ponto, assimilada por alguns acadêmicos. A questão é seu emprego na pesquisa sobre a produção e recepção do audiovisual brasileiro contemporâneo.

Salvo melhor juízo ou devida amarração empírica, em vez de retórica, a única justificativa epistemológica para empregá-la, naquela situação, seria pô-la à prova, visando corrigi-la ou aperfeiçoá-la, talvez mesmo refutá-la. O método teria de ser crítico ou abduutivo, em vez de dedutivo, como erroneamente se sugere. O foco, objetivo ou interesse principal não poderia ser explicar o fenômeno, já que, no curso da argumentação, aquele último termina se reduzindo logicamente a pretexto para uma exemplificação da teoria.

O exemplo nos serve, portanto, de ponto de partida para aprofundar a análise dos problemas oriundos da conexão entre teoria e pesquisa reclamada até agora pelos estudos críticos em comunicação de massas. O primeiro a considerar é que, em geral, as teorias críticas paradoxalmente predeterminam a significação dos fenômenos em estudo, afirmando criptodogmaticamente que estes são sempre

ou só importam como fenômenos de luta e opressão, dominação e resistência. A possibilidade de terem outro sentido, seja para seus sujeitos, seja para outros intérpretes, quando cogitada, tende a ser desprezada com o emprego acusatório do conceito de ideologia. A argumentação é conduzida como se houvesse e ela mesma estivesse em um lugar imunizado, em que a resistência mais ou menos sublimada que ela própria representa se expressaria como consciência livre e soberana.

A sugestão de que a opressão e a dominação podem ser encontradas por toda a parte, menos entre os acadêmicos e intelectuais críticos, nas suas práticas e nas instituições pelas quais têm curadoria, nos regimes políticos com que se identificam, representa, talvez, o caso clássico de ideologia, no sentido de ausência de crítica, de falta de reflexividade. A vontade de poder não é privilégio de nenhum grupo social, assim como, em princípio, não é a atividade crítica – nem uma nem outra devem ser fetichizadas, se é para manter o pensamento em liberdade, não se cair em discurso blindado de antemão ao contraditório e cuja, matriz, em vez da crítica, é o autoritarismo.

A experiência histórica ensina que os sujeitos críticos não estão livres de cometer as violências, tropelias e abusos que denunciam nos outros, ninguém pode reivindicar a priori certidão de santidade. A crítica da opressão sempre pode se converter no seu contrário, em diferentes níveis de efetivação, à revelia de classe social, confissão religiosa, estamento profissional, credo político, orientação sexual, gênero, cor etc. Os fenômenos de monitoramento da conduta, tentativa de subjugação a distância, censura política e perseguição ideológica (“cancelamento”), via redes sociais, por exemplo, sabidamente são mais ou menos horizontais e democráticos. Surgem realmente a partir da convergência de múltiplos interesses e injunções recíprocas, e não por efeito do “sistema” ou suposta “estrutura” na qual se pode pôr a culpa, seja por malícia ou pura e simples estupidez.

Quem, como e com que direito estipula pois que, na análise crítica dos fenômenos da mídia se lida, por definição, com formas de opressão e de dominação? Sabemos há tempos que se desejarmos conferir alguma relevância a conceitos como estes, eles não podem ser elaborados de modo a se identificar com a totalidade da vida social, visto que, exceto invocando sabedoria e poder transcendentais, não haveria como explicar a propriedade de nosso discurso, pela falta de isenção de nosso lugar de fala. Assim, precisamos postular ou, no mínimo, pressupor um lugar relativamente a salvo do problema para fazer o julgamento – mas quem e como se assegura que, havendo este espaço, o julgamento esteja certo e assim se justifique, se os conceitos de referência são essencialmente interpretativos, não são, como muitas vezes se faz parecer, fatos dados e evidentes?

Salvo apelando ao seguro dogmático representado pela aplicação monopólica do conceito de ideologia contra os adversários, as teorias críticas não têm como negar que se amparam em conceitos disputáveis com outros (por exemplo, emancipação x salvação individual, eventualmente para todos) e que, mesmo em caso de haver decisão, se revelam passíveis de múltiplas interpretações, devido ao seu cunho muito vago de seus conceitos principais (por exemplo, “democracia participativa”). Na pesquisa, conceitos como fake news e discurso de ódio, por exemplo, não podem ser apresentados exclusivamente com base em relato teórico, precisando se justificar com interpretações empíricas – mas com que critério se julgará sua propriedade na análise?

O repertório das teorias críticas: resistência, dominação, injustiça, sofrimento, vigilância, opressão, luta etc., é formado por noções hermenêuticas referenciáveis em situações históricas, cuja formatação deve ser desenvolvida reflexivamente, no sentido de conservar em vista seus limites, seu transacionamento ou não com a experiência dos sujeitos sociais em foco, sob pena de serem, no mínimo, estéreis na atividade de pesquisa. Como a própria crítica, estes termos representam processos de significado flutuante, que resistem à formalização, sendo usados e recriados de acordo com os jogos de poder e testes de força, mas também os acordos em que os indivíduos se veem inseridos socialmente. A vida social, sem dúvida, conhece aqueles processos, ela é sua origem, mas na práxis ninguém é dono de seu sentido, a médio prazo ninguém tem o poder de arrogar-se o seu monopólio, inclusive a teoria e a ciência.

O papel da pesquisa crítica, em nosso ver, não seria, pois, apoiar ou combater os fenômenos de seu interesse e curiosidade, desde o ponto de vista pelo qual tomaram partido, mas mapear e analisar o sentido que lhes é dado pelos protagonistas, sem predeterminá-lo de acordo com esquemas reificados. As categorias com que trabalha carecem de conteúdo fixo ou preestabelecido; servem, em princípio, para qualquer grupo social. O sentido de que se revestem precisa ser interpretado levando em conta empiricamente o ponto de vista dos seus sujeitos históricos. Os oprimidos e opressores, por exemplo, não devem ser preestabelecidos em discurso teórico, primeiro porque aquelas são categorias hermenêuticas, segundo porque não são dados necessários da experiência. Os sujeitos alteram suas atitudes e opiniões conforme se relacionam ou trocam seu contexto de intervenção. A pesquisa bem conduzida deve visar à análise e reconstrução destes processos, sem forçá-los a entrar em categorias rígidas e estanques, muitas vezes impertinentes ao caso em observação.

Vendo bem, conceitos estruturais, como pode ser, por exemplo, o de dominação, entre muitos marxistas e os grupos identitários, têm pouca serventia na pesquisa e análise de experiências concretas, soando críticos apenas em manifestos.

O sentido da ação social, via de regra, é difícil de ser conhecido pelo observador distanciado, e ampliar seu nível de abrangência e complexidade só agrava o problema. Termos de manejo mais plástico e aberto, como “hegemonia” e “poder”, entendidos no marco da teoria da ação (Laclau & Mouffe, 1989), se saem melhor na condução dos estudos que evitam perder de vista a experiência social e histórica. As relações de poder não obedecem sempre e por inteiro apenas às lógicas identitárias de classe, gênero, raça, nacionalidade, religião etc. – as atravessam. O exercício do poder jamais foi determinado apenas pela posição econômica, situação de classe, afiliação política, credo ideológico, simpatia étnica, sendo igualmente influenciado pelos processos e dinâmicas das interações situacionais, de acordo com as variáveis, sempre mutantes, que se apresentam no momento, para além dos efeitos de conjunto, que surgem do seu relato à distância.

A verdadeira crítica na pesquisa social nos previne contra o uso unilateral e dogmático dos conceitos. As afirmações histriônicas sobre o poder que a tecnologia confere às corporações e governos se aceita na teorização simplória e em meio às lutas políticas – à luz da pesquisa, o juízo deve ser analisado, raramente se revela jogo de soma zero. A práxis social é sempre mais ampla do que os conceitos que podemos fazer a seu respeito e, assim, toda tentativa feita nesta direção corre o risco de, teoricamente, não passar de gesto visando controlá-la magicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem pesquisa livre de dogmatismo sabe que as teorias e os métodos com que se há de trabalhar podem se reificar e que só com seu monitoramento reflexivo, diálogo com a experiência, abertura à crítica, revisão permanente e renúncias conceituais é possível prevenir a esterilização do conjunto. A pesquisa crítica em comunicação de massa se desenvolveu teórica e praticamente em sintonia com o avanço de uma nova forma de ciência social, a crítica, sob a influência do marxismo cultural, em especial da teoria crítica da sociedade¹⁶. As tensões oriundas desta conexão são chave para se entender porque a pesquisa ainda hoje não se livrou dos prejuízos decorrentes da sua referenciação em categorias estereotipadas (dominação, por exemplo), do emprego de conceitos arbitrários e dogmáticos (ideologia, por exemplo), da manutenção de esquemas normativos originados da filosofia da história (emancipação, por exemplo), e, mais genericamente, da falta de flexibilidade analítica e hermenêutica verificada na condução da pesquisa.

O pior para a ciência, sem dúvida, porém, é a tendência, entre os sujeitos das teorias críticas que surgiram no último período, de acusar a pesquisa metódica

¹⁶Por óbvio, suas áreas de atuação não lhe são exclusivas.

Fora outras abordagens, também o marxismo científico pode intervir nelas. Observe-se, por exemplo, os casos da economia política e da análise do discurso. A limitação de espaço nos impede de desenvolver as diferenças existentes nas suas aproximações.

de ser positivismo e, preferindo falar em estudos, reduzirem-na a exposições ilustrativas de conceitos. A exemplo dos movimentos totalitários do passado, entrevê-se aí, em vez da crítica à ciência como ideologia, o avanço da tese de que, em última análise, a ciência deve dar lugar à teoria (“crítica”) (Agger, 1992, 1998).

Significa que a ciência social ou, pelo menos, sua filosofia tem hoje diante de si, mais uma vez, o problema de saber até que ponto ela é compatível com essa espécie de teoria; se e como ela pode se articular com a crítica, sem deixar de ser ciência, sem sucumbir em preconceitos ideológicos, se não no discurso político militante. Amparados em Marx e Weber, Pierre Bourdieu e Norbert Elias, por exemplo, já responderam negativamente a esta questão. “A sociologia é uma ciência que pode fazer crítica por si mesma”¹⁷ e esta nada tem a ver com “a crítica tal como se pratica na vida social e nas lutas políticas”¹⁸, exceto quando é corrompida em seu próprio campo (Bourdieu, 1983/2019, p. 351).

¹⁷No original: “la sociología es una ciencia que puede ser crítica por sí misma”.

¹⁸No original: “la crítica tal como se la practica cotidianamente en la vida social y en las luchas políticas”.

Em seu ver, o cientista social, sim, é um destruidor de mitos, faz crítica, mas apenas entre e para os iniciados na ciência. Sequer ele, como insinua Elias (1980), muito menos sendo marxista, como queria Althusser, tem poder de nos tirar da alienação, enquanto sujeitos comuns. A vida social é, por definição, dominada por relações de força, sistemas de crenças e mecanismos de poder, que mantêm as pessoas mais ou menos na ignorância e sob comando de impulsos opacos ao leigo. O papel da ciência social se limita a estudar os seus distintos fenômenos, visando substituir os mitos e as opiniões por teorias testáveis, verificáveis e suscetíveis de correção por meio da pesquisa, sem poder ir além enquanto ciência, sob pena de cair na mistificação (Elias, 1980, pp. 53-75).

Tendo a abordagem externalista feito água por muitos lados (Alexander, 1995, pp. 128-217; Ferry & Renaut, 1988, pp. 183-216; Honneth, 1995, pp. 184-203), entretanto surgiu, como alternativa às sociologias críticas, mas indiretamente também à ciência social crítica marxista, a proposta de desenvolver uma “sociologia pragmática da crítica”, cujo motivo, não o sentido, merece, em nosso ver, atenção, se é para renovar a fundamentação da perspectiva crítica na pesquisa em comunicação de massa.

Para Luc Boltanski (2011, p. 24), com efeito, “retornar às próprias coisas, no caso da crítica, significa adotar como primeiro objetivo observar, descrever e interpretar as situações em que as pessoas se engajam criticamente – isto é, disputas”¹⁹ (cf. Walzer, 1987). A sociologia crítica, referenciando-se no conceito de dominação social, se caracteriza por acusar e desmascarar suas formas, situando-se numa posição de exterioridade, sem, no caso bourdieusiano, admitir transcendência. A crítica ordinária, em vez disso, se origina da atitude emancipatória geralmente adotada pelos sujeitos envolvidos em disputas cotidianas nos mais diversos nichos sociais. A sociologia pragmática

¹⁹No original: “to return to things themselves in the case of critique is to make one’s first objective observing, describing and interpreting situations where people engage in critique—that is, disputes”.

da crítica não pretende pôr esta última entre parênteses para explicar o conflito desde fora, muito menos reduzir seus termos a erro, ilusão, ideologia ou meia-verdade (Boltanski, 2011, p. 50). O cientista social segue proibido de tomar posição diante do seu tópico de pesquisa, mas pode intervir em favor de uma causa, esclarecendo suas circunstâncias e fornecendo-lhe um esquema racionalizado, após pesquisar empiricamente as lutas e disputas que surgem na vida social ordinária.

A tarefa pela qual pode se responsabilizar consiste, pois, em analisar a situação objetiva desde o ponto de vista dos sujeitos, para trazer à luz e, em seguida, reconstruir teoricamente a gramática situacional em que se baseia sua ação cotidiana. “A sociologia pragmática da crítica parte da capacidade crítica dos atores e, inicialmente, almeja usar os meios fornecidos pela sociologia para explicitá-la”²⁰. O segundo passo é “tentar estabelecer suas pressuposições normativas – portanto, metacríticas, a partir da formatação ideal desta crítica ordinária e do senso de justiça ou sentimentos morais que se expressam por seu intermédio”²¹ (Boltanski, 2011, p. 50).

Em nosso ver, Boltanski, como Stahl (2021), complica desnecessariamente o assunto e de certo modo recai formalmente, só que com menos potencial de esclarecimento concreto, na postura bourdieusiana, ao acrescentar este último passo. Parece-nos fantasiosa sua ideia de que os sujeitos sociais, em sua variedade, podem ter interesse ou mesmo precisem deste tipo de conhecimento, altamente exigente e seletivo, e que caracteriza a tendência a entender a ciência social crítica como saber essencialmente teórico (Strydom, 2011) – visando aprofundar sua orientação política e seguir lutando por suas causas. O jornalismo e a intelectualidade orgânica dos movimentos sociais podem fazê-lo com muito mais eficiência e adequação às circunstâncias, apesar de não descartarmos a possibilidade, todavia sempre potencialmente plural, diferida e contraditória, de seus representantes se valerem dos aportes da ciência social.

A criação e a exploração de meios e manifestações publicísticas visando influir na formação da conduta de um ou mais grupos sociais são fato que remonta às origens daqueles processos – jamais foi ignorado – e se impôs com o tempo, ainda que de forma desigual, ao saber virtualmente de todo indivíduo moderno. A pesquisa crítica se desenvolveu, em parte, com a aclimação desse saber no meio acadêmico, até o ponto dela muitas vezes se deixar levar pela sua conversão em senso comum, fórmula explorada estrategicamente pelos diversos sujeitos políticos. O resultado veio a ser a crescente esterilidade de seus trabalhos e intervenções. A crítica pautada pelas teorias que surgiram a respeito, ao menos na pesquisa, terminou falindo, transformou-se numa espécie de escolástica, a tal ponto que, no registro que lhe é próprio, não nos parece haver outro modo

²⁰No original: “the pragmatic sociology of critique—starts out from actors’ critical capacities and initially aims to use the means supplied by sociology to make them explicit”.

²¹No original: “Next it seeks to establish normative positions – consequently, of a metacritical kind – by basing itself on the modelling of these ordinary critiques and the moral sense or sense of justice expressed in them”.

de conservar a atitude senão subordinando uma e outra, pesquisa e crítica, à nova epistemologia.

Em resumo, significaria para nós que, doravante, as argumentações teóricas generalistas precisam, cada vez mais, ceder lugar às fenomenologias analíticas e contextuais; a pesquisa, relativizar a verdade pretendida pelas primeiras e não poupar mais nada de discussão empírica; a crítica emancipatória em abstrato, abrir espaço para a análise histórica imanente; e o método, em vez de investir no refino teórico, voltar-se ainda mais para a coleta e exame de evidências²². Que a sobrevivência da crítica está metodologicamente ligada a um empirismo analítico e interpretativo em que ela, a crítica, passa a ser agenciada via a contextualização social e histórica de todas as matérias em estudo e, sem poupar a si mesma, a relativização de todas as categorias que permitem determiná-las. Que não há outro ponto de partida para o discernimento crítico do que está em jogo de mais perigoso para nós nos processos de comunicação de massas senão na reportagem etno e/ou historiográfica das reações negativas, da contestação e dos questionamentos que os sujeitos sociais comprovadamente por vezes opõem ao que ganha publicidade e seus autores em contextos historicamente passíveis de investigação²³.

A primeira tarefa do pesquisador engajado na análise crítica das comunicações de massas seria, por isso, identificar os pontos de conflito e as contradições sociais, os sujeitos em campo e suas ações recíprocas, suas causas e argumentos, sem tomar partido ou predeterminar significações de acordo com a sua “teoria”. A crítica só interviria após a análise, para, em vez de propor uma condenação do lado pelo qual não tomou partido, ponderar sobre o aprendizado que podemos extrair dos termos e categorias que agenciaram o encontro e os embates daqueles sujeitos, providenciaram sua desgraça e sua salvação à luz do que pretendiam. ■

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (2001). *Epistemología y ciencias sociales*. Cátedra.
- Adorno, T. (2019). *Philosophical elements of a theory of society*. Polity Press. (Trabalho original publicado em 1964)
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1966). *Sociológica*. Taurus.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1999). *I Seminari della Scuola di Francoforte*. Franco Angeli.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (2013). *Le laboratoire de la dialectique de la raison*. Maison des Sciences de L’homme.
- Agger, B. (1992). *Cultural studies as critical theory*. Falmer Press.

²² Deveremos, noutra ocasião, diferenciar esta proposta daquela com que, baseando-se em Paul Ricoeur (1986), Thompson (1995, pp. 355-421) desenvolveu sua metodologia da *hermenêutica profunda*. Fazer convergir as perspectivas de Adorno e Foucault, no marco uma ciência social crítica histórica e interpretativa, baseada em teoria analítica da ação derivada de Max Weber. Entrementes, conferir Cook (2018), Foucault (1985, pp. 73-86, 1982, pp. 37-79), Dean (1995), Dreyfus & Rabinow (1984).

²³ Amparando-se em Walzer (1987), Eva Illouz (2003) chega, mais de uma vez, a tangenciar essa perspectiva epistemológica em sua análise do *The Oprah Winfrey Show*. Fica mais ou menos claro, lendo sua obra, por que no estudo da comunicação de massas até a crítica dialética bem conduzida (vide Viana, 2013) se mantém de certo modo “externa”, ao resumir o ponto de vista dos sujeitos numas poucas categorias histórico-sociológicas. Ainda que muito mais primário do que o mencionado entre parênteses do ponto de vista acadêmico, pelo menos aponta em direção mais promissora a abordagem sobre o mesmo tema insinuada no trabalho virtualmente anódino, no tocante aos resultados, de Campanella (2012).

- Agger, B. (1998). *Critical social theories*. Westview.
- Alexander, J. (1995). *Fin de siècle social theory*. Verso.
- Baacke, D. (1973). *Kommunikation und kompetenz*. Juventa.
- Beltrán, L. R. (1985). Premisas, objetos y métodos foráneos em la investigación sobre comunicación en América Latina. In M. Moragas (Org.), *Sociología de la comunicación de masas* (pp. 94-119). Gustavo Gili.
- Benzer, M. (2011). *The sociology of Theodor Adorno*. Cambridge University Press.
- Bisky, L. (1982). *Crítica de la teoría burguesa de la comunicación de masas*. De la Torre.
- Boltanski, L. (2011). *On critique*. Polity.
- Bourdieu, P. (2019). *Curso de sociologia geral* (Vol. 1). Siglo 21. (Trabalho original publicado em 1983)
- Bukharin, N. (1970). *Tratado de materialismo histórico*. Livros do Brasil. (Trabalho original publicado em 1922)
- Callinicos, A. (2006). *The resources of critique*. Verso.
- Campanella, B. (2012). *Os olhos do Grande Irmão*. Sulina.
- Cirucci, A., & Vacker, B. (2018). *Black Mirror and critical media theory*. Lexington.
- Cook, D. (2018). *Adorno, Foucault and the critique of the West*. Verso.
- Daros, O. (2022). *Marxismo cultural e estudos de mídia*. UFPR.
- Dean, M. (1995). *Critical and effective histories*. Routledge.
- DeFleur, M. L., & DeFleur, M. H. (2022). *Mass communication theories*. Routledge.
- De la Haye, Y., & Miège, B. (1978). Les sciences de la communication. *Communication*, 2 (3), 7-23.
- Dreyfus, H., & Rabinow, P. (1984). *Michel Foucault, un parcours philosophique au-delà de l'objectivité et de la subjectivité*. Gallimard.
- Elias, N. (1980). *Introdução à sociologia*. Edições 70.
- Fay, B. (1987). *Critical social science*. Cornell University Press.
- Ferry, L., & Renaut, A. (1988). *Pensamento* 68. Ensaio.
- Fisher, E. (2009). Review of "Internet and Society". *Journal of Communication*, 59 (4), 13-18.
- Foucault, M. (1985). *Diálogo sobre el poder*. Alianza.
- Foucault, M., & Léonard, J. (1982). *La impossible prisión*. Anagrama.
- Fuchs, C. (2011). *Foundations of critical media and information studies*. Routledge.
- Fuchs, C. (2022). *Foundations of critical theory II*. Routledge.
- Garnham, N. (1979). Contribution to a political economy of mass-communication. *Media, Culture and Society*, 1, 123-144.

- George, E. (2022). Études en communication et perspectives critiques. In F. Aubin, E. George, & J. Rueff (Orgs.), *Perspectives critiques em communication* (Vol. 2, pp. 385-418). Presses Universitaires.
- Gerbner, G. (1958). On content analysis and critical research in mass communication. *Audio Visual Communication Review*, 6(2), 85-108.
- Gitlin, T. (1978). Media sociology: The dominant paradigm. *Theory and Society*, 6 (2), 205-232.
- Golding, P., Murdock, G. (1978). Theories of communication and theories of society. *Communication Research*, 5 (3), 339-356.
- Golding, P., Murdock, G. (1977). Capitalism, communication and class relations. In J. Curran et al., *Mass communication and society* (pp. 12-43). Arnold.
- Gouldner, A. (1983). *Los dos marxismos*. Alianza.
- Granjon, F. (2015a). Du materialisme como principium d'un agenda de la recherche critique en communication. *Questios de Communication*, 28, 157-190.
- Granjon, F. (2015b). Des fondements materialistes de la critique. *Revue Française des Sciences de l'Information et de la Communication*, 6. <https://doi.org/10.4000/rfsic.1257>
- Granjon, F., & George, E. (Orgs.). (2014). *Critique, sciences sociales et communication*. Marte & Martin.
- Habermas, J. (1975). Conhecimento e interesse. In W. Benjamin, M. Horkheimer, T. W. Adorno & J. Habermas, *Textos escolhidos* (Col. Os Pensadores, pp. 291-302). Abril. (Trabalho original publicado em 1965).
- Habermas, J. (1987). *Teoria y praxis*. Tecnos. (Trabalho original publicado em 1963)
- Hardt, H. (1992). *Critical communication studies*. Routledge.
- Harvey, L. (1990). *Critical social research*. Unwin Hyman.
- Holzer, H. (1973). *Sociología de la comunicación*. Akal.
- Honneth, A. (1995). *The fragmented world of the social*. State University of New York.
- Horkheimer, M. (1989). *Notes on institute activities*. In S. Bronner & D. Kellner (Orgs.), *Critical theory and society* (pp. 52-57). Routledge. (Trabalho original publicado em 1941)
- Horkheimer, M. (1990). *Teoria crítica*. Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1937)
- Hoy, D., & McCarthy, T. (1994). *Critical theory*. Blackwell.
- Illouz, E. (2003). *Oprah Winfrey and the Glamour of Misery*. Columbia University Press.
- Jenemann, D. (2007). *Adorno in America*. University of Minnesota Press.

- Kellner, D. (1995). *Media culture*. Routledge.
- Kellner, D. (2020). *Media culture* (2a ed.). Routledge.
- Kolakowski, L. (2022). *Principais correntes do marxismo*. Vide.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1989). *Hegemonia e estratégia socialista*. Paz e Terra.
- Lazarsfeld, P. (1941). Remarks on administrative and critical communication research. *Studies in Philosophy and Social Science*, 6(1), 119-139.
- Lemos, A. (2015). A crítica da crítica essencialista da cibercultura. *MATRIZES*, 9(1), 29-51. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p29-51>
- Lent, J. (1995). *A different road taken*. Westview.
- Lent, J. (2014). *Key thinkers in critical communication scholarship*. Palgrave.
- Marcuse, H. (1969). *An essay on liberation*. Beacon Press.
- Marcuse, H. (1970). *Crítica da tolerância pura*. Zahar.
- Marcuse, H. (2001). *Towards a critical theory of society*. Routledge. (Trabalho original publicado em 1970)
- Martin-Barbero, J. (1978). *Comunicación masiva: discurso y poder*. Ciespal.
- Mattelart, A. (1976). *Critica a la communication research*. In A. Mattelart, M. Piccini & M. Mattelart, *Los medios de comunicacion social* (pp. 11-22). El Cid.
- McAnany, E., Schnitman, J., & Janus, N. (Orgs.). (1981). *Communication and social structure*. Praeger.
- Merquior, J. (1987). *O marxismo ocidental*. Nova Fronteira.
- Mills, W. (1961). *La imaginación sociológica*. FCE.
- Morrow, R. (1994). *Critical theory and methodology*. Sage.
- Murdock, G., Wasco, J. Contested critique – the political career of the political economy. In J. Becker, R. Mansell (Orgs.) (2023), *Reflections on the International Association for Media and Communication Research*. Palgrave.
- Nordenstreng, K. (1968). Communication research in the United States. *Gazette*, 14(3), 207-216.
- Ossandón, C., Salinas, C., & Stange, H. (2019). *La impostura crítica*. Comunicación Social.
- Pietilä, V. (2005). *On the highway of mass communication studies*. Hampton.
- Raetzsch, C. (2016). Is data the new cool? *Networking Knowledge*, 9(5), 1-21.
- Rancière, J. (2012). *El espectador emancipado*. Manantial.
- Ricouer, P. (1986). *Du text à l'action*. Seuil.
- Rüdiger, F. (2007). A comunicação no saber pós-moderno. In J. Ferreira (Org.), *Cenários, teorias e epistemologias da comunicação* (pp. 25-40). E-papers.
- Rüdiger, F. (2008). Crítica e reflexividade na cibercultura. *MATRIZES*, 1(2), 219-225.

- Rüdiger, F. (2015). Contra o conexionismo abstrato. *MATRIZES*, 9(2), 127-142. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i2p127-142>
- Rüdiger, F. (2019). *Síntese de história da publicística*. Insular.
- Schiller, D. (1996). *Theorizing communication*. Oxford University Press.
- Serelle, M., & Sena, E. (2019). Crítica e reconhecimento: Lutas identitárias na cultura midiática. *MATRIZES*, 13(1), 149-167. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p149-167>
- Simpson, C. (1994). *Science of coercion*. Oxford University Press.
- Slack, J. D., & Allor, M. (1983). The Political and epistemological constituents of critical communication research. *Journal of Communication*, 33(3), 208-218. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1983.tb02421.x>
- Splichal, S. (1989). Critical theory and empirical critique in mass communication research: Some methodological considerations. *Annals of the International Communication Association*, 12(1), 618-635. <https://doi.org/10.1080/23808985.1989.11678739>
- Splichal, S., & Mance, B. (2018). Paradigm(s) lost? Islands of critical media research in communication journals. *Journal of Communication*, 68(2), 399-414.
- Stahl, T. (2021). *Immanent critique*. Rowman & Littlefield.
- Strydom, P. (2011). *Contemporary critical theory and methodology*. Routledge.
- Thompson, J. (1995). *Ideologia e cultura moderna*. Vozes.
- Trivinho, E. (2001). *O mal-estar da teoria*. Quartet.
- Viana, S. (2013). *Rituais de sofrimento*. Boitempo.
- Walzer, M. (1987). *Interpretation and social criticism*. Harvard University Press.
- Weber, M. (1970). *Ciência e política: Duas vocações*. Cultrix. (Trabalho original publicado em 1919)
- Weber, M. (1973). *Ensayos sobre metodología sociológica*. Amorrortu.
- Wiggershaus, Rolf (1995). *The Frankfurt School*. MIT Press.

Artigo recebido em 31 de julho de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.

Textos, público e meios de comunicação: a persistência das perguntas^a

Texts, audiences and media: The persistence of questions

CARLOS SANDOVAL GARCÍA^b

Universidad de Costa Rica. San José – Costa Rica

RESUMO

Este artigo questiona as mudanças e permanências nas formas como os vínculos entre meios de comunicação, poder e sociedade são analisados em relação aos ecossistemas comunicativos que hoje são chamados de tradicionais, como a imprensa, o rádio e a televisão, e as plataformas digitais que se consolidaram no século XXI. Particularmente, presta-se atenção a três perspectivas: a capacidade dos discursos para interpelar o público, a atividade do público e o papel das indústrias de comunicação. A pesquisa acadêmica sobre os vínculos entre meios de comunicação, poder e sociedade exige reparar as mudanças entre o “tradicional” e o “novo”, e as permanências. Além disso, é sugerida uma apropriação crítica das trajetórias de pesquisa desses vínculos, para que não sejam reproduzidos alguns dos “becos sem saída” transitados décadas atrás.

Palavras-chave: Discursos, mídia, público

^aQuero agradecer ao Dr. Raúl Fuentes Navarro, meu querido diretor de dissertação de mestrado, finalizada há 30 anos, pelo convite para participar deste número da revista **MATRIZES**.

^bDoutorado en Estudios Culturais pela Universidade de Birmingham. Docente na Escola de Ciências da Comunicação Coletiva da Universidade de Costa Rica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7660-4375>. E-mail: carlos.sandoval@uc.ac.cr

ABSTRACT

This article examines changes and permanences in the ways in which the links between media, power and society are analyzed in relation to the communication ecosystems that are nowadays called traditional, such as the press, radio and television, and the digital platforms that consolidated themselves in the 21st century. In particular, attention is paid to three perspectives: the capacity of discourses to challenge audiences, the activity of audiences and the role of communication industries. Academic research on the links between media, power and society requires repairing the shifts between the “traditional” and the “new,” and the permanences. Likewise, a critical appropriation of the trajectories of research on these links is suggested, so as not to reproduce some of the “dead ends” identified decades ago.

Keywords: Discourses, media, audiences

TRANSCENDER A SEPARAÇÃO entre a análise de discursos, o estudo do público e das mediações ou suportes técnicos foi e continua sendo um desafio indispensável nos estudos da comunicação. O ponto de partida é que a comunicação é, essencialmente, uma relação, normalmente cruzada por relações desiguais de poder, em que significados intersubjetivos são produzidos, conferindo sentido à experiência vivida.

Para isso, algumas correntes ou tendências metodológicas no estudo dos meios de comunicação tradicionais são analisadas e, mais tarde, questionamentos semelhantes são levantados para as plataformas digitais. Em primeiro lugar, destaca-se a ascensão da análise crítica do discurso que encontrou sua principal referência na teoria da ideologia. As ideologias, materializadas nos discursos, interpelam os indivíduos e os constituem como sujeitos. A principal crítica à análise fundamentada na teoria da ideologia sustentava que o sujeito não é interpelado por um único discurso, nem que a conformação das subjetividades é resultado não apenas de discursos, mas também de práticas, vínculos intersubjetivos e experiências. Em segundo lugar, essa crítica despertou um interesse crescente pela análise do público, ou seja, o estudo sobre como os discursos estão inseridos no cotidiano de grupos sociais específicos. O objetivo foi analisar contextos e mediações envolvidos na recepção, apropriação e significado das mensagens. A principal crítica ao estudo do público é que ele tende a traçar uma espécie de pêndulo, pois se antes o discurso tinha um peso considerável, na perspectiva da análise do público, o primeiro aparece de uma forma bastante difusa como se a interpelação estivesse em segundo plano. A atividade do público, muitas vezes, era entendida como sinônimo de “agência” e crítica dos discursos.

Em terceiro lugar, com o advento dos novos meios de comunicação também chamado de remediação, a era digital e a convergência dos meios de comunicação, tanto a análise do discurso quanto a do público também são discutidos. Fundamentalmente, pelo menos com o surgimento das plataformas digitais, insistiu-se que a análise do discurso teria perdido sentido na medida em que hoje há muitos discursos disponíveis e, conseqüentemente, é muito difícil falar de um discurso dominante. Ou seja, a variedade de meios de comunicação e mediações estaria pluralizando tanto a oferta de plataformas quanto a conformação do público.

Diante desses três dilemas, discursos, público e meios de comunicação, esse artigo sugere que mais do que incentivar uma estratégia pendular, agora em torno das plataformas digitais, em que uma ênfase em uma direção incentiva um deslocamento em direção contrária, trata-se de manter uma tensão produtiva entre essas três perspectivas de análise, que não são suficientes por si só e nem esgotam as questões da pesquisa.

CON/TEXTOS: UM PREÂMBULO NECESSÁRIO

Embora “globalização” faça parte do vocabulário das ciências sociais, da política e da conversa cotidiana, e que seja reiterada a existência de uma sobrecarga de informação, o que se tornou “global” é uma pequena parte da oferta cultural e acadêmica. Ou seja, “globalização” frequentemente implica a circulação de correntes dominantes (também se diz *mainstream* em espanhol), bem distantes dos vínculos de mão dupla. O “Sul Global”, como hoje é chamado o que antes conhecíamos como Terceiro Mundo, é mais um objeto de estudo do que um sujeito de diálogo.

No caso da América Latina, os países com maior extensão geográfica frequentemente são levados em conta. Longe de ser algo exclusivo dos estudos em comunicação, também é comum entre as ciências sociais com vocação mais empírica, como a história ou a antropologia. Enquanto isso, a América Central e o Caribe têm pouco peso no conjunto dos estudos sobre a América Latina, seja da própria região ou do chamado Norte Global. Claro, não se trata de uma generalização grosseira, pois há colegas que durante décadas realizaram pesquisas sobre o istmo centro-americano e aqui se sentem “em casa”.

Por sua vez, há uma espécie de identificação desde o Sul Global com as ciências sociais praticadas no chamado mundo desenvolvido. Como Dipesh Chakrabarty (2000, p. 29) perceptivamente ressalta: “O paradoxo cotidiano da ciência social do terceiro mundo é que *nós* encontramos essas teorias [do primeiro mundo], apesar da sua ignorância inerente a nós, eminentemente úteis para entender nossas sociedades”. Enquanto isso, conhecer as ciências sociais praticadas na América Central está longe de ser um imperativo frequente no Norte Global. Publicar “ali” sobre temas “daqui” é considerado desejável; mais ainda se for publicado em inglês.

Meu próprio contexto institucional reflete esse paradoxo, porque meu trabalho surge a partir da minha experiência de pesquisa, docência e impacto na Costa Rica, mas não é fácil construir vínculos na América Latina. Por sua vez, foi beneficiado pela trajetória dos estudos culturais, particularmente em Birmingham, Inglaterra. Essa dupla localização com certeza é paradoxal, pois a América Central não é lida como estudos culturais, mas especialmente como um *estudo de área*, ela nem costuma estar na agenda das ciências sociais na América Latina.

Explicitar esses vínculos entre poder e conhecimento não advoga por um nacionalismo ou essencialismo regionais, nos quais as especificidades da América Central ou mesmo da América Latina não admitiriam diálogos e apropriações de tradições que tivessem tomado forma em outras regiões. Pelo contrário,

contribuições das ciências sociais europeias ou norte-americanas explicitaram o paradoxo entre o predomínio de características patriarcais e racistas nas nossas sociedades e, até poucas décadas atrás, seu pouco reconhecimento na pesquisa acadêmica (Mattelart, 2007). O mundo moderno, que comumente se refere à Europa, exige *se provincianizar* (Chakrabarty, 2000), mas isso não significa descartar as suas contribuições.

Essas considerações são úteis para situar as páginas seguintes e seu caráter necessariamente seletivo, que, mais do que o resultado de uma pesquisa sobre a pesquisa (Fuentes-Navarro, 2015), constituem reflexões a partir da prática da docência, da pesquisa e da extensão universitárias, que não excluem áreas cinzentas ou casos distantes do aqui apontado.

DISCURSOS: A IDEOLOGIA COMO INTERPELAÇÃO

A análise do discurso cresce com o estruturalismo. A leitura binária de textos foi uma ferramenta muito sugestiva; língua/fala, significante/significado, denotação/conotação, manifesto/latente são abordagens sempre muito incisivas para entender os alcances dos discursos. Uma das contribuições mais relevantes da tradição estruturalista é a tese de que as estruturas e formas narrativas, ainda mais que os conteúdos, são centrais nos discursos sociais (Eco, 1974). Ou seja, enquanto as leituras convencionais enfatizam o explícito, a tese estruturalista diria que as estruturas discursivas prevalecem para além dos conteúdos manifestos. A leitura elaborada por Roland Barthes (1986), sobre os mitos, exemplifica muito bem as possibilidades da análise estruturalista. Na América Latina, por exemplo, independente da novela mexicana em questão, frequentemente há narrativas constantes que têm um peso significativo, tais como as características étnicas dos protagonistas, os tipos de conflitos desencadeados e o desfecho usual (Martín-Barbero & Muñoz, 1993).

A ascensão estruturalista manteve uma relação enriquecedora com os debates sobre a ideologia, particularmente com os trabalhos de Louis Althusser (1988). No início da década de 1980, a leitura de Althusser enfatizava a noção de *aparelho*, que servia para situar os meios de comunicação como parte das estruturas do poder. A crítica principal era a uma espécie de *funcionalismo de esquerda* (Martín-Barbero, 2001), que dizia que todas as instituições convergem na reprodução inevitável do sistema capitalista. Enquanto isso, a noção de interpelação, que dizia que a ideologia constitui os indivíduos em sujeitos, possivelmente uma das contribuições mais sugestivas associadas ao conceito de ideologia (Larraín, 2010), não teve a mesma centralidade.

A partir da interpelação, a análise não foi reduzida ou não deveria ser reduzida aos atributos do próprio discurso, mas questionada sobre o vínculo entre discursos e constituição de subjetividades. Ou seja, a análise do discurso é valiosa por si só, mas principalmente enquanto permite contribuir com o entendimento da configuração de sujeitos e subjetividades em determinados contextos socioculturais.

Entretanto, o tipo de análise crítica do discurso que costuma ser praticado atualmente, frequentemente associado às contribuições de van Dijk (1990), nem sempre inclui a interpelação entre suas principais preocupações, enquanto fenômeno que precisa ser analisado de forma empírica e não apenas entendido como uma espécie de suposição.

Por sua vez, uma das críticas ao conceito de interpelação é que ele parece supor que o sujeito é interpelado por um único tipo de discurso (Morley, 1980), quando na verdade costuma ser o caso em que vários discursos interpelam sujeitos e grupos específicos e nem sempre em uma mesma direção, nem com a mesma intensidade. É comum que as interpelações articulem discursos dominantes, ou seja, alguns repertórios tendem a ser mais proeminentes e importantes do que outros. Como alguns discursos interpelam em termos de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, geração ou articulações delas (Hall, 2010) no plano discursivo e com respeito a grupos sociais específicos não costuma ser matéria frequente em pesquisas empíricas.

Se o conceito de interpelação, mesmo com as críticas mencionadas, fica à margem dos questionamentos do discurso, pode ser gerado um tipo de análise cuja dimensão textual tende a se desprender ou se desligar de outros processos e práticas sociais.

Em quais condições, por exemplo, o populismo autoritário interpela amplos setores das sociedades centro-americanas e de outras regiões é, atualmente, uma pergunta empírica e política de primeira ordem que não é possível responder se o ascenso populista não for situado no contexto do enfraquecimento da democracia eleitoral e do aumento de desigualdades.

A ascensão do estruturalismo, um referencial teórico decisivo em muitas correntes de análise do discurso, tomou forma em tensão, às vezes explícita, outras vezes implícita, com o culturalismo, cuja experiência, mais do que os discursos, configuram subjetividades (Hall, 2010). O conceito de experiência, por outro lado, permite apreciar as diversas forças e experiências sociais que acontecem na vida social (Thompson, 1982).

A principal objeção, que desde o estruturalismo ou do pós-estruturalismo é registrado no culturalismo, é supor que a experiência *em si* configura sujeitos.

Se a experiência não é elaborada a partir de narrativas, o vivido pode estar latente, mas não consegue ser incorporado biograficamente, ser apropriado. A vivência tem que se transformar em significado através da linguagem (Brah, 1999; Scott, 1992). Uma conclusão é que, possivelmente, como em muitos casos, a tensão entre culturalismo e estruturalismo não precisa ser uma soma zero, nem é necessário escolher um ou outro ponto de vista. Se o risco do estruturalismo, e anos depois das variantes do pós-estruturalismo, poderia ser descrito como o dissolver o social em discursos ou linguagens, o culturalismo poderia reunir dificuldades associadas a certas formas de empirismo ou essencialismo que presumem que certas configurações são dadas apenas pelo fato de serem vividas.

Em resumo, poderia ser dito que a interpelação permite a análise empírica de como efetivamente os discursos, a partir de uma estruturação dominante, compelem, em certas formas, os indivíduos. A limitação é que parece reduzir a constituição de subjetividades em torno de discursos pré-determinados. Ou seja, outras formas de constituição de subjetividade não são entendidas como perguntas. Por outro lado, as contribuições estruturalistas também deixam um saldo positivo que poderia ser resumido como a constatação de que a linguagem constitui a vida social; o risco, como já foi observado, é presumir que a vida social possa ser dissolvida na linguagem.

PÚBLICO: DA IDEOLOGIA À CULTURA E AO COTIDIANO

A análise do discurso não é suficiente para se aproximar do estudo da interpelação. Ou seja, questionar o discurso não acaba com a análise das formas concretas da análise da interpelação. Stuart Hall, retomando uma tipologia elaborada previamente por Frank Parkin, sistematizou uma tipologia de formas de codificação e decodificação que ainda é citada com frequência e que explicita a importância da análise dos processos de recepção, significado e apropriação dos discursos (Hall, 1980; Hall & O'Shea, 2013). Salienta-se que todo discurso é escrito em dominância, ou seja, todo texto sugere uma forma de ser lido. Por sua vez, observa-se que todos os textos utilizam formas de enunciação por meio das quais se referem a públicos específicos. Dessa forma, há leituras que podem ser consideradas dominantes, pois reproduzem a intenção do texto; outras são negociadas pois assumem certas premissas de um determinado discurso, mas não outras. Uma terceira possibilidade são aquelas leituras de oposição, nas quais se refuta o que o discurso propõe.

A tipologia proposta por Hall (1980) é amplamente citada e, talvez, pouco lida de forma crítica. Duas das observações que foram feitas é que ela se concentra talvez muito diretamente no significado e não dá a devida atenção à análise

mais fenomenológica de como são construídos os vínculos com os meios de comunicação, que são anteriores ao significado. A segunda observação é que ela não analisa os processos de apropriação que são derivados das formas de leitura. Ou seja, como são incorporados, por exemplo por meio de mecanismos de projeção e identificação (Abril, 1997), os discursos dos meios de comunicação na conformação de subjetividades.

Além disso, os discursos são lidos literal ou gramaticalmente (Lotman, 1996). As novelas da América Latina tendem a ser lidas mais literalmente, ou seja, cada novela é um caso único. O público nem sempre percebe suas constantes narrativas, como também não reconhece as semelhanças das narrativas midiáticas sobre futebol ou violência criminal.

Contudo, é importante pontuar que a proposta da codificação e decodificação deu origem a um bom número de estudos, dos quais se sobressaem os de Morley (1980a), Radway (1984) e Ang (1991). Algumas das conclusões gerais poderiam ser encaixadas nas seguintes considerações: a recepção não só depende de fatores associados ao texto e ao discurso, mas também a fatores socioculturais em que os meios de comunicação (valores e imaginários sociais predominantes) são inseridos, as características dos que participam (classe, sexualidade, gênero, etnicidade, geração), fatores do ambiente em que os vínculos são estabelecidos com certa programação dos meios de comunicação (casa, espaços públicos), fatores associados aos próprios meios de comunicação (televisão, rádio e, atualmente, plataformas e redes sociais), entre os fatores mais relevantes (Orozco, 1991).

Um segundo tipo de análise, seguindo a distinção que Silverstone (1996) propôs, seria composto pelos estudos que enfatizam a análise do próprio público. A ênfase aqui está em identificar as comunidades interpretativas desde onde o público está vinculado aos discursos. É interessante analisar as rotinas e os rituais por meio dos quais os grupos são vinculados com os meios de comunicação e com os discursos. Essa alternativa surge a partir de tradições mais fenomenológicas em que, mais do que enfatizar o significado, a prioridade gira em torno da análise de como os meios de comunicação se imbricam nas rotinas e nos espaços cotidianos. Trata-se de analisar a integração vivencial da televisão e, em geral, dos meios de comunicação no cotidiano (Silverstone, 1996, p. 20). Silverstone (1996) propõe a tese de que os meios de comunicação constituem uma variante de objetos transicionais por meio da qual os indivíduos interagem com o ambiente; produzem, então, segurança ontológica na qual o social e o simbólico interagem constantemente.

Se fossem comparadas algumas características da pesquisa centrada mais no discurso e os estudos centrados no público baseado no modelo de

codificação-decodificação, seria possível concluir que, em geral, os primeiros tendem a enfatizar a estruturação em dominância de todo discurso, ou seja, a capacidade que um discurso tem de sugerir uma certa leitura. Enquanto isso, a partir de uma perspectiva focada no público, a ênfase tende a ser colocada nos fatores contextuais presentes na recepção e no papel ativo do público (Nightingale, 1996; Orozco, 1991).

Uma das dificuldades de ambas as escolhas é que o método tende a influenciar nos resultados. Ou seja, focar no discurso tende a ressaltar suas características e, de forma similar, a ênfase no público enfatiza o dinamismo dele. Por exemplo, a interpelação efetivamente existe; o desafio é como situá-la em um contexto mais amplo sem desmerecer sua presença. Da mesma forma, é possível dizer que o público é ativo, mesmo que ele não seja necessariamente crítico.

Quando se trata da análise do público, um desafio recorrente, antes e agora, é o que se entende por *atividade*. Por um lado, é indiscutível que a recepção não é uma atividade passiva, super determinada pela interpelação dos discursos. Por outro, atividade não é, a priori, um sinônimo de agência ou de resistência. Na base dessa dicotomia está o enorme desafio de refutar os determinismos sem ignorar as determinações. E também é muito importante reconhecer que embora o poder seja relacional, o que significa que diferentes atores têm diferentes recursos de poder, isso não significa ignorar as grandes assimetrias em termos de recursos e oportunidades. O poder do público é indiscutível, porém ele tem uma maior relevância quando transcende as ações individuais e se expressa nas ações coletivas. De outra forma, poderia ser entendido que a soma de pequenas ações em si é suficiente para desafiar as ordens estabelecidas, como se o todo fosse apenas o resultado da soma das partes. Quanto à análise do discurso, é essencial não perder de vista que existem matrizes discursivas nas quais exemplos concretos de enunciados são inscritos.

Essas matrizes corresponderiam a formações discursivas (Foucault, 2005) ou macroestruturas (van Dijk, 1990), tradicionalmente chamadas de ideologias, sem o qual pode acontecer uma espécie de individualismo metodológico, que diz que pessoas ou grupos utilizam e encontram gratificações com enunciados específicos, que são entendidos como se não fizessem parte de formações de maior alcance, sedimentadas em determinadas condições socioculturais. O conceito de hegemonia pode ser uma forma de superar tanto o superinterpretar a atividade do público ou dos discursos, quanto as grandes e crescentes disparidades de poder especialmente entre grupos de cidadãos e corporações midiáticas (Williams, 1988).

Na América Latina, durante boa parte das décadas de 1990, a ênfase estava no estudo do público e pouca atenção foi dada a essa atividade, embora se

destaque por prevenir análises deterministas, é realizada sobre discursos que não são escolhidos, na maioria das vezes, pelo público. Como concluiu Ramón Zallo (1992), o aumento dos meios de comunicação, e hoje de plataformas, não significa uma maior oferta relativa. Ou seja, muitas vezes, é escolhido entre variantes dele. As selfies, os bichinhos de estimação e as viagens, entre outros, são contados entre os temas e relatos predominantes nos ecossistemas midiáticos digitais.

Também não se pode perder de vista que a ênfase na atividade do público pode ter sido capitalizada pelas teses que, nesse mesmo período, insistiram na desregulamentação dos meios de comunicação, porque se em última instância o público decodifica ativamente os discursos, de pouco adianta propor políticas públicas na área da comunicação.

Contudo, a tese de que o significado não é inerente ao texto e que, portanto, ela não pode ser analisada exclusivamente nos próprios textos, não pode ser deixada de lado. Em outras palavras, uma conclusão preliminar do que foi dito até aqui pode ser óbvia, mas não significa que foi fácil de traduzir em pesquisa empírica, ou seja, é necessário analisar discursos, mas também formas específicas de recepção, significado e apropriação de discursos. Muito se diz sobre isso, mas pouco se investiga.

Com os anos, pelo menos com a experiência na América Latina, a análise do público originou, ao mesmo tempo, dois deslocamentos particularmente relevantes. Um deles é que a pergunta sobre as mediações conduziu o questionamento da cultura, como referencial em que são encenados os processos de recepção, que configuram práticas e instituições culturais (Martín-Barbero, 1987, 2001) ao mesmo tempo. Jesús Martín-Barbero (1987) observa que a integração dos setores majoritários das sociedades latino-americanas em determinados referências de nação e nacionalidade não se deu por meio da cultura impressa, como aconteceu na Europa, mas primeiro por meio do rádio e, depois, da televisão.

Um segundo deslocamento, mais recente, que acontece a partir da análise do público, é que ele retoma o questionamento dos direitos, anos atrás associados ao debate por uma Nova Ordem da Informação e da Comunicação. Ou seja, o público não é apenas agente do discurso dos meios de comunicação, ele começa a ser conceitualizado como ator, que questiona seus direitos, ao mesmo tempo em que a comunicação e a informação são entendidas como bens públicos (Mata, 2006). Sem dúvida, a circulação dos debates sobre a cidadania, não só reduzida a uma associação e direitos políticos, e mais considerada como uma disputa constante e frequentemente desigual pelos direitos, constitui um referencial essencial para entender essa reviravolta do público como agente para o público como ator (Lister, 1997).

NEM APOCALÍPTICOS NEM INTEGRADOS

O questionamento pelos direitos daqueles que antes eram considerados especialmente público e agora mais ator, faz parte de um contexto de intensas mudanças tecnológicas que vêm tomando forma nas duas primeiras décadas do século XXI. As possibilidades que a era digital oferece agora para a produção, distribuição e recepção de informação, o acesso à *world wide web* e a conectividade de diversos tipos de dispositivos móveis mudaram os ecossistemas midiáticos. Basta lembrar que a possibilidade de reunir um relógio, uma máquina de escrever e um telefone teria sido algo realmente impensável poucas décadas atrás. O telefone celular substituiu o computador pessoal como o dispositivo móvel de referência e conta com possibilidades que antigamente não se imaginavam juntas. Também era inimaginável que textos impressos, sons, imagens fixas e imagens em movimento pudessem ser registradas, editadas, distribuídas e recebidas em um mesmo suporte digital. Estas mudanças tecnológicas parecem produzir uma espécie de sedimentação, ou seja, algumas mudanças são registradas nas modificações mais inovadoras, ao mesmo tempo que saturam com mais intensidade os mais variados espaços da vida cotidiana. Ou seja, um meio de comunicação acumula mudanças que, por sua vez, se reúnem na inovação seguinte.

Esse dinamismo trouxe consequências para as prioridades de pesquisa, a mais perceptível foi que a análise dos discursos e o público cederam protagonismo para a análise dos meios de comunicação propriamente ditos. O aforismo que diz que “o meio de comunicação é a mensagem” (McLuhan, 1964/2003) está presente implícita ou explicitamente em diversas formas. Talvez um dos desafios analíticos mais importantes seja apreciar as determinações que a mudança tecnológica envolve sem que, por isso, tenha que concordar com o determinismo tecnológico, que costuma constituir a tecnologia em umas das ideologias mais legitimadas das últimas décadas. Ao mesmo tempo que os discursos utilizam suportes ou plataformas para alcançar determinado público, a tecnologia tem uma dimensão discursiva.

Nesse cenário dinâmico, surgiram considerações muito persuasivas sobre a tecnologia. Uma primeira consideraria que a informação é livre e estaria disponível para quem quisesse utilizá-la, algo que já foi refutado pela análise crítica dos algoritmos (Couldry, 2012). Com o mesmo efeito persuasivo tem sido a suposição de que as redes sociais, em formato digital, começam novas formas de sociabilidade, que apagam a distinção entre aqueles que emitem e recebem.

Não se trata de reproduzir a conhecida dicotomia entre apocalípticos e integrados (Eco, 1968), que já tinha acontecido em outras épocas e que exemplifica uma tensão latente entre abordagens *críticas* e abordagens

chamadas *administrativas*, mas sim de salientar que as redes sociais sempre existiram e que as novas são um componente a mais do tecido social. E mais, teria que ser questionado o quanto as redes sociais são sociais. Ou seja, quanto das redes sociais retrata a tese de que “ser é ser visto” (Sibilia, 2012) e não tantos vínculos duradouros, o que se expressa na crise de desconexão que caracteriza as sociedades contemporâneas (Way et al., 2018) e a construção de novos nós de sociabilidade. E não que não houvesse novas formas de sociabilidade, mas pelo menos cabe questionar se o individualismo é mais importante do que a dimensão social das redes. As plataformas e as redes poderiam ser compreendidas no contexto, já descrito por Raymond Williams (1974), como privatização móvel, ou seja, as novas formas de mobilidade, tanto para meios de transporte quanto para meios de informação, vão acompanhadas de um aumento da privatização da experiência social.

Além disso, valeria a pena registrar como os conceitos que analisam os processos de comunicação mudaram. Há uma ou duas décadas, predominava um otimismo, marcadamente tecnológico, quanto ao futuro e conceitos como *estradas da informação*, *sociedade da informação* ou *sociedade de redes* eram predominantes. Mesmo que nada disso seja necessariamente falso ou descartável, tinha um peso normativo e de otimismo que, de certa forma, não concedia um lugar suficiente nas relações de poder imbricadas.

Isso não seria compreendido se não fosse levado em consideração que a ascensão tecnológica surge de uma conjuntura descrita como o *fim da história* (Fukuyama, 1990), ou seja, a tecnologia seria um suporte para uma ordem liberal que não teria oposição.

No entanto, aos poucos, tanto na discussão cidadã quanto na pesquisa acadêmica, um certo distanciamento com relação a esse otimismo tecnológico foi se tornando predominante. O escândalo que envolveu a Cambridge Analytica pode ter reforçado esse deslocamento e estaria voltando, agora nos tempos das plataformas, para o reconhecimento dos “fortes efeitos” dos meios de comunicação e isso se manifesta em conceitos como *notícias falsas* ou *desinformação*. Também convém contextualizar esses conceitos tanto em termos históricos quanto teóricos ou analíticos. Em termos históricos, poderia ser traçado o uso do conceito de desinformação que aparece, pelo menos na América Latina, na década de 1970 nos estudos dos meios de comunicação. Influenciados pelos estudos da teoria da dependência, os estudos sobre desinformação ressaltaram as desigualdades nas formas como os acontecimentos públicos da época eram relatados e as implicações que isso tinha nos discursos dos meios de comunicação. Pouco tempo depois, esse tipo de debate chegou à Unesco e foram criados documentos muito importantes, como o Relatório MacBride. Em seguida,

o Governo dos Estados Unidos cortou o orçamento da Unesco e o conceito perdeu o protagonismo que teve.

Entre aquela época e o presente, haveria um novo elemento, que é a existência das redes sociais que podem ampliar o alcance da desinformação e nem sempre o ativismo cidadão as utiliza para combatê-lo. O Centro Latino-Americano de Jornalismo Investigativo (CLIP) revelou a presença de *mercenários digitais* que, usando as plataformas, influenciaram as redes eleitorais no Brasil, Peru, Honduras e Costa Rica. No caso da Costa Rica, por exemplo, um grupo de WhatsApp com cerca de 500.000 pessoas, formado principalmente por pessoas que vivem em condições econômicas difíceis, interagem com um *bot* que simulava ser o então candidato e, hoje, presidente da Costa Rica.

Uma segunda linha de reflexão seria examinar os alcances da noção de notícias falsas, que parece ecoar a partir do conceito de *manipulação*, pouco utilizado atualmente, mas amplamente discutido décadas atrás. Uma característica específica do conceito de notícias falsas se refere a uma alteração factual e deliberada de atores, eventos, instituições ou acontecimentos mais amplos. As notícias falsas se referem mais a materiais de redes sociais e não tanto produzidos por instituições jornalísticas, ou haveria muito menos trabalho sobre notícias falsas deliberadamente produzidas pelos meios de comunicação.

Analiticamente, notícias falsas contribuem para descrever aquilo que tem uma intenção deliberada. Enquanto isso, chama a atenção que a expressão “notícias verdadeiras” não seja utilizada, o que seria explicado pelo fato de que “notícia” é em si, por assim dizer, “verdadeira”, o que seria o oposto de “falso”. O mesmo poderia ser dito para “desinformação”, cujo contrário seria “informação”, que também se entenderia como “verdadeira”.

Junto com a crítica à desinformação deliberada que é conhecida hoje como notícias falsas e pós-verdade, não se pode perder de vista que tanto as notícias quanto as informações, mesmo quando sejam verdadeiras e documentadas factualmente, nunca são uma cópia, por assim dizer, da realidade; sempre e em todos os casos, há uma mediação da linguagem para produzir e *consumir* qualquer enunciado, seja ele verbal o não. E assim persiste o grande questionamento de como os acontecimentos públicos se constituem nas narrativas midiáticas (Martín Serrano, 1986) e como essas narrativas são inscritas no cotidiano.

Esse desafio fica ainda mais complexo na medida em que a própria noção do que é público, ou seja, aquelas dimensões da vida indispensáveis para a convivência social, difundiram-se. A erosão do público torna mais difícil contar com referentes compartilhados. As notícias falsas e a pós-verdade fariam parte dessa erosão de referentes compartilhados; trata-se da expressão discursiva de mudanças institucionais de grande relevância.

Algo semelhante poderia ser dito da expressão *captura dos meios de comunicação*, que parece indicar que, anteriormente, os meios de comunicação ou, no caso, qualquer instituição, pública ou privada, seria “independente” (não capturada) e agora responde a interesses corporativos do grande capital. Sobre isso, seria necessário reiterar que as instituições sempre são construídas a partir de determinados interesses e determinadas relações de poder. Para isso também é necessário adicionar que, nas sociedades com tradições liberais mais consolidadas, instituições de meios de comunicação ou de cultura dispuseram de autonomia que, recentemente, poderia ser limitada pelo predomínio neoliberal. Isso seria mais difícil de sustentar na América Central, onde essa relativa independência e autonomia nunca existiram plenamente, nem de longe. Em resumo, na América Central, os meios de comunicação públicos ou privados não poderiam ter sido capturados, pois nunca foram livres no sentido liberal da palavra.

O deslocamento do pêndulo rumo a abordagens críticas sobre as plataformas e redes sociais tem o desafio tanto de evitar a adoção acrítica de abordagens, já analisado previamente por Luis Ramiro Beltrán (1977), como adotar interpretações que, não por serem críticas, ofereçam novas interpretações dos vínculos entre discursos, público e indústrias. Nicholas Garham (2011, p. 42), que por anos defendia a economia política dos meios de comunicação, observou que ela se transformou em uma “cansada e limitada ortodoxia”, “um eufemismo para uma forma vaga, crua e pouco autoquestionada de marxismo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo procurou mostrar a centralidade dos vínculos entre discursos, público e meios de comunicação ou plataformas, tanto no que diz respeito ao estudo dos meios de comunicação tradicionais quanto no ambiente midiático contemporâneo. Mais do que seguir a trajetória do pêndulo, em que um deslocamento rumo a um extremo tende a produzir logo depois um deslocamento inverso, talvez um desafio maior nos estudos da comunicação consista em como sustentar os questionamentos e não a proeminência de abordagens e métodos de trabalho. Além disso, insistiu em registrar os processos comunicativos em contextos socioculturais mais amplos e em conjunturas específicas, o que poderia prevenir o chamado *mídiacentrismo*, que diz que os processos comunicativos são uma espécie de mantra que explica as sociedades contemporâneas.

Para finalizar, são mostrados quatro desafios considerados particularmente relevantes para o trabalho de pesquisa, docência e impacto no campo da comunicação. O primeiro desafio se refere ao paradoxo de que, em uma época

em que a humanidade conta com tantos recursos e plataformas tecnológicas, o entendimento dos acontecimentos públicos parece ser algo difícil de alcançar e isso também influencia as práticas cotidianas, que se expressam nas chamadas notícias falsas, que, inclusive, levaram governos e comunidades a recusar as vacinas contra a covid-19.

Um segundo desafio é como entender que, na América Central, são os setores mais conservadores que capitalizam a insatisfação gerada pela exclusão social e pela falta de oportunidades. O autoritarismo populista foi a resposta diante da exclusão e da falta de oportunidades. O mal-estar parece não encontrar uma narrativa que o elabore apesar da diversificação de plataformas de comunicação. O político, portanto, supera de longe a política e isso resulta em insatisfação ao mesmo tempo que abre as portas para o populismo autoritário. Isso acontece, não exclusivamente, mas de maneira significativa, por causa da ausência de narrativas construídas coletivamente que articulam atores, demandas e horizontes de possibilidade. Ser excluído(a) da capacidade de narrar ou de se ver é tão estrutural ou crucial quanto a exclusão material (Sandoval, 2011).

Para concluir, a produção social de sentido, aquilo que é constitutivo da comunicação (Sandoval, 2011), não reside apenas na análise dos discursos existentes. Talvez sua maior relevância resida no estudo dessas ausências que estruturam o que existe. A partir do reconhecimento das ausências, é de suma relevância contribuir para a construção de universos de sentido que possam configurar novas narrativas, nas quais amplos setores sociais, muitas vezes excluídos da possibilidade de traduzir sua experiência vivida em narrativa pública reconhecida, possam ser representados. Um desafio comunicacional significativo é acompanhar a urgência de narrativas emancipadoras que evitem que tanta experiência seja desperdiçada. ■

REFERÊNCIAS

- Abril, G. (1997). *Teoría general de la información*. Cátedra.
- Althusser, L. (1988). *Ideología y aparatos ideológicos del Estado*. Nueva Visión.
- Ang, I. (1991). *Desperately seeking the audience*. Routledge.
- Barthes, R. (1986). *Mitologías*. Siglo XXI.
- Beltrán, L. R. (1977). Premisas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en Latinoamérica. *Cuadernos Ininco*, 1, 247-273.
- Brah, A. (1999). The scent of memory: Strangers, our own, and others. *Feminist Review*, 61, 4-26.
- Chakrabarty, D. (2000). *Provincializing Europe*. Princeton University Press.

- Couldry, N. (2012). *Media, society, world. Social theory and digital media practice*. Polity.
- Eco, U. (1968). *Apocalípticos e integrados*. Lumen.
- Eco, U. (1974). *La estructura ausente*. Lumen.
- Foucault, M. (2005). *El orden del discurso*. Tusquets.
- Fuentes-Navarro, R. (2015). *Centralidad y marginalidad de la comunicación y su estudio*. Iteso.
- Fukuyama, F. (1990). ¿El fin de la historia?. *Estudios Públicos*, (37), 5-31.
- Garham, N. (2011). The political economy of communication. In J. Wasko, G. Murdock & H. Sousa (Eds.), *The handbook of political economy of communications* (pp. 41-62). Wiley-Blackwell.
- Hall, S. (1979). The great right moving show. *Marxism Today*.
- Hall, S. (1980). Encoding/decoding. In S. Hall, D. Hobson, A Lowe & P. Willis (Eds.), *Culture, media, language. Working papers in cultural studies, 1972-1979* (pp. 128-139). Routledge.
- Hall, S. (2010). *Sin garantías. Trayectorias y problemáticas en estudios culturales*. Envión.
- Hall, S., & O'Shea, A. (2013). Common sense neoliberalism. *Soundings*, 55, 9-25.
- Larraín, J. (2010). *El concepto de ideología* (Vol. 2). LOM.
- Lister, R. (1997). *Citizenship. Feminist Perspectives*. Polity.
- Lotman, I. (1996). *La semiosfera I. Semiótica de la culturay del texto*. Cátedra.
- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones*. Gustavo Gilli.
- Martín-Barbero, J. (2001). *Oficio del cartógrafo*. Fondo de Cultura Económica.
- Martín-Barbero, J., & Muñoz, S. (Coords.). (1993). *Televisión y melodrama*. Tercer Mundo.
- Martín Serrano, M. (1986). *La producción social de la comunicación*. Alianza Universidad.
- Mata, M. C. (2006). Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. *Revista Fronteiras: Estudos Mediáticos*, 8(1), 5-15.
- Mattelart, M. (2007). Mujeres y medios. Memorias de un pensamiento crítico. In M. J. S. Leyva & A. R. Olaizola (Coords.), *Crítica feminista y comunicación* (pp. 29-55). Comunicación Social.
- McLuhan, M. (2003). *Understanding media: The extensions of man*. Gingko Press. (Trabajo original publicado en 1964)
- Morley, D. (1980a) The Nationwide Audience. British Film Institute.
- Morley, D. (1980b). Texts, readers, subjects. In S. Hall, D. Hobson, A Lowe & P. Willis (Eds.), *Culture, media, language. Working papers in cultural studies, 1972-1979* (pp. 163-176). Routledge.
- Nightingale, V. (1996). *El estudio de las audiencias. El impacto de lo real*. Paidós.

- Orozco, G. (1991). *Recepción televisiva: Tres aproximaciones y una razón para su estudio* (Vol. 2). Cuadernos de Comunicación y Prácticas Sociales.
- Radway, J. (1984). *Reading the romance women, patriarchy, and popular literature*. University of North Carolina Press.
- Sandoval, C. (2011). De los medios a los fines. La comunicación como bien público. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, (13), 60-70.
- Scott, J. (1992). *Feminists theorize the political*. Routledge.
- Sibilia, P. (2012). *La intimidad como espectáculo*. Fondo de Cultura Económica.
- Silverstone, R. (1996). *Televisión y vida cotidiana*. Amorrortu.
- Thompson, E. (1982). *La miseria de la teoría*. Grijalbo.
- van Dijk, T. (1990). *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Paidós.
- Way, N., Ali, A., Gilligan, C., & Noguera, P. (Eds.). (2018). *The crisis of connection. Roots, consequences, and solutions*. University of New York Press.
- Williams, R. (1974). *Television. Technology and cultural form*. Routledge.
- Williams, R. (1988). *Marxismo y literatura*. Península.
- Zallo, R. (1992). *El mercado de la cultura. Estructura económica y política de la comunicación*. Tercera Prensa.

Artigo recebido em 8 de agosto de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.

Cruzamentos e limites na pesquisa sobre comunicação: o sentido prático interdisciplinar

Crossings and limits in Communication Research. The practical interdisciplinary sense

■ GUSTAVO ADOLFO LEÓN-DUARTE^a

Universidad de Sonora. Departamento de Ciencias de la Comunicación. Hermosillo – México

RESUMO

Este texto trabalha com o argumento de que muitos dos desafios contemporâneos da pesquisa em comunicação se devem a desafios interdisciplinares em si, e, ao mesmo tempo, aponta diferentes provocações epistemológicas da pesquisa interdisciplinar como desafios propriamente comunicativos. Ele reflete sobre a pesquisa em comunicação e possíveis domínios de conhecimento aplicado à sua prática normativa, em torno da qual uma série de questões de comunicação podem ser determinadas sem perder o que vários estudiosos chamaram de sua natureza e condição (inter)disciplinar.

Palavras-chave: Comunicação, pesquisa interdisciplinar, pesquisa centrada em um problema

ABSTRACT

This text develops the argument that many of the contemporary challenges of communication research are due to property interdisciplinary challenges, while also noting different epistemological provocations of interdisciplinary research as properly communicative challenges. It develops a set of reflections on communications research and possible domains of knowledge applied to its normative practice, around which a series of communication questions can be anchored without losing what various scholars have called its nature and status (inter)discipline.

Keywords: Communication theory; interdisciplinary research; problem-focused research.

^a Licenciado em Comunicação pela Universidad de Sonora. Mestre e doutor em Jornalismo e Comunicação pela Universidad Autónoma de Barcelona. Membro do Sistema Nacional de Investigadores no México. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5230-9462>. E-mail: gustavo.leon@unison.mx

POR VÁRIAS DÉCADAS, as chamadas ciências da comunicação avançaram rapidamente sobre dois pilares. De um lado, uma luta incessante pela legitimidade científica acadêmica. De outro, uma acelerada transformação digital da vida social, cultural e econômica. Somente nas últimas duas décadas, o campo da pesquisa em comunicação compartilhou e expandiu sua atuação talvez mais do que qualquer outro campo de conhecimento. O caminho para o desenvolvimento e a consolidação da estrutura científica do campo de estudos da comunicação, incluindo o subcampo da pesquisa, teve um progresso intenso, embora pouco preciso. O status da comunicação como disciplina e campo interdisciplinar, por exemplo, tem sido objeto de acalorado debate internacional pelo menos desde a década de 1950 (Lasswell, 1958, p. 246-251). A insurgência dos estudos culturais críticos e da economia política contra a tradição estabelecida pela pesquisa funcionalista em comunicação de massas implicaram, por um lado, a reivindicação à unidade na diversidade da comunicação e, por outro, várias tensões entre as distintas tradições nacionais norte-americanas, inevitavelmente implícitas em um campo cada vez mais internacionalizado (Craig, 2012). O desejo do espírito de inclusão, diversidade e unidade do campo de estudos da comunicação nos Estados Unidos (EUA) favoreceria, já na última década do século passado, o estatuto de uma disciplina acadêmica diferente, afastada de qualquer interesse interdisciplinar (Craig, 2021, p. 3813).

As discussões e os acordos resultantes delineariam uma disciplina marcada por métodos característicos, linhas de pesquisa e teorias e modelos científicos. De acordo com Hawkins et al. (1988), Craig (2005; 2008) e Pfau (2008), o modelo das ciências da comunicação descreve a disciplina considerando cinco características marcantes: 1. as origens históricas do movimento interdisciplinar de pesquisa sobre comunicação de meados do século XX; 2. o crescimento acelerado e a consolidação institucional nas últimas quatro décadas do século XX; 3. a identidade da comunicação como uma ciência social prática; 4. a definição de uma disciplina variável com capacidade de abranger todos os *níveis de análise*; e 5. em função de que as ciências da comunicação ainda não tinham um núcleo teórico bem desenvolvido, reivindicou-se a necessidade urgente de reunificar a comunicação interpessoal e massiva para alcançar o desenvolvimento acabado de um núcleo teórico transversal na disciplina que gerará novas teorias para explicar como as mensagens poderiam exercer funções específicas através de uma gama de níveis de análise, do micro ao macro.

Na primeira década deste século, o crescimento do campo da comunicação em geral foi estimulado por uma fragmentação pujante, que já havia começado pela pressão implacável da especialização e pela grande demanda de experiência disciplinar e sua ênfase claramente aplicada, principalmente nos EUA (Donsbach, 2006; Pfau, 2008). Paralelamente, seria promovida uma estreita parceria e colaboração entre uma série de áreas profissionais, incluindo, entre outras, jornalismo e outros campos de mídia tradicional e digital, relações públicas, publicidade, formação intercultural e formação e consultoria organizacional. Por sua vez, os esforços institucionais que se manifestam no campo para resolver as inevitáveis tensões que surgiram entre as prioridades na formação profissional e a pesquisa acadêmica convergiram precariamente em questões normativas fundamentais e na abordagem de determinados problemas sociais (Donsbach, 2006).

Ao mesmo tempo, reconhecer-se-ia que a diversidade no campo da pesquisa tinha sido um problema ou, inclusive, seria celebrada como uma força, mas, em todo caso, ficou claro que ainda não tinha sido explorada para a produção de novos conhecimentos nem para a construção de uma perspectiva disciplinar mais rica e abrangente sobre a comunicação (Craig, 2008, pp. 18-19). Assim, o problema da definição de um núcleo disciplinar proveniente dos estudos de comunicação foi, em mais de um sentido, um problema central de comunicação devido à crescente complexidade e variabilidade cultural conforme foi expandido rapidamente no plano global (Craig, 2008, pp. 18). Paralelamente, a relevância prática do campo para importantes preocupações sociais e políticas, que se deslocariam da concentração da mídia para as campanhas de saúde pública e as novas formas de resolução de conflitos, aumentou o financiamento em pesquisa e reuniu não poucos acadêmicos da comunicação nos debates políticos. A questão latente nessa primeira década do século XXI não era se a discussão disciplinar terminaria, mas o que e como fazer para que a questão dos cruzamentos e limites da colaboração disciplinar realmente começasse (Craig, 2008, pp. 18). A rotinização inconsciente das práticas acadêmicas cotidianas no campo da pesquisa acadêmica em comunicação na primeira década deste século abriria, paralelamente à discussão tépida, mas constante acerca dos cruzamentos disciplinares com outros campos, uma estrutura ontológica e epistêmica inclusiva para discutir questões e problemas cruciais de comunicação. Para Craig (2012), por exemplo, não importava quão intelectual ou institucionalmente bem estabelecida a disciplina da comunicação permanecesse após os primeiros debates da década de 1980, sua posição é clara ao afirmar que muitas áreas do campo permanecerão “altamente interdisciplinares”

(p. 3814). Para Craig (2012), as áreas da comunicação centradas no contexto, como a comunicação no domínio da saúde e a comunicação política, transporiam substancialmente os limites disciplinares. Assim, ele afirma, por um lado, que a disciplina da comunicação permaneceria um campo de estudo inerentemente interdisciplinar e, por outro, questionaria: “a comunicação também pode ter um núcleo teórico que permita aos seus estudiosos abordar aspectos interdisciplinares de um ponto de vista disciplinar específico que agregue valor real ao empreendimento interdisciplinar?” (p. 3814).

Tudo parece indicar que o apelo levantado pelo próprio Craig (1999) de que um campo de conhecimento perfeitamente coerente produziria um campo estático foi cumprido, pelo menos no caso da comunicação. Efetivamente, a homogeneidade disciplinar do campo não apenas aumentou, mas as ações e estratégias de conservação eliminaram qualquer probabilidade de mudança. Assim, o campo da pesquisa manteve-se adotando estratégias de conservação tendentes a perpetuar a ordem científica e disciplinar estabelecida. Poucas posições e argumentos, em um cenário latente, defenderiam um trabalho teórico interdisciplinar no campo da comunicação, que reconheceria a comunicação como constitutiva dos indivíduos, de seus planos e metas; reconhecendo a necessidade de revisar as implicações sociais do “nosso próprio discurso” para definir e ampliar o significado da pesquisa em comunicação: os problemas, as práticas metadiscursivas, as perspectivas, os métodos e âmbitos de atuação na pesquisa em comunicação (Krippendorff, 2017, p. 98).

A PESQUISA SOBRE COMUNICAÇÃO: LIMITES DE COLABORAÇÃO (INTER)DISCIPLINAR

A posição ontológica central sobre o estatuto interdisciplinar da comunicação proclamada por Craig (2012) foi sutilmente abraçada por esporádicos consensos acadêmicos fundados em uma consciência propriamente prática. Na minha opinião, uma questão, esta última, vital para definir a relação da sua prática normativa com o sentido da pesquisa interdisciplinar. Na primeira década deste século, vários estudiosos propuseram entender o campo da pesquisa em comunicação como um campo de atuação interdisciplinar. Shoemaker (1993), Rowland (1993) e Pfau (2008) delinearam o campo da comunicação como um campo interdisciplinar e entenderam que as distintas tradições que nutrem a pesquisa em comunicação deveriam partir da análise do conhecimento da comunicação e das diversas epistemologias como um processo, levantando questões funcionais e relevantes para

os estudiosos da comunicação e das disciplinas afins (Pfau, 2008, p. 600). Katz (1983), por sua vez, confirmaria a necessidade de praticar a interdisciplinaridade na pesquisa em comunicação, replicando a importância de considerar a disciplina a partir da integração de diferentes perspectivas, aplicável a todos os processos de comunicação social. Ao mesmo tempo, Katz (1983) enfatizaria o fato de que o campo da comunicação acolhe, desde a sua criação, diferentes núcleos teóricos fora dos limites disciplinares, apesar de quase nunca ser reconhecido. Em contraste, não poucas vozes no plano internacional foram aumentando, já neste século, a indicação de que o campo da pesquisa em comunicação perdia suas raízes de identidade com as disciplinas básicas (sociologia, psicologia, ciências políticas, linguística, literatura, etc.), de forma que a pesquisa em comunicação dependia cada vez mais de aspectos empíricos e práticos que a própria dinâmica global impunha (Dervin & Song, 2004, pp. 27-31). Por exemplo, na Escandinávia, Nordenstreng (2007), ao debater sobre o estatuto ontológico e epistêmico da comunicação nessa região europeia, levantou como problema principal a distinção entre “disciplina e campo”, o que “deveria ser discutido ativamente em vez de varrido para debaixo do tapete” (p. 222). Nesse sentido, e como uma contribuição axiológica para as posturas anteriores, Nordenstreng (2007) definiu para que deveria servir a pesquisa em comunicação: para potencializar as habilidades humanas e produzir conhecimento para a manipulação de sistemas naturais e artificiais, algo que esse pesquisador europeu considerou muito relevante para os estudos futuros sobre comunicação (p. 220). Com uma análise crítica sobre o estatuto epistemológico da comunicação na Austrália e na Nova Zelândia, Penmann (2012, pp. 41-63) questionou se a comunicação como campo de estudo é realmente um campo interdisciplinar; pois, em sua opinião, o progresso no conhecimento comunicativo só seria possível através de uma estreita cooperação e sinergia entre várias disciplinas. Penmann (2012) concordou com o crescimento desmedido e fragmentado da disciplina na Austrália e defendeu a criação de uma teoria prática em comunicação, dadas as bases de inovação estabelecidas na edição especial de teoria da comunicação dedicada a essa abordagem (ver Craig & Barge, 2009, citados em Penmann, 2012, pp. 11-13). Nesse sentido, Calhoun e Rhoten (2017) asseguraram que o caráter inovador e interdisciplinar da comunicação dentro das ciências sociais era dado por sua integração com outros núcleos disciplinares, particularmente porque a pesquisa em comunicação como prática social estava direcionada para a resolução de problemas e pelo desejo de tornar o conhecimento disciplinar socialmente útil (p. 119).

Com efeito, apenas nos últimos anos, diversos campos do conhecimento e disciplinas estabeleceram relações diretas com a pesquisa em comunicação, apesar de terem identidades e desenvolvimentos institucionais abrangentes e distintos. Particularmente, a comunicação reforçou relações de integração com campos tradicionais como filosofia, sociologia, história, psicologia e o campo dos estudos literários, entre outros. Ao mesmo tempo, surgiram *ex officio* vastos campos interdisciplinares, como os estudos sobre biblioteconomia e ciências da informação; os estudos de ciência, tecnologia e sociedade; e os estudos de gênero, étnicos e LGBT, os quais compartilham até hoje algum tipo de relação teórica e prática direta com a comunicação. Somente na última década, poucos especialistas parecem duvidar que os estudos do jogo e os estudos visuais sejam campos de estudo interdisciplinares por natureza. Estes compartilham atualmente vários cruzamentos de integração importantes com o campo da pesquisa em comunicação. A internet, a inteligência artificial, a convergência tecnológica e a comunicação digital expandiram drasticamente esse território compartilhado (León-Duarte, 2022a). Evidentemente, diferentes campos, temas, objetos e problemas também surgiram como ramos ou subcampos mais ou menos independentes. As novas redes, plataformas e mídias digitais entraram como novas especialidades nos estudos de comunicação e mídia, muitas vezes tentando adquirir status próprio, com perspectivas particularmente complexas e desafiadoras.

OBJETIVO E PROJETO METODOLÓGICO

À luz dessas discussões, o que proponho neste trabalho é um conjunto de reflexões sobre possíveis domínios do conhecimento na pesquisa em comunicação, particularmente explorando o sentido da comunicação como prática normativa e sua relação com a pesquisa interdisciplinar. Embora seja razoável argumentar que qualquer esforço para consolidar um corpo de conhecimento para aplicações disciplinares específicas tem efeitos de exclusão, as reflexões propostas são uma tentativa de contribuir com os debates em andamento sobre uma possibilidade epistemológica real que poderia, afinal, aumentar as conexões cognitivas dos estudos de comunicação sem perder o protagonismo e a influência disciplinar entre a comunicação e outros domínios disciplinares, servindo, assim, como uma estrutura inclusiva para discutir questões de comunicação. Nestas discussões, contribuo com a identificação de formulações e questionamentos epistemológicos fundamentais na pesquisa em comunicação, seu raciocínio ético e na busca de significado sobre o sentido prático da

comunicação e sua relação com a pesquisa interdisciplinar. A maneira como as modalidades do conhecimento são abordadas em um domínio disciplinar específico, muitas vezes, permite o estudo e a compreensão sistemática de determinados fenômenos. É nesse contexto que devem ser entendidas as reflexões propostas, que podem guiar as modalidades de conhecimento sobre as quais se baseiam os estudos de comunicação na graduação e na pós-graduação. A argumentação gira em torno da suposição de que a disciplina da comunicação é eminentemente uma prática normativa e que já é uma disciplina que muitas vezes aborda problemas sociais complexos da vida diária contemporânea. Que, em sua tarefa de oferecer soluções mais explicativas com fins úteis, o estudo da comunicação muitas vezes irrompe no terreno comum e na integração com diversos núcleos disciplinares. Por essas razões, pode-se dizer que este texto faz referência a expectativas e cenários possíveis acerca do estatuto ontológico e epistêmico da comunicação enquanto campo de conhecimento aberto à integração com qualquer campo de conhecimento. Considerando a história das ideias, ele faz referência também ao horizonte de expectativas, em um sentido praxiológico, de que essa aproximação do conhecimento de sua história e contextos recentes poderia ajudar a definir e caracterizar o que Bertrand de Jouvenel cunhou como projetos futuristas e realizáveis: o máximo que se pode prever são os limites dentro dos quais se encontram os futuros disponíveis, e estes, pontua Bertrand de Jouvenel, não são apenas aqueles que podemos prever passivamente, mas, pelo contrário, os que podemos criar ativamente. Para esse tipo de futuro, Bertrand de Jouvenel (1965, pp. 32-35) cunhou o termo “futuribles”, aqueles que não ocorrem por si só, mas que podem ser provocados, adotando para isso atitudes e políticas sensatas.

Nesse sentido, o projeto e o processo metodológico de seleção, coleta e análise da informação implicou que todos os dados passassem por filtros cíclicos de organização e redução para definir significados e relações de domínios e experiências de conhecimento na pesquisa em comunicação, e caracterizar e definir o lugar que ocupam em função do objetivo desejado. O conjunto de reflexões sobre os domínios da pesquisa em comunicação e sua relação (ou não) com a pesquisa interdisciplinar emergiu na medida em que os dados foram confrontados e analisados por meio de três procedimentos específicos: o método de comparação constante, a codificação (aberta, axial e seletiva) e a amostragem teórica (Corbin & Strauss, 2014). A reflexão metodológica e de conteúdo se impõe no texto sob os seguintes questionamentos axiológicos e epistêmicos, que servem, por sua vez, como abordagens de apoio às diretrizes de conteúdo deste ensaio: que tipo de pesquisa em comunicação é a que a humanidade, no século XXI,

exige? Que tipo de pesquisadores da comunicação aspiramos a nos tornar para aprimorar a solução de problemas multidimensionais e complexos? É possível que as pesquisadoras e os pesquisadores da comunicação possam estabelecer cruzamentos disciplinares na solução de problemas complexos? Se assim for, que requisitos o objeto e o problema comunicacional devem cumprir para atender aos padrões da perspectiva de pesquisa interdisciplinar? Fundamento esses questionamentos principalmente com referência documental, teórica e metodológica acerca da crescente literatura mundial sobre pesquisa interdisciplinar (León-Duarte, 2022b). Também, nas mudanças históricas documentadas não apenas no âmbito de estudo do campo interdisciplinar, mas no próprio conhecimento acadêmico disciplinar, considerando algumas descobertas recentes de pesquisa (León-Duarte, 2022a, 2022c, 2022d).

A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: CRITÉRIOS (INTER)DISCIPLINARES ESTRUTURAIS

As fronteiras existentes entre a comunicação e os diferentes campos do conhecimento são cada vez mais difíceis de justificar, independentemente das poderosas dependências que respaldam seu sequestro mútuo (León-Duarte, 2022d; Pooley, 2016). Os esforços criativos para resolver as inevitáveis tensões que surgem entre as diferentes necessidades ou prioridades de valor na formação profissional *versus* a pesquisa acadêmica sobre comunicação podem, em uma visão otimista, transformar ambos os tipos de trabalho de forma construtiva. As pesquisadoras e os pesquisadores acadêmicos que possam diferir em relação ao compromisso epistemológico da comunicação (seja qual for) ainda concordam que a pesquisa em comunicação deve ser aplicável a certas questões normativas fundamentais à resolução de problemas sociais complexos que nos acompanharam ontem e continuam acompanhando hoje (Deetz 1994; Donsbach 2006; Frodeman, 2013; León-Duarte, 2022c). Até aqui, pode-se antecipar a conclusão provisória de que existe uma interseção axiomática de fronteiras disciplinares no campo de estudos da comunicação e da mídia. Não obstante, pode-se considerar também que ainda não existe um consenso acadêmico claro sobre o sentido e o significado prático que a pesquisa em comunicação possa ter em uma perspectiva interdisciplinar.

Em um polo acadêmico, argumenta-se que a interdisciplinaridade é uma virtude para a erudição e o impacto da comunicação neste século. De forma contrária, seu polo oposto defende que a pesquisa interdisciplinar mina o desenvolvimento do conhecimento básico e especializado da comunicação, desconhecendo, portanto, uma regra básica da teoria e da prática

interdisciplinar: a perspectiva interdisciplinar existe apenas na medida em que existam diferentes contribuições disciplinares que a sustentem (León-Duarte, 2015). Ou seja, a prática interdisciplinar não pode existir se as disciplinas não existirem. Independentemente disso, nossa posição a respeito disso é valorizar, com a mera força das razões e dos argumentos, a existência (ou não) de indicadores e expressões diretas, não heterônomos, que possam apoiar o sentido prático da pesquisa em comunicação e sua relação com a pesquisa interdisciplinar. Em caso afirmativo, resgatar, sistematizar e expor, em termos de prática normativa, as experiências a respeito. Inicialmente, o questionamento consistiu em dar conta de indicadores e critérios estruturais rígidos que pudessem servir para avaliar a expressão e o desenvolvimento institucional de um campo disciplinar. Critérios habituais tanto para a prática acadêmica do subcampo da pesquisa como para a prática institucionalizada de geração do conhecimento que fossem acessíveis e compartilhados por e para todos os membros de um campo acadêmico. Recordemos aqui que uma prática acadêmica científica no campo da comunicação nunca aparecerá como desinteressada mais do que por referência direta a interesses produzidos e exigidos pelos próprios pesquisadores, coletivos ou associações de pesquisa e instituições, que são as verdadeiras fontes do capital científico do campo da comunicação (León-Duarte, 2007). Em um segundo momento, procedeu-se, por um lado, a revisar as experiências de pesquisa em comunicação que ocorrem em uma das principais associações de pesquisa em comunicação do mundo, a Associação Internacional de Comunicação (ICA, na sigla em inglês). A ICA tem, há mais de 70 anos, o objetivo de avançar no estudo acadêmico da comunicação, fomentando e facilitando a excelência na pesquisa acadêmica em todo o mundo. Além disso, é uma associação verdadeiramente internacional, pois conta com mais de 5.000 membros ativos, provenientes de mais de 80 países. Em 2019, a ICA decidiu concentrar sua reunião na compreensão do papel da comunicação nos debates interdisciplinares. O tema da conferência ICA 2019 foi “Além das fronteiras” e teve como objetivo central “compreender o papel da comunicação e da mídia no cruzamento dos limites sociais, políticos e culturais que caracterizam a sociedade contemporânea” para “fomentar a pesquisa que ultrapassa os limites dos domínios de pesquisa, de campos particulares da pesquisa e da academia e do mundo exterior” (ICA, 2019). Como pedido especial para os conferencistas, foi solicitado que “as submissões à ICA de 2019 demonstrassem seu potencial de ultrapassar esses limites: focassem a questão do cruzamento de fronteiras disciplinares; demonstrassem a necessidade de colaboração em pesquisa através de fronteiras

disciplinares dentro da pesquisa em comunicação e entre a comunicação e outras disciplinas e campos” (ICA, 2019). A justificativa central foi o papel complexo que a comunicação e a mídia hoje desempenham, tanto em formato digital quanto analógico, particularmente no que diz respeito ao surgimento de movimentos que pretendem impedir os fenômenos e progressos da comunicação que hoje cruzam fronteiras, por exemplo, nos “nacionalismos populistas que desafiam as declarações sobre o avanço irrevogável da globalização”; ou no “papel dos tabloides na divulgação do voto do Brexit”; ou em “movimentos conservadores que empregam o legado e as redes sociais para protestar contra o politicamente correto e a política de identidade” e no “racismo que cresce nas comunidades de ódio *online*”; ou “a comunicação e a mídia para ajudar a resolver os problemas de nossa época, que vão desde guerra e terror, violações dos direitos humanos, mudanças climáticas, notícias falsas, falsidade ideológica e predadores sexuais (*online*)” (ICA, 2019).

Tais padrões, de acordo com o que a própria Associação Internacional de Comunicação observa, enfatizam a consideração oportuna da natureza trans-fronteiriça e complexa da comunicação, bem como a relevância e o impacto da comunicação contemporânea. De acordo com a convocatória da reunião 2019 da ICA, o que é necessário para enfrentar esses desafios na pesquisa de comunicação contemporânea é

garantir uma pesquisa interdisciplinar que atravesse os silos de disciplinas e campos de pesquisa. . . [para] . . . incentivar a pesquisa que atravessa os domínios de pesquisa específicos e os limites construídos por campos específicos de interesse de pesquisa. (ICA, 2019)

As questões centrais que se buscou responder na reunião anual da ICA 2019 foram: como entender o papel da comunicação na evolução dos cruzamentos de fronteiras na política, na cultura e na sociedade? Qual é o papel da comunicação nos contramovimentos que se opõem e/ou retificam o cruzamento de fronteiras globalizantes? Onde é necessário conectar linhas de pesquisa em comunicação para abordar as questões e os problemas do cruzamento disciplinar contemporâneo? Como a pesquisa em comunicação pode informar e ser informada por outras disciplinas acadêmicas na compreensão dessas tendências de cruzamento de fronteiras? Qual é o papel dos acadêmicos no processo de ultrapassar os limites da academia em direção à sociedade como consultores de políticas, ativistas e ONGs, pesquisadores da indústria ou usuários finais de serviços de comunicação?

Por outro lado, procedeu-se a buscar outro indicador que é central na constituição de um campo acadêmico, enquanto permite definir e caracterizar

tanto a prática da pesquisa científica quanto a expressão direta da estrutura e a distribuição do capital científico que nutre o campo nos últimos anos, nesse caso, buscando manter uma certa consistência temporal com o primeiro princípio estrutural. Ou seja, tentar nos aproximar de saber como é distribuído o reconhecimento ou crédito que é concedido a um(a) pesquisador(a) ou grupo de pesquisadores e disciplinas pelo conjunto de pares e concorrentes dentro do campo científico e em relação ao tema em questão, além de suas representações. O estudo de Yuner e King-Wa (2019) examinou 93 revistas especializadas de comunicação no Social Science Citation Index, índice de citação pertencente à Clarivate Analytics, uma base de dados internacional reconhecida que registra mundialmente os artigos mais citados por outros artigos. Nesse estudo foram registrados os padrões de citação e o registro de citações por outras disciplinas, que não a comunicação, entre 1997 e 2016. A análise revelou que nas ciências sociais se recebem quatro vezes mais citações do que nas ciências naturais, e que as citações estritamente interdisciplinares são lideradas por disciplinas como a comunicação.

O estudo de Yuner e King-Wa (2019) afirma, ainda, que houve uma diminuição significativa no domínio das ciências psicológicas e do comportamento, um dos vizinhos mais próximos da comunicação por muito tempo. Os autores do estudo sustentam o fato de que citar disciplinas altamente interdisciplinares como afirmam que seja o campo de estudos da comunicação, mesmo para além das ciências sociais, aumenta fortemente o impacto de citação. Ou o inverso, citar apenas disciplinas dificilmente melhora o indicador de fator de impacto e, conseqüentemente, o papel das citações no campo da comunicação é mínimo (p. 273-297). Como se observa, a posição, a composição e a distribuição do capital científico pode ser um importante indicador se o nosso questionamento objetiva conhecer, em um dado momento, o resultado particular que uma disciplina ocupa, uma perspectiva de pesquisa e, inclusive, determinado hábito de pesquisa, assim como o conjunto de estratégias atuais e anteriores que um acadêmico e seus pares pesquisadores têm em uma prática normativa (inter)disciplinar. Sem dúvida, tais estratégias dependerão também das próprias relações de força entre as e os protagonistas, isto é, da maneira como se distribui o reconhecimento do capital científico e de onde é gerada esta ou aquela posição (León-Duarte, 2007, p. 40-41).

A COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA NORMATIVA (INTER)DISCIPLINAR

Como veremos a seguir, o sentido prático da pesquisa em comunicação radica na possibilidade cognitiva do acadêmico(a) de delimitar e criar um novo espaço que conecte e facilite o papel da comunicação de potencializar a compreensão e a solução de problemas complexos, partindo do fundamento de que talvez essa solução também possa extrapolar os limites de uma visão disciplinar. Parte-se do reconhecimento de que muitos dos desafios contemporâneos na pesquisa em comunicação se devem a desafios propriamente interdisciplinares. Portanto, me filio à ideia de que valeria a pena tornar a (re)pensar a posição de Craig (2018, 2022) sobre a perspectiva da comunicação como prática. Na minha opinião, essa perspectiva serve à teoria e à metodologia da pesquisa em comunicação como prática interdisciplinar para entender e transformar nossa compreensão sobre a relação normativa entre teoria e prática da comunicação tanto quanto a interdisciplinar. Também, porque sou veementemente convicto de que ela contribui para desenvolver e aumentar a consciência crítica discursiva tanto quanto a capacidade de produzir um conhecimento sensato nas práticas sociais e em sua capacidade de discutir permanentemente esse conhecimento. O apelo de Craig (2018, 2022) é de que a comunicação como prática deve necessariamente transformar nossa compreensão acerca da relação teoria-prática. Por esse motivo, ele entende que a perspectiva da comunicação como prática sugere uma maneira completamente diferente de entender a teoria e a prática por meio de três princípios:

1. *A teoria da comunicação é uma prática e deve ser cultivada.* Nesse ponto, Craig (2005, p. 42, 2022, p. 59) argumenta que a teoria da comunicação é, independentemente do que ela possa ser de outras perspectivas científicas ou filosóficas, uma prática metadiscursiva, isto é, um conjunto de formas discursivas concebidas por especialistas para falar sobre comunicação e que estão disponíveis para ser usadas no discurso cotidiano. O sentido da capacidade de intervir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade em matéria de comunicação, a teoria da comunicação como prática seria levada ao plano da disseminação e da difusão científica. No dia a dia, esses discursos teoricamente informados a partir da comunicação seriam matéria de difusão e divulgação social através da sociedade, na medida em que as pessoas estejam expostas a elas e na medida também de que cumpram com determinados propósitos e forneçam respostas a necessidades sociais.

2. *A teoria fornece maneiras de interpretar o conhecimento prático: pesquisa deliberativa.* O conhecimento prático, Craig (2005, p. 42) nos indica, é a base da nossa capacidade de desempenhar corretamente nosso papel como participantes de uma prática social, e é amplamente tácito e inconsciente. Craig (2005, p. 43) afirma que a teoria contribui com o desenvolvimento da consciência discursiva do acadêmico e pode permitir-lhe desenvolver a capacidade do conhecimento consciente das práticas sociais e a capacidade de discutir com conhecimento. Deve-se lembrar que o conhecimento prático vem apenas com o acúmulo de experiência direta. Por isso, a consciência discursiva do acadêmico permite desenvolver atividades como a reflexão, a crítica e o planejamento explícito, moldando assim a conduta prática (Craig, 2005, p. 43). Ou seja, uma teoria da comunicação poderia fornecer não apenas muitas formas metadiscursivas específicas para interpretar o conhecimento prático, mas também diferentes formas de focar criticamente a atenção em detalhes importantes de uma situação e tecê-los em uma rede de conceitos que eventualmente pudessem produzir novas visões de experiência, sentidos e significados em conexões e linhas de ação que talvez antes aparecessem despercebidas. No caso da pesquisa deliberativa em uma disciplina prática como a comunicação, Craig (2022, pp. 61-63) argumenta que o questionamento pode justificar vários métodos, que vão de experimentos científicos e observações empíricas até estudos históricos e críticos e reflexão filosófica. Cada um desses métodos de pesquisa pode servir ao amplo propósito de uma disciplina prática, indicando a deliberação e a resolução de problemas (Craig, 2018, p. 291).
3. *A teoria é fundamentalmente uma prática normativa: metadiscurso.* A posição de Craig é de que o discurso sobre uma prática de comunicação é fundamentalmente uma prática normativa metadiscursiva, pois refere-se à definição de elementos que constituem a própria prática, a coordenação e a regulação de atividades, a decisão sobre quais objetivos são importantes e quais não são; a emissão de pareceres avaliativos, etc. Por isso, Craig (2005, pp. 43-45) aponta que os ideais normativos não devem ser tomados como garantidos na teoria ou na prática. Pelo contrário, a prática da teoria da comunicação contribui com o metadiscurso normativo que constitui e regula a prática da comunicação na nossa cultura.

PESQUISA SOBRE COMUNICAÇÃO: A PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Como já apontamos em outra edição desta revista (León-Duarte, 2021), a teoria científica da comunicação pode ser concebida como o conjunto de afirmações abstratas conectadas logicamente e a partir das quais podem se derivar hipóteses e explicações empiricamente comprováveis do ato e/ou fenômeno comunicativo (León-Duarte, 2021, p. 103). Assim, o papel da teoria seria o de conceituar e dispor teoricamente modelos simbólicos que consigam explicar, desenvolver, criticar e potencialmente transformar a realidade da comunicação em si. Recordemos que, de acordo com a posição de Craig (1999), o campo da comunicação constituiu-se principalmente em um contexto de construtivismo social e como um metadiscurso direcionado à resolução de problemas sobre comunicação. Sua composição estrutural formal pode variar de apresentações verbais relativamente discursivas a sistemas axiomáticos ou matemáticos formais. Por essa razão, Craig (2016) classifica a teoria com base em dois princípios: por um lado, como um metamodelo constitutivo de comunicação; por outro, como teoria da comunicação enquanto prática metadiscursiva. Em relação ao primeiro, Craig (2016) destaca que ele é explicitamente projetado para conceber a comunicação como uma disciplina prática (p. 120). No segundo princípio, Craig (2019) argumenta que, para cultivar a prática social da comunicação por meio da disposição dos recursos teóricos do campo, é necessário abordar os problemas práticos da comunicação no âmbito da vivência e na vida cotidiana. Na minha opinião, essa justificativa teórica feita por Craig (1999) é dada para melhor sustentar o discurso histórico normativo sobre a comunicação, entre outras, o que chamamos de teorias e modelos da comunicação, que têm desenvolvido um papel ativo no cultivo da prática da comunicação na sociedade contemporânea (ver Craig, 2012, 2019). Justamente por esse motivo, Craig argumenta que, em geral, as práticas têm um aspecto conceitual e que, por isso, aprender uma prática de comunicação complexa envolve aprender um conjunto de conceitos verbais a ser usados para fins práticos. De acordo com Craig (2005), uma prática de comunicação também pode ser definida como um conjunto coerente de atividades que são significativas para um momento e um contexto social específicos (p. 40). No caso da pesquisa interdisciplinar, esta pode ser entendida como um modo de pesquisa grupal ou individual, que integra informações, dados, técnicas, ferramentas, perspectivas, conceitos e/ou teorias de duas ou mais disciplinas ou corpos de conhecimento especializado para avançar na compreensão ou para resolver problemas cujas soluções

estão além do escopo de uma única disciplina ou área de prática de pesquisa (NAS, 2005, pp. 26-40).

Normalmente, a pesquisa interdisciplinar é pluralista em método e abordagem. Na prática, pode ser impulsionada pela curiosidade científica ou, como observa Craig (2005), por necessidades práticas que são significativas para um contexto e um momento específicos (p. 40). Nesse sentido, a prática disciplinar e interdisciplinar no campo de estudos da comunicação está rapidamente se tornando uma característica integral da pesquisa em ciências sociais como resultado de quatro poderosos fatores: 1. a complexidade inerente à natureza e à sociedade; 2. o desejo de explorar problemas e questões que não se limitam a uma única disciplina; 3. a necessidade de resolver problemas sociais complexos; e 4. o poder da cultura digital e das novas tecnologias (Calhoun & Rhoten, 2017, p. 113-116). No caso da pesquisa em ciências sociais, assim como na pesquisa em comunicação, ainda não estão totalmente claros os processos que definem a pesquisa interdisciplinar como bem-sucedida. No entanto, pode-se dizer que pesquisadores interdisciplinares bem-sucedidos encontraram maneiras de integrar e sintetizar a profundidade disciplinar com uma amplitude de interesses, visões e habilidades que igualmente exigem um determinado suporte institucional (Allmendinger, 2015; Bogdan et al., 2018; De Boer, et al., 2020). Deve-se considerar, portanto, que as e os pesquisadoras/es individuais envolvidas/os na pesquisa interdisciplinar demandam um ambiente de apoio que lhes permita trabalhar em várias disciplinas e departamentos, e ser avaliados e recompensados de maneira justa tanto por seu trabalho interdisciplinar como disciplinar. Talvez um mérito inquestionável venha da responsabilidade acadêmica de explicar e demonstrar os benefícios da pesquisa para se aventurar em novos campos e estar abertos às culturas e valores de outras disciplinas.

Até onde sabemos, o livro mais célebre e abrangente sobre interdisciplinaridade no mundo foi escrito pela pesquisadora mais respeitada no campo dos estudos interdisciplinares, Julie T. Klein (1990). Seu estudo revela detalhadamente os principais marcos do debate contemporâneo sobre estudos interdisciplinares nos EUA e no mundo, os quais iniciam com as inquietantes discussões geradas pela perda de unidade da ciência e pelas possibilidades de reunificá-la a partir da interdisciplinaridade (León-Duarte, 2022b, Neurath, 1938). Diante das críticas de que o trabalho interdisciplinar muitas vezes carece de rigor, Klein (1990) apontou que o rigor na interdisciplinaridade não diminuiu, mas se deslocou dos critérios disciplinares para um novo objetivo interdisciplinar: o rigor interdisciplinar. Embora não existam formalmente padrões acadêmicos definidos para julgar trabalhos interdisciplinares, os três critérios de excelência disciplinar

colocados por Schneider (1977) são consistentes e apropriados para esta discussão: 1. clareza conceitual; 2. clareza das integrações interdisciplinares; e 3. clareza na utilização da integração do conhecimento disciplinar e do terreno comum que define os campos do conhecimento envolvidos para ajudar a resolver um problema ou para levantar ou avançar o conhecimento sobre um problema complexo ou emergente.

Além disso, esses critérios (inter)disciplinares também ajudam a orientar o grau de desenvolvimento de uma prática científica e do seu discurso normativo, como a pesquisa interdisciplinar. Esse discurso normativo seria caracterizado, de acordo com a teoria prática de Craig (2005), por práticas discursivas específicas. Em sua construção diária, tais práticas podem se tornar tão elaboradas e especializadas quanto no campo acadêmico da comunicação. Por exemplo, podem começar com o estudo da prática comunicativa, lendo e escrevendo um livro e ministrando cursos de formação. Nesse processo, uma disciplina acadêmica pode evoluir até se tornar um elemento constitutivo de uma prática cultural: “Do meu ponto de vista, foi assim que essencialmente surgiu a disciplina acadêmica dos estudos de comunicação, e é como ela vem se relacionando com a prática da comunicação” (Craig, 2005, p. 39). No entanto, deve-se notar, como afirma o próprio Craig (2005), que, para falar de comunicação como prática interdisciplinar, deve haver um conceito cultural de comunicação que diga respeito ao tipo geral de prática em que as pessoas, nesse caso, as e os acadêmicas/os pesquisadoras/es do âmbito, se envolvem de maneira significativa toda vez que se comunicam (p. 40).

Na minha opinião, esse conceito já existe na teoria e na prática interdisciplinares. Como elaborado em León-Duarte (2022d), esse conceito é o de comunicação interdisciplinar. Pode-se entender por comunicação interdisciplinar a prática cognitiva de reunir as variadas suposições, perspectivas, teorias, conceitos, valores e princípios disciplinares com o objetivo de criar uma área ou terreno integrador no processo de implementação da pesquisa interdisciplinar (León-Duarte, 2022d). Ou seja, o processo cognitivo crítico de examinar as percepções e os núcleos teóricos disciplinares a ser integrados em uma perspectiva interdisciplinar dependeria do conceito de prática de comunicação interdisciplinar. Nesse sentido, de todas as disciplinas acadêmicas, a comunicação é a única que possibilita cultivar a prática interdisciplinar por meio da disposição dos recursos teóricos e práticos de comunicação. É, também, a única disciplina que possibilita o diálogo entre conhecimentos, suposições e visões com o propósito de integrar saberes disciplinares para determinar tanto a validade teórica como as práticas normativas a fim de executá-las na resolução de problemas complexos. Essa nova visão integrativa seria o produto ou o resultado da comunicação interdisciplinar

(León-Duarte, 2022b; Repko et al., 2019, pp. 203-207). É importante ressaltar que a comunicação interdisciplinar pode se dar em vários estágios do processo de pesquisa interdisciplinar (León-Duarte, 2022d; Pohl et al., 2021, pp. 18-26). Por essa razão, o conceito de prática cultural de comunicação interdisciplinar teria a capacidade de regulação e poderia evoluir dentro do processo de pesquisa interdisciplinar até se tornar o elemento constitutivo mais importante de sua prática interdisciplinar, a ponto de possibilitar o processo de invenção de uma nova linguagem e metadiscurso: um que transgrida, inclusive, a integração de gêneros discursivos disciplinares anteriormente existentes, ou seja, a cocriação inovadora daqueles gêneros e práticas discursivas que arriscaram e renunciaram a suas identidades disciplinares anteriores (León-Duarte, 2022b, 2022c, 2022d; Holbrook, 2013, p. 1875).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas formas comuns de falar sobre o sentido prático interdisciplinar na pesquisa em comunicação forneceriam, de acordo com o argumento com que trabalhamos neste ensaio, uma escala específica de critérios e significados para a comunidade acadêmica. A teoria e a prática da comunicação interdisciplinar também é um problema normativo que demanda reflexão sobre as maneiras como a teoria deve ser relevante para a prática e, além disso, sobre a nossa conduta prática como acadêmicos de comunicação dever ou não ser guiada por ideais e princípios abstratos específicos. A teoria e a prática da comunicação interdisciplinar podem ser igualmente um problema empírico que merece muito mais atenção do que recebeu até agora na pesquisa em comunicação (Craig, 2016, p. 18; León-Duarte, 2022d). Por exemplo, no caso do termo “metapesquisa em comunicação”, que faz referência a uma variedade específica de práticas acadêmicas discursivas e formas significativas de falar da pesquisa sobre a pesquisa de comunicação com objetivos práticos. Assim, quando Piñuel-Raigada (2011) menciona o desafio de responder ao questionamento: em qual categoria de pesquisa nos incluiríamos como pesquisadores(as) universitários: *em, de e/ou sobre* comunicação? Piñuel Raigada (2011) argumenta que, de acordo com a evidência coletada por um censo constituído de aproximadamente 2.500 pesquisadores da comunicação em nível mundial, as e os pesquisadores/as em questão se colocaram “um tanto quanto longe de serem pesquisadores de comunicação” como uma disciplina de estudo com um “saber” e um “fazer” especializado e com reconhecimento social (Piñuel Raigada, 2011, pp. 42-44). Ou seja, existe, em geral, uma autopercepção adquirida

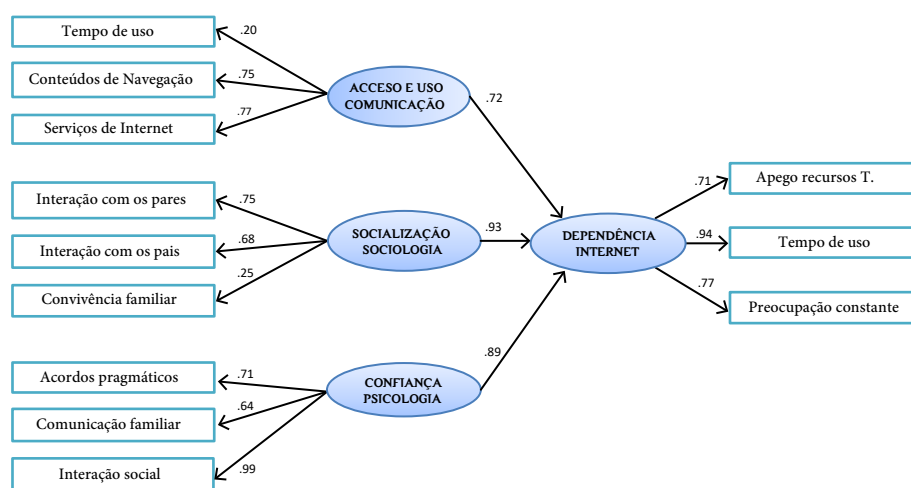
de que “estamos em processo de” conseguir que a pesquisa *sobre* comunicação nos torne especialistas de uma disciplina com reconhecimento social (Piñuel Raigada, 2011, p. 42). A propósito, nesse mesmo estudo questionou-se se nos principais campos de referência para o conhecimento da comunicação predominava alguma perspectiva, entre elas as perspectivas histórica, interdisciplinar, sociológica, antropológica, semiótica e psicológica, ou se, pelo contrário, não predominava nenhuma das anteriores. Os resultados mostraram que mais da metade do corpo docente de língua espanhola, francesa, inglesa, portuguesa e alemã observou que em seus programas de teoria da comunicação existe um paradigma interdisciplinar dominante (Piñuel Raigada, 2011). Nesse sentido, quero trazer, finalmente, uma das funções da teoria científica em comunicação, que interessa particularmente enfatizar aqui porque ajuda a definir a relação e o sentido prático entre a pesquisa da comunicação e a interdisciplinar. Essa função é a regularidade dos fenômenos empíricos no que se refere aos processos funcionais ou causais que os produzem (Craig, 2013, p. 45). Em teoria, explicações científicas bem-sucedidas permitem que as e os pesquisadores(as) do campo da comunicação compreendam, prevejam estatisticamente e potencialmente controlem a ocorrência de eventos empíricos. No processo de pesquisa interdisciplinar, considera-se crucial que os conceitos e enunciados que compõem a teoria e a prática interdisciplinares sejam amplamente explicados por meio de uma clareza teórica operacional, com o objetivo de permitir a comprovação empírica das hipóteses derivadas, como ocorre habitualmente no campo da comunicação. Por exemplo, a partir da categoria de campo intelectual criador, uma categoria de análise que demonstrou alto valor dentro da sociologia e da teoria dos campos de Pierre Bourdieu (2002) foi empregada para observar, descrever e explicar o comportamento das práticas de produção, circulação e consumo jornalístico (León-Duarte, 2019). Na medida em que uma teoria demanda representar o fenômeno de interesse, pode-se dizer que tem, consequentemente, uma forma conceitual que pode ser moldada. Assim, tal exemplo poderia significar não apenas uma nova forma de engajamento reflexivo, mas também uma proposta prática alternativa para representar componentes, relações e processos importantes para o estudo da estrutura e a distribuição do capital científico do campo jornalístico, bem como uma representação coerente das relações, usos e significados em sua metapesquisa (León-Duarte, 2019, pp. 41-58). Por outro lado, a função da regularidade em determinados fenômenos empíricos estimulou o interesse de diferentes estudos, perspectivas e métodos explícitos na – e para a – construção de teorias. Embora essa tendência possa ser provável, Craig (2013) propõe desenvolver conhecimentos especializados

com explicações realistas em que cada acadêmico(a) se concentre em uma abordagem, baseado no reconhecimento das limitações e na confiabilidade ocasional das próprias suposições, de modo que este nos inspire ocasionalmente a aprender algo relevante (p. 54). Complementarmente, Price (2014) argumenta que uma explicação realista é aquela que vai além da análise de variáveis, pois torna compreensíveis os padrões dos eventos estudados, mostrando que eles se encaixam em um princípio geral que também explica uma ampla gama de outros eventos. Por exemplo, quando um especialista das ciências sociais aborda estudos como os efeitos da comunicação digital e os fenômenos que a internet produz, ou as relações interativas de crianças e jovens mexicanos com as tecnologias digitais em geral, certamente pode adotar diferentes pontos de vista sobre o fenômeno, diferentes posições que lhe permitem aproximar-se de sua compreensão (León-Duarte et al., 2016, pp. 616-631). Uma explicação realista definiria que o contexto de entendimento da comunicação atual é também a internet e as plataformas, meios de comunicação e redes sociais digitais, os quais definitivamente podem agravar os riscos de a criança e o jovem estarem “on-line”. Um exemplo seriam as condutas e ações destinadas a reforçar o *bullying*, o assédio e a exposição à pornografia. Ou a alta dependência em relação a dispositivos tecnológicos como o telefone celular e a Internet. Nesse último caso, alguns modelos são conhecidos como Transtorno de Dependência da Internet – Internet Addiction Disorder (IAD) –, o uso compulsivo da internet – Compulsive Internet Use (CIU)– e o uso patológico da internet – Pathological Internet Use (PIU). Testando modelos interdisciplinares inclusivos na dependência da internet em jovens (León-Duarte et al., 2016), propôs-se analisar e testar quando e por que a integração de um modelo interdisciplinar era necessária para explicar e prever a variável dependência da internet em crianças e jovens mexicanos. Esse modelo inclusivo (ver Figura 1), utilizado durante a década 2009-2018, contemplou não apenas as relações particulares das disciplinas e modelos contribuintes (comunicação, sociologia e psicologia), mas também as interações entre contextos, objetos e contribuições específicas dos diferentes campos do conhecimento. As estratégias de elaboração e implementação do modelo interdisciplinar seguem a proposta do multiplismo crítico sugerida por Shadish (1986, pp. 75-103, 1993, pp. 13-57), especificamente para contemplar diversos modelos restritos específicos à postulação do modelo interdisciplinar inclusivo. Com a aplicação do multiplismo crítico e dos modelos inclusivos e restritos, buscou-se estabelecer a relação entre fatores disciplinares como a validade na integração teórica e a confiabilidade do instrumento. Ou seja, determinar se o instrumento empregado mediu o que pretendia medir e quanto

consistente era. Ao aplicar teorias e modelos de comunicação e outros campos de conhecimento numa perspectiva de pesquisa interdisciplinar, a pesquisa empírica e metodologicamente sólida contribuiu para responder a questões relevantes sobre o papel da comunicação na geração interativa mexicana, incluindo a dependência da Internet (León-Duarte et al., 2016, pp. 616-631). ■

Figura 1

Modelo interdisciplinar para explicar dependencia de Internet en niños y jóvenes mexicanos



$\chi^2 = 54.99$ (gl 24) $P .00$; BBNFI = .868; BBNFI = .878 CFI = .918; RMSEA = .081; $R^2 = .88$; Alpha: 709
León-Duarte, Contreras, & Moreno, 2016.

REFERÊNCIAS

- Allmendinger, J. (2015). *Quests for interdisciplinarity: A challenge for the era and horizon 2020*. Policy Brief by the Research, Innovation, and Science Policy Experts (RISE).
- Bogdan, L., Philippe, K., Tobias, S., & Theodoros V. (Eds.). (2018). *Integration of social sciences and humanities in horizon 2020: Participants, budget and disciplined*. Publications Office of the European Union.
- Bourdieu, P. (2002). *Campo de poder, campo intelectual*. Montresor.
- Calhoun, C., & Rhoten, D. (2017). Integrating the social sciences: Theoretical knowledge, methodological tools, and practical applications. In R. Frodeman, J. T. Klein & C. Mitcham (Eds.), *The Oxford handbook of interdisciplinarity* (pp. 103-118). Oxford University Press.

- Corbin, J., & Strauss, A. (2014). *Basics of qualitative research*. Sage.
- Craig, R. T. (1999). Communication theory as a field. *Communication Theory*, 9(2), 119-161. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.1999.tb00355.x>
- Craig, R. T. (2005). Communication as a practice. In G. Shepherd, J. St. John & T. Striphos (Eds.), *Communication as: Perspectives on theory* (pp. 38-47). Sage.
- Craig, R. T. (2008). Communication in the conversation of disciplines. *Russian Journal of Communication*, 1(1), 7-23. <https://doi.org/10.1080/19409419.2008.10756694>
- Craig, R. T. (2012). Communication as a field and discipline. In W. Donsbach (Ed.), *The international encyclopedia of communication* (Vol. 8, 2a ed., pp. 3811-3816). Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781405186407.wbiecc074>
- Craig, R. T. (2013). 3 Constructing theories in communication research. In P. Copley & P. Schulz. (Eds.), *Theories and Models of Communication* (pp. 39-58). De Gruyter Mouton. <https://doi.org/10.1515/9783110240450.39>
- Craig, R. T. (2016). Pragmatist realism in communication theory. *European Journal for the Philosophy of Communication*, 7(2), 115-128. https://doi.org/10.1386/ejpc.7.2.115_1
- Craig, R. T. (2018). For a practical discipline. *Journal of Communication*, 68(2), 289-297. <https://doi.org/10.1093/joc/jqx013>
- Craig, R. T. (2019). Welcome to the metamodel: A reply to Pablé. *European Journal for the Philosophy of Communication*, 10(1), 101-108. https://doi.org/10.1386/ejpc.10.1.101_1
- Craig, R. T. (2022). Communication research and education for a practical discipline. In J. Muñoz Uribe (Ed.), *La formación en comunicación: Visiones de una formación futura: Conceptos y aproximaciones* (pp. 51-75). Pontificia Universidad Católica de Ecuador.
- De Boer, H. F., Huisman, J., Jongbloed, B. W. A., Kolster, R., van der Meulen, B. J. R., Bok, C., & Van Lancker, W. (2020). *Prospective report on the future of transnational collaboration in European higher education*. Directorate General for Education, Youth, Sport and Culture. <https://doi.org/10.2766/098140>
- Deetz, S. (Ed.). (1994). *Communication Yearbook 17* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203856741>
- Dervin, B., & Song, M. (2004, 27-31 de mayo). Communication as a field-historical origins, diversity as strength/weakness, orientation toward research in the public interest: 54 ruminations from field grandparents, parents, and a few feisty grandchildren [Presentación de trabajo]. *International Communication Association Annual Meeting*, Louisiana, NO, United States.
- Donsbach, W. (2006). The identity of communication research. *Journal of Communication*, 56(3), 437-448. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00294.x>

- Frodeman, R. (2013). Interdisciplinarity, communication, and the limits of knowledge. In M. O'Rourke, S. Crowley, D. Eigenbrode & D. Wulfhorst (Eds.), *Enhancing communication & collaboration in interdisciplinary research* (pp. 103-116). Sage.
- Hawkins, R., Wiemann, J., & Pingree, S. (Eds.). (1988). *Advancing communication science: Merging mass and interpersonal processes*. Sage.
- Holbrook, J. B. (2013). What is interdisciplinary communication? Reflections on the very idea of disciplinary integration. *Synthese*, 190, 1865-1879. <https://doi.org/10.1007/s11229-012-0179-7>
- International Communication Association. (2019, 24-28 de mayo). 2019 conference calls for papers. <https://www.icahdq.org/page/PastFuture>
- Jouvenel, B. (1965). *L'art de la Conjecture*. Sedeis.
- Katz, E. (1983). The return of the humanities and sociology. *Journal of Communication*, 33(3), 51-52. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1983.tb02405.x>
- Klein, J. (1990). *Interdisciplinarity: History, theory, and practice*. Wayne State University Press.
- Krippendorff, K. (2017). Three concepts to retire. *Annals of the International Communication Association*, 41(1), 92-99. <https://doi.org/10.1080/23808985.2017.1291281>
- Lasswell, H. (1958). Communications as an emerging discipline. *Audio Visual Communication Review*, 6, 245-254. <https://doi.org/10.1007/BF02768457>
- León-Duarte, G. A. (2007). *Sobre la institucionalización del campo académico de la comunicación en América Latina: Una aproximación a las características estructurales de la investigación latinoamericana en comunicación* [Tesis doctoral, Universitat Autònoma de Barcelona]. <http://hdl.handle.net/10803/4196>
- León-Duarte, G. A. (2015). La práctica interdisciplinaria aplicada al estudio de la comunicación y la información mediada por tecnología digital. *Revista Iberoamericana de las Ciencias Sociales y Humanísticas*, 4(8), 363-381.
- León-Duarte, G. A. (2019). Aportes teóricos a la investigación del campo periódico. Sentidos y significados desde el Campo Intelectual Creador. *Intercom*, 42(3), 41-59.
- León-Duarte, G. A. (2021). Teoria intermediária na comunicação: Elementos necessários para uma abordagem da comunicação como cultura. *MATRIZES*, 15(2), 95-118. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v15i2p95-118>
- León-Duarte, G. A. (2022a). Methodological principles of interdisciplinary research: The integrated study of the image in social networks. *Revista Internacional de Tecnología, Ciencia y Sociedad*, 11(1), 107-119. <https://doi.org/10.37467/gkarevtechno.v11.3097>

- León-Duarte, G. A. (2022b). The essentialist critique in interdisciplinary studies in the USA. About the process of integrating a common ground in interdisciplinary research. *Norteamérica*, 17(1). <https://doi.org/10.22201/cisan.24487228e.2022.1.509>
- León-Duarte, G. A. (2022c). Sobre innovación e investigación interdisciplinar en Europa y EUA. Comunicar el paradigma interdisciplinar en la educación superior. *Observatorio*, 16(4), 128-142. <https://doi.org/10.15847/obsOBS16420222060>
- León-Duarte, G. A. (2022d). Escenarios epistemológicos de la comunicación interdisciplinar. Criterios metodológicos esenciales. In S. R.-M. de la Cruz & R. Rubial-Villamarín (Eds.), *Desafíos audiovisuales de la tecnología y los contenidos en la cultura digital* (pp. 419-434). McGraw Hill España.
- León-Duarte, G. A., Contreras Cázarez, C. R., & Moreno Carrillo, D. (2016). Probando modelos interdisciplinarios inclusivos en la dependencia de internet en jóvenes. Nuevas variables asociadas. *Revista Latina de Comunicación Social*, (71), 616-631. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2016-1112>
- (NAS) National Academy of Sciences, National Academy of Engineering, and Institute of Medicine. (2005). *Facilitating Interdisciplinary Research*. The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/11153>
- Neurath, O. (1938). Encyclopaedism as a pedagogical aim: A Danish approach. *Philosophy of Science*, 5(4), 484-492. <https://doi.org/10.1086/286527>
- Penman, R. (2012). On taking communication seriously. *Australian Journal of Communication*, 39(3), 41-63.
- Pfau, M. (2008). Epistemological and disciplinary intersections. *Journal of Communication*, 58(4), 597-602. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.00414.x>
- Piñuel-Raigada, J. L. (Ed.) (2011). *La investigación y la docencia universitarias entorno a la Comunicación como objeto de estudio en Europa y en América Latina*. Cuadernos Artesanos de Latina, 15.
- Pohl, C., Klein, J. T., Hoffmann, S., Mitchell, C., & Fam, D. (2021). Conceptualizing transdisciplinary integration as a multidimensional interactive process. *Environmental Science and Policy*, 118(2), 18-26. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2020.12.005>
- Pooley, J. D. (2016). Communication theory and the disciplines. In K. B. Jensen & R. Craig (Eds.), *The international encyclopedia of communication theory and philosophy* (pp. 3-16). Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118766804.wbiect261>
- Price, L. (2014). Critical Realist Versus Mainstream Interdisciplinarity. *Journal of Critical Realism*, 13(1), 52-76.
- Repko, A., Szostak, R., & Buchberger, M. (2019). *Introduction to interdisciplinary studies*. Sage.

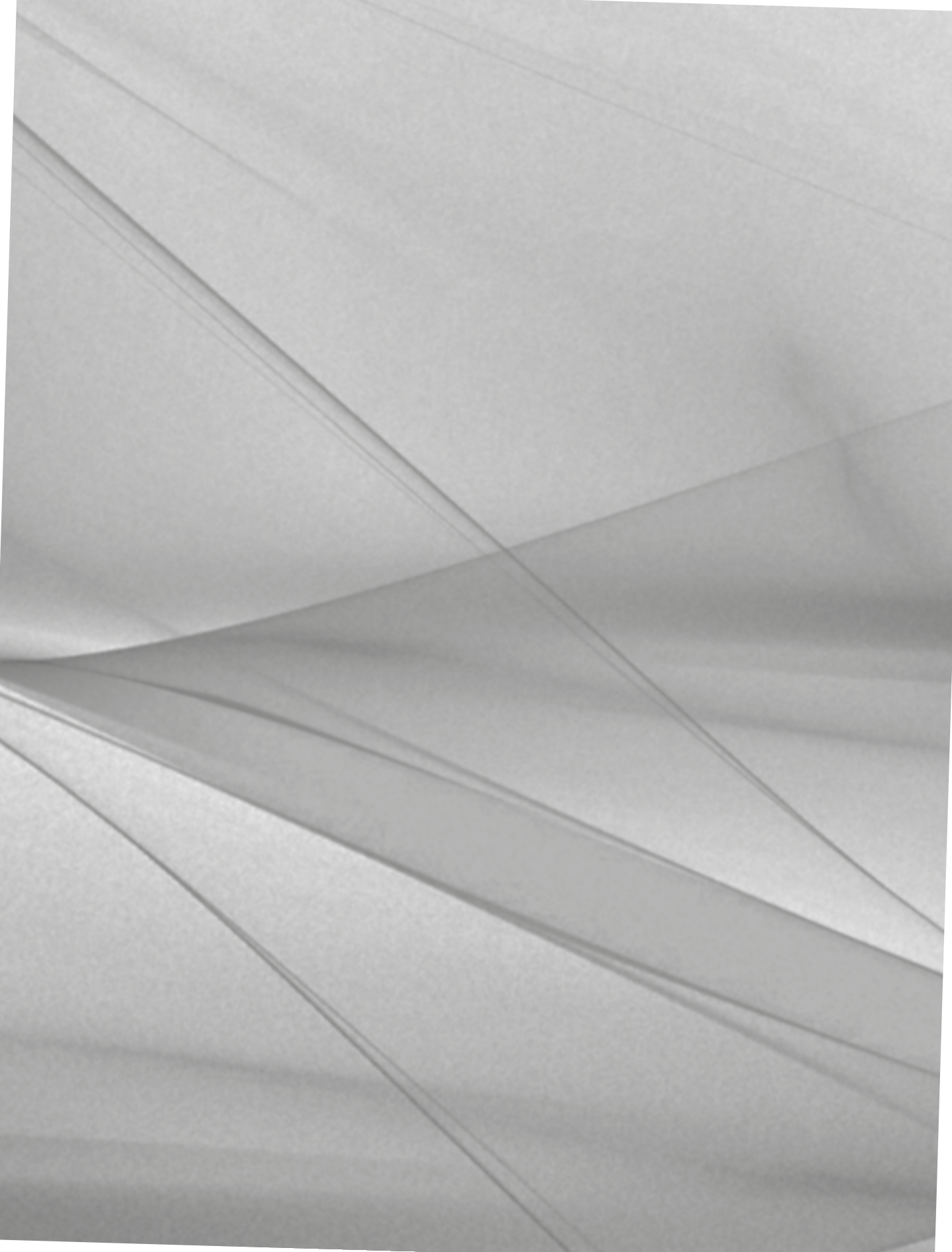
- Rowland, W. D., Jr. (1993). The traditions of communication research and their implications for telecommunications study, *Journal of Communication*, 43(3), 207-217. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01294.x>
- Schneider, S. (1977, 20-25 de febrero). Quality Review Standards for Interdisciplinary Research, paper presented at “Can Research Institutions Accommodate Interdisciplinary Researchers?” [Presentación de trabajo]. *Symposium at 143rd Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Science*, Denver, CO, United States.
- Shadish, W. R. (1986). Planned critical multiplism: Some elaborations. *Behavioral Assessment*, 8(1), 75-103.
- Shadish, W. R. (1993). Critical multiplism: A research strategy and its attendant tactics. *New Directions for Program Evaluation*, (60), 13-57. <https://doi.org/10.1002/ev.1660>
- Shoemaker, P. J. (1993). Communication in crisis: Theory, curricula, and power. *Journal of Communication*, 43(4), 146-153. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01315.x>
- Zhu, Y., & Fu, K.-W. (2019). The relationship between interdisciplinarity and journal impact factor in the field of communication during 1997-2016. *Journal of Communication*, 69(3), 273-297. <https://doi.org/10.1093/joc/jqz012>

Artigo recebido em 31 de julho de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.

PROGRAMAS

**E ASSOCIAÇÕES ACADÊMICAS
COMO SUPORTES INSTITUCIONAIS**

P



Pesquisar a comunicação: entre o passado e o futuro

Researching communication: Between the past and the prospective

MIQUEL DE MORAGAS SPÀ^a

Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona – Espanha

RESUMO

Este artigo analisa os desafios (novos e antigos) dos estudos em comunicação nas últimas décadas diante da rápida transformação do sistema de comunicação e da necessidade de redefinir seu próprio objeto de estudo. Os velhos paradigmas devem ser substituídos por outros capazes de interpretar esses processos. O paradigma de Lasswell está ficando distante. Tudo isso impõe grandes desafios acadêmicos e epistemológicos. Os centros estão se multiplicando, mas também há questionamentos sobre a burocratização e a irrelevância de muitas práticas teóricas. Nosso campo de estudo deve continuar a ser identificado como uma disciplina ou deve ser considerado uma pós-disciplina? Entretanto, as responsabilidades sociais permanecem atuais e até aumentam diante da necessidade de contribuir para o desenvolvimento cultural e para a política democrática nas novas etapas da comunicação.

Palavras-chave: Teorias da comunicação, pluridisciplinaridade, novas mídias, políticas culturais e de comunicação

ABSTRACT

This article analyzes the challenges (new and old) of communication research in recent decades, in view of the rapid transformation of the communication system and the need to redefine its very object of study. The old paradigms must be replaced by others capable of interpreting these processes; how far is Lasswell's paradigm becoming! All this poses major academic and epistemological challenges. The centers are multiplying, but there are also questions about bureaucratization and the irrelevance of many theoretical practices. Should our field of study continue to be identified with a discipline or should it be conceived as a post-discipline? Meanwhile, the social responsibilities remain in force and even grow, given the need to contribute to cultural development and democratic policies in the new stages of communication.

Keywords: Theories of communication, pluridisciplinarity, new media, culture and communication policies

^a Professor catedrático honorário da Universitat Autònoma de Barcelona. Foi presidente da Asociación Española de Investigación de la Comunicación entre 2008 e 2016. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7002-1435>. E-mail: Miquel.DeMoragas@uab.cat

N O FINAL DOS anos 1970, na época em que se deu a preparação do Relatório MacBride, algumas instituições acadêmicas latino-americanas (espanholas também) começaram a reivindicar um lugar para a comunicação entre as “disciplinas”, até então inquestionáveis, como Filosofia, Linguística, Psicologia, Sociologia, Economia e História, todas elas compartimentadas.

Buscando esse lugar, optou-se inicialmente por reivindicar uma disciplina como espaço próprio e específico para a comunicação. Levaria poucos anos para que se entendesse que defender o campo de estudo não significava reivindicar uma nova *disciplina*, mas uma *pós-disciplina*, que implicava um esforço conjunto das Ciências Sociais e das Humanidades.

Os estudos latino-americanos sobre políticas de comunicação e sobre estudos culturais da comunicação contribuíram decisivamente para isso, rejeitando os limites e a agenda da *mass communication research*.

A convergência entre os estudos de comunicação e os estudos sobre cultura (não exatamente *cultural studies*) significava abordar uma visão ampla do objeto “comunicação”, em seu cruzamento com o social e o cultural, como propõe *De los Medios a las Mediaciones* (Martín-Barbero, 1987).

Foi a época do nascimento das associações de pesquisa nacionais e internacionais: a Avic na Venezuela (1976), a Amic no México (1977), a Intercom no Brasil (1979), a ALAIC (1978) e a Felafacs (1981) no âmbito latino-americano.

Quase meio século depois, podemos observar muitas mudanças na nossa atividade acadêmica, mas também devemos apontar a atualidade dos grandes desafios identificados naqueles anos (Bolaño, 2015; Fuentes, 2008, 2016; Marques de Melo, 2004).

DA MINORIA ACADÊMICA À SUPERABUNDÂNCIA

Uma das diferenças mais evidentes no que diz respeito àquela primeira época é o atual aumento da oferta de estudos universitários de comunicação e, como consequência, a criação de um corpo massivo de professores e professoras, doutorandos e doutorandas, na expectativa de profissionalização, que necessariamente nos conduz ao âmbito mais geral das políticas de pesquisa.

O crescimento do interesse pela comunicação coincide com uma série de mudanças estratégicas nas políticas científicas, de “PD&I”, políticas que foram transpondo para as ciências sociais as lógicas industriais do desenvolvimento técnico-científico.

Assim, foram-se impondo às ciências sociais novas lógicas de produtividade que influenciam a agenda da pesquisa cultural e da comunicação.

Essas lógicas afetam, por exemplo, as políticas de “mérito” e fomento do corpo docente, com novas e rígidas formas de avaliação, baseadas em questionáveis algoritmos sobre qualidade e impacto.

Paralelamente, a “academia” foi cedendo os critérios de seleção e fomento de pesquisadores e pesquisadoras às grandes indústrias editoriais. Tende-se, então, a priorizar a pesquisa que melhor se adaptar aos formatos e prazos dos artigos nas revistas classificadas, abandonando outros gêneros, entre eles o livro de ensaio, à custa de ignorar visões de conjunto dos grandes e complexos fenômenos da comunicação/cultura.

As grandes revistas acadêmicas atuam agora como verdadeiras *major*s da difusão científica. Podemos analisar a produção e a difusão da pesquisa sobre comunicação, em suas diferentes escalas, nacionais e internacionais, de maneira semelhante àquela como estudamos as indústrias culturais.

Ainda que as formas de difusão tenham aumentado notoriamente na rede digital e que as iniciativas editoriais das universidades e associações acadêmicas estejam crescendo, a produção que marca tendências e alcança maior escala continua sendo aquela que é difundida através dos grandes eixos editoriais.

E mais, hoje assistimos ao risco de que essa linha de prioridades se estenda acriticamente a outros formatos acadêmicos: aos doutorados, aos mestrados, aos simpósios e aos critérios de organização das associações acadêmicas.

A crescente pressão nas nossas universidades para a realização de teses de doutorado “por compêndio de publicações” é um exemplo dessa corrente de influências. Parodiando a questão, parece que em breve, em vez de obter o título de “doutor pela universidade tal”, será adquirido o título de doutor “por alguma das grandes editoras indexadas”.

As políticas de pesquisa das nossas universidades devem ser adaptadas a essas circunstâncias, mas não deveriam ignorar as contradições decorrentes desses processos. Interpretar criticamente a pesquisa de comunicação significa, hoje, considerar seus aspectos epistemológicos, mas também outros aspectos relacionados às condições de produção e difusão do trabalho científico.

São inúmeros os manifestos, artigos, posicionamentos, mas ainda são muito poucas as medidas corretivas a respeito. Daí o importante papel que corresponde às associações acadêmicas como possíveis corretoras dessas contradições.

O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES ACADÊMICAS

As associações acadêmicas de comunicação, mais do que no caso de outras ciências sociais, desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento do nosso campo de estudos.

Foram decisivas no passado e, ainda hoje, devem continuar ocupando um lugar específico no nosso sistema científico, preservando a sua autonomia e atuando como corretores e contrapeso à homogeneização de critérios das atuais políticas de PD&I.

¹ Apresentação de Luis Ramiro Beltrán no Congresso da AIERI de 1976, em Leicester, "Premisas, Objetos y Métodos Foráneos en la Investigación sobre Comunicación en Latinoamérica", publicado posteriormente em Sociología de la Comunicación de Masas (Moragas, 1985).

O alerta que recebemos de Luis Ramiro Beltrán (1976/1985)¹ no Congresso da Associação Internacional de Estudos e Pesquisa em Informação (IAMCR/AIERI) de 1976, em Leicester, ainda é atual. A ligação entre os núcleos evita o monopólio de ideias e facilita a interpretação global das várias experiências locais.

Nos anos 1970, quando o fluxo de difusão acadêmica era tão ou mais desequilibrado que o fluxo informativo internacional, as associações acadêmicas conseguiram criar uma rede que teve um papel fundamental na correção desse desequilíbrio. O surgimento de cada associação delimitava um grupo, mas também significava a possibilidade de conexão entre os grupos.

As primeiras associações nacionais na América Latina uniam a pesquisa de cada país, mas também permitiam a criação de redes transnacionais.

A Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação (ALAIC) foi fundamental para dinamizar o fluxo acadêmico latino-americano e para estabelecer outros contatos acadêmicos, especialmente entre a Europa e a América Latina.

Com a criação, em 2008, da Asociación Española de Investigación en Comunicación (AE-IC), propunha-se uma plataforma de troca entre as universidades da Espanha, mas também um núcleo de ligação com outras redes, com associações europeias e especialmente latino-americanas, aumentando a cooperação.

A missão específica dessas associações é a colaboração entre a comunidade científica e sua permeabilização, abrindo o campo de estudos à dimensão internacional, vendo as coisas de um lugar (local e nacional), mas compartilhando as experiências em uma comparação global.

DO PRESENCIAL À REUNIÃO ON-LINE

Na época da formação da ALAIC, 1978, os estudos eram difundidos (com notórias dificuldades) através das casas editoriais e das grandes instituições acadêmicas, de claro domínio norte-americano.

Naqueles primeiros anos, sem instrumentos telemáticos, com exceção do telegrama e, depois, o fax, os congressos e os simpósios ("presenciais por definição") foram os grandes locais de criação de rede.

Que área mais estranha, essa da comunicação na América Latina, na qual há tecnologias sofisticadas, mas o fluxo das informações sobre seu estudo continua

passando, tanto ou mais que pelos livros e revistas, pela “cultura oral” dos encontros, dos seminários e por essa outra, também oral à sua maneira, que é a das cartas. (Martín-Barbero, 1988, p. 2)

A generalização da Internet no final do século XX proporcionou a essas associações um novo instrumento de organização: a criação de “constelações acadêmicas em rede”, entre pessoas pesquisadoras, entre grupos de pesquisa, entre universidades, entre associações, com plataformas adaptáveis a todos esses níveis (Caffarel-Serra, 2023).

O desdobramento descritivo é inquestionável, mas o debate agora deve dizer respeito aos desafios teóricos e às finalidades e ideologias da pesquisa.

PARA QUE SERVE A PESQUISA?

Uma questão geral atravessa hoje os estudos universitários de comunicação: para que serve a pesquisa e qual é sua função social?

Para responder a essa questão, devemos distinguir três principais modos de pesquisar que, por sua vez, implicam diferentes posições teóricas e ideológicas.

Por um lado, a pesquisa funcional ou aplicada, destinada a resolver problemas concretos de alguns atores do sistema.

Por outro, a pesquisa (não utilitarista) que se propõe a conhecer o conjunto do sistema social, “conhecer o mundo”, por meio do estudo da comunicação (Williams, Habermas, Luhmann, Hall, Morin, Martín-Barbero, etc.). Está englobada nessa perspectiva a pesquisa crítica, uma possibilidade teórica mais necessária do que nunca quando a comunicação é reconhecida como núcleo do nosso tempo, da sociedade da informação.

Finalmente, uma terceira posição que interessa ou implica as duas anteriores: a dedicada ao reconhecimento do sistema de comunicações (da estrutura da mídia à análise das narrativas), criando a base necessária para o conhecimento das lógicas de produção e dos usos da comunicação.

Quantitativamente, a principal prática de pesquisa sobre comunicação continua sendo a pesquisa funcional ou aplicada, destinada a resolver problemas concretos dos grandes atores do sistema, a facilitar suas estratégias de produção e comercialização. Esse tipo de pesquisa, que conta com muitos recursos, não se propõe a criar conhecimentos de interesse geral e de acesso público. É pesquisa aplicada e confidencial.

Por outro lado, essa pesquisa não utilitarista que se propõe a conhecer o conjunto do sistema social, “conhecer o mundo” por meio do estudo da

comunicação, não pode ser feita sem o apoio de pesquisas específicas sobre a estrutura da comunicação (espaços, tecnicidades, fluxos, convergências, retóricas, usos e efeitos), seguindo a antiga mas ainda lúcida terminologia de Abraham Moles (1967) ao interpretar a dinâmica cultural como um ciclo, da criação ao consumo.

Os estudos de comunicação que pretendam fornecer conhecimentos para uma interpretação global da sociedade (cultura, política, economia) necessitam de conhecimentos parciais sobre os distintos aspectos dessa estrutura, entendida como uma ecologia em transformação.

Isso se tornou mais evidente nos últimos trinta anos, com a digitalização, a irrupção da Internet e a transformação acelerada das comunicações.

AGENDA TEMÁTICA E MULTIDISCIPLINARIDADE NO CAMPO DE ESTUDOS

Os estudos de comunicação foram se configurando como um conjunto de vários subcampos, relacionados entre si em forma de constelação, permitindo várias combinações.

O contínuo crescimento do número de seções temáticas e grupos de trabalho nas associações acadêmicas é um bom exemplo disso.

A constelação temática dos estudos de comunicação foi se formando de acordo com diferentes critérios, influenciados pela tradição de cada contexto:

Por um lado, respondendo a desafios epistemológicos (métodos, teorias, disciplinas) e à construção de “parcelas” dos paradigmas da comunicação (emissores/produtores, conteúdo, canais, receptores/usuários); mas também seguindo grandes temas sociais: grupos (infância, juventude, migrações); problemáticas (saúde, meio ambiente, segurança, política); problemas transversais (opinião pública e democracia, feminismo, midiaticização), dimensões culturais da comunicação (indústria cultural, diversidade); novos problemas (pós-verdade, notícias falsas, inteligência artificial), etc.

Essa parcela deve ser submetida a uma análise crítica de contradições e riscos, integrando cada “fatia” da pesquisa como um todo e evitando que a especialização temática se transforme em isolamento.

Assim, por exemplo, as abordagens feministas, críticas, alternativas e participativas não deveriam ser consideradas como “seções temáticas à parte”, mas como abordagens que interessam a todas as seções.

A multidisciplinaridade já não é algo que interessa unicamente às relações dos estudos de comunicação com outras “disciplinas” (Sociologia, Semiótica,

Economia, etc.), mas também às relações entre os futuros subcampos de pesquisa em comunicação.

Por isso as iniciativas de trabalhos comuns entre seções e grupos temáticos são especialmente estimulantes.

UM DESAFIO ESPECIAL DO SÉCULO XXI: A INTERPRETAÇÃO DAS MUDANÇAS

Nos últimos quarenta anos, a pesquisa em comunicação foi interpelada por um processo excepcional de mudanças estruturais na comunicação, seguindo uma aceleração sem precedentes.

Entre essas mudanças, podemos destacar cinco etapas: o fim da era *broadcasting* (1984-1995), o início da Internet (1996-2000), a generalização das redes sociais (2001-2005), o aumento da conectividade (*smartphone*) (2006-2012) e os novos processos de inteligência artificial (2012-2023).

Do ponto de vista teórico, uma primeira dificuldade consiste em saber identificar a tipologia dessas mudanças e em descobrir até que ponto elas podem afetar nossas formas de organização social e nossa percepção do mundo.

Para interpretar esses fenômenos, proponho distinguir três tipos de mudanças na comunicação (Moragas, 2022):

- Os que afetam as formas e as práticas expressivas de comunicar (da pena à máquina de escrever, desta ao computador, etc.).
- As mudanças que alteram o sistema de comunicações (fotografia, magnetoscópio, radiodifusão, etc.).
- As mudanças, mais irruptivas, que alteram o conjunto do paradigma social (escrita, impressão, eletricidade, digitalização, inteligência artificial).

Estas últimas devem ser distinguidas das mudanças funcionais, aquelas que nos permitem fazer as mesmas coisas, ainda que de uma maneira diferente, mais cômoda ou rápida.

AS MUDANÇAS E A NOVA ECOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

A pesquisa deve agora interpretar as lógicas profundas que essas mudanças implicam, que afetam todas as práticas de comunicação. Nem todas as mudanças são iguais, nem tudo o que é considerado novo o é, de fato. A análise estrutural da comunicação deve agora identificar as alterações que vão

ocorrendo nos (e entre os) elementos do paradigma da comunicação (emissor, conteúdo, canais, receptor).

Longe da antiga definição de comunicação de massa, dirigida a públicos amplos, anônimos, heterogêneos e dispersos, de centros de comunicação centralizados, para além das primeiras experiências da telemática, a digitalização influencia agora todos os processos de mediação, facilitando inúmeros fenômenos de convergência, e não só entre os diferentes meios de comunicação (imprensa, rádio, televisão, cinema, Internet), mas também entre eles e outros sistemas de comunicação (telefone, *tablets*, salas de reunião). Tudo isso em um novo ambiente caracterizado pelo uso da tela como terminal de recepção.

O modelo de Lasswell está tão distante!

A mediação tecnológica já não é apenas coisa dos *mass media*, mas também constitui um aspecto fundamental da comunicação pessoal e grupal, com muitas semelhanças entre as práticas comunicativas profissionais e as não profissionais, com uma série de efeitos culturais e educativos.

O telefone celular, ou *smartphone*, a ferramenta do século XXI, unifica as práticas do trabalho, da vida diária, da formação, do entretenimento e da informação.

McLuhan referiu-se às repercussões que as mudanças nos meios de comunicação (imprensa, televisão) poderiam ter no modelo de sociedade (*aldeia global*). Agora o que se produz é antes uma mudança no ambiente tecnológico da comunicação humana que afeta, também mas não unicamente, os meios de comunicação.

No meu livro *Interpretar la Comunicación* (Moragas, 2011), referi-me ao “paradigma da comunicação digital” apontando a nova centralidade que a produção de conteúdo estava adquirindo diante das novas formas de acesso à informação, com receptores que vão diretamente buscar a informação no grande “empório digital” de conteúdo.

No início da era digital, vimos como a centralidade (o poder) da comunicação ia se deslocando da difusão (era broadcasting) para a produção, reorientando o olhar para a direção oposta, do receptor para o emissor ou, mais especificamente, do receptor para o “empório digital” de conteúdo.

No século XXI, a centralidade da comunicação sofreu um novo deslocamento, agora da produção de conteúdo até o controle dos dados acumulados nos usos da informação. O empório digital (agora denominado nuvem) já não é unicamente um lugar para buscar conteúdo, mas o grande mercado onde é controlada e processada toda a informação fornecida – voluntária ou involuntariamente – pelos usuários da informação.

O Big Data e a nova mudança de paradigma

Dos formatos próprios da comunicação de massa do século XX, foi-se passando ao que podemos denominar “personalização massiva da comunicação”, ou seja, à informação personalizada (em conteúdo, mas também em tempo e lugar de consumo), destinada a um mercado massivo de pessoas.

A grande memória digital de conteúdo já não é um simples repositório, mas uma “inteligência” capaz de calcular e propor soluções. Pode nos indicar a necessidade de mudar de carro ou de computador, a falta de alguns alimentos na nossa geladeira, pode orientar a nossa agenda cultural e, inclusive, sugerir voto nas próximas eleições.

No entanto, devemos proceder com cautela na interpretação das mudanças, evitando nos influenciar pelas ideias promocionais das empresas de novas tecnologias, apresentadas desde o início como uma contribuição à participação e à democratização, mas que posteriormente vão se orientando para a recentralização e a comercialização das suas prestações (Wu, 2016).

A história da comunicação nos mostra como se desvaneceu o efeito deslumbrante da aparição das redes sociais, aceitas acriticamente como instrumentos que favoreciam – diretamente – a democratização. A tarefa da pesquisa é contrastar o desenvolvimento das tecnologias da comunicação com seus verdadeiros impactos na organização e no controle social.

O COMPROMISSO DA TEORIA COM AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

Finalmente, nosso trabalho acadêmico deverá traduzir-se em transferência de conhecimentos para as políticas de comunicação, em seu sentido mais amplo de ação cívica e democratização. Esse compromisso, que esteve presente desde a criação das associações acadêmicas nos anos 1970 e 1980, continua plenamente válido.

A pesquisa acadêmica teve um papel decisivo na fundamentação das políticas nacionais de comunicação e da nova ordem internacional da comunicação, concretizada no Relatório MacBride.

Nas décadas seguintes, também do âmbito acadêmico, surgiram novas ideias sobre o uso das tecnologias para a comunicação horizontal, construiu-se um discurso propositivo sobre as políticas para a diversidade cultural e abriu-se a brecha de novas teorias sobre a convergência entre as políticas de comunicação e as políticas culturais.

Não se apostava unicamente em políticas “nacionais” (leia-se “estatais”) de comunicação, mas também em políticas aplicáveis a outros diversos níveis:

regionais, locais, urbanos e comunitários. O trabalho teórico foi decisivo na construção desses projetos.

A pesquisa contribuiu com o empoderamento e a construção de processos de comunicação para a mudança social, não para a dependência.

No atual novo contexto de mudanças digitais, esses desafios não apenas permanecem em vigor, mas são mais prementes do que nunca.

As exigências básicas das políticas de comunicação no século XX, tais como a garantia do pluralismo, a necessidade de evitar as desigualdades e os desequilíbrios no acesso à informação, a defesa da liberdade de expressão, o planejamento da comunicação para o desenvolvimento e a contribuição dos meios para a diversidade cultural, continuam plenamente atuais na nova era da Internet e do *Big Data*.

O que é novo – e deve ser objeto de pesquisa – são as lógicas que derivam da rapidez com que ocorrem essas mudanças, uma rapidez que escapa do poder político e passa a ser controlada pelas grandes multinacionais do setor, orientadas pelos excepcionais recursos de pesquisa e planejamento de que dispõem.

Nesse novo contexto, as políticas de comunicação devem acrescentar à sua agenda alguns temas-chave, como a defesa da neutralidade da rede e a redefinição do conceito de liberdade de expressão, a regulação da gestão de dados pessoais e a transparência dos seus algoritmos, a proteção do direito a não ser extorquido pela rastreabilidade dos dados capturados nas nossas ligações na Internet, a defesa cidadã contra a manipulação e a circulação de falsas notícias, os riscos que as novas bolhas de recepção representam, etc.

Estamos indo rumo a uma Internet discriminatória, vasta para poucos, mas com acesso restrito e direcionado, à baixa velocidade, para a maioria?

As novas políticas de comunicação devem propor linhas propositivas adaptadas a essa nova ecologia da comunicação, especialmente com a redefinição dos serviços públicos de informação na era digital, o uso das tecnologias para a participação e a mobilização social e outras iniciativas como a alfabetização tecnomidiática, agora mais necessária do que nunca.

PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, ÁRVORES E FLORESTA

Nas últimas décadas, assistimos a um surpreendente aumento de pesquisas monográficas dedicadas aos mais diversos aspectos da comunicação. No entanto, temos um grande vazio em relação ao conhecimento das mudanças na comunicação e seu futuro.

Diante de tantas pesquisas monográficas (setoriais), publicadas em revistas especializadas, estimuladas pelo atual sistema de promoção acadêmica, enquanto os ensaios teóricos diminuem, nos perguntamos se as árvores, plantadas por toda parte, não estão nos impedindo de ver a floresta.

Fazendo um paralelo com a antropologia cultural, diríamos que os inúmeros estudos etnográficos têm um propósito e devem nos conduzir ao desenvolvimento de visões de conjunto (etnologia).

Neste artigo, propusemos distinguir a pesquisa dedicada ao reconhecimento do sistema de comunicações (da estrutura dos meios à análise das narrativas) e a pesquisa que se propõe a conhecer o conjunto do sistema social, “conhecer o mundo” através da comunicação. A segunda precisa do desenvolvimento da primeira, mas a primeira será incompleta se não nos permitir avançar na segunda.

Essa preocupação não deveria orientar apenas a prática da pesquisa como também a formação universitária, para que possamos responder positivamente quando nos perguntam: professor(a), para que serve a teoria da comunicação? ■

REFERÊNCIAS

- Beltrán, L. R. (1985). Premisas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en Latinoamérica. In M. de Moragas (Ed.), *Sociología de la comunicación de masas* (pp. 127-171). Gustavo Gili. (Trabajo original publicado en 1976)
- Bolaño, C. (2015). ALAIC 2009-2014 y el futuro del pensamiento comunicacional latinoamericano. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 11(21), 230-241.
- Caffarel-Serra, C., Lozano, C., Gaitán Moya, J. A., & Piñuel Raigada, J. L. (2023). *Mapcom: Quince años de investigación sobre comunicación en universidades españolas*. Comunicación Social.
- Fuentes-Navarro, R. (2008). *El campo académico de la comunicación: 25 años de fermentación*. Iteso.
- Fuentes-Navarro, R. (2016). Cuatro décadas de internacionalización académica en el campo de estudios de la comunicación en América Latina. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”*, 9(2), 8-26.
- Marques de Melo, J. (2004). Los tiempos heroicos: Formación de la comunidad latinoamericana de ciencias de la comunicación. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 1(1), 10-21.

- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones*. Gustavo Gili.
- Moles, A. (1967). *Sociodynamique de la culture*. Mouton.
- Moragas, M. (Ed.). (1985). *Sociología de la comunicación de masas*. Gustavo Gili.
- Moragas, M. (2011). *Interpretar la comunicación*. Gedisa.
- Moragas, M. (2022). *La comunicación y sus cambios. De los orígenes al móvil*. Aldea Global.
- Wu, T. (2016). *El interruptor principal. Auge y caída de los imperios de la información*. FCE.

Artigo recebido em 30 de outubro de 2023 e aprovado em 22 novembro de 2023.

Jornada da comunicação latino-americana rumo à sua internacionalização

Journey of Latin American communication towards its internationalization

DELIA CROVI DRUETTA^a

Universidade Nacional Autônoma do México. Cidade do México – México

RESUMO

O objetivo deste artigo é revisar os desequilíbrios e desafios da internacionalização do campo dos estudos de comunicação na América Latina. Na região, a força dos programas universitários de estudos de comunicação geralmente leva à criação de associações acadêmicas nacionais, promotoras da internacionalização. No entanto, esse processo, longe de ser tranquilo e sem contradições, é condicionado pelas influências de organizações e tendências internacionais ou nacionais, pela disparidade entre as nações, bem como pela fragmentação e dispersão dos produtos de pesquisa.

Palavras-chave: Comunicação, pesquisa, fragmentação, dispersão

^a Mestre em Comunicação e Doutora em Estudos Latino-americanos, Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Ex-presidente da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4806-2265>. E-mail: crovidelia@gmail.com

ABSTRACT

The purpose of this article is to review the imbalances and challenges that the internationalization of the field of communication studies in Latin America has presented. In the region, the strength of university communication study programs generally leads to the creation of national academic associations, promoters of internationalization. However, this process, far from being smooth and without contradictions, is conditioned by the influences of international or national organizations and trends, the disparity between nations, as well as the fragmentation and dispersion of research products.

Keywords: Communication, research, fragmentation, dispersion

ESTAS REFLEXÕES TÊM o objetivo de articular dois suportes institucionais fundamentais para a internacionalização do campo de estudos latino-americanos da comunicação: os programas de ensino de graduação e pós-graduação, e as associações acadêmicas nacionais e internacionais desse campo. Consideramos a educação superior a origem de um processo posterior, onde estão situados a pesquisa e a disseminação do conhecimento.

Um olhar retrospectivo permite afirmar que educação e pesquisa estão diretamente ligadas e que a força dos programas de estudos de comunicação geralmente leva à criação de associações acadêmicas nacionais. Essas associações serão elo e pilares da pesquisa para sua internacionalização, por meio de trabalhos conjuntos, publicações e encontros acadêmicos. No entanto, esse processo tem apresentado disparidades e desafios que dificultam uma melhor articulação de ações para fortalecer a presença internacional da pesquisa realizada na América Latina.

Não se trata de uma análise histórica, para a qual já existem vários trabalhos criteriosos e inspiradores (Beltrán, 1975, 2000, 2007; Fuentes-Navarro, 1991, 2014; León-Duarte, 2001; Marques de Melo, 1998, 2009, 2010; Vizer & Vidales, 2016, entre outros), mas de uma revisão de tendências políticas nacionais e internacionais que foram estopim para o rumo e transformação desse campo na região. Com uma leitura geral dessa jornada, são destacados alguns casos representativos.

É comum pensar na América Latina como uma identidade única e sólida, entretanto, como sugere Claudio Magris (2008), a identidade é reconfigurada na medida em que nos aproximamos das diversas realidades nacionais, regionais e locais. Nessa região observamos características compartilhadas, por exemplo, no início do século XIX vários processos de independência da França, Espanha e Portugal começaram; colonizações europeias e norte-americana marcaram o predomínio de duas influências importantes: a latina e a saxã; o espanhol é o idioma dominante, mesmo com variações na fala que lhe conferem cor e riqueza (Saussure, 2016); a região tem sido vítima de recorrentes crises econômicas e políticas; organizações e países hegemônicos traçaram alguns caminhos que estão alinhados aos seus interesses, mas não aos da América Latina. Neste cenário, são observadas particularidades e diferenças profundas no campo científico que geram ações de cooperação ou de competição. Tamanhos e sonhos diferentes que se unem e se repelem ao mesmo tempo (Caparrós, 2021).

Nas ações ligadas à comunicação são identificados reagrupamentos de identidades em sub-regiões, bairros territoriais, semelhanças culturais ou apenas a oportunidade de realizar trabalhos conjuntos. É por isso que a internacionalização do campo dos estudos da comunicação na América Latina é articulada

de acordo com as realidades locais, nacionais e regionais que recebem a influência de fatores históricos, econômicos, políticos e culturais tanto locais quanto transnacionais. E como resultado surgem três constantes que a caracterizam: disparidade entre as nações, fragmentação e dispersão dos produtos de pesquisa.

Nesse cenário, pensar no processo de internacionalização do campo de estudo da comunicação exige analisar a articulação dos programas de estudo e a atividade de pesquisa, bem como o papel das associações acadêmicas como suportes fundamentais para a disseminação e intercâmbio de conhecimento. Educação, pesquisa e disseminação do conhecimento são, portanto, atividades complementares e interligadas.

SOBRE OS PROGRAMAS INICIAIS

É necessário salientar que a disparidade entre os países latino-americanos começa nos sistemas e políticas nacionais de ciência, tecnologia e educação, que condicionam a formação e a pesquisa em comunicação, para que o intercâmbio de conhecimentos alcance diversas nuances. Tais diferenças geram desafios quando processos de criação e disseminação de conhecimento devem ser realizados em nível internacional, o que historicamente tem produzido presenças desiguais, destacando algumas trajetórias mais robustas do que outras. No entanto, as singularidades nacionais estão se tornando mais uniformes com a globalização, por meio de diretrizes internacionais com repercussões nacionais que criaram coincidências nos programas educativos, de bolsas de estudo, financiamento para pesquisas e avaliações, algo que não existe no início de um novo campo.

Ainda que não estejam totalmente identificados e nem exista um registro específico dos primeiros programas de formação em comunicação, é possível afirmar que a sua origem comum foi o estudo do jornalismo. Há referências, imprecisas, sobre alguns cursos ou programas sistemáticos de ensino do Jornalismo, que podem ser situados nas décadas de 1920 e 1930.

Impulsionados pelo interesse permanente em registrar as origens do campo em 2016, foi aproveitada a presença de pesquisadores e acadêmicos de vários países da região durante a realização do XIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIIC), no México, para organizar o debate “Tecendo nossa história”. Pesquisa da Comunicação na América Latina. Foi realizado nos dias que antecederam o congresso, com o apoio da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e o apoio total da ALAIIC. Foi um espaço de reflexão que permitiu recuperar parte da memória do início do campo, visto que participaram representantes de 11 países.

Nesse encontro constatamos que o ensino do jornalismo foi, sem dúvida alguma, o que marcou esses primórdios que depois se expandiu para a comunicação. As contribuições dos participantes foram reunidas na obra que leva o mesmo nome do debate (Crovi Druetta & Trejo Delarbre, 2018) e que oferece tanto informação derivada de experiências diretas de alguns dos autores quanto pesquisas em publicações locais, registros ou referências sobre as origens do campo. Na maioria dos países representados há registros de programas de formação, pesquisas e publicações com tom descritivo sobre a atividade jornalística. Essas obras, infelizmente, circularam de forma limitada e sem continuidade. Foram trabalhos que não buscaram se internacionalizar (mas também não havia como fazer isso), mas que tinham o objetivo de registrar.

A evolução do papel social do jornalismo, e o surgimento do que hoje reconhecemos como conglomerados midiáticos, levaram a um redimensionamento da comunicação. A partir desse novo lugar começará uma contínua fragmentação do seu estudo em seus diferentes níveis, bem como em temas e subtemas que se multiplicarão conforme a influência comunicativa se expande nas práticas sociais, acompanhadas de incessantes inovações tecnológicas.

Como se sabe, as origens dos estudos do campo da comunicação contaram com importantes contribuições de disciplinas afins (educação, sociologia, ciência política, economia, antropologia, semiologia, entre outras), que contribuíram com sua análise. Entretanto, algumas vezes confundiram o objeto central do estudo da comunicação, devido ao fato de que a perspectiva migrou para explicações mais alinhadas com outras disciplinas do que com o próprio jornalismo ou comunicação. Este olhar multidisciplinar inicial seria uma constante na evolução da pesquisa comunicativa, que nem sempre teve a sua importância reconhecida, embora essa situação tenha permitido que o campo se abrisse para olhares transdisciplinares.

Em resumo, é possível afirmar que, nas origens dos estudos da comunicação, houve vários programas de ensino do jornalismo. A prática profissional foi objeto de reflexões situadas sobre as características do seu exercício e os atores intervenientes foram as análises locais, descritivas e sem objetivo de internacionalização. Vale ressaltar que também foram detectadas as primeiras associações do ramo criadas por jornalistas, algumas das quais tiveram seus próprios programas de estudo cujo objetivo central foi a consolidação do grêmio e sua defesa.

A EXPANSÃO DO CAMPO

Como resposta ao reposicionamento social que o jornalismo está vivendo, ele desperta grande interesse e é colocado em um novo lugar social. No fim

da década de 1950 e na década de 1960 já é visível a expansão dos programas de formação na América Latina. Sempre considerando as disparidades existentes entre as nações, em algumas delas foram abertas carreiras de jornalismo que mais tarde se tornariam de informação, comunicação ou similares. A partir dessas mudanças surge uma primeira expansão dos estudos do jornalismo, caracterizada pelo interesse dos próprios informantes em ter uma boa formação.

De acordo com Raymond Nixon (1982)¹, os jornais *La Prensa* e *La Nación*, na Argentina, desde 1901 patrocinaram uma escola de jornalismo que poderia ser a primeira na região. Em 1936, na Colômbia, começam cursos de Jornalismo na Pontifícia Universidade Javeriana. No fim da década de 1930, na Universidade do Rio de Janeiro, no Brasil, foram oferecidos cursos de jornalismo promovidos pela Associação Brasileira de Imprensa, acordados pelos órgãos governamentais da época (Nixon, 1982). Também é necessário dizer que, na Argentina em 1934, a Associação de Jornalistas de La Plata cria a Escola Superior de Jornalismo da Universidade de La Plata, uma das mais antigas e persistentes da América Latina.

Na década seguinte surgem várias iniciativas de ensino: 1945 no Peru e Equador, 1947 na Venezuela, 1952 na Guatemala, 1953 no Chile, 1954 em El Salvador. Também na Cidade do México, uma experiência inicial se destaca: a Escola de Jornalismo Carlos Septién, fundada em 1950 e que até hoje se dedica a formar jornalistas. Por sua vez, a Universidade Nacional Autônoma do México começa a oferecer a carreira de Jornalismo em 1951, que mais tarde teria duas atualizações.

De acordo com José Marques de Melo (2009), importante promotor da internacionalização da pesquisa na comunicação, foi realizada uma reunião preliminar para o que seria a real expansão do ensino de jornalismo. No fim dos anos quarenta, a Organização das Nações Unidas (ONU), a partir das Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), começa a promover esses estudos com o objetivo de ajudar os países subdesenvolvidos no período pós-guerra. Declara interesse pelo jornalismo e organiza o Primeiro Encontro Internacional de Especialistas em Ensino do Jornalismo, realizado em Paris em 1953 (Unesco, 1958). No relatório desse encontro, é considerada tanto uma incipiente preocupação com a gestão técnica necessária para a profissão quanto a revalorização do lugar social dos meios de comunicação da época: imprensa, rádio, cinema e televisão que são considerados fundamentais para a formação da opinião pública e, além disso, é apresentada uma importante preocupação com a liberdade de expressão. Ambos os temas seriam de grande interesse nas reflexões da época e, ao longo

¹ Raymond Nixon foi um ator e um autor chave para o Centro Internacional de Estudos Superiores em Jornalismo para a América Latina (CIESPAL) (www.ciespal.org). Seu trabalho era focado na formação de jornalistas baseado no modelo norte-americano de comunicação de Aristóteles, mesmo que enfatize a intencionalidade do emissor e as condições de recepção.

dos anos, o campo da comunicação seria encarregado de renová-los de acordo com as novas abordagens.

A pluralidade de países e organizações representadas se destacam nessa reunião, o que, com certeza, contribuiu com uma visão ampla sobre o jornalismo a partir de experiências empíricas e análises sobre o desempenho profissional. Vale ressaltar que, nas suas recomendações finais, é enfatizada a necessidade de moldar jornalistas profissionais, mestres para o campo, bem como promover a pesquisa nacional e internacional e criar centros regionais. O primeiro seria estabelecido na Universidade de Estrasburgo, na França, em 1956.

Depois desse primeiro encontro e continuando com os seus objetivos, em 1958 durante a X Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, é moldado o que seria o verdadeiro estopim da primeira tendência expansiva no ensino do jornalismo na América Latina. Foi nessa época que foi aprovada a fundação do Centro Internacional de Estudos Superiores em Jornalismo para a América Latina, hoje chamado Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina, que conhecemos como CIESPAL. Este centro começou a funcionar em outubro de 1959, em Quito, no Equador, após um acordo entre a própria Unesco, o Governo do Equador e a Universidade Central desse país.

O CIESPAL atuou como matriz dos programas de jornalismo que começaram a ser ofertados na região a partir da década de 1960 e, também, para os cursos de atualização oferecidos a alguns docentes convidados. Além dos programas, os estudantes foram duplamente influenciados pelos professores atualizados naquele centro e pela bibliografia disponível, composta por autores norte-americanos com uma visão funcionalista do jornalismo, bem como uma alta valorização do paradigma da transmissão persuasiva, o que facilitou algumas infelizes colonizações por meio de líderes intermediários.

Como parte das atividades acadêmicas da Cátedra Unesco da Universidade Javeriana da Colômbia, o importante pesquisador catalão Miquel de Moragas entrevista o também ilustre estudioso Jesús Martín-Barbero (Directo Bogotá, 2014). Além da riqueza desse diálogo, também destaca a perplexidade mostrada por Martín-Barbero quando ele conta que, em um curso que CIESPAL o convidou, encontrou ali apenas um livro que não era de autor norte-americano: o livro do sociólogo francês Joffre Dumazedier (1962) que se refere à civilização do ócio. Esse centro distribuía uma coleção bibliográfica composta por esses autores norte-americanos, exceto Dumazedier. Chama a atenção a presença de Raymond Nixon na bibliografia e em algumas das primeiras pesquisas sobre a imprensa latino-americana, que mais tarde publicaria documentos sobre o

começo dessa expansão do campo, textos a partir da sua experiência própria e ativa no CIESPAL.

Mesmo quando outras colonizações foram adicionadas, a partir da sua sede no Equador, o CIESPAL decantou ensino, marco conceitual e exercício profissional com perspectivas baseadas no modelo estadunidense de ensino do jornalismo. Dessa forma, os parâmetros que marcaram e moldaram os passos desse crescimento do campo partiram do Equador, promovendo uma incipiente internacionalização em educação e pesquisa desde a sua sede.

Entretanto, a América Latina, de fato, contestou parcialmente essa matriz, oferecendo outras perspectivas para a análise comunicativa. Destacam-se duas propostas que contestaram as atividades de pesquisa: a capacidade de ler a realidade social em oposição à onipotência midiática e sua concentração mediante o que, mais tarde, iria compor a economia política da comunicação (Muraro, 2014), bem como as contribuições valiosas do brasileiro Paulo Freire (1968, 1986, 1987) que, desde a década de 1960, plantou a semente do diálogo e a horizontalidade comunicativa, que está em vigor até hoje. Temas como a comunicação educativa com caráter horizontal e dialógico, a comunicação alternativa, a economia política da comunicação ou o amplo interesse sobre o lugar do público engajado nos meios de comunicação tradicionais e digitais (Martín-Barbero, 1987) seriam algumas das contribuições específicas da América Latina para o campo a partir desse registro reflexivo sobre a realidade circundante que não cessou.

A Escola do Círculo de Jornalistas Esportivos da cidade de Buenos Aires, criada em 1960 e ativa até hoje, é um exemplo dessa segunda onda expansiva que o CIESPAL provocou. Seis anos depois, na cidade de Rosário, a Universidade Católica Argentina iniciou uma graduação em Jornalismo e Ciências da Informação que, devido a inúmeros protestos políticos e sociais que aconteceram em 1969 e 1972, passou a depender e a ser ministrado até hoje na Universidade Nacional de Rosário.

Enquanto isso, no Brasil se destaca a Escola de Comunicação Cultural, criada em junho de 1966 e integrada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Atualmente, o Brasil tem uma força enorme no campo da comunicação, que se expressa tanto pelas inúmeras escolas de comunicação que abordam diferentes ramos do campo quanto pela consistente estrutura e produção em pesquisa.

A graduação em jornalismo oferecida pela UNAM desde 1951 segue os passos dessa expansão, mas com duas atualizações: na década de 1960 foi denominada Jornalismo e Comunicação Coletiva e em meados da década seguinte se transformou na graduação em Ciências da Comunicação, em vigor até hoje. No México também se destaca a graduação em Ciências e Técnicas da Informação, hoje

chamada de Comunicação, oferecida desde a década de 1960 pela Universidade Ibero-Americana, católica, administrada por jesuítas. Em 1967, o Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores do Ocidente (ITESO), da Universidade Jesuíta de Guadalajara, fundou a Escola de Ciências da Comunicação.

Na década de 1960, na Universidade Central da Venezuela, é criada a carreira de Comunicação Social, que mais tarde se transformaria em um importante centro acadêmico que promoveria pesquisas e publicações sobre o campo. Além desses exemplos, há os de outros países que, juntos, estabeleceram uma tendência a partir do CIESPAL na década de 1960, para a formação de jornalistas que se tornariam programas de comunicação: Nicarágua, 1960; Panamá, 1961; Paraguai, 1965; Costa Rica e Bolívia em 1960; Uruguai e Honduras em 1970 (Nixon, 1982). De acordo com Raymond Nixon, calcula-se que surgiram 170 programas acadêmicos de Jornalismo na América Latina entre 1970 e 1980. Esse número, certamente, não é completo e nem considera escolas particulares e religiosas que receberam outras influências.

Com esse crescimento, o campo institucionalizou o seu ensino, principalmente no nível de grau universitário, o que provocaria, em pouco tempo, a urgência de realizar pesquisas e encontros acadêmicos propícios para compartilhar descobertas. Para esta implementação inicial, que foi protagonizada pelas universidades mais importantes de cada país, foram adicionados, sem descanso e até hoje, novos programas de diferentes níveis de qualidade acadêmica e duração que colocaram a comunicação entre os estudos da moda. Uma base educativa mais ou menos sólida e significativamente ampliada seria a plataforma de lançamento da pesquisa em comunicação, embora sua internacionalização fosse vítima da dispersão e fragmentação, bem como das diferenças marcantes entre as políticas públicas nacionais.

Por plantarem o interesse pelos temas em ascensão, ao mesmo tempo que despertaram o desejo por esse tipo de atividades acadêmicas e sua disseminação, os encontros locais e regionais aumentaram. Entre eles se destacam dois congressos internacionais significativos para o incipiente processo de abrir fronteiras para o compartilhamento de ideias. Estes encontros foram a IX Reunião Anual da Associação Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Informação (AIERI/IAMCR), e a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação na América Latina e no Caribe, convocada pela Unesco.

Em setembro de 1972, na cidade de Buenos Aires, Argentina, foi realizada a IX Reunião Anual da Associação Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Informação, AIERI, (Association Internationale des Etudes et Recherches sur l'Information et la Communications) siglas em francês do que hoje conhecemos como IAMCR (International Association for Media and Communication

Research), liderada por James Halloran naquela época. Essa reunião, patrocinada pela Unesco, abordou o tema Comunicação e Desenvolvimento (Cimadevilla, 2021), um tópico que ainda seria muito pesquisado na região.

Ao escolher essa sede, Unesco e IAMCR optaram pelo sul da América Latina², abrindo, com isso, um espaço para refletir sobre a possibilidade de compartilhar saberes sobre a comunicação. Naquela época, os meios de comunicação estavam lançando as bases dos sólidos conglomerados que conhecemos hoje e, também, contribuindo para um período que ainda não terminou, cuja comunicação ocupa um lugar importante nas práticas sociais.

Chama a atenção que essa sede tenha sido a escolhida, considerando que o ambiente político estava cheio de intenções militaristas e golpistas. Nas décadas de 1960 e 1970, a América Latina passou por um total de 22 golpes de Estado, algo que marcou muitas vidas. De 1960 a 1969 houve 12 golpes e de 1970 a 1980, 10 golpes (Crovi Druetta & Trejo Delarbre, 2018). Por causa desses golpes, acadêmicos migraram da região, o que se tornou um estímulo involuntário e difícil para o compartilhamento de conhecimento e trabalhos entre pares em nível regional e internacional.

Seis anos depois, em julho de 1976, seria realizada em San José, na Costa Rica, a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação na América Latina e no Caribe, convocada pela Unesco. Essa conferência, enquadrada no ambiente reivindicativo da Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (NOMIC), apontava para os desequilíbrios internos e externos da informação para países em desenvolvimento. As políticas de comunicação eram tema de grande interesse e, naquela época, eram consideradas um conjunto integrado, explícito e duradouro de políticas parciais de comunicação aplicáveis em nível nacional. Essas políticas também eram consideradas capazes de orientar as instituições dedicadas à comunicação, bem como o exercício profissional, alimentando a comunicação para o desenvolvimento (Beltrán, 1974).

Mesmo com muitas dificuldades para impactar na vida real, as políticas de comunicação e a comunicação para o desenvolvimento foram temas que, junto com o interesse que a Unesco manifestou por eles, foram incorporados às agendas de pesquisa. Como resultado, foram desenvolvidos trabalhos importantes sobre legislações e políticas públicas nacionais que favoreceram comparativos entre países, bem como reflexões sobre o vínculo da comunicação com o desenvolvimento, que seria interpretado a partir de diferentes perspectivas ideológicas. Estes e outros encontros acadêmicos abrem o caminho, que a Unesco possibilitou, para a América Latina e outras regiões do mundo rumo ao Relatório MacBride, frustrado em suas intenções, porém parte de uma exploração destinada a reconhecer as condições necessárias para alcançar uma nova ordem política,

² Armand Mattelart a menciona em um de seus textos e comenta que alguns dos acadêmicos participaram desse congresso com o interesse de, no futuro, conhecer a experiência chilena, que continua viva e ativa. Para aqueles que vieram de lugares remotos, somar 1.400 quilômetros na viagem para cruzar a Cordilheira dos Andes não parecia muito, mesmo com as comunicações aéreas da época. Um ano depois, Salvador Allende seria assassinado em La Moneda. Em 1976, a Argentina sofreria um golpe sangrento de Estado, que causou 30.000 desaparecimentos.

econômica e social global em construção. Dois representantes latino-americanos, Gabriel García Márquez, colombiano, e Juan Somavía, chileno, participaram representando a região. O livro *Um Mundo e Muitas Vozes: Comunicação e Informação na Nossa Época* (MacBride, 1980), mais conhecido como Relatório MacBride, aparece justamente quando começaram a ser implementadas ações projetadas para colocar o modelo político-econômico neoliberal no centro do mundo. Dessa forma, os objetivos de cooperação e apoio ao desenvolvimento dos países emergentes promovido pela Unesco mudariam de rumo por outro em que o Estado perde sua hegemonia e o livre mercado se apropria das práticas sociais, junto com os grandes conglomerados. Nessa peripécia, a luta por uma ordem mundial de informação mais equilibrada também é perdida.

Nesse período, destaca-se a importância que a NOMIC alcançou na busca de uma Nova Ordem Econômica Internacional, colocando a comunicação entre os temas de maior interesse e repercussão social. Mesmo que o objetivo de alcançar uma nova ordem de informação mais equilibrada e solidária não tenha sido alcançada, passou a ser outro tema recorrente de estudo, abordado a partir de várias perspectivas comunicativas.

Durante esse período expansivo, a ênfase continuou sendo colocada no ensino, mas a preocupação de iniciar um tipo de pesquisa que já não seria apenas de práticas jornalísticas, mas que englobasse estudos empíricos locais com o objetivo de serem compartilhados em nível nacional e internacional, foi sustentada de fora. Como é possível perceber nos parágrafos anteriores, a Unesco daquela época depositou um grande interesse pelo estudo da comunicação em sua dimensão social, buscando informações mais equilibradas. Nos anos seguintes, continuou demonstrando esse interesse, embora com abordagens diferentes sobre informação e comunicação.

NOVOS PARÂMETROS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na década de 1970, foram apresentadas novas diretrizes educativas em nível internacional que impactaram todas as áreas de conhecimento, marcando também uma reviravolta no desenvolvimento dos estudos universitários de jornalismo e comunicação. Nessas novas orientações é possível identificar a divulgação dos cursos de pós-graduação, da criação de sistemas de bolsas de estudo para alunos desse nível e, mais tarde, a criação de instituições públicas dedicadas a apoiar a pesquisa acadêmica. Recursos também foram disponibilizados para docentes, pesquisadores e estudantes universitários para realizarem estádias de pesquisa. Como correlato, seriam criadas normas de avaliação, com tendência

crescente à medição quantitativa da produção acadêmica, perspectiva que tem sido criticada copiosamente.

Desde então, as bolsas de estudo para os cursos de pós-graduação permitem que os estudantes mantenham uma carreira de formação mais longa e ampla, com o objetivo de garantir a conclusão desses estudos que apresentavam desistências frequentes. Ainda que tenha recebido opiniões negativas por ser considerada uma espécie de paliativo diante da falta de empregos para jovens recém-formados na graduação, é um recurso governamental bem-sucedido porque oferece a oportunidade de cursar uma pós-graduação para aqueles que não poderiam cursar devido a razões econômicas. Também foi e é uma entrada para o aprimoramento da pesquisa do campo, uma vez que as teses começaram a fazer parte do circuito de publicações em revistas, lembranças de encontros em que eram apresentadas como propostas e em livros, ampliando a agenda de temas a serem estudados. Em resumo, essas transformações foram encorajadoras para alcançar uma maior profissionalização, bem como para que os alunos atualizem e utilizem diversos recursos teóricos e metodológicos. Apoiados pelos tutores docentes, o processo de pesquisa passou de uma simples descrição para uma estratégia planejada, cuidada e sistemática.

Essas transformações repercutiram no âmbito profissional, que em pouco tempo começou a exigir o grau de mestre ou doutor para certas vagas. Além disso, houve um aumento na demanda para ingresso nos cursos de pós-graduação, portanto algumas universidades públicas começaram a aplicar sistemas de seleção subordinados à incapacidade de cobrir todas as bolsas de estudo solicitadas. Nas universidades particulares, o custo, como antes, foi o filtro principal.

As diretrizes internacionais para a educação superior da década de 1970, algumas surgidas desde a Unesco, constituem a origem e transformação das mais importantes dinâmicas políticas, institucionais e culturais latino-americanas a nível de pós-graduação. O apoio econômico estimulou a pesquisa e a mobilidade acadêmica, aumentou o interesse para cursar uma pós-graduação e marcou o início de uma internacionalização mais franca das pesquisas em comunicação da América Latina, que um punhado de pesquisadores importantes da região já tinham começado. Esses processos abriram um amplo leque de abordagens para a comunicação, multiplicaram o interesse pelo intercâmbio internacional por meio de estadias, publicações ou assistência para encontros acadêmicos. Também foram motivo de uma maior fragmentação de temas e sua dispersão.

Paralelamente à urgência de novas normas e práticas educativas, na década de 1970 surgiram associações profissionais de comunicação nacionais e internacionais, promotoras fundamentais no compartilhamento de saberes e na abertura de estudos propostos para além das fronteiras nacionais.

Seu objetivo foi estimular a pesquisa científica da comunicação, que até então era pouco sistemática e descritiva. Antonio Pasquali sempre repetia que devíamos nos tornar interlocutores válidos diante dos órgãos de decisão política, e essas associações também tiveram esse chamado, que nem sempre foi alcançado.

Entre outras associações, destacam-se: em abril de 1974 é criado o Instituto de Pesquisas em Comunicação da Venezuela (ININCO), cujo primeiro diretor foi, justamente, Antonio Pasquali. O seu anterior foi o Instituto de Pesquisa de Imprensa, criado em 1958. Três anos depois, em dezembro de 1977, foi fundada a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) em São Paulo, Brasil, uma associação brasileira de comunicação, hoje a mais sólida e robusta da região. A ALAIC surge em Caracas, na Venezuela, em 1978, promovida por importantes acadêmicos da América Latina. A ALAIC representa uma nova oportunidade na busca de organizar regionalmente a pesquisa da comunicação e do relacionamento entre pares, participação em congressos e publicações. Com objetivos semelhantes, no dia 24 de abril de 1979 nasce a Associação Mexicana de Pesquisadores da Comunicação (AMIC), pilar da disseminação da pesquisa no México e lugar de encontro acadêmico. Já na década seguinte, no ano de 1981, é integrada a Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social (FELAFACS), muito importante para a região porque promoveu encontros internacionais e publicações que beneficiaram o intercâmbio acadêmico.

Para nenhuma dessas associações, muito menos para aquelas que não são referenciadas diretamente, o caminho foi fácil: dificuldades econômicas, filtros ideológicos e políticos, são obstáculos recorrentes para o seu desenvolvimento. No entanto, essas e outras associações lutando contra as adversidades, deram identidade e coesão para o campo da comunicação. Nos anos seguintes, um número importante de agrupamentos destinados a segmentos ou subtemas abordados no campo seriam formados, cujas metas focam nesses tópicos. Alguns países, que não chegaram a formar associações acadêmicas ou o fizeram depois, contaram com o trabalho persistente de pesquisadores que deram visibilidade para pesquisas nacionais de comunicação.

As transformações institucionais desse período, com alcances nacionais e internacionais, levaram a mobilizar a academia, bem como promover uma equidade inicial entre nações de diferentes desenvolvimentos. Mesmo que tenham sido destacadas por seus critérios produtivistas e avaliações propensas ao quantitativo para quem participa da academia há várias décadas, foram um fator fundamental de mudanças, compartilhamentos e mobilização da pesquisa em nível regional e transnacional.

De acordo com Martín-Barbero (1992, citado em León-Duarte, 2001) durante a década de 1960 até meados da década de 1980, também é um período em que são formadas e aplicadas teorias da comunicação na região, um acontecimento que resulta da intersecção de duas tendências teóricas dominantes: o pensamento instrumental que vem dos Estados Unidos e a visão ideologizada da teoria social latino-americana. Esse cruzamento encorajaria os pesquisadores a construir e fortalecer uma interpretação do campo da comunicação a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Pode-se afirmar que a partir dos cursos de pós-graduação e das associações acadêmicas que surgiram desde a década de 1970, é iniciada uma jornada profissional, permanente e crescente, da pesquisa da comunicação rumo a sua internacionalização. Também houve mulheres e homens do campo que, com sua liderança acadêmica, apoiaram estas ações para além das fronteiras nacionais, valiosos administradores de inúmeros encontros que fortaleceram a identidade, a disseminação e o reconhecimento de uma pesquisa latino-americana com perspectiva crítica.

O aumento de programas de estudo de jornalismo revelou a importância dessa atividade há mais de 60 anos, sem desconfiar que a evolução das práticas comunicativas, as parcerias econômico-políticas e seu impacto social, atualmente podem colocar mais de uma democracia em risco. Por sua vez, a pesquisa em nível internacional é a plataforma pela qual estudantes e acadêmicos buscam participar, inclusive participando ao mesmo tempo de várias organizações regionais ou transnacionais.

O entrecruzamento de cursos de pós-graduação, associações acadêmicas e perspectivas teóricas transdisciplinares levou a um novo olhar sobre o campo, mas ainda há muito a ser feito para melhorar a disseminação da produção regional, ainda frágil. Em muitos países, cada livro publicado representa um trabalho gigantesco na economia e diante das complicações burocráticas. Assim, a produção pode parecer escassa quando sua disseminação não é suficiente.

As publicações regionais passaram de edições universitárias, com tiragem curta e distribuição malsucedida para um panorama econômico que dificulta a publicação em papel, o que leva à adesão da tendência mundial de edições digitais. É outro processo de mudança que a região foi incorporando pouco a pouco, assim como acontece com vários recursos da digitalização para ensinar, pesquisar e disseminar, cujo acesso muitas vezes é ameaçado pelos seus custos. Esse cenário destaca que os congressos latino-americanos incluem entre suas atividades a apresentação de novos livros, atividade que vem em ascensão. Essas grandes exposições indicam um aumento notável na produção, mas também revivem as ameaças mais preocupantes do campo: fragmentação e dispersão.

FRAGMENTAÇÃO, DISPERSÃO E PERSPECTIVA CRÍTICA NA ERA DIGITAL

Desde as suas origens com o jornalismo, o campo da comunicação tem sido dinâmico e muito próximo das inovações tecnológicas. Essa agitação contínua entre as novas contribuições da tecnologia produz segmentações, causa incerteza e desconforto diante da impossibilidade de englobar todos os tópicos emergentes, notoriamente desde a expansão da era digital.

Os primórdios da era digital remontam ao final do século XX, na última década, que foram os anos em que ela se instalou nas práticas culturais dos indivíduos com acesso a esses recursos. Entretanto, suas raízes remontam, pelo menos, 50 anos antes, quando a informática, a cibernética e as engenharias começaram a desenvolver tecnologias aplicadas em várias atividades sociais. Outras disciplinas foram adicionadas ao trabalho constante de renovação que, juntos, moldariam sucessivas gerações tecnológicas até culminarem no sugestivo poder das redes sociodigitais.

E isso não parou aí: novos e impactantes recursos foram criados como, por exemplo, a expansão dos videogames, do *streaming*, das plataformas digitais, a inteligência artificial, incorporados a práticas cotidianas como estudar, trabalhar, divertir-se ou socializar, levando a pesquisa em comunicação a abordar pautas muito mais complexas. Notícias falsas, extrativismo de dados, interpretação afetiva (não racional) dos acontecimentos, automação da informação, algoritmos semânticos, entre muitas outras, são as atuais preocupações de um presente comunicativo contínuo, de curto prazo, superinformado e superinterpretado que é colocado no centro das pesquisas necessárias.

Com a era digital, a comunicação não só assume um novo protagonismo, mas também constitui uma circunstância que leva ao reestudo do próprio processo de comunicação. O lugar dos interlocutores, os meios de comunicação utilizados, a interação e, o mais importante: a nova dimensão do espaço-tempo que abre fronteiras e reformula a organização do tempo pessoal e social.

Essa profunda transformação, além de tecnológica, forma parte do novo modelo político-econômico neoliberal que foi iniciado décadas atrás e difundido entre os países do mundo na década de 1980. Os meios de comunicação tradicionais e digitais ajudaram a difundir-lo e legitimá-lo, e por isso são considerados aliados necessários para sua adoção. A mudança do modelo causa um deslocamento do poder do Estado para o setor privado, muitas vezes transnacional; leis e ações políticas são aprovadas para sua ratificação; a família é colocada no centro da sociedade e o olhar se volta para os benefícios oferecidos por um futuro promissor e esperado que se passa em uma espécie de presente contínuo, onde o melhor ainda está por vir. Vários estudos acadêmicos, a partir

da comunicação, estão focados em analisar essas mudanças e o fazem desde diversas posições ideológicas.

Paralelamente à chegada do neoliberalismo e da massificação social do digital, a Unesco apresenta um documento com novas diretrizes para a educação superior: *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, Marco Referencial de Ação Prioritária para a mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior* (Unesco, 2019). Foi lançado no final do século XX e foi produto dos acordos realizados na Conferência Mundial sobre a Educação Superior no século XXI: Visão e ação, para a qual foram realizadas diversas consultas regionais. Essas diretrizes, em pleno surgimento da era digital, são importantes por apresentar assuntos que dizem respeito ao campo da comunicação: a educação para toda a vida e o emprego de tecnologias na educação. Ambos se enquadram na qualidade e pertinência necessárias para solucionar a injustiça, a pobreza e a exclusão, que são considerados problemas fundamentais da sociedade.

A formação permanente veio reforçar a expansão dos cursos de pós-graduação das décadas de 1970 e 1980, enquanto a promoção no uso de tecnologias na educação (que não era uma novidade) serviu para promover seminários, cursos de atualização e certificados digitais. Por meio de mecanismos comunicativos, busca-se impactar a educação superior em todas as áreas do conhecimento, colocando o campo mais uma vez diante da sua própria necessidade de atualização. Essa legitimação da tecnologia, que já era expansiva em outras áreas e práticas sociais, mais uma vez incrementa a agenda de pesquisa em comunicação, aprofundando suas incursões para além das redes sociodigitais ou dos meios de comunicação tradicionais para se situarem em mediações diversas. A fragmentação e a dispersão temática conspiram contra a necessidade de aprofundamento dos tópicos específicos e, inclusive, coloca em risco a ordem temática vigente nas escolas e nas associações de comunicação, sobrecarregadas com as novas exigências do conhecimento.

Sabe-se que a comunicação e a tecnologia formaram um forte binômio interdependente que gerou alertas importantes contra o tecnodeterminismo, mas não foram suficientes e nem penetraram nas perspectivas de alguns pesquisadores. Sobrevive a tendência de reverter a equação: em vez de aceitar a tecnologia como um simples apoio, ela é colocada no lugar central. Mais uma vez estamos diante do risco de mascarar o processo comunicativo com visão social como importante objeto do campo com as inovações tecnológicas.

É verdade que devido ao espanto que as inovações despertam, a tecnologia sempre foi colocada como um ator notório do campo, o fascínio pelos recursos digitais foi ainda maior porque eles vieram para colocar um fim no velho sonho

de uma comunicação horizontal. Mas, mesmo que todos sejamos emissores em algum momento, essa comunicação, aparentemente dialógica, não estava ligada à libertação social situada como se pensava, mas movida por interesses econômicos e de controle dos grandes consórcios digitais internacionais.

A pandemia recente de SARS-CoV-2 foi um verdadeiro laboratório para estudar os usos e apropriações das tecnologias digitais, através da observação de uma realidade tangível, bem como de reflexões posteriores. Em muitos sentidos foi cenário vivo de testes da nova dimensão espaço-temporal, um tema nodal para entender as grandes mudanças do digital entre os indivíduos e as práticas sociais. Mais uma vez são caminhos que se ramificam rumo a destinos inimagináveis da agenda de pesquisa da comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Byung-Chul Han (2022), ao falar sobre a mudança para o digital, diz: “a estrutura anfiteatral dos meios de comunicação de massa dá lugar à estrutura rizomática dos meios de comunicação digitais, que não têm centro. A esfera pública se desintegra em espaços privados” (p. 33).

A comunicação, desde sua origem interessada em dar a palavra, em construir opinião pública com base em informações confiáveis, vive agora um fascínio diante das tecnologias digitais, que a leva a análises tendenciosas e a se distanciar do pensamento crítico com uma perspectiva social e, portanto, a negligenciar o alcance dos recursos narrativos. Além do crescimento de notícias falsas ou dos *bots*, por exemplo a inteligência artificial em ascensão que, embora tenha detratores ou pessimistas entre os acadêmicos e entre seus próprios criadores, conta com um amplo setor social impressionado pelas suas conquistas ou supostos êxitos. É mais um processo a ser enfrentado a partir do conteúdo e com uma visão crítica.

Em *À Porta Fechada*, sua obra de teatro existencialista que estreou em maio de 1944, em Paris, Jean Paul Sartre (2015) propõe que o olhar do outro, a alteridade, é o que permite nos conhecer e nos restaurar. O caminho que o campo da comunicação seguiu na América Latina no que diz respeito à educação, e que consideramos o gatilho da pesquisa ou disseminação nessas reflexões, parece ter construído sua própria identidade a partir do espelho lhe dá uma imagem que deve ser ajustada a partir dos outros.

Para seguir adiante, o campo da comunicação teve que melhorar e mudar o caminho, teve que se moldar diante das perspectivas alheias, teve que se reinventar a partir das inovações tecnológicas e diante da alteridade. E é porque o rumo da internacionalização da comunicação latino-americana foi condicionado

por políticas nacionais; tendências e organizações internacionais; circunstâncias políticas, econômicas e culturais. No entanto, nessa ilusão contínua com os outros, surgiram características críticas que a distinguem e que compõem uma história que precisa ser resgatada e contada: a dissidente, aquela que buscou respostas singulares para tendências comuns. Agora, embora esteja diante do mais fascinante desenvolvimento tecnológico, deve-se reivindicar o olhar crítico, às vezes sem concessões.

Como latino-americanos, nós que fazemos parte do campo da comunicação, sempre estivemos conversando com outras disciplinas, outras nações, outras regiões, outros interesses ou qualquer outra forma da alteridade. Fomos água que escorre na multidisciplinaridade, fomos rocha para enfrentar as interferências estrangeiras, mas também fomos vapor que se dissipa diante dos poderes políticos e econômicos. O diálogo foi e é o nosso forte. É o espírito que leva essa jornada para preservar a nossa identidade e ir mais além das fronteiras regionais. ■

REFERÊNCIAS

- Beltrán, L. R. (1974). Las políticas nacionales de comunicación en América Latina, Paris [Documento de trabajo]. *Reunión de Expertos sobre Planificación y las Políticas de Comunicación en América Latina*, Bogotá, Colombia.
- Beltrán, L. R. (1975). *Políticas nacionales de comunicación en América Latina: Los primeros pasos*. Ciespal.
- Beltrán, L. R. (2000). *Investigación sobre comunicación en Latinoamérica: Inicio, transcendencia y proyección*. Universidad Católica Boliviana, Plural.
- Beltrán, L. R. (2007). Un adiós a Aristóteles. La comunicación “horizontal”. *Punto Cero*, 2(15), 136-158.
- Caparrós, M. (2021). *Ñamérica*. Random House.
- Cimadevilla, G. (2021). Milicos, gestores y literatos. La historia jamás contada del IX Congreso de la IAMCR en Buenos Aires (1972). *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 20(36).
- Crovi Druetta, D., & Trejo Delarbre, R. (Coords.). (2018). *Tejiendo nuestra historia: Investigación de la Comunicación en América Latina*. Unam. Directo Bogotá. (2014, 28 de abril). Jesús Martín-Barbero – Miguel de Moragas Cátedra Unesco de Comunicación 2013 [Video]. Youtube. <https://bit.ly/49nlAGE>
- Dumazedier, J. (1962). *Sociologie du loisir*. Seuil.
- Freire, P. (1968). *Pedagogía del oprimido*. Siglo XXI.
- Freire, P. (1986). *La educación como práctica de la libertad* (35a ed.). Siglo XXI.

- Freire, P., Gadotti, M., Guimaraes, S., & Hernández, I. (1987). *Pedagogía: Diálogo y conflicto*. Cinco.
- Fuentes-Navarro, R. (1991). *La comunidad desapercibida. Investigación de la comunicación en México*. Iteso.
- Fuentes-Navarro, R. (2014). La investigación de la comunicación en América Latina: Una internacionalización desintegrada. *Oficios Terrestres*, (31), 11-22.
- Han, B.-C. (2022). *Infocracia. La digitalización y la crisis de la democracia*. Taurus.
- León-Duarte, G. (2001). Teorías e investigación de la comunicación en América Latina. Situación actual. *Ámbitos*, (8).
- Magris, C. (2008). *El infinito viajar*. Anagrama.
- Marques de Melo, J. (1998). *Teoria da comunicação: Paradigmas latino-americanos*. Vozes.
- Marques de Melo, J. (2009). *Pensamiento comunicacional latinoamericano: Entre el saber y el poder*. Comunicación Social.
- Marques de Melo, J. (2010). *Comunicación multicultural en Iberoamérica. Historia contextual y teoría comparada*. Unesco, Alaic, Socicom, Confibercom, Intercom.
- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía*. Gustavo Gili.
- MacBride, S. (Coord.). (1980). *Un solo mundo, voces múltiples. Comunicación e información en nuestro tiempo*. Fondo de Cultura Económica.
- Muraro, H. (2014). *Neoliberalismo y comunicación de masa*. Eudeba.
- Nixon, R. (1982). Historia de las escuelas de periodismo. *Chasqui*, (2).
- Sartre, J. P. (2015). *A puerta cerrada (Huis clos)*. Tomo.
- Saussure, F. (2016). *Curso de lingüística general*. Fontamara.
- Unesco. (1958). La formación de periodistas: Estudio mundial sobre la preparación del personal de información. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135346>
- Unesco. (2019). Declaración mundial sobre la educación superior en el Siglo XXI: Visión y acción. *Revista Educación Superior Y Sociedad*, 9(2), 97-113.
- Vizer, E., & Vidales, C. (Coord.). (2016). *Comunicación, campo(s), teorías y problemas. Una perspectiva internacional*. Comunicación Social.

Artigo recebido em 31 de julho de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.

América Latina, internacionalização e reciprocidade acadêmica

Latin America, internationalization and academic reciprocity

FERNANDO OLIVEIRA PAULINO^a

Universidade de Brasília. Brasília, DF – Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é estimular uma análise reflexiva sobre as ações da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação, tomando como referência seu propósito de ser um suporte institucional para a internacionalização e os desequilíbrios e desafios da internacionalização do campo. O texto procurou sistematizar as principais ações e bases conceituais, políticas e acadêmicas que têm guiado as ações de cooperação da associação. Conclui-se que existe um esforço de maior diálogo dentro e fora da América Latina, pautado na ideia de horizontalidade e reciprocidade acadêmica, por meio de iniciativas que promovam a circulação de conteúdos e que utilizem as tecnologias de informação e comunicação contemporâneas.

Palavras-chave: ALAIC, cooperação, diálogo, comunicação

^aProfessor da Universidade de Brasília (UnB), presidente da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC) e pesquisador Pq-CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4946-0513>. E-mail: paulino@unb.br

ABSTRACT

The purpose of this paper is to stimulate a reflective and analytical analysis of actions that have been developed by the Latin American Communication Researchers Association, taking as reference its purposes of being an institutional support for internationalization and the imbalances and challenges in the development of the internationalization of the field. The text sought to systematize the main actions and conceptual, political and academic bases that have guided the institution's cooperation actions. It is concluded that there is an effort for greater dialogue inside and outside Latin America based on the idea of horizontality, academic reciprocity through initiatives that promote the circulation of content in face-to-face activities and that increasingly use information technologies and contemporary communication.

Keywords: ALAIC, cooperation, dialogue, communication

O OBJETIVO DESTES ARTIGOS é estimular uma análise reflexiva e analítica sobre ações que têm sido desenvolvidas pela Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC), tomando como referência seu propósito de ser um suporte institucional para a internacionalização e os desequilíbrios e desafios no desenvolvimento da internacionalização do campo.

Para isso, levou-se em conta as atividades que a ALAIC tem colocado em prática dentro e fora da América Latina por meio de seu corpo diretivo, de seus eventos (tais como congressos, seminários e escolas de verão), de seus grupos temáticos e de interesse, de suas publicações e dos demais esforços de cooperação e intercâmbio científico e acadêmico em parceria com pesquisadores(as), associações nacionais e entidades internacionais. Junto com o balanço das ações, são apresentadas questões vitais para práticas de internacionalização e de reciprocidade acadêmica com o propósito de fortalecer o ensino, a pesquisa e extensão em comunicação.

Entende-se que tanto as instituições de educação superior como as entidades acadêmicas têm um importante papel na internacionalização do conhecimento em função de importantes similaridades, funcionalidades e finalidades epistemológicas, políticas e sociais, conforme princípios apontados e sistematizados por autores como Fernando Seabra Santos e Naomar Almeida Filho (2012) e José Camilo dos Santos Filho (2020).

ALAIC E PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação foi oficialmente fundada em 1978, como resultado de esforços de pesquisadores da região em criar um ambiente de maior cooperação científica e acadêmica. Para isso, foi fundamental a pré-existência de associações nacionais como a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e a Associação Mexicana de Investigadores da Comunicação (Amic), presentes, respectivamente, no Brasil, em 1977, e no México, em 1979 (Fuentes-Navarro, 2019), e as atividades de outras entidades internacionais, com dimensão mais global, tais como a International Association for Media and Communication Research (IAMCR), fundada em 1957, e a International Communication Association (ICA), também com origens na década de 1950.

Vale destacar que, ao longo do tempo, pesquisadores(as) transitaram com apresentações e participações em associações nacionais e regionais, em

complementaridade com pesquisadores com atuação em organizações nacionais e na ALAIC.

Dentre os fundadores da IAMCR, impulsionada pelo apoio de organizações como a Unesco, estava, por exemplo, um latino-americano: Danton Jobim (Marques de Melo, 2005), que mesclava a experiência acadêmica como professor da então Universidade do Brasil com a prática como editor do *Diário Carioca*.

Ao longo dos anos, latino-americanos participaram da história da entidade e, partir da mobilização de pesquisadores da região, acompanhados por colegas de outros países, a IAMCR incorporou o espanhol como um de seus idiomas oficiais em 2002, contribuindo para mais condições de produção e acesso a conteúdos desenvolvidos fora dos países com maiores estruturas e estimulando ações realizadas nos congressos científicos da entidade (Paulino, 2013, 2023).

Também merecem registro os pontos de encontro históricos entre a atuação da ALAIC como entidade de representação e participação direta ou indireta de pesquisadores(as), a Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social (Felafacs) que, como seu próprio nome indica, tem nas instituições sua base de sustentação e atuação, e com o Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), impulsionado nos anos 1950 pela Unesco.

No artigo “Cuatro Décadas de Internacionalización Académica en el Campo de Estudios de la Comunicación en América Latina”, Raúl Fuentes-Navarro (2016) descreve que a identidade latino-americana nos estudos de comunicação tem uma referência histórica inevitável, e sua percepção de ampla identidade se manifesta nas publicações, nos projetos e nos encontros acadêmicos institucionalizados pela ALAIC e pela Felafacs. Maria Cristina Gobbi (2008) fez um importante histórico dos primeiros 30 anos da ALAIC e dos esforços de seus integrantes para intercambiar e propagar a pesquisa em comunicação na América Latina, destacando o papel dos eventos e das publicações da entidade.

A partir de uma reorganização institucional e notarial necessária, em 1989, a ALAIC tem conseguido manter regularidade na organização de seminários e congressos a cada dois anos. Os congressos da ALAIC têm reunido centenas de pessoas, incluindo e promovendo interações entre pesquisadores(as) renomados(as) e jovens pós-graduandos(as) ou graduandos(as). Tais eventos são majoritariamente baseados em conferências magnas, painéis, debates ou seminários no período da manhã, grupos temáticos (GT) e grupos de interesse (GI) ao longo das tardes.

Como resultado dos congressos, a comissão organizadora de cada evento e a diretoria da ALAIC têm buscado publicar os anais (*“libro de actas”*, em espanhol) dos textos apresentados, desde que contem com a autorização das pessoas que estiveram presentes de maneira direta ou remota.

Nos intervalos bienais dos congressos, são realizados os seminários, com formato análogo ao dos congressos, mas com duas diferenças substanciais. A primeira é que costuma reunir um número menor de participantes, e a segunda é que os seminários têm um ambiente experimental mais estabelecido, permitindo que pesquisadores(as) proponham e consumem atividades de GI.

Para selecionar GI (complementares aos GT durante os congressos e essenciais para os seminários), a direção da ALAIC abre uma chamada aos seus sócios. As pessoas interessadas apresentam propostas. As selecionadas ficam abertas ao público, que acaba, muitas vezes, por descobrir o evento a partir do contato entre seus interesses e os tópicos que compõem as ementas dos GT e dos GI.

As proposituras, seleção e criação de GI têm um importante poder de renovação temática e, por que não, epistemológica. Ao longo dos últimos dez anos, por exemplo, pode-se destacar a proposta e aprovação de grupos ligados a temas como gênero, tecnologias digitais e liberdade de expressão e direito à comunicação como resultado direto do método de trabalho descrito acima.

Um importante desafio para os constituídos GT e para os experimentais GI é conseguir manter o contato e a produção para além da realização dos congressos e seminários. Outro ponto relevante é estabelecer bases e procedimentos de coordenação que permitam rotatividade, participação e prestação de contas na condução dos grupos tanto para quem dele participa como para a direção da ALAIC.

É comum e compreensível que as coordenações dos GT e dos GI consigam reunir mais aderência e interesse nos períodos imediatamente anteriores ou posteriores aos eventos. Porém, cada vez mais, e impulsionados pelas atuais tecnologias de comunicação e informação, as(os) participantes têm conseguido realizar eventos (sobretudo remotos) e publicações por meio de uma interação mais fluida.

Para dinamizar essa realidade, inclusive, a ALAIC está reformando seu site (www.alaic.org) para possibilitar mais espaços e condições de interação para cada membro de seu Grupo (Temático ou de Interesse) e também para aumentar as intersecções e ações de cooperação entre os grupos, que muitas vezes podem se fortalecer em contato com iniciativas já consolidadas ou em vias de consolidação (Figura 1).

Figura 1

Site da ALAIC



Além disso, a ALAIC tem promovido duas importantes iniciativas de cooperação acadêmica para dentro e para fora da região: a primeira é a publicação da *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, criada em 2004, como veículo capaz de:

exponer la riqueza existente en la producción científica en el área de la comunicación a nivel latinoamericano e internacional, en busca de entender este nuevo contexto en el campo comunicacional. Pretende ser una instancia plural que resguarde una morada para el debate de los grandes temas de las ciencias de la comunicación. (Kunsch, 2011, p. 7)

Em 2011, a ALAIC também estabeleceu seu *Journal of Latin American Communication Research* (JLACR), que tem sido um instrumento com o maior objetivo de estabelecer pontes e praças com colegas de fora da região, inclusive pela maior possibilidade e maior número de textos em inglês, idioma com maior capilaridade científica¹ no ambiente global.

Nos últimos anos, tanto a direção da ALAIC como os(as) editores(as) responsáveis pelas publicações têm buscado uma maior interação com o objetivo de fortalecer a política editorial da associação por meio do intercâmbio de informações, temas editoriais e de textos e da otimização dos processos de produção e registro dos textos publicados.

Tem-se exigido do ambiente acadêmico a catalogação e a inclusão dos artigos publicados em base de dados que aumentam, ao menos em tese, a leitura e a visibilidade em rankings de metrificação e avaliação da produção científica. Para isso, a ALAIC e os(as) editores(as) das publicações da entidade

¹ Estudos sobre diversidade linguística no ambiente científico têm mostrado que um número significativo de acadêmicos tem priorizado a produção de conteúdos em inglês. Relatório sobre diversidade linguística mostra que mais de 8 em cada 10 pesquisadores ibero-americanos escrevem no idioma anglo-saxão e não em suas línguas maternas e que, presente em 95% dos artigos científicos, inglês cria uma espécie de "ditadura da língua" com apenas 1% dos textos em português e espanhol (Bonilla, 2021).

organizaram um esforço de registro DOI (Digital Object Identifier) de todos os artigos publicados.

DESAFIOS CIENTÍFICOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO COM INSTITUIÇÕES E PESQUISADORES(AS) DE OUTRAS REGIÕES

Como apontado acima, o fluxo de ações de pesquisa e também de ensino e extensão tiveram impulsos de dentro e de fora da América Latina. Dessa maneira, ao longo do tempo, a região não apenas organizou eventos voltados para a comunidade acadêmica regional e participou de congressos em diferentes países, como também sediou congressos globais importantes, tais como os eventos organizados pela IAMCR (<https://iamcr.org/congress/annual-conferences>) com o suporte de organizações locais, em 1972, em Buenos Aires, em 1980, em Caracas, em 1992, no Guarujá, em 1997, em Oaxaca, em 2004, em Porto Alegre, em 2009, na Cidade do México e, em 2017, em Cartagena das Índias, Colômbia.

No âmbito da IAMCR, vale destacar o papel da ALAIC como entidade associada, o que permite a seus sócios(as) um pagamento de valor reduzido nas inscrições em eventos da entidade global, mas também possibilita a realização e inserção de painéis na programação dos congressos das duas entidades.

Desde 2011, ALAIC e IAMCR têm contado com integrantes de parte a parte em mesas incorporadas à programação dos eventos, promovendo cooperação, troca de experiências e intercâmbio científico e político.

A permanente atuação contribuiu para maior interação da associação latino-americana com suas parceiras em outras regiões do mundo, destacando-se a interação com a congênera europeia. A European Communication Research and Education Association (Ecrea) foi criada em 2005 com a fusão das então duas principais associações de pesquisadores(as) da comunicação, a European Communication Association (ECA) e a European Consortium for Communications Research (ECCR).

A interação realizada por meio de eventos, associada ao crescimento da utilização da internet como tecnologia de comunicação cada vez mais cêntrica, igualmente proporcionou cooperação em eventos mais contínuos com diferentes formatos.

Dentre as ações de cooperação estabelecidas direta ou indiretamente com a Ecrea, com a IAMCR, com a International Communication Association (ICA) e com outras entidades nacionais e regionais pelo mundo, vale o registro das mesas nos congressos das entidades, o intercâmbio na realização de escolas de verão e a publicação conjunta de obras voltadas para uma maior aproximação epistêmica e metodológica.

Com versões em inglês e em espanhol, o livro *Research Traditions in Dialogue. Communication Studies in Latin America and Europe* (Paulino et al., 2020) reúne um amplo leque de pesquisadores(as) que buscaram realizar cruzamentos de áreas da comunicação nos dois lados do Oceano Atlântico em método dialógico (Figura 2).

Figura 2

Capa de *Tradiciones de Investigación en Diálogo*, livro resultante da cooperação e das ações de internacionalização entre ALAIC e Ecrea



A obra resultou da relação de cooperação entre ALAIC e Ecrea e foi apresentada e debatida antes, durante e depois de seu lançamento com o suporte das associações. Seu formato pode ser útil para ações com outras regiões do globo terrestre. Com a redução da incidência da covid-19, existe a esperança de que esse método seja útil para ações com colegas africanos, asiáticos e da Oceania, principalmente no ambiente do chamado Sul Global.

Outro resultado importante da relação com a Ecrea foi a criação da Escola de Verão (EV) “Pesquisa em Comunicação na América Latina”, em 2014. A iniciativa resultou da vontade do corpo diretivo da ALAIC e do estímulo e troca de ideias promovidos pela Ecrea.

As três primeiras edições da EV latino-americana aconteceram em Brasília e foram seguidas pelo acolhimento de colegas de Montevideu, Córdoba, Lima, La Paz e Barranquilla. Em cada uma das edições, pós-graduandos(as) e pesquisadores(as) tiveram a oportunidade de interagir em encontros formais e informais que possibilitam mais diálogos, troca de ideias e intercâmbio de experiências, além da publicação de textos produzidos pelos responsáveis pelas edições e pelos mestrandos e doutorandos.

O principal desafio das iniciativas acima é conseguir os recursos financeiros para a realização das ações planejadas. Porém, junto às condições materiais, vale mencionar algumas dificuldades imateriais que surgem e podem ser entraves superiores a problemas logísticos.

Ao longo do tempo, tem sido possível perceber dificuldades relacionadas a etnocentrismos diretos ou invertidos que fazem, em algumas situações e alguns momentos, a capacidade de ouvir ser mais reduzida que a vontade e a inconveniência de falar. A seguir, apresentamos circunstâncias e situações reais ou hipotéticas capazes de exemplificar tais desafios.

INTERNACIONALIZAÇÃO E RECIPROCIDADE ACADÊMICA: SUAS BASES E SUAS APLICAÇÕES

Em grande medida, governos de países de dentro e de fora da América Latina têm buscado e/ou anunciado ações que coloquem em prática uma diplomacia profissional mais cuidadosa com discursos emitidos e práticas realizadas, fomentando uma reorientação da diplomacia oficial e também estimulando ações de diplomacia pública (Cull, 2008) que incluam organizações não governamentais, a exemplo das entidades científicas.

A internet e as maiores possibilidades de produção, distribuição e acesso a conteúdos audiovisuais têm sido decisivas para que, ao menos no plano das

aparências, os governos cuidem de suas imagens e da repercussão de atos que possam prejudicar interesses e negócios.

Assim, além dos tradicionais cursos de formação existentes em países como França, Estados Unidos e Brasil, tem havido a publicação de cartilhas e informações online destinadas a orientar cidadãos e cidadãs para que tenham mais condições de saber como se comportar para, numa visão minimalista, evitar ruídos, choques culturais e situações de risco.

A preocupação com o fenômeno da diplomacia pública deveria e poderia estar mais presente na formação e prática de pessoas interessadas na cooperação entre pesquisadores(as) e instituições científicas, promovendo diálogos mais produtivos, pautados no que temos denominado *reciprocidade acadêmica*, inspirada na *reciprocidade diplomática*. Em síntese, nas relações exteriores, é fundamental criar mecanismos para diminuir as chances de que a assimetria econômica e a militar guiem completamente ou quase completamente os resultados das trocas acadêmicas, culturais e/ou sociais².

Por analogia, parece ser cada vez mais fundamental estimular que a cooperação acadêmica e científica tenha reciprocidade, e os pesquisadores e instituições envolvidas compartilhem, tenham acesso e sejam identificados pela cessão de “matéria-prima”, pelo tratamento dos dados, pela publicação dos resultados e pela citação do esforço compartilhado. Essa sequência, inclusive, pode evitar a perpetuação da máxima econômica da exportação de “commodities” (dados brutos como matéria-prima) acadêmicas por pessoas de países com menor poder aquisitivo e a importação de dados tratados, ou “produtos industrializados”, realizados por colegas vinculados a universidades ou instituições em lugares com maior grau e possibilidade de trabalho.

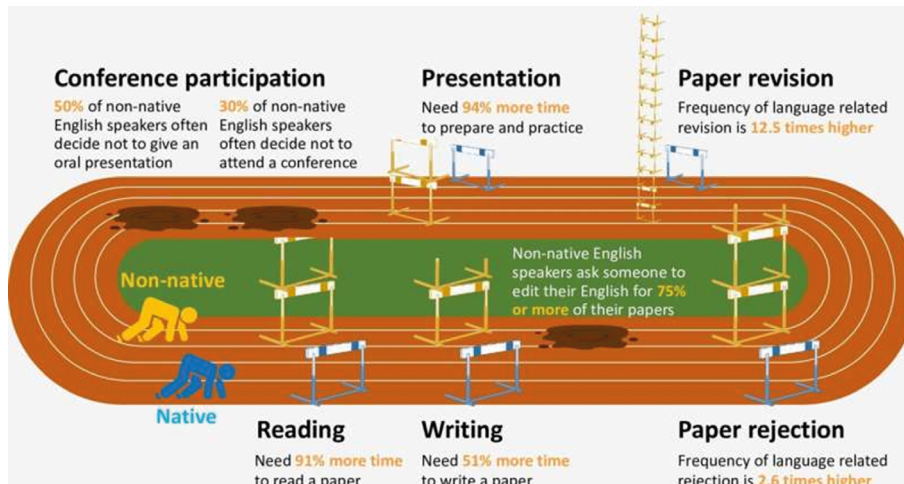
Outro ponto importante a ser observado é a necessidade de não apenas ver, entender ou “oferecer” a região como local de realização de eventos ou de prospecção de sócios para outras organizações. O crescimento do inglês como língua franca tem trazido desafios tanto na criação de canais como o *Journal of Latin American Communication Research*, citado acima, como na realização de debates e eventos que entendam o idioma além da ideia de que o inglês seria “o esperanto que deu certo”³. Como pode ser observado na Figura 3, pessoas que nasceram em países não nativos do inglês encontram mais dificuldades para realizarem apresentações orais ou participarem de eventos científicos, lerem, escreverem e revisarem conteúdos, dificultando acesso e circulação de materiais.

² A título de ilustração, no XIII Congresso da ALAIC, promovido pela entidade no México, em 2016, fui interpelado por um colega brasileiro que cobrou da diretoria da entidade cerca de 50% de brasileiros na programação científica da entidade, visto que os brasileiros representavam metade do número de sócios da associação. Argumentei que era necessário ponderar outras variáveis na definição de programação de um evento científico, não apenas a proporção de número de sócios. Também tive a oportunidade de dizer que, se essa regra fosse levada à risca, colegas de países menores teriam ainda menos condições de falar e serem ouvidos(as) e, no plano global, haveria poucos espaços para participação nas mesas em função do maior número de habitantes e membros de entidades da IAMCR e da ICA provenientes de países como China e Índia. Considero que o interlocutor compreendeu e aceitou os argumentos, mas também creio que ainda há muito a debater sobre isso para aumentar o fluxo de ideias e de pessoas.

³ Frase utilizada por Rita Lee em entrevista concedida em 1991.

Figura 3

O custo de não ser um nativo em inglês na ciência



Nota. Public Library of Science (2023).

⁴No original: “La coexistencia de variadas configuraciones culturales y económicas, no pasibles de ser subsumidas a un principio totalizador y jerarquizante, pone en cuestión los saberes hegemónicos, evidenciando la existencia de otras matrices de otras matrices epistemológicas, a las cuales es preciso escuchar.

El conjunto de categorías derivadas de la reflexión sobre el papel, no más periférico, ocupado por América Latina en el modo de reproducción ampliada del capital y de las nuevas sociabilidades y sensibilidades allí accionadas, se convierten, pues, esenciales para comprender mejor la realidad global”. Esta e demais traduções, do autor.

⁵No original: “La coexistencia de variadas configuraciones culturales y económicas, no pasibles de ser subsumidas a un principio totalizador y jerarquizante, pone en cuestión los saberes hegemónicos, evidenciando la existencia de otras matrices de otras matrices epistemológicas, a las cuales es preciso escuchar.

El conjunto de categorías derivadas de la reflexión sobre el papel, no más periférico, ocupado por América Latina en el modo de reproducción ampliada del capital y de las nuevas sociabilidades y sensibilidades allí accionadas, se convierten, pues, esenciales para comprender mejor la realidad global”.

A necessidade de promover mais espaços de trocas em ambiente mais propício ao uso do português e do espanhol foi uma das razões para o envolvimento e a participação da ALAIC na fundação, em 2009, da Confederação Ibero-Americana de Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Confibercom). A preocupação com uma comunicação mais dialógica e horizontal tem orientado a atuação da diretoria da ALAIC e está presente em importantes documentos norteadores. Dentre eles, merece menção a “Carta de La Paz”, assinada por integrantes das direções de entidades latino-americanas que pactuaram a necessidade de que:

A coexistência de diversas configurações culturais e econômicas, sem possibilidade de suas subsumidas a um totalizador e hierarquizante, coloca em questão os saberes hegemônicos, evidenciando a existência de outras matrizes de outras matrizes epistemológicas, a las cuales é preciso ouvir. O conjunto de categorias derivadas da reflexão sobre o papel, não mais periférico, ocupado pela América Latina no modo de reprodução ampliada do capital e das novas sociabilidades e sensibilidades acionadas, se converte, pode, essencial para compreender melhor a realidade global (tradução nossa)⁴. (ALAIC, 2013)⁵

Para materializar os princípios que guiaram sua elaboração, a “Carta de La Paz” prescreveu a necessidade da produção coletiva de um repositório do pensamento comunicacional latino-americano, que tem o objetivo e o poder de

promover a comunhão de esforços de diferentes associações e outras instituições paradigmáticas do campo da comunicação em esforço comum de curto, médio e longo prazo.

O site da ALAIC tem procurado ser parte desses esforços, proporcionando conexões e disponibilização de conteúdos relacionados à memória e à história do pensamento comunicacional latino-americano, além de dar notícias sobre ações de relevância e impacto regional. Nesse aspecto, também vale destacar os esforços relacionados ao uso de mídias sociais, sobretudo os canais da ALAIC no Instagram (<https://www.instagram.com/alaicorg/>), no Facebook (<https://www.facebook.com/alaic.org/>) e no YouTube (<https://www.youtube.com/@alaicorg221>), que têm possibilitado maior circulação e visibilidade.

Destaca-se neste texto a necessidade de promoção da memória, pois entendemos que tal compartilhamento de dados pode fortalecer a ideia de reciprocidade e cooperação em bases nas quais a comunidade latino-americana tenha ainda mais condições bibliográficas e bibliométricas de conhecer a produção desenvolvida na região.

Aplicar o que se conhece dentro e fora da região pode ser igualmente fundamental para um intercâmbio no qual as(os) autoras(es) latino-americanos sejam percebidos como pessoas com capacidade não apenas de tratar e avaliar o que se passa na América Latina, incidindo – por que não? – em reflexões que se concentram ou que se propagam majoritariamente dos chamados países centrais.

Nesse aspecto vale mencionar a necessidade de um maior aprofundamento dos debates, produções e reflexões por parte das instituições e das associações em relação à economia do conhecimento. Não deixa de ser um desafio importante promover mais formas de circular a produção desenvolvida na América Latina dentro e fora da região, com a constituição de repositórios e a realização de eventos como os citados acima.

Para isso, é essencial um debate permanente sobre o fluxo de informação e comunicação⁶ editorial e sobre a construção de canais regionais, mas também sobre o funcionamento das empresas bibliográficas que, por vezes, oferecem serviços que não são, infelizmente, acessíveis por parte de quem pesquisa e nem pelas instituições contratantes, contribuindo para que autores não apenas não recebam pelos textos publicados de maneira aberta ou fechada, como tenham que pagar para acessar seus próprios conteúdos em editoras ou revistas estrangeiras. De maneira distinta, colegas de países com maiores condições econômicas atuam em instituições que assinam bases de dados com maior capacidade de acesso.

⁶ Uma referência fundamental para essa questão ainda é o Relatório MacBride (1980). Muito do que a então Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação apontava permanece relevante ao propor uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação. No ambiente editorial, acadêmico e científico ainda é nítido um fluxo desigual e descompensado tanto em escala global como em âmbito regional. Negar essa realidade ou querer transformá-la à força pode não apenas manter, mas fortalecer iniquidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou sistematizar as principais ações e bases conceituais, políticas e acadêmicas que têm guiado as ações de cooperação da ALAIC. Como pode ser observado, existe um esforço de maior diálogo, tanto dentro quanto fora da região, pautado na ideia de horizontalidade e reciprocidade acadêmica.

Para isso, busca-se criar e consolidar iniciativas que promovam a circulação de conteúdos em atividades presenciais e que utilizem, cada vez mais, as tecnologias de informação e comunicação contemporâneas.

O artigo prescreve a necessidade do aprofundamento do debate sobre economia do conhecimento para que sejam pensadas e colocadas em prática mais medidas de produção, distribuição e acesso a conteúdos produzidos no âmbito latino-americano, também contribuindo para que o papel de pesquisadores(as) da região não seja apenas acessório ou inferiorizado.

Conhecer a produção desenvolvida ao longo do tempo, em livros e nas publicações da ALAIC, pode ser uma peça-chave para evitar ou ao menos diminuir situações de inferiorização e para trocar tais práticas por uma relação de respeito e maior interação e participação, compreendidas como oportunidades de compartilhamento de incidência e poder. ■

REFERÊNCIAS

- Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação. (2013, 20 de novembro). Carta de La Paz. <https://bit.ly/3sHn0LJ>
- Bonilla, J. M. H. (2021, 28 de julho). Em 95% dos artigos científicos, inglês cria “ditadura da língua”. Apenas 1% está em português e espanhol. *El País*. <https://bit.ly/3sD9ngD>
- Cull, N. J. (2008). Public diplomacy: Taxonomies and histories. *The Annals of the American Academy of Political Science*, 616(55), 31-54.
- Fuentes-Navarro, R. (2016). Cuatro décadas de internacionalización académica en el campo de estudios de la comunicación en América Latina. *Disertaciones: Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social*, 9(2), 8-26.
- Fuentes-Navarro, R. (2019). Pesquisa e metapesquisa sobre comunicação na América Latina. *MATRIZes*, 13(1), 27-48. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p27-48>
- Gobbi, M. C. (2008). *A batalha pela hegemonia comunicacional na América Latina: 30 anos de ALAIC*. Cátedra Unesco, Umesp.
- Kunsch, M. M. K. (2011). Editorial. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 1(1), 7-8.

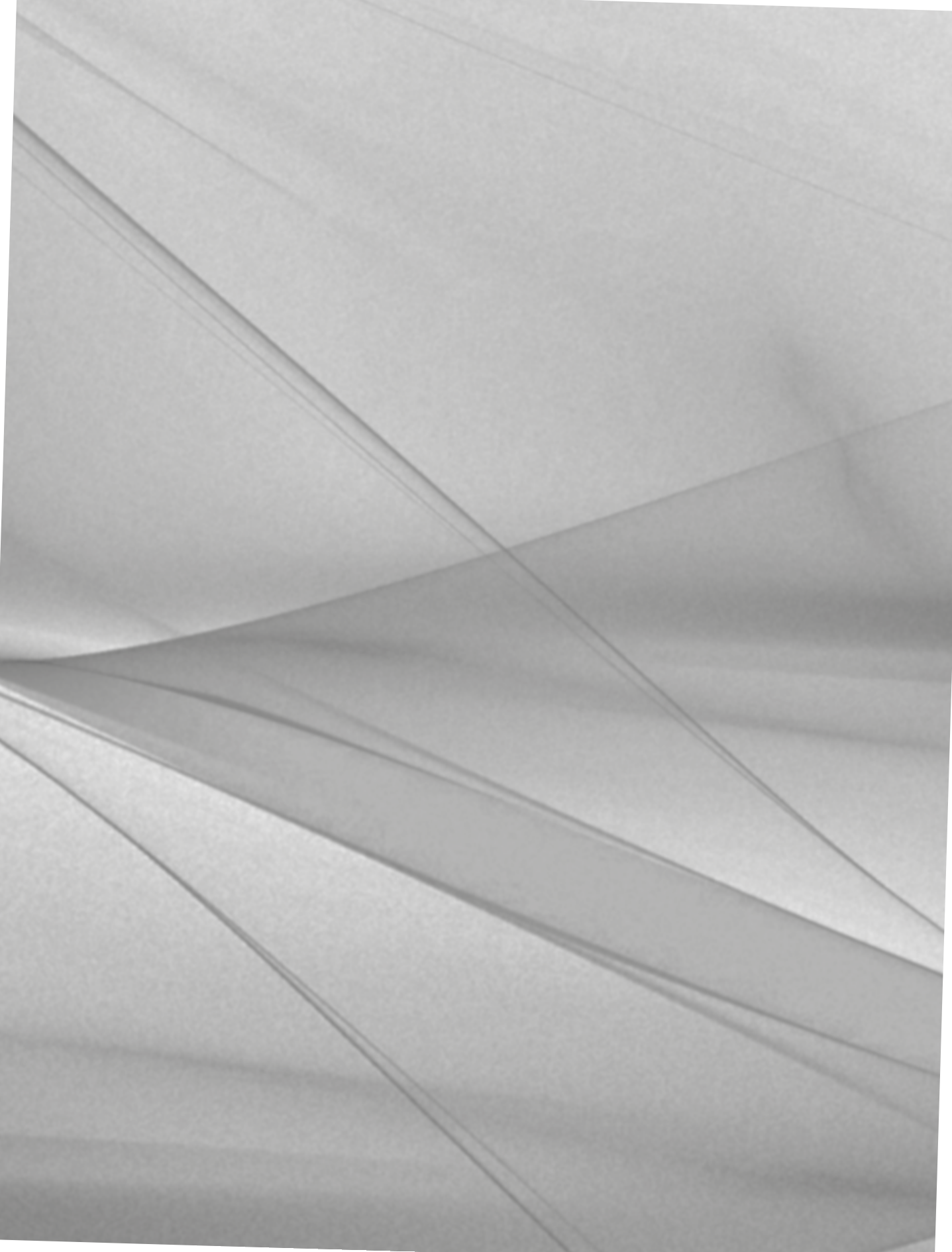
- MacBride, S. (Coord.). (1980). *Un solo mundo, voces múltiples. Comunicación e información en nuestro tiempo*. Fondo de Cultura Económica.
- Marques de Melo, J. (2005). O pioneirismo de Danton Jobim na pesquisa jornalística brasileira. *Contracampo*, 12, 12-22.
- Paulino, F.O. (2013). A participação brasileira no congresso da IAMCR em Durban, África do Sul. In J. C. G. R. Lima & J. Marques de Melo (Orgs.), *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil* (Vol. 3, pp. 39-46). IPEA.
- Paulino, F. O. (2023). Brazil in History and in the Present: IAMCR and the participation of Brazilians. In J. Becker & R. Mansell (Orgs.), *Reflections on the International Association for Media and Communication Research: Many voices, one forum* (pp. 373-379). Palgrave Macmillan.
- Paulino, F. O., Kaplún, G., Mariño, M. V., & Custodio, L. (2020). *Research traditions in dialogue. Communication studies in Latin America and Europe*. Media XXI.
- Public Library of Science. (2023, 18 de julho). The cost of being a non-native English speaker in science. *Phys*. <https://bit.ly/3SQ65Ba>
- Santos, F. S., & Almeida, N., Filho. (2012). *A quarta missão da universidade: Internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Editora UnB, Editora UC.
- Santos, J. C., Filho. (2020). Internacionalização da educação superior: Redefinições, justificativas e estratégias. *Série-Estudos*, 25(53), 11-34.

Artigo recebido em 1 de agosto de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.



INTERNACIONALIZAÇÃO

SEUS DESEQUILÍBRIOS E DESAFIOS EM DESENVOLVIMENTO



A história dos estudos de comunicação nas Américas: uma visão dos Estados Unidos

The history of communication studies across the Americas: A view from the United States

PETER SIMONSON^a

University of Colorado Boulder. Boulder, CO – USA

JEFFERSON POOLEY^b

Muhlenberg College. Allentown, PA – USA

DAVID PARK^c

Lake Forest College. Lake Forest, IL – USA

RESUMO

Este ensaio reflete sobre o potencial de estudos que tratem com sensibilidade as histórias da pesquisa em mídia e comunicação nas Américas. Iniciando a escrita a partir dos contextos dos estudos de comunicação dos EUA, refletimos sobre algumas das bases da hegemonia norte-americana na história e historiografia desse campo. Destacamos a importância do trabalho que, por um lado, descentraliza e coloca em perspectiva os EUA e, por outro, mapeia os fluxos transnacionais e as dinâmicas inter-regionais que moldaram os estudos de comunicação em todas as suas variações nas Américas. Em seguida, exemplificamos como poderia ser uma história transnacional das relações entre EUA e América Latina, fornecendo uma periodização preliminar desde o início do século XX até os dias atuais.

Palavras-chave: história transnacional da pesquisa em comunicação, Américas, geopolítica, dinâmica do conhecimento

ABSTRACT

This essay reflects on the potential for scholarship that sensitively treats the histories of media and communication research across the Americas. Writing from the contexts of U.S. communication studies, we begin by reflexively considering some of the bases of U.S. hegemony within the history and historiography of the field. We suggest the import

^aProfessor Emeritus, Department of Communication, University of Colorado Boulder, USA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7156-467X>. E-mail: peter.simonson@colorado.edu

^bProfessor of Media & Communication, Muhlenberg College, USA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3674-1930>. E-mail: pooley@muhlenberg.edu

^cProfessor of Communication, Lake Forest College, USA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7019-1525>. E-mail: park@lfc.edu



of work that provincializes and decenters the U.S. and also traces transnational flows and cross-regional dynamics that have constituted communication studies in all its versions across the Americas. We then illustrate what a transnational history of U.S.-Latin American entanglements might resemble, offering a provisional periodization from the early twentieth century to the present.

Keywords: Transnational history of communication research, the Americas, geopolitics, knowledge dynamics

OLIVRO RECENTE DE William F. Eadie (2022), *When Communication Became a Discipline*, acompanha o surgimento da pesquisa em comunicação nos EUA. Eadie, porém, nunca especifica o alcance geográfico de sua história: o objeto do livro é a disciplina da comunicação. É fácil perceber que ele está escrevendo sobre os EUA e nenhum outro lugar, e que o “nós” ao qual o livro se dirige são colegas acadêmicos dos EUA. Ainda assim, há algo de chocante no artigo definido (“a disciplina”) em um estudo que posiciona a sua abrangência tão implacavelmente. O escopo declarado do projeto é universal, mas a história, em si, é circunscrita.

When Communication Became a Discipline não é, claramente, uma exceção. Trata-se da mais recente manifestação de um padrão predefinido exclusivamente para narrar a história dos estudos de mídia e comunicação nos EUA. Essa historiografia foi construída sobre o apagamento sistemático de outras tradições ao redor do mundo, além de ocultar as contribuições feitas por mulheres, membros de grupos minoritários e instituições menos prestigiadas nos EUA. Isso reflete dinâmicas geopolíticas que favoreceram homens brancos bem situados nos Estados Unidos, confiantes em seus direitos de se beneficiarem do trabalho dos outros dentro das ordens hegemônicas de privilégios não merecidos em que nasceram.

As limitações destas histórias não marcadas e centradas nos EUA são amplamente conhecidas por indivíduos em outras áreas do mundo, particularmente na América Latina. Não apenas silenciam as tradições robustas dos estudos de comunicação na região, mas também são parte de um padrão geopolítico marcadamente familiar das tentativas dos EUA de controlar a região, permanecendo desavisadamente ignorantes das culturas e dos povos que a habitam. Como autores, estamos cientes desses padrões, ao mesmo tempo em que nos esforçamos para evitar reproduzi-los involuntariamente em nosso próprio trabalho.

Neste ensaio, propomos reexaminar o artigo definido do livro de Eadie. A tarefa urgente para os historiadores dos estudos de comunicação dos EUA é circunscrever e particularizar o campo tal como se desenvolveu naquele país e situá-lo dentro dos movimentos internacionais de ideias, instituições e pessoas

que constituíram o campo globalmente. Acreditamos que trabalhar com uma estrutura panamericana é uma parte especialmente promissora deste projeto mais amplo, que nos permite investigar as complexidades Norte-Sul dentro do hemisfério. Trata-se de um projeto extenso e multifacetado que demanda novas colaborações internacionais. É preciso pesquisas primárias mais minuciosas, bem como de esforços para conectar fragmentos da história que estão presentes na literatura atual. O objetivo não é criar uma nova narrativa principal, mas sim construir uma coleção pluralista de histórias que reflitam tanto as complexidades Norte-Sul quanto as particularidades dos diferentes contextos em que cada um de nós vive. Com este ensaio, esperamos contribuir para esse esforço maior.

Iniciando a escrita a partir dos contextos dos estudos de comunicação dos EUA, começamos refletindo sobre algumas das bases da hegemonia norte-americana na história e historiografia desse campo. Esse tipo de reflexão, que os estudiosos críticos latino-americanos têm feito desde o final da década de 1960, é uma parte essencial do projeto, que em sua forma plena exigiria uma sociologia histórica do conhecimento que analisasse a dinâmica que produziu o universalismo não marcado que caracterizou o campo e suas histórias em nosso país. O projeto também requereria uma investigação aprofundada das linhas de exclusão relacionadas a raça, gênero/sexualidade, indigeneidade, língua e localização geopolítica que marcaram o campo em todas as suas manifestações nacionais, certamente incluindo os EUA. O periódico que editamos, *History of Media Studies*, faz parte de nossos esforços para realizar esse tipo de trabalho crítico-reflexivo (Simonson et al., 2022a, 2022b). Esta primeira seção deste ensaio é uma extensão desse projeto.

A segunda tarefa abrangente é reconstrutiva: escrever novas histórias que, por um lado, descentralizem os EUA e, por outro, mapeiem os fluxos transnacionais e as dinâmicas inter-regionais que moldaram os estudos de comunicação em todas as suas variações nas Américas. Reforçamos a necessidade de novas colaborações, representadas nesta edição da **MATRIZes** e nas seções especiais paralelas de *Comunicación y Sociedad* (México) e *History of Media Studies* (EUA). Nossa contribuição para esse esforço envolve explorar como seria uma história dos estudos da comunicação se ela se concentrasse nas complicações transnacionais entre os EUA e a América Latina. Esse projeto acarreta riscos associados à longa história do imperialismo estadunidense para além de nossa fronteira sul. Reconhecemos e tentamos abordá-los diretamente ao promover dois tipos de trabalho reconstrutivo: 1. oferecer uma heurística para investigar as forças transnacionais que moldaram o campo ao longo do tempo e 2. usá-la para esboçar três eras históricas da relação complexa entre América Latina e EUA desde o início do século XX até o presente. Nossos relatos dessas três eras



podem não ser exaustivos, mas esperamos que sejam ilustrativos do potencial de um quadro transnacional nas Américas.

ESTADOS UNIDOS: HEGEMONIA DE DENTRO PARA FORA

Por mais de cem anos, a literatura dos EUA se baseou em uma audaciosa fusão da tradição nacional com a mundial. De forma inquestionavelmente rotineira, livros e artigos sobre desenvolvimentos específicos dos EUA se tornaram a representação da história dos estudos de mídia e comunicação¹. Mesmo críticos dos relatos triunfalistas, como William Eadie, tendem a deixar suas reduzir o destaque de suas histórias².

A peculiaridade mascarada na historiografia norte-americana reflete, em grande medida, o estilo de pensamento do próprio setor nos EUA, especialmente desde a Segunda Guerra Mundial. Isso se manifesta na adoção do termo “pesquisa em comunicação” e na subsequente institucionalização multifacetada desse campo. Conforme documentado involuntariamente pela historiografia publicada, os estudiosos da comunicação dos EUA têm o hábito de descrever suas descobertas em termos universais, considerando seus compatriotas como seus únicos pares relevantes.

Um ponto mais especulativo (que não pode ser elaborado nem defendido neste trabalho) é que o universalismo arrogante da disciplina nos Estados Unidos foi condicionado pela hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra. Em um eco marcante da participação dos EUA na economia global na época, *mais da metade* dos cientistas sociais do mundo estavam baseados nos EUA no início do período pós-guerra. Conforme discutido brevemente neste artigo, um grupo de elite de pesquisadores em comunicação dos EUA (a maioria dos quais relacionados com as principais disciplinas das ciências sociais) ajudou a formar uma posição avançada no início da Guerra Fria. Historiadores das ciências sociais enfatizaram repetidamente a mistura pós-guerra de autoconfiança coletiva, objetividade professada e evangelismo internacional que caracterizou os cientistas sociais dos EUA nesse período, especialmente membros autodeclarados da vanguarda das *ciências comportamentais* (Heyck, 2015). O ponto é que a posição geopolítica do país como hegemonia incomparável do “mundo livre” foi refletida em seu enorme e bem-financiado sistema universitário. A tendência dos acadêmicos estadunidenses, tanto dentro quanto fora da comunicação, de universalizar suas particularidades foi, ao menos nesse período, respaldada pela Pax Americana.

Vista dessa forma, a adoção do artigo definido pelos historiadores da pesquisa em comunicação nos EUA é uma espécie de eco duplo da arrogância abastada da área, ela própria enraizada na do país. Essa interpretação ajuda a explicar o

¹ O influente relato de Jesse Delia (1987), publicado no *The Handbook of Communication Science* e um dos primeiros a reivindicar sinopticamente todo o campo da “comunicação”, ilustra este ponto: um título universal com um foco quase exclusivo no caso particular dos EUA. O mesmo se aplica ao amplamente citado relato de Everett Rogers (1994), detalhado em um livro extenso.

² Todd Gitlin (1978), por exemplo, deu à sua crítica da sociologia da mídia de meados do século no *Bureau of Applied Social Research* um título sem modificações ou referências geográficas: “Media Sociology: The Dominant Paradigm”. A mesma dinâmica ocorre na exposição de Christopher Simpson (1994) sobre a pesquisa em comunicação dos EUA durante a Guerra Fria.

imaginário global peculiar presente na maior parte da literatura publicada, que mistura indiferença com imperialismo. A indiferença é mais direta, com os EUA tratados como um centro sem periferia. É muito mais simples confundir a nação com a ideia de mundo se não houver um mundo a ser considerado. Nossa visão, no entanto, é que essa insularidade semideliborada é fundamentada, e continua sendo sustentada, pela disseminação implícita do modelo dos Estados Unidos. Em outras palavras, há uma presunção não declarada na historiografia de que todos os desenvolvimentos significativos ocorreram nos Estados Unidos, a ponto de a história internacional se manifesta na emanção desse conceito. Em uma vertente da literatura, isso se refere às viagens e aventuras de Wilbur Schramm (por exemplo, McAnany, 2012). De qualquer forma, a crença não expressa é de que a ação relevante, ou seja, os elementos dignos de registro, ocorreu primeiramente nos Estados Unidos e, depois, se difundiu pelo mundo. Se estivermos corretos, esse imaginário compartilhado tem legitimado a falta de interesse e o completo desconhecimento do restante do mundo – incluindo a América Latina.

RELAÇÕES ENTRE EUA E AMÉRICA LATINA: RUMO A UMA HISTÓRIA

Como observado por Maria Löblich e Stefanie Averbek-Lietz (2016), “as conexões transnacionais têm sido parte dos Estudos de Comunicação desde seus primórdios” (p. 25). Essas conexões têm sido frequentemente ignoradas pelos enquadramentos nacionais nos quais grande parte da história desse campo foi escrita – alguns, embora não todos, associados à hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra. O resultado tem sido um padrão desequilibrado de reconhecimento das relações entre o Sul e o Norte das Américas. A América Latina é quase invisível na literatura centrada nos Estados Unidos, como é ignominiosamente refletido na nomenclatura “American” (americano/a) para os Estados Unidos³. Fora do campo da comunicação para o desenvolvimento, tem sido raro encontrar relatos históricos do campo nos EUA que reconheçam a importância dos envolvimento com a América Latina ou discutam comparativamente as tradições entre regiões. As abordagens dos Estados Unidos, ao contrário, têm grande destaque no crescente corpo de estudos em inglês sobre a história da pesquisa em comunicação na América Latina, frequentemente acompanhadas como contrapontos explícitos no desenvolvimento de alternativas locais.

Aqui nos perguntamos o que seria necessário para escrever uma história mais completa das relações entre os estudos de comunicação nos Estados Unidos e na América Latina. Levantamos essa questão cientes das problemáticas origens coloniais do termo “América Latina”, suas conexões com uma versão do imperialismo estadunidense direcionada para os territórios ao sul do continente, e a

³ É claro que até “os Estados Unidos” seja uma apropriação territorial linguística, dados os nomes oficiais de México e Brasil. No entanto, por falta de alternativa melhor, utilizamos “Estados Unidos” e “EUA” como abreviações neste trabalho.



heterogeneidade de uma vasta região com mais de 600 milhões de pessoas e 20 países modernos (Fuentes-Navarro, 2016, p. 338). Prosseguimos nessa direção em parte porque a designação “América Latina” tem desempenhado um papel importante nos discursos transnacionais da pesquisa em comunicação desde pelo menos a década de 1930, sendo empregada tanto por estrangeiros quanto por nativos. Consideramos as conexões da região com o imperialismo dos Estados Unidos como uma conjuntura histórica crucial que precisa ser mais explorada – especialmente para aqueles que trabalham nos EUA. Para além disso, compreendemos a colonialidade como uma condição dos estudos de comunicação em todas as Américas que, embora este não seja o foco principal deste ensaio, demanda uma análise crítica concertada, da qual Erick Torrico (2016a, 2018) e outros estudiosos latino-americanos têm se ocupado ao longo da última década.

Utilizando abordagens sociológicas para a história dos estudos de comunicação (por exemplo, Fuentes-Navarro, 1998; Löblich & Scheu, 2011) e declarações programáticas que têm como foco uma história transnacional das ciências sociais (especialmente Heilbron et al., 2008), propomos a heurística de *ideias, instituições, pessoas e contextos sociopolíticos* como um quadro amplo e produtivo para investigar a história desse campo nas Américas. Cada um desses quatro elementos possui ampla abrangência. As *ideias* ultrapassam o domínio intelectual sociocognitivo de teorias, paradigmas, conceitos e métodos, bem como o conjunto sociomaterial de livros publicados, artigos, tecnologias de investigação, práticas pedagógicas, iniciativas organizadas (*applied research*, ou pesquisa aplicada) e o uso encarnado, recepção e tradução delas ao cruzarem fronteiras e se moldarem em contextos específicos. As *instituições* variam desde agências governamentais, organizações internacionais e fundações privadas até associações profissionais, universidades, departamentos, editoras, periódicos e os colégios invisíveis que elas suportam. As *pessoas*, por sua vez, referem-se aos acadêmicos, estudantes, pessoal de apoio e outros agentes que ajudam a produzir ideias e instituições e, em parte, são produzidos por meio delas. Por fim, os *contextos sociopolíticos* abarcam todas as maneiras como dinâmicas sociais mais amplas moldaram o campo de estudos de comunicação – por exemplo, ideologias dominantes e contra-hegemônicas, hierarquias de poder e privilégio, dramas geopolíticos de Estados-nação e seus aliados, movimentos sociais e culturais, e estruturas de sentimento que compõem momentos históricos em particular. Essas quatro categorias principais estão, naturalmente, interrelacionadas, assim como os fenômenos sugeridos por cada uma delas, refletindo as complexidades intrincadas dos campos acadêmicos como fenômenos históricos.

Refletir de maneira especificamente *transnacional* sobre o nexo entre a pesquisa em comunicação nos Estados Unidos e na América Latina significa

conceber várias zonas de contato, nas quais ideias, instituições e pessoas de diferentes nações se envolvem umas com as outras de maneiras significativas. Embora essas zonas de contato possam estar geograficamente localizadas dentro de uma nação, elas são moldadas por contextos sociopolíticos que transcendem essa localização. Entre os fenômenos de interesse em um contexto transnacional estão textos que ultrapassam fronteiras, estudantes de pós-graduação buscando diplomas em países estrangeiros, encontros e associações profissionais internacionais, iniciativas transfronteiriças apoiadas por governos e fundações privadas, editoras multinacionais e sistemas de classificação, e estilos de pensamento intelectual locais que se moldam em relação a alternativas percebidas associadas a outras regiões. Um dos desafios é adotar uma compreensão verdadeiramente comunicativa desses fenômenos e zonas de contato multifacetados, reconhecendo o dinamismo dos encontros e as múltiplas formas que ele pode assumir.

Se a heurística de quatro elementos pode orientar a investigação de uma maneira, uma ampla periodização pode adicionar um segundo eixo organizador. Estudiosos latino-americanos ofereceram diversas periodizações históricas para o campo na região (por exemplo, Marques de Melo, 2011b; Torrico, 2016b). Um quadro transnacional pode se sobrepor a eles, mas também busca por eras significativas nas relações Norte-Sul. Sugerimos três eras como ponto de partida para investigações posteriores: 1. Um longo período inicial, que se estende desde as primeiras décadas do século XX até meados da década de 1960, inicialmente baseado em intercâmbios em torno da educação e pesquisa em jornalismo antes de abranger a comunicação de massa e pesquisa de opinião pública a partir dos anos 1930 (nosso principal foco neste ensaio). Nesse período, fortemente influenciado pela Segunda Guerra Mundial e os esforços dos Estados Unidos para exercer hegemonia durante a Guerra Fria, a pesquisa em comunicação foi institucionalizada – primeiro nos Estados Unidos e depois, de forma embrionária, na América Latina. 2. Um dinâmico período intermediário, abrangendo do final dos anos 1960 ao início dos anos 1990, marcado sociopoliticamente pelos movimentos da Nova Esquerda em ambas as regiões, intensos debates sobre paradigmas e métodos, o aumento do movimento de pessoas e contatos além das fronteiras, e intercâmbios intelectuais significativos mediados por meio de estudos acadêmicos em língua inglesa. Este período testemunha uma institucionalização mais profunda, porém ainda incompleta, do campo na América Latina e sua rápida expansão e pluralização nos Estados Unidos. 3. Um período recente ainda em curso, desde meados da década de 1990 até o presente, caracterizado por processos acelerados de globalização, neoliberalismo, especialização subdisciplinar, versões de profissionalismo influenciadas pelos Estados Unidos e, nas duas últimas décadas, uma consciência crítica ampliada



sobre formas neocoloniais de dominação nos sistemas de conhecimento mundial. Este período também testemunha uma plena e generalizada institucionalização dos estudos de comunicação em toda a América Latina, organizada por meio de um extenso sistema acadêmico em língua espanhola e portuguesa que enfrenta desafios advindos das novas forças de dominação em língua inglesa.

⁴ Sobre o caso dos EUA, ver Carey (1979) e Folkerts (2014); e para os países latino-americanos, Nixon (1982), Moreira & Lago (2017) e Islas & Arribas (2010, pp. 4-5).

⁵ Veja, por exemplo, Daros & Rüdiger (2022) sobre a discreta recepção brasileira de modelos de jornalismo e educação jornalística dos EUA das décadas de 1940 até o início dos anos 1960. Gómez-Palacio (1989, p. 41) relata, no entanto, que a primeira escola de jornalismo na região, fundada na Argentina, contou com ajuda da Escola de Jornalismo da Universidade Columbia.

⁶ A Fundação Rockefeller já havia reunido muitas das figuras que ocupariam, a partir de 1940, a nova posição avançada do campo no esforço de guerra até meados da década de 1930, com o objetivo de implementar novos métodos de pesquisa no impulsionamento das rádios educativas. Com o início da guerra na Europa, a fundação, na prática, reorientou sua rede e infraestrutura para servir à causa da propaganda Aliada antes da entrada formal dos EUA na guerra. Veja Gary (1996), Buxton (1994) e – para um projeto de rádio da Rockefeller centrado na América Latina no final da década de 1930 – Cramer (2009).

⁷ Como José Luis Ortiz Garza e outros demonstraram, a operação de Cantril deixou para trás uma história significativa, embora controversa, no México. Veja Ortiz Garza (2007); Moreno & Sánchez-Castro (2009); e, sobre o caso brasileiro, Tota (2009, pp. 23-57); e Vassallo de Lopes & Romancini (2016, p. 351).

Paralelos e incursões: Do início do século XX a meados da década de 1960

Nas primeiras décadas do século XX, o estudo da mídia e comunicação era disperso e desorganizado. Isso era verdade tanto para os Estados Unidos quanto para os países da América Latina. Nas duas regiões, uma década ou duas antes nos EUA, o jornalismo foi introduzido na universidade, de maneira desigual, por meio de cursos, cátedras ou (em menos casos) escolas independentes dedicadas ao treinamento de repórteres. Em todo o hemisfério, o padrão parece ter sido semelhante: uma pulverização de iniciativas baseadas na universidade, lentamente se acumulando e atendidas por uma fina camada de estudos sobre a história da imprensa, direito e ética⁴. A educação e os estudos em jornalismo se desenvolveram de forma aproximada nos EUA e na América Latina, com poucas linhas proeminentes de engajamento ou influência transcontinental registradas na literatura secundária⁵.

Isso logo mudaria. A pesquisa em comunicação, assim chamada, foi estabelecida primeiramente nos EUA antes da Segunda Guerra Mundial. Os sociólogos, cientistas políticos e psicólogos sociais que começaram a se autodenominar “pesquisadores em comunicação” foram inicialmente reunidos pela Fundação Rockefeller⁶. De maneira reveladora, uma das primeiras aplicações desse campo recém-nomeado foi na América Latina, na forma de uma vasta e clandestina operação de pesquisa sob os auspícios do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos de Nelson Rockefeller. Parcialmente financiada pela fundação da família e liderada pelo psicólogo Hadley Cantril – colega de dormitório de Nelson na Ivy League –, a campanha secreta em toda a região foi usada para orientar políticas e propagandas visando garantir a lealdade dos latino-americanos à causa Aliada (Cramer & Prutsch, 2006; Navarro & Ortiz Garza, 2020; Ortiz Garza, 2012). Nos seus primórdios, o campo nos EUA serviu como uma extensão da Doutrina Monroe de meados do século XX. A pesquisa em comunicação, nesse momento crucial, representava o conhecimento *sobre* a América Latina *para* as elites dos EUA, obtido sob falsos pretextos⁷.

Esse emprego unilateral e de cima para baixo da pesquisa em comunicação dos EUA para a América Latina foi repetido, em momentos ainda pouco explorados na literatura, nas primeiras décadas da Guerra Fria. Um exemplo terá que

representar os demais, um que seja apropriado: Hadley Cantril, com a ajuda de investimentos privados de Nelson Rockefeller, utilizou a mesma abordagem discreta para avaliar a opinião cubana no tenso período após a revolução de 1959. Em 1960, o grupo de Cantril conduziu uma pesquisa clandestina na ilha, cujo verdadeiro propósito foi mascarado por questões que aparentavam inocuidade, mas com o objetivo explícito – como em 1940 – de informar a política da Casa Branca (Cantril, 1967, pp. 1-5)⁸. O ponto a ser enfatizado é que a pesquisa em comunicação dos EUA no pós-guerra coevoluiu com o estado de segurança nacional da Guerra Fria – uma aliança que, em grande parte, girava em torno de uma campanha compartilhada para conquistar os corações e mentes do “Terceiro Mundo”, na América Latina e ao redor do mundo não-alinhado (Pooley, 2008).

Ainda assim, é importante contextualizar o padrão de operações secretas – a “guerra psicológica” da pesquisa em comunicação dos EUA direcionada à América Latina – em um contexto mais amplo. Sem negar a significância constitutiva da Guerra Fria, é possível adicionar uma narrativa sobreposta, porém mais complicada – uma que possivelmente foi mais relevante para o relacionamento pós-guerra entre a pesquisa em comunicação dos EUA e da América Latina. Aqui nos referimos à tentativa *explícita* de exportar o modelo dos EUA para a América Latina, principalmente com o estabelecimento, em 1959, do Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina (CIESPAL).

Para recapitular brevemente essa segunda história – o contraponto público à trama dos bastidores – voltamos à Segunda Guerra Mundial, quando os recém-batizados pesquisadores em comunicação dos EUA passaram a integrar uma série de agências federais centradas em propaganda e moral. Um desses personagens, o estudioso da literatura Wilbur Schramm, viu uma oportunidade. Durante e após a guerra, ele recrutou professores favoráveis à pesquisa em algumas escolas proeminentes de jornalismo, com o objetivo consciente de institucionalizar, como uma disciplina com doutorado, o que antes constituía uma encruzilhada interdisciplinar. Em meados da década de 1950, a marcha de Schramm pelas escolas de jornalismo estava em pleno andamento. As novas coordenadas intelectuais da disciplina estavam, crucialmente, alinhadas com o movimento mais amplo das ciências comportamentais, apoiadas pelas mais importantes fundações e agências de segurança nacional. Assim como outros cientistas comportamentais, os estudiosos de comunicação no molde de Schramm eram *a favor* da ciência e *contra* o socialismo. Da metade para o final dos anos 1950, eles produziram em conjunto uma nova literatura ativista sobre “modernização”, baseada na convicção de que o crescimento econômico e a infraestrutura de comunicações imunizariam o “Terceiro Mundo” – incluindo fortemente a

⁸ Cantril (1967, p. 2) observou que o estudo “é claro, não poderia incluir perguntas diretas e utilizou inteiramente o que os técnicos chamam de perguntas abertas, questões formuladas indiretamente, de maneira que muito poucas pessoas se recusariam a respondê-las”.



América Latina – contra o flagelo soviético (Gilman, 2003; Latham, 2000). No enquadramento de influências de Schramm, a pesquisa em comunicação também fazia parte desse projeto. Como dito por ele em uma reunião da UNESCO em Santiago, Chile, em 1961, “assim como o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa é parte essencial do desenvolvimento econômico, a pesquisa em comunicação de massa é essencial para o desenvolvimento mais rápido e eficiente dos meios de comunicação de massa” (Schramm, 1960, p. 7).

Essa literatura de modernização foi um importante pano de fundo para a fundação do CIESPAL, em 1959, no Equador⁹. Embora estabelecido pela UNESCO, nos primeiros anos o centro também foi financiado pela Organização dos Estados Americanos e pela Fundação Ford. A missão do CIESPAL, e em certa medida sua operação, centrava-se no jornalismo – daí o *Periodismo* em seu nome e em consonância com a iniciativa de jornalismo da UNESCO dos anos 1950, da qual fazia parte.

O CIESPAL teve como base o mesmo lapso produtivo do jornalismo para a comunicação que havia caracterizado a disciplina nos EUA por mais de uma década. Isso não foi surpresa: nos primeiros cinco anos, o centro serviu quase que como um posto avançado dos EUA. Seu programa editorial era amplamente dedicado a traduções de “clássicos” norte-americanos, a maior parte de seu corpo docente rotativo era dos EUA e seu currículo estava inequivocamente estabelecido no campo das ciências comportamentais (Daros, 2023, pp. 109-111; Day, 1966; Gómez-Palacio, 1989, pp. 26–29, p. 164; Marques de Melo, 1988, p. 409; Meditsch, 2021, p. 128). Os estudiosos e as abordagens europeias também foram importantes, mesmo nos primeiros anos do CIESPAL, mas eram claramente secundários em relação ao modelo norte-americano (Marques de Melo, 1983a, pp. 182-183).

Foi neste período do início da década de 1960, após a revolução cubana de 1959 ter reorientado a atenção de Washington para o sul, que um grande número de latino-americanos começou a obter diplomas nos EUA (Gómez-Palacio, 1989, pp. 26-28)¹⁰. Universidades como Michigan State, Wisconsin e Stanford eram destinos especialmente comuns para o estudo, e todas mantiveram laços com a região ao longo das décadas seguintes¹¹. A agenda inicial de pesquisa do CIESPAL estava amplamente orientada para estudos de desenvolvimento dentro do quadro da modernização, complementada por estudos comparativos dos meios de comunicação na região. Acadêmicos dos EUA lideravam e se destacavam nesse trabalho, entre eles Raymond Nixon, estudioso de jornalismo da Universidade de Minnesota, que na época era presidente da International Association of Media and Communication Research (Associação Internacional de Pesquisa em Mídia e Comunicação, IAMCR) patrocinada pela UNESCO. Paul Deutschmann, da

⁹ Uma extensa literatura está disponível sobre o CIESPAL e o campo latino-americano. Veja Daros (2023); Feliciano (1988); Marques de Melo (2011a); Meditsch (2021); Aragão (2017) e Ruiz (2010).

¹⁰ Luis Ramiro Beltrán e Juan Díaz-Bordenave, por exemplo, estudaram ambos na Michigan State. A França também foi um local de estudo para vários acadêmicos latino-americanos.

¹¹ Veja, por exemplo, a longa influência das relações de Stanford com El Salvador (Lindo-Fuentes, 2009).

Michigan State, liderou um importante estudo de modernização no CIESPAL; Everett Rogers, seu colega de faculdade, continuou o trabalho focado na difusão de “inovações” agrícolas (Beltrán, 1993, pp. 12-14; Fuentes-Navarro, 2005). A abordagem importada dos EUA consistia na comunicação para o desenvolvimento em um duplo sentido: foi projetada para auxiliar a modernização da América Latina, mas também – e esse estava entre os objetivos orientadores do CIESPAL – para difundir a própria disciplina dos EUA.

Esse projeto disciplinar teve sucesso de forma qualificada. Como havia acontecido nos EUA, o escopo das escolas de jornalismo latino-americanas existentes foi ampliado para incluir a pesquisa em comunicação – e um grande número de novas escolas e departamentos foi estabelecido ao longo da década, a maioria deles voltados apenas para graduação (Daros, 2023, pp. 110-112; Day, 1966; Vassallo de Lopes & Romancini, 2016, pp. 352-353). Ao mesmo tempo, a disseminação institucional foi justificada pela popularização da televisão e de outros meios não impressos em toda a região. Evidências apontam que o CIESPAL tenha sido um agente decisivo nesse processo.

Até meados da década de 1960, a presença dos EUA era evidente em nosso esquema de quatro aspectos: pessoas (Nixon, Deutschmann, Schramm e Rogers), ideias (modernização, difusão), instituições (UNESCO, CIESPAL, Fundação Rockefeller) e contextos sociopolíticos (Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria). O argumento poderia ser feito – e logo foi, repetidamente – de que a importação dos EUA era uma imposição estrangeira, o último capítulo na longa campanha dos EUA pela hegemonia hemisférica. As suposições universalistas do modelo dos EUA em torno da medição quantitativa de persuasão unidirecional de curto prazo foram, até o início da década de 1970, expostas como paroquialismo mascarado. As pessoas, as ideias e o contexto sociopolítico do momento inicial do CIESPAL cederam, mas as instituições – as escolas de jornalismo reformuladas e o próprio CIESPAL – sobreviveram, adaptando-se a novos objetivos autogovernados. O modelo norte-americano começou como fonte, mas rapidamente se converteu em contraste, em uma disciplina logo reivindicada “*pelos latino-americanos e para a América Latina*” (Marques de Melo, 1988, p. 411).

Esquerdas ressurgentes e interação dinâmica no período intermediário: do final da década de 1960 ao início da década de 1990

A era entre o final da década de 1960 e o início da década de 1990 representa um período vibrante nas zonas de contato transnacionais do campo da comunicação entre a América Latina e os EUA. Partes desse capítulo da história já foram contadas, mas há ainda muito trabalho a ser feito. O surgimento da



Nova Esquerda foi um catalisador essencial, vinculado a movimentos sociais liderados por estudantes universitários, trabalhadores, mulheres, afrodescendentes e povos indígenas. Suas ações às vezes se alinhavam com movimentos de independência nacional e com o Movimento dos Não-Alinhados, que buscava contrabalançar a bipolarização geopolítica da Guerra Fria. Esses movimentos foram alimentados por marxismos, pós-colonialismos, feminismos e formas ascendentes de democracia participativa ressurgentes e muitas vezes centrados na cultura. Universidades e campos acadêmicos foram terrenos de confronto, onde radicais e reformadores buscavam transformar as práticas estabelecidas.

Esse foi o contexto amplo em que as abordagens dominantes de pesquisa em comunicação nos EUA foram alvo de críticas contundentes. A história se repetiu nas ciências sociais e nas humanidades, mas cada disciplina tinha suas particularidades. Nos estudos de comunicação, linhas distintas foram traçadas entre campos que receberam diferentes denominações: pesquisa crítica versus pesquisa administrativa, estudos culturais versus pesquisa de comunicação de massa, além de correntes como marxismo e semiologia em contraposição ao behaviorismo e positivismo. *Ideologia, hegemonia, dependência e imperialismo* foram conceitos proeminentes entre os estudiosos críticos, que ofereceram críticas incisivas sobre *efeitos, funções, modernização e difusão de inovações*. Disputas de paradigmas eram travadas em disciplinas, departamentos e contextos nacionais, frequentemente com uma dimensão geracional. Esses debates, transpondo fronteiras, alimentaram o desenvolvimento do que, na década de 1990, era chamado de Latin American School/Escuela Latinoamericana¹².

Várias figuras-chave na construção de uma alternativa latino-americana à pesquisa em comunicação dos EUA tiveram experiências formativas nos EUA. Este ponto, por razões epistemológicas e políticas, nem sempre é enfatizado na historiografia dos estudos de comunicação latino-americanos (os contextos europeus que influenciaram Eliseo Verón, Antonio Pasquali, Armand Mattelart e Jesús Martín-Barbero são mais frequentemente mencionados). Apresentamos isso não para recentrar indiretamente os EUA, mas para destacar os espaços sociais, intelectuais e institucionais de interação que contribuíram para o surgimento de uma formação nova, distinta e de importância vital nos estudos de comunicação.

Consideremos quatro figuras pioneiras. Juan Díaz-Bordenave (1926–2012) obteve seu mestrado pela Universidade de Wisconsin (1955) e doutorado pela Michigan State (1966), com vasta experiência de trabalho em agências de desenvolvimento apoiadas pelos EUA (Fuentes-Navarro, 2022). Luis Ramiro Beltrán (1930–2015) teve uma trajetória semelhante, incluindo bolsas de estudo nos EUA na década de 1950 e pós-graduação em Michigan (mestrado em 1968;

¹²Os primeiros usos deste rótulo foram encontrados em inglês por Chaffee et al. (1990) e em espanhol por Marques de Melo (1993b). Marques de Melo parece ter desempenhado um papel importante na disseminação do termo, cujo uso em ambas as línguas se intensificou desde 2000, ocasionalmente na forma de Escola Crítica Latino-Americana.

doutorado em 1972) (Barranquero, 2014). Após concluir seu primeiro doutorado em uma universidade latino-americana (na Universidade de São Paulo), José Marques de Melo obteve uma bolsa de pós-doutorado na Universidade de Wisconsin (1973-1974). Paulo Freire (1921-1997) também realizou uma série de passagens significativas pelos EUA entre 1967 e 1973. Ele descreveu sua primeira visita a Nova York como “extremamente importante”, onde teve contato com afro-americanos e porto-riquenhos em situações semelhantes às das pessoas desfavorecidas com quem trabalhou no Brasil e no Chile (Freire, 1994/2014, p. 44). É crucial compreender melhor a dinâmica intercultural desses episódios e situações similares, de uma forma que não reproduza padrões neocoloniais que reforcem a ideia de “centro” em oposição à “periferia”.

Clóvis Beltrán foi uma figura especialmente importante na mediação das relações Norte-Sul entre pessoas, ideias e instituições no campo. Sua biografia intelectual se abre para correntes mais amplas da interface entre América Latina e Estados Unidos desde o final dos anos 1960 até o início dos anos 1990. A Michigan State foi um ponto de referência transnacional crucial, especialmente antes da existência de programas de doutorado na América Latina. Everett Rogers orientou sua dissertação de mestrado, David Berlo sua tese de doutorado, e ambos creditaram a faculdade por influenciar seu pensamento (Barranquero & Ramos-Martín, 2022). Na metade dos anos 1970, Beltrán publicou em inglês sobre literatura latino-americana em língua espanhola, que poucos estudiosos dos EUA estavam lendo. Particularmente importantes foram o artigo inovador que ele apresentou na conferência de 1974 da IAMCR em Leipzig e o muito citado “Alien Premises, Objects, and Methods in Latin American Communication Research” (Premissas, Objetos e Métodos Alienígenas na Pesquisa em Comunicação Latino-Americana), publicado em um artigo especial inovador em que Díaz-Bordenave também participou, editado por Rogers e dedicado a repensar a comunicação para o desenvolvimento (Beltrán, 1974, 1976; Díaz-Bordenave, 1976a; Rogers, 1976).

Beltrán introduziu o público de língua inglesa a crítica contundente de Armand Mattelart (1970) à pesquisa em comunicação dos EUA, publicada no notável periódico interdisciplinar *Cuadernos de la Realidad Nacional*, trabalho que acompanhou a concessão de uma bolsa da Fundação Rockefeller ao Chile por Mattelart, e sua leitura de traduções para o espanhol de Robert K. Merton, Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson, Charles Wright e Ithiel de Sola Pool¹³. Beltrán (1979), junto com Díaz-Bordenave (1976b), também se baseou no trabalho de Frank Gerace, um jovem americano influenciado por Freire e que trabalhava na Bolívia e no Peru. Por meio deles, o livro *Comunicación Horizontal* (1973), publicado por Gerace em Lima, foi incluído na matriz de obras que moldaram

¹³Sobre Mattelart no Chile, consulte Zarowsky (2013). Sobre a história da pesquisa crítica e relacionada à modernização no Chile, dos anos 1950 aos anos 1970, veja Davies (1999).



as conceptualizações latino-americanas da comunicação horizontal como uma alternativa democrática à teoria da comunicação de cima para baixo e tecnicista no estilo de Schramm, que impulsionou esforços clássicos de modernização. No geral, Beltrán facilitou diálogos entre pesquisadores críticos e objetivistas, assim como entre o Sul e o Norte, abrindo caminho para outros proeminentes estudiosos latino-americanos publicarem em periódicos de língua inglesa – algo que Marques de Melo (1976, 1988, 1993a), em particular, faria influentemente.

Institucionalmente, a participação de Beltrán nos congressos da IAMCR apontava para um grupo de latino-americanos que ali encontraram espaço antes do estabelecimento da ALAIC (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, fundada em 1978) ou da FELAFACS (Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación, fundada em 1981). A IAMCR esteve ativa na região e realizou as suas conferências semestrais em Buenos Aires em 1972 e em Caracas em 1980 (Cimadevilla, 2021; Roncagliolo & Villanueva-Mansilla, 2023). A International Communication Association (Associação Internacional de Comunicação, ICA) também se reuniria em Acapulco em 1980, fornecendo outro local estruturado para intercâmbio entre Sul e Norte, embora baseado nas normas de uma organização profissional dos EUA.

Os contextos mais amplos dos anos 1970 e 80 para Beltrán e outros incluíam a institucionalização da disciplina na América Latina e esforços coletivos para construir formas de pensamento socialmente engajado nativas da região. As principais correntes dessa história têm sido frequentemente contadas, embora permaneçam desconhecidas para a maioria dos estudiosos dos EUA. As raízes de uma ciência social latino-americana, construída dentro e para a região, remontam ao final dos anos 1940, e nos anos 1960 foram fortalecidas involuntariamente por uma iniciativa de modernização contrarrevolucionária dos EUA, a Aliança para o Progresso (Fajardo, 2021). Nos anos 1960 e 70, à medida que as universidades se direcionavam fortemente para a esquerda política, o impulso por formas indígenas de conhecimento ganhava força, mesmo com as ditaduras militares de direita, frequentemente apoiadas pelos EUA, levando muitos acadêmicos de orientação esquerdista ao exílio (sobre isso, consulte Zarowsky, 2013, 2015). No início e meados dos anos 1970, o CIESPAL, catalisado pelas importantes reuniões de San José, Costa Rica, em 1973, rompeu seus laços com os EUA e tornou-se um local para organizar um campo verdadeiramente latino-americano. Em 1972, deu início a um novo periódico, o *Chasqui*, publicado em espanhol e que centralizava a produção acadêmica da região (Daros, 2023). A energia intelectual e política da época estava vinculada ao relatório de 1980 da Comissão MacBride, que foi um dos principais tópicos das reuniões da IAMCR naquele ano em Caracas (Sánchez-Narvarte, 2022). Os departamentos e

escolas de comunicação continuaram a se expandir pela América Latina, embora de forma desigual, com Brasil e México juntos abrigando cerca de dois terços dos programas no final dos anos 1980. Além disso, a educação e a pesquisa de pós-graduação ficaram aquém da educação de graduação e do treinamento profissional (Fuentes-Navarro, 1994). Organizando-se a partir de redes apoiadas pela IAMCR, os acadêmicos latino-americanos fundaram a ALAIC em 1978, embora ela tenha permanecido estagnada até 1989, quando foi reconstituída e começou a promover reuniões bienais regulares (Marques de Melo, 2011b).

Intelectualmente, múltiplos vetores de contato transnacional produziram uma notável interjeição do pensamento latino-americano nos círculos principais da pesquisa em comunicação dos EUA. Críticos latino-americanos dos paradigmas clássicos de modernização formularam uma explicação de como o desenvolvimento levou a novas formas de dependência, uma palavra que, até o final dos anos 1960, era “um termo ubíquo na ciência social latino-americana” (Fajardo, 2021, p. 206). O conceito então migrou para o norte, para os EUA (bem como para a Europa), onde entrou nos discursos tanto de cientistas sociais radicais quanto de instituições estabelecidas, como a Fundação Ford. Havia caminhos duplos análogos para o pensamento latino-americano em comunicação. Por um lado, Beltrán e Díaz-Bordenave influenciaram pesquisadores em comunicação para o desenvolvimento nos EUA a fazer revisões politicamente moderadas em seus paradigmas. Por outro, acadêmicos insurgentes mais à esquerda, como Herbert Schiller e Dallas Smythe – que conheceram Mattelart quando viajaram para o Chile em 1972 (Schiller & Smythe, 1972) – engajaram-se com o pensamento Marxizante do Sul. O livro de Mattelart e Ariel Dorfman, *Como leer el pato Donald*, traduzido para o inglês em 1975, foi citado por estudiosos críticos e de estudos culturais nos EUA, embora de maneira geralmente superficial.

Curiosamente, foram os principais cientistas da comunicação, como Rogers, Chaffee, Emile McAnany, Brenda Dervin e Rita Atwood, que estavam entre os mais empenhados em facilitar diálogos com a pesquisa crítica latino-americana (Atwood & McAnany, 1986; Chaffee et al., 1990; McAnany, 1992; Huesca & Dervin, 1994). Eles foram influenciados por seus alunos ou colegas de pós-graduação latino-americanos e alguns também entendiam um pouco de espanhol. Esse período de envolvimento provavelmente atingiu o ápice em meados dos anos 1990, com a tradução para o inglês de *De los Medios a las Mediaciones* (1987) de Martín-Barbero em 1994, um sinal de sua importância para os estudos midiáticos e culturais anglófonos, além de um artigo especial sobre mídia latino-americana no principal periódico sobre comunicação dos EUA, o *Journal of Communication* (editado por Elizabeth Fox, em 1995). Depois disso, com exceção daqueles que estudavam questões latino-americanas, os



estudiosos de comunicação dos EUA geralmente se voltavam para o pensamento vindo da França, Alemanha, Reino Unido – ou, na maioria dos casos, àqueles que chamavam de “americanos”, trabalhando no que consideravam o campo da comunicação.

Metástase neoliberal: de meados da década de 1990 até os dias atuais

O fim da Guerra Fria, a descolonização em curso e a ampla adoção da internet prometiam tornar a década de 1990 um período no qual mudanças na geopolítica e na tecnologia se combinariam para criar um mundo mais inclusivo de estudos midiáticos e de comunicação. Isso não se concretizou, e a dominância dos EUA e do mundo anglófono de forma mais ampla se manteve poderosamente desde o início do milênio. O ideal de globalismo acadêmico dos anos 1990, com suas visões de interconexão radical e multivocalidade, em grande parte se dissipou em uma reinscrição das relações de poder entre América Latina e EUA, embora isso seja vigorosamente contestado por acadêmicos latino-americanos que resistem a esse processo e por um número crescente de estudiosos dos EUA que estão atentos às críticas anticoloniais de seus colegas latino-americanos.

Essa reinscrição das relações de poder é evidente na publicação acadêmica, na qual os EUA, Reino Unido, Austrália e Europa Ocidental ocupam uma posição dominante nas ciências sociais. Demeter (2019a) descreve uma estrutura global de “centro-periferia” nas ciências sociais, algo que se manifesta de modo ainda pior nos estudos de comunicação (Demeter, 2019b). A grande maioria (90%) da lista do Índice de Citação em Ciências Sociais de periódicos de estudos de comunicação e mídia é publicada em países de língua inglesa (Demeter, 2019b, p. 45). Os contornos mais amplos da relação entre os EUA e a América Latina são moldados por esse tipo de estrutura centro-periferia nos padrões de publicação e citação que prevalece globalmente.

Revisões mais abrangentes da publicação acadêmica que revelam a predominância do Norte global identificam fatores (como o uso da língua inglesa, fator de impacto e profissionalização da pesquisa) que reimprimem essa relação centro-periferia. Essas mesmas revisões também revelam que esses fatores, por representarem a extensão das tradições do Norte global, são impostos de forma mais incisiva na periferia do que no centro. Os estudos de comunicação na América Latina oferecem uma demonstração vívida desse padrão, como ilustrado na descrição feita por Heram e Gándara (2021) sobre o lugar institucional da produção acadêmica latino-americana em comunicação na década de 1990. Eles descrevem os anos 1990 como um período em que a “ofensiva ‘neoliberal’ do capitalismo se aprofundou em toda a região” (p. 38), um desenvolvimento

ligado à profissionalização do campo da comunicação e ao seu afastamento de impulsos mais críticos. A tradição distintivamente latino-americana, que havia ganhado destaque nos anos 1970 e 1980, confronta essa lógica neoliberal de incorporação em crescimento. Nos anos 2000, em meio a crises políticas e econômicas, o avanço das tendências de profissionalização nas estruturas acadêmicas continuou, mas esse avanço é contraposto pela região ter desenvolvido seus próprios periódicos, organizações e cultura acadêmica.

Muito da relação entre a produção acadêmica em comunicação nos EUA e na América Latina pode ser compreendido em termos da persistente dominância global da língua inglesa na publicação acadêmica. Essa dominação está conectada a formações geopolíticas mais amplas, assim como Albuquerque (2021) conecta o “centrismo anglófono ocidental” no meio acadêmico às relações de poder unipolares que surgiram nos anos 1990 (p. 181). Esse mundo unipolar convida os acadêmicos latino-americanos a conectar seus trabalhos com “teorias, princípios culturais e convenções, e agendas de pesquisa originadas no meio acadêmico anglófono” (p. 181). O imenso potencial prometido pelas mídias digitais é subestimado por um sistema que “introduz artificialmente a escassez e a homogeneidade” (p. 182).

Os efeitos dessa escassez e homogeneidade fabricadas encontram uma demonstração poderosa na produção acadêmica em comunicação na América Latina nas últimas três décadas. Até os anos 1990, os acadêmicos latino-americanos haviam começado a desenvolver um mundo interconectado de escolas, periódicos, conferências, organizações e comunidades intelectuais que contrastavam fortemente com o conhecido centro de poder anglófono no campo. A busca por um estudo de comunicação mais “global” operou como um vetor a partir do Norte, um choque externo que mina a relevância da produção acadêmica latino-americana. Aqui, a introdução do que Albuquerque et al. (2020) referem-se como o *capitalismo acadêmico* merece alguma consideração. O capitalismo acadêmico “refere-se à organização” do campo acadêmico “em torno de uma lógica de competição de mercado, na qual instituições acadêmicas e profissionais são avaliados em termos de sua eficiência econômica e competem por prestígio e recursos” (p. 88). É um sistema onde as classificações de publicações se tornam um importante mecanismo para a predominância anglófona. À medida que as expectativas para acadêmicos na América Latina estão vinculadas às de impacto no campo, eles são lançados no mercado global de trabalho acadêmico, que, por força das circunstâncias, são os periódicos anglófonos com conselhos editoriais fortemente dominados pelo Norte global. Métricas de publicação, como o Clarivate Journal Citation Reports, apelam para uma preocupação positivista pelo impacto, e seu uso em todo o campo se torna um meio pelo qual impelir



os acadêmicos a ajustarem seus trabalhos para se encaixarem no sistema predominantemente anglófono. E assim, “o status internacional da América Latina foi *rebaixado* quando o sistema de classificação centrado nos EUA” passou a ter crescente importância nos estudos de comunicação nos anos 2000 (p. 197).

Uma parte importante da infraestrutura da pesquisa de mídia na América Latina tem sido o notável número e variedade de periódicos em espanhol e português, muitos deles estabelecidos como plataformas *open access* (de acesso aberto, OA) que não exigem article processing charges (taxas de processamento de artigos, APCs). Aguado-López e Becerril-Garcia (2020) observam que esses periódicos “apontam para como um ecossistema global de comunicações acadêmicas, liderado por acadêmicos e sem fins lucrativos, poderia ser”. Eles oferecem uma tábua de salvação crucial para o desenvolvimento dos estudos de comunicação latino-americanos em seus próprios termos, uma linha de vida que é desafiada à medida que correntes mais amplas na publicação acadêmica ao redor do mundo tendem a favorecer modelos de publicação focados em APCs que frequentemente têm o efeito de deslocar recursos para o centro do Norte global e afastá-los da periferia. Ainda há sinais ocasionais de esperança; Arroyave et al. (2020) descobriram que a pesquisa de comunicação colombiana está atraindo mais notoriedade global graças à Web of Science. No entanto, o domínio do Norte anglófono permanece praticamente intacto. A lógica neoliberal de um meio global unificado para calcular o impacto acadêmico em prol da classificação abre caminho para a reprodução do domínio do Norte global.

A homogeneidade esperada dos estudos, tal como definida pelo mundo anglófono, entra marcadamente em conflito com a prática estabelecida nos estudos latino-americanos sobre mídia. A exclusão dos estudos sobre mídia na América Latina vai além da reprodução de uma monocultura linguística anglófona. As tendências dinâmicas autônomas enraizadas nos estudos de comunicação latino-americanos nas décadas de 1970 e 1980 permitiram o surgimento tanto de um “sincretismo teórico e metodológico” quanto de uma “ênfase na práxis” (Enghel & Becerra, 2018, p. 116). Também se encontra nos estudos latino-americanos o que Enghel e Becerra (2018) chamam de diferença na “lógica organizacional dos argumentos” (p. 122), na qual os estudiosos latino-americanos estão acostumados a um modo mais reflexivo e menos puramente descritivo, prestando-se a um estilo mais ensaístico. Numa academia globalizada, espera-se que autores da América Latina cite obras já consagradas como legítimas no mundo anglófono, negligenciando as citações de fontes em espanhol ou português (Suzina, 2021). As características que tornaram os estudos de comunicação latino-americanos diferentes do modelo dos EUA ganharam vida pelo mesmo espírito independente que motivou o afastamento do CIESPAL

do domínio dos EUA, a fundação (e posterior ressurgimento) da ALAIC, e a virada para uma inspiração intelectual mais crítica de dentro da América Latina (e além). À medida que o campo ostensivamente globalizado sucumbe aos modelos de publicação e aos ideais de profissionalização importados do Norte global, todas estas características distintivamente latino-americanas passam a funcionar como obstáculos a uma circulação mais ampla e ao impacto como meios insuficientemente “profissionais” de produção de trabalho.

A centralidade dos EUA também tem sido reafirmada na educação de pós-graduação desde a década de 1990. Os estudantes viajam para os EUA para fazer pós-graduação há muito tempo, mas esse padrão se acelerou desde a década de 1990, à medida que o acesso à Internet tornou mais fácil para os futuros alunos de pós-graduação encontrarem e se inscreverem em programas de pós-graduação em comunicação nos EUA. Os programas de pós-graduação em comunicação baseados na Internet, igualmente possibilitados pelo alcance expandido da Internet, também intensificaram os esforços para recrutar estudantes de fora dos EUA, incluindo a América Latina (Park & Grosse, 2015). Os estudantes do Sul global que buscam graduações em programas de comunicação nos EUA se veem transformados em “pessoas de cor assim que chegam ao país” e “são ainda rotulados como estrangeiros” (Murty, 2021, p. 687), muitas vezes sentindo a necessidade de espaços de mentoria nos quais possam expressar suas próprias experiências (Murty, 2021, p. 690). A pedagogia na pós-graduação torna-se um importante ponto de contato para a #CommunicationSoWhite (#ComunicaçãoBrancaDemais), onde os estudantes de cor precisam confrontar a relativa falta de preocupação do cânone do campo pela questão racial, deixando-os na posição de “desaprender o cânone” (Mukherjee, 2020, p. 8).

O período neoliberal nesta história que estamos traçando viu o ressurgimento de um movimento para resistir à dominação centrada nos estudos de comunicação nos EUA. Embora o controle ocidental permaneça uma força persistente e mutante, a ideia de desocidentalizar os estudos de comunicação ganhou impulso considerável e se conectou produtivamente com críticas informadas por geopolítica, raça e gênero. Juntos, esses movimentos “desmascaram a pretensão de uma ciência abstrata, asséptica e neutra” (Weisbrot, 2022, p. 26). Os estudiosos de comunicação da América Latina estiveram na vanguarda dos esforços para descolonizar os estudos de comunicação (por exemplo, Magallanes Blanco & Ramos Rodríguez, 2016; Torrico, 2016a). Isso acontece à medida que acadêmicos dos EUA se aproximam da teoria crítica de acadêmicos críticos latino-americanos, incluindo Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, e do trabalho da autora e crítica jamaicana Sylvia Winter. Resta saber o que acontecerá no conflito entre esse coro – agora bem-informado – de vozes críticas e os impulsos



neoliberais que se infiltraram nas camadas profundas da prática acadêmica no século XXI.

Enquanto as duas primeiras eras em nossa periodização foram marcadas por padrões de intercâmbio – com a primeira caracterizada por uma intervenção unidirecional dos EUA e a segunda trazendo consigo um diálogo incipiente e ocasionalmente vibrante –, a terceira é aquela em que o estabelecimento de um sistema de conhecimento neoliberal emergiu como uma poderosa força constitutiva. Os pontos de contato de longa data entre os EUA e a América Latina – escolas de pós-graduação, conferências, associações profissionais e publicações – continuam a promover fluxos de ideias e pessoas. Esses fluxos se intensificaram desde a década de 1990. Ainda assim, esses pontos de contato se veem, em grande parte, influenciados por um sistema acadêmico neoliberal no qual as forças político-econômicas são exercidas de forma mais direta na relação entre os estudos de comunicação nos EUA e na América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a escrita da história disciplinar tem um papel modesto a desempenhar no projeto de conquistar um futuro plural para o estudo organizado dos media e da comunicação. Uma abordagem fundamental para alcançar esse objetivo é descobrir alternativas e trajetórias já percorridas; outra é explicar por que esses caminhos encontraram resistência ou indiferença, com o intuito de revelar as condições de produção de conhecimento que contribuíram para restringir o campo. Nesse sentido, a historiografia latino-americana da pesquisa em comunicação é um exemplo a ser seguido, pois é sensível a premissas, objetos e métodos diversos, ao mesmo tempo em que está motivada a documentar – em desafio parcial à hegemonia da língua inglesa – formas alternativas de delinear o campo.

Este ensaio foi escrito com um espírito autorreflexivo. Começamos explorando o paroquialismo velado da historiografia dos EUA, com suas reivindicações de considerar o caso dos EUA como um reflexo do mundo inteiro – ou como a herança do mundo. Reconhecemos que alguns de nossos trabalhos anteriores adotaram implicitamente esse quadro, o que lamentamos agora. O equilíbrio do ensaio foi uma tentativa de adentrar em uma conversa historiográfica diferente e de longa data, que emerge da complexa circulação de ideias, pessoas e formas institucionais dentro e através das fronteiras. O quadro panamericano, focado nas trocas entre os EUA e a América Latina, é particularmente promissor para esse trabalho contínuo, considerando as tensões geopolíticas e intelectuais que marcaram a história moderna do hemisfério. Nossa periodização provisória dos intercâmbios inter-regionais no campo, aqui delineada, se baseia nessa promessa.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer os perigos de adotar “as Américas” como um objeto comum de atenção histórica. Desde a década de 1990, houve apelos para “internacionalizar”, “desocidentalizar” e “globalizar” o campo dos estudos da comunicação. Como observado por outros autores (por exemplo, Albuquerque & Oliveira, 2021; Willems, 2014), muitos desses apelos vieram de acadêmicos confortavelmente situados na Europa Ocidental e nos EUA, e por vezes tiveram o efeito de obscurecer tradições de pesquisa de longa data em outras regiões, especialmente na América Latina, África e Leste Asiático. Se optarmos por abraçar “as Américas” como um enquadramento para a investigação histórica, precisamos ter cuidado para evitar a reinscrição da hegemonia dos EUA e da língua inglesa, uma tendência na qual os que trabalham no Norte anglófono estão profundamente imersos e muitas vezes perpetuam sem consciência. Essa dinâmica faz parte de nossos padrões institucionais e intelectuais, estendendo-se materialmente por meio de regimes neoliberais de conhecimento. É essencial estarmos atentos a como a reivindicação de uma historiografia do campo nas Américas poderia, no final das contas, apenas recentralizar os EUA de maneiras novas, mas estranhamente familiares.

Com essas precauções em mente, sugerimos que “as Américas” possam ser um organizador produtivo de conhecimento e pesquisa colaborativa, com uma especificidade histórica maior do que as abordagens “internacionalizadas” ou “globalizadas” de investigação podem oferecer. Esse enquadramento transcende as divisões entre Norte e Sul de maneira análoga à rica coleção de ensaios do recente volume de trabalho de estudiosos latino-americanos e europeus (Paulino et al., 2020), assim como às redes ibero-americanas que emergiram entre estudiosos hispanófonos e lusófonos nos últimos anos. Podemos também considerar o excelente volume de ensaios de estudiosos da comunicação do Caribe e da África (Dunn et al., 2021), construído a partir de suas experiências históricas compartilhadas. O conceito de “as Américas” nos direciona imediatamente para os fluxos de ideias, pessoas e recursos financeiros em toda a região, destacando os processos diferenciais por meio dos quais esses fluxos foram mediados em contextos locais. Esse enquadramento também nos coloca em uma perspectiva geopolítica, possibilitando uma investigação cuidadosa sobre as forças da hegemonia dos EUA, as formas de resistência a ela e as alternativas intelectuais que se desenvolveram além do Atlântico Norte. Apesar de figuras como Quijano, Mignolo, Wynter e María Lugones estarem cada vez mais presentes em bibliografias e programas de estudos, a maioria dos estudiosos de comunicação dos EUA e da Europa Ocidental sabe pouco sobre as tradições de pensamento crítico da América Latina e do Caribe. Eles desconhecem como os acadêmicos dessas regiões lideraram os esforços



contemporâneos para descolonizar o campo e suas formas de conhecimento, bem como a existência de um conjunto bem estabelecido de publicações de acesso aberto na região. Existe uma lacuna na leitura e citação de estudiosos fora do Atlântico Norte, um padrão institucionalmente estruturado com uma história própria (Ganter & Ortega, 2019). Do ponto de vista do campo dos EUA, “as Américas” oferecem uma maneira regionalmente focada de continuar a desafiar a visão convencional do campo. No entanto, a verdadeira recompensa virá quando aqueles de nós que investigam a história dos estudos da comunicação nas Américas reunirem seus pensamentos e descobrirem o que podemos aprender em conjunto. ■

REFERÊNCIAS

- Aguado-López, E., & Becerril-Garcia, A. (2020, May 20). The commercial model of academic publishing underscoring Plan S weakens the existing open access ecosystem in Latin America. *LSE Impact Blog*. <https://bit.ly/3G99jrQ>
- Albuquerque, A. (2021). The institutional basis of anglophone western centrality. *Media, Culture & Society*, 43(1), 180-188. <https://doi.org/10.1177/0163443720957893>
- Albuquerque, A., & Oliveira, T. (2021). Pensando o recolonial nos estudos da comunicação: Reflexões a partir da América Latina. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 18(51), 82-102. <https://doi.org/10.18568/cmc.v18i51.2521>
- Albuquerque, A., Oliveira, T. M., Santos, M. A., Jr., & Albuquerque, S. O. F. (2020). Structural limits to the de-westernization of the communication field: The editorial board in Clarivate's JCR system. *Communication, Culture & Critique*, 13(2), 185-203.
- Aragão, I. P. (2017). Primeira década do Ciespal: Fundação e indicações de investigação. *Chasqui*, 135, 339-360.
- Arroyave-Cabrera, J., Repiso-Caballero, R., & González-Pardo, R. (2020). La investigación en comunicación en Colombia vista desde Web of Science. *Revista de Comunicación*, 19(2), 29-45. <https://doi.org/10.26441/RC19.2-2020-A2>
- Atwood, R., & McAnany, E. G. (1986). *Communication and Latin American society: Trends in critical research, 1960-1985*. University of Wisconsin Press.
- Barranquero, A. (2014). El pensamiento comunicacional de Luis Ramiro Beltrán. In L. R. Beltrán, *Comunicología de la liberación, desarrollismo, y políticas públicas* (pp. 17-52). Luces de Gálilo.
- Barranquero, A., & Ramos-Martín, J. (2022). Luis Ramiro Beltrán and theorizing horizontal and decolonial communication. In Y. Miike & J.

- Yin (Eds.), *The handbook of global interventions in communication theory* (pp. 298-309). Routledge.
- Beltrán, L. R. (1974). *Communication research in Latin America: The blindfolded inquiry* [Paper presentation]. International Association for Mass Communication Research, Leipzig, East Germany.
- Beltrán, L. R. (1976). Alien premises, objects, and methods in Latin American communication research. *Communication Research*, 3(2), 107-134. <https://doi.org/10.1177/009365027600300202>
- Beltrán, L. R. (1993). Communication for development in Latin America: A forty-year appraisal. In D. Nostbakken & C. Morrow (Eds.), *Cultural expression in the global village* (pp. 9-31). Southbound.
- Buxton, W. J. (1994). The political economy of communications research. In R. E. Babe (Ed.), *Information and communication in economics* (pp. 147-175). Springer.
- Cantril, H. (1967). *The human dimension: Experiences in policy research*. Rutgers University Press.
- Carey, J. W. (1979). Graduate education in mass communication. *Communication Education*, 28(4), 282-293. <http://doi.org/10.1080/03634527909378368>
- Chaffee, S. H., Gomez-Palacio, C., & Rogers, E. M. (1990). Mass communication research in Latin America: Views from here and there. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 67(4), 1015-1024. <https://doi.org/10.1177/107769909006700402>
- Cimadevilla, G. R. (2021). Milicos, gestores y literatos: La historia jamás contada del IX congreso de IAMCR en Buenos Aires (1972). *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 20(36), 36-48. <https://doi.org/10.55738/alaic.v20i36.690>
- Cramer, G. (2009). The Rockefeller Foundation and pan-American radio. In W. Buxton (Ed.), *Patronizing the public: American philanthropy's transformation of culture, communication and the humanities* (pp. 77-99). Lexington Books.
- Cramer, G., & Prutsch, U. (2006). Nelson A. Rockefeller's office of inter-American affairs (1940-1946) and record group 229. *Hispanic American Historical Review*, 86(4), 785-806. <https://doi.org/10.1215/00182168-2006-050>
- Daros, O. (2022). A decolonial approach to the discipline of journalism theory in Brazil. *Journalism & Mass Communication Educator*, 77(2), 237-250. <https://doi.org/10.1177/10776958211037486>
- Daros, O. (2023). CIESPAL and the development of education and research in communication in Latin America. *Studies in Communication Sciences*, 23(1), 105-120. <https://doi.org/10.24434/j.scom2023.01.3334>



- Daros, O., & Rüdiger, F. (2022). Paradigm shift in mid-twentieth century Brazilian journalism: A negative dialectics of decoloniality? *Journalism Studies*, 23(13), 1703-1720. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2022.2083004>
- Davies, M. (1999). *International political economy and mass communication in Chile: National intellectuals and transnational hegemony*. Palgrave Macmillan.
- Day, J. L. (1966). How CIESPAL seeks to improve Latin American journalism. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 43(3), 525-530. <https://doi.org/10.1177/107769906604300316>
- Delia, J. G. (1987). Communication research: A history. In C. R. Berger & S. H. Chaffee (Eds.), *Handbook of communication science* (pp. 20-98). Sage.
- Demeter, M. (2019a). The world-systemic dynamics of knowledge production: The distribution of transnational academic capital in the social sciences. *Journal of World-Systems Research*, 25(1), 111-144. <https://doi.org/10.5195/jwsr.2019.887>
- Demeter, M. (2019b). The winner takes it all: International inequality in communication and media studies today. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 96(1), 37-59. <https://doi.org/10.1177/1077699018792270>
- Díaz-Bordenave, J. (1976a). Communication of agricultural innovations in Latin America: The need for new models. *Communication Research*, 3(2), 135-154. <https://doi.org/10.1177/009365027600300203>
- Díaz-Bordenave, J. (1976b). La comunicación social como instrumento de desarrollo de comunidades rurales y urbanas. *Chasqui*, 15, 9-35.
- Dunn, H. S., Moyo, D., Lesitaokana, W. O., & Barnabas, S. B. (Eds.). (2021). *Re-imagining communication in Africa and the Caribbean*. Palgrave Macmillan.
- Eadie, W. F. (2022). *When communication became a discipline*. Rowman & Littlefield.
- Engel, F., & Becerra, M. (2018). Here and there: (Re)situating Latin America in international communication theory. *Communication Theory*, 28(2), 111-130. <https://doi.org/10.1093/ct/qty005>
- Fajardo, M. (2021). Latin America's dependency theory: A counter-Cold War social science? In M. Solovey & C. Dayé (Eds.), *Cold War social science* (pp. 191-222). Palgrave Macmillan.
- Feliciano, F. A. (1988). Ciespal: Trinta anos de influências. *Intercom*, 11(59), 55-64.
- Folkerts, J. (2014). History of journalism education. *Journalism & Communication Monographs*, 16(4), 227-299. <https://doi.org/10.1177/1522637914541379>
- Freire, P. (2014). *Pedagogy of hope: Reliving the pedagogy of the oppressed*. Bloomsbury. (Original work published 1994)

- Fuentes-Navarro, R. (1994). La institucionalización del campo académico de la comunicación en México y en Brasil: Un primer acercamiento comparativo. *Intercom*, 17(1), 10-32.
- Fuentes-Navarro, R. (1998). *La emergencia de un campo académico: Continuidad utópica y estructuración científica de la investigación de la comunicación en México*. Iteso.
- Fuentes-Navarro, R. (2005). Everett M. Rogers (1931-2004) y la investigación Latinoamericana de la comunicación. *Comunicación y Sociedad*, 4, 93-125.
- Fuentes-Navarro, R. (2016). Institutionalization and internationalization of the field of communication studies in Mexico and Latin America. In P. Simonson & D. W. Park (Eds.), *International history of communication study* (pp. 325-345). Routledge.
- Ganter, S. A., & Ortega, F. (2019). The invisibility of Latin American scholarship in European media and communication studies: Challenges and opportunities of de-westernization and academic cosmopolitanism. *International Journal of Communication*, 13, 68-91.
- Gary, B. (1996). Communication research, the Rockefeller Foundation, and mobilization for the war on words, 1938-1944. *Journal of Communication*, 46(3), 124-147. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1996.tb01493.x>
- Gilman, N. (2003). *Mandarins of the future: Modernization theory in Cold War America*. Johns Hopkins University Press.
- Gitlin, T. (1978). Media sociology: The dominant paradigm. *Theory and Society*, 6(2), 205-253.
- Gómez-Palacio, C. (1989). *The origins and growth of mass communication research in Latin America* [Unpublished doctoral dissertation]. Stanford University
- Heilbron, J., Guilhot, N., & Jeanpierre, L. (2008). Toward a transnational history of the social sciences. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 44(2), 146-160.
- Heram, Y., & Gándara, S. (2021). *Pioneras en los estudios latinoamericanos de comunicación*. Teseo Press.
- Heyck, H. (2015). *Age of system: Understanding the development of modern social science*. Johns Hopkins University Press.
- Huesca, R., & Dervin, B. (1994). Theory and practice in Latin American alternative communication research. *Journal of Communication*, 44(4), 53-73. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1994.tb00699.x>
- Islas, O., & Arribas, A. (2010). A brief history of the Latin American academy of communication. *Communication Research Trends*, 29(2), 4-15.
- Latham, M. E. (2000). *Modernization as ideology: American social science and 'nation building' in the Kennedy era*. University of North Carolina Press.



- Lindo-Fuentes, H. (2009). Educational television in El Salvador and modernisation theory. *Journal of Latin American Studies*, 41(4), 757-792. <https://doi.org/10.1017/S0022216X09990587>
- Löblich, M., & Scheu, A. M. (2011). Writing the history of communication studies: A sociology of science approach. *Communication Theory*, 21(1), 1-22. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2010.01373.x>
- Magallanes Blanco, C., & Ramos Rodríguez J. M. (Eds.). (2016). *Miradas propias: Pueblos indígenas, comunicación y medios en la sociedad global*. Ciespal.
- Marques de Melo, J. (1988). Communication theory and research in Latin America: A preliminary balance of the past twenty-five years. *Media, Culture & Society*, 10(4), 405-418. <https://doi.org/10.1177/016344388010004002>
- Marques de Melo, J. (1993a). Communication research: New challenges of the Latin American School. *Journal of Communication*, 43(4), 182-190. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01319.x>
- Marques de Melo, J. (1993b). Investigaciones en comunicación: Tendencias de la escuela Latinoamericana. *Anuario del Departamento de Historia*, 5, 201-223.
- Marques de Melo, J. (2011a). Ciências da comunicação na América Latina: O papel histórico do Ciespal (1959-2009). *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 6(11), 12-26.
- Marques de Melo, J. (2011b). Los tiempos heroicos: La formación de la comunidad latinoamericana de ciencias de comunicación. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 1(1), 10-21.
- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones*. Gustavo Gili.
- Mattelart, A. (1970). Críticas a la “Communication Research”. *Cuadernos de la Realidad Nacional*, 3, 11-22.
- McAnany, E. G. (1992). Cooperación de investigación crítica para Latinoamérica y los Estados Unidos en una era de globalización de la comunicación. In J. Marques de Melo (Ed.), *Comunicación latinoamericana: Desafíos de la investigación para el siglo XXI* (pp. 333-351). Asociación de Investigadores de la Comunicación.
- McAnany, E. G. (2012). *Saving the world: A brief history of communication for development and social change*. University of Illinois Press.
- Meditisch, E. (2021). Uma história feita a manu militari? A Sociedade Interamericana de Imprensa, a guerra psicológica, o Ciespal e a área acadêmica na América Latina. *Media & Jornalismo*, 21(39), 117-133. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_6
- Moreira, S. V., & Lago, C. (2017). Journalism education in Brazil: Developments and neglected issues. *Journalism & Mass Communication Educator*, 72(3), 263-273. <https://doi.org/10.1177/1077695817719609>

- Moreno, A., & Sánchez-Castro, M. (2009). A lost decade? László Radványi and the origins of public opinion research in Mexico, 1941-1952. *International Journal of Public Opinion Research*, 21(1), 3-24. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edp002>
- Mukherjee, R. (2020). Of experts and token: Mapping a critical race archaeology of communication. *Communication, Culture and Critique*, 13(2), 152-167. <https://doi.org/10.1093/ccc/tcaa009>
- Murty, M. (2021). Mentoring at the boundary: Interdisciplinarity and the international student of color in communication. *Communication, Culture and Critique*, 14(4), 687-691. <https://doi.org/10.1093/ccc/tcab058>
- Navarro, M., & Ortiz Garza, J. L. (2020). Early surveys in Latin America and transnational communication research, 1941-1945. *Media History*, 26(3), 301-315. <https://doi.org/10.1080/13688804.2019.1585236>
- Nixon, R. B. (1982). Historia de las escuelas de periodismo. *Chasqui*, 2, 13-19.
- Ortiz Garza, J. L. (2007). *Ideas en tormenta: La opinión pública en México en la Segunda Guerra Mundial*. Ruz.
- Ortiz Garza, J. L. (2012). The early days of survey research in Latin America. In H. Haas, H. Jerabek & T. Petersen (Eds.), *The early days of survey research: And their importance today* (pp. 150-165). Braumuller.
- Park, D. W., & Grosse, M. (2015). International vectors in U.S. graduate education in communication. In P. Simonson & D. W. Park (Eds.), *The international history of communication study* (pp. 302-322). Routledge.
- Paulino, F. O., Kaplún, G., Mariño, M. V., & Custódio, L. (Eds.). (2020). *Research traditions in dialogue – Communication studies in Latin America and Europe*. Media XXI.
- Pooley, J. (2008). The new history of mass communication research. In D. W. Park & J. Pooley (Eds.), *The history of media and communication research: Contested memories* (pp. 43-70). Peter Lang.
- Rogers, E. (1976). New perspectives on communication and development: Overview. *Communication Research*, 3(2), 99-106.
- Rogers, E. (1994). *A history of communication study: A biographical approach*. Free Press.
- Roncagliolo, R., & Villanueva-Mansilla, E. (2023). The Latin American critical tradition of communication research and the early years of participation in IAMCR, 1960-1990. In J. Becker & R. Mansell (Eds.), *Reflections on the International Association for Media and Communication Research: Many voices, one forum* (pp. 157-168). Palgrave Macmillan.
- Ruiz, C. M. (2010). La influencia de Ciespal en la formación del periodista latinoamericano: Una revisión crítica. *Estudios Sobre el Mensaje Periodístico*, 16, 307-318.



- Sánchez Narvarte, E. (2022). Antonio Pasquali. Una práctica intelectual entre América Latina y Europa (1979-1989). *History of Media Studies*, 2. <https://doi.org/10.32376/d895a0ea.0444937b>
- Schiller, H., & Smythe, D. (1972). Chile: An end to cultural colonialism. *Transaction/Society*, 9(5), 35-39.
- Schramm, W. (1960). *A programme of research for mass media development* [Paper presentation]. Meeting of Experts on Development of Information Media in Latin America, Santiago, Chile.
- Simonson, P., Park, D. W., & Pooley, J. (2022a). Exclusions/exclusiones: The role for history in the field's reckoning. *History of Media Studies*, 2. <https://doi.org/10.32376/d895a0ea.ed348e03>
- Simonson, P., Park, D. W., & Pooley, J. (Eds.). (2022b). Exclusions in the history of media Studies [Special section]. *History of Media Studies*, 2.
- Simpson, C. (1994). *Science of coercion: Communication research and psychological warfare, 1945-1960*. Oxford University Press.
- Torrico, E. (2016a). *Hacia la comunicación decolonial*. Universidad Andina Simón Bolívar.
- Torrico, E. (2016b). *La comunicación: Pensada desde América Latina (1960-2009)*. Comunicación Social.
- Torrico, E. (2018). La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 15(28), 72-81.
- Tota, A. P. (2009). *The seduction of Brazil: The Americanization of Brazil during World War II*. University of Texas Press.
- Vassallo de Lopes, M. I., & Romancini, R. (2016). History of communication studies in Brazil. In P. Simonson & D. W. Park (Eds.), *The international history of communication study* (pp. 346-366). Routledge.
- Waisbord, S. (2022). What is next for de-westernizing communication studies? *Journal of Multicultural Discourses*, 17(1), 26-33. <https://doi.org/10.1080/17447143.2022.2041645>
- Willems, W. (2014). Provincializing hegemonic histories of media and communication studies: Toward a genealogy of epistemic resistance in Africa. *Communication Theory*, 24(4), 415-434. <https://doi.org/10.1111/comt.12043>
- Zarowsky, M. (2013). *Del laboratorio chileno a la comunicación-mundo: Un itinerario intelectual de Armand Mattelart*. Biblos.
- Zarowsky, M. (2015). Del exilio a los nuevos paradigmas: Los intelectuales argentinos de la comunicación en México (de controversia a comunicación y cultura). *Comunicación y Sociedad*, (24), 127-160.

Internacionalização e raízes identitárias da comunicação na Argentina

Internationalization and identity roots of communication in Argentina

GABRIELA ROSA CICALÉSE^a

Universidad Nacional de San Martín. San Martín – Buenos Aires

RESUMO

Este artigo questiona se os processos de internacionalização institucionalizados pelos circuitos da indústria acadêmica resultaram em uma maior diversidade de origens de textos e referências significativas na formação de comunicadores na Argentina. Também são resgatados os traços de internacionalização que derivam dos percursos e vozes dos protagonistas dos cursos de Comunicação nas universidades públicas argentinas, quando a internacionalização ainda não estava institucionalizada entre as ofertas acadêmicas das universidades nem regulamentada pelas comissões de avaliação do Ministério da Educação e linhas de pesquisa dependentes do Estado Nacional.

Palavras-chave: Jornadas pessoais, currículos, marcas institucionais

^a Docente de pós-graduação em Mestrado em Educação, Linguagens e Meios e Mestrado em Educação da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM) e Teorias da Comunicação Humana em Especialização em Gestão das Comunicações e Comunicação, Cultura e Sociedade em Mestrado em Comunicação da Universidade Nacional de Lomas de Zamora (UNLZ). Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9838-595X>. E-mail: gabicalese@gmail.com

ABSTRACT

This article questions whether the internationalization processes institutionalized by the circuits of the academic industry resulted in a greater diversity of origins of significant texts and references in the training of communicators in Argentina. It also retrieves the traces of internationalization that derive from the trajectories and voices of the protagonists of the Communication careers in Argentine public universities, from the constitutive roots of the field, when internationalization was not yet institutionalized among the academic offer of the universities nor regulated by the evaluation commissions of the Ministry of Education and the lines of research dependent on the National State.

Keywords: Personal trajectories, curricula, institutional footprints



A esfera dos assuntos humanos, a rigor, é formada pela teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos, a revelação do “quem” através da fala e o estabelecimento de um novo começo através da ação cai sempre dentro da trama já existente onde suas consequências imediatas podem ser sentidas.

–Hannah Arendt, *La Condición Humana*

HÁ MAIS DE UMA década percorremos com naturalidade os circuitos institucionalizados que permitem que estudantes, pesquisadores e docentes de graduação e pós-graduação transitem de e para universidades de outros pontos do planeta; incluímos em nossas ofertas acadêmicas a dupla titulação ou revalidações de títulos através de convênios; publicações digitais e multilíngues, assim como a circulação e a indexação com regras globalizadas. No entanto, como toda naturalização, a dimensão histórica dos processos se dilui e não paramos para refletir sobre os processos e condições que permitiram o surgimento, a criação e a sustentação desses circuitos.

Este artigo propõe analisar os processos de internacionalização do campo da comunicação na Argentina, numa instância pré-institucionalizada, através das trajetórias pessoais de referentes e professores dos cursos. Esta perspectiva de institucionalização da comunicação pressupõe (Cicalese, 2008) que as tensões políticas e teóricas envolvidas nos processos não são apenas um quadro contextual ou macrosocial com o qual a disciplina dialoga, mas são processos intrínsecos das próprias universidades, unidades acadêmicas e carreiras, nas quais as jornadas pessoais e os grupos internos imprimem dinâmicas que propõem e consolidam perfis de graduação e desenhos curriculares e também intervêm no tipo de internacionalização possível em determinado momento histórico.

Pensar nas universidades públicas da Argentina significa destacar alguns traços de localidade. Embora seja verdade que qualquer articulação internacional assume e integra as perspectivas locais de cada parte, existem características estruturais que ligam a política à configuração universitária argentina ao longo de sua história e que merecem ser consideradas como traços identitários. O mais significativo está ligado à Reforma Universitária de 1918 em Córdoba, decorrente de um movimento estudantil com três princípios básicos: participação do corpo discente no governo universitário, periodicidade de cátedras com concursos e autonomia universitária.

Depois, em 1949, o Decreto 29.337 suspendeu as mensalidades universitárias. A partir de então, a gratuidade do ensino se tornará uma bandeira de democratização e acessibilidade. A partir da Lei 20.654/1974, conhecida como Lei Taiana¹, está incluído o corpo docente não docente (corpo administrativo

¹ Sobrenome do então Ministro da Cultura e Educação, embora no Congresso a lei tenha o apoio de diferentes partidos políticos: a Frente Justicialista de Libertação (Peronismo) e a União Cívica Radical, em sua maioria, e outros partidos menores, como o Socialismo. O corpo docente de graduados não consta nesta lei. Professores e alunos têm mandato de dois anos e professores de quatro no co-governo. Lei revogada em 1980 pela ditadura militar.

das instituições) ao governo Universitário. Esta lei estabelecia também em seu art. 56 inc. g):

Dispor das normas regulamentares para a ligação da Universidade com as províncias, os municípios, a Confederação Geral do Trabalho, as forças organizadas de produção industrial e comercial e as organizações profissionais e científicas, para a consideração de assuntos específicos.

Ou seja, o movimento de vinculação e extensão é voltado mais para dentro do que para fora. O artigo 11 dessa lei explicitava:

É incompatível com o exercício da docência universitária ou funções acadêmicas que lhe sejam correlatas o desempenho de funções hierárquicas ou de assessoramento, remuneradas ou não, ao serviço de empresas multinacionais ou estrangeiras, bem como a filiação em organizações internacionais ou organizações cujos objetivos ou ações estão em conflito com os interesses da Nação.

Paralelamente a esta explicação jurídica da internacionalização como suspeita do imperialismo típica daquela fase política argentina, as Licenciaturas em Comunicação tiveram como marca fundadora o cunho latino-americano. Destacam-se o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), os movimentos do terceiro mundo, a teologia da libertação e sua marca na educação e comunicação através de Paulo Freire, os movimentos populares também inspirados em diferentes pontos da geografia latino-americana (as rádios mineiras na Bolívia ou a Rádio Sutatenza na Colômbia), entre outros. A transformação social tinha, necessariamente, um olhar regional e uma vocação internacional.

Em contrapartida, a Lei do Ensino Superior 24.521/1995, ainda em vigor, artigo 2º, *inc. e*), postula explicitamente entre os mecanismos de articulação a “efetiva integração internacional com outros sistemas educacionais, particularmente com os do Mercosul e da América Latina”.

Contudo, o modelo de construção curricular que os cursos de Comunicação tinham naquela época esteve relacionado com outro tipo de internacionalização: a globalização, a comunicação institucional, a gestão tecnológica como inserção nas telecomunicações, a incorporação do marketing e a linha instrumental de comunicação ao mercado.

Quando, uma década depois, na sequência de uma administração governamental revisionista na década de 1990, várias das suas leis foram modificadas,



a Lei 27.204/2015 substituiu alguns pontos muito menores da Lei do Ensino Superior. O artigo 2º (bis) afirma explicitamente:

As instituições de ensino superior estatais estão proibidas de assinar acordos ou convenções com outros Estados, instituições ou organizações públicas ou privadas nacionais e internacionais que envolvam a oferta de educação como um serviço lucrativo ou que incentivem formas de comercialização.

Ou seja, a gratuidade como bandeira é a que se torna garantia de uma visão não mercantilista. E representa a ponta do iceberg de uma série de questionamentos e demandas feitas da comunidade – especialmente dos estudantes – às instituições universitárias. No entanto, todas as outras ações regulatórias da Lei de 1995 permaneceram: a regulamentação da Comissão Nacional de Avaliação Universitária (CONEAU), a padronização das categorizações docentes, a obrigatoriedade da pesquisa intra-acadêmica em todas as disciplinas, a medição quantitativa da produção científica e o corte da autonomia universitária².

A lógica quantitativa e eficiente do mercado tem sido a base para medir a qualidade acadêmica, e o intercâmbio faz parte dessa disputa pelo prestígio global. Os padrões de medição seguiram o que foi denominado como *Estado avaliador, auditor ou gerente*. Em um artigo que faz um balanço a respeito do governo nas universidades após duas décadas da sanção da Lei de Educação Superior (Nosiglia, Mulle, & Fuksman, 2020), é apontado o

estabelecimento de um “novo contrato social”, baseado na substituição do débil controle administrativo do Estado pela avaliação (*accountability*), a mudança de critérios na alocação de recursos públicos com base em objetivos e metas acordados, e um compromisso por parte das universidades de diversificar suas fontes de financiamento.

Uma velha bandeira da Reforma de 1918 ligada à extensão agora é complementada ou substituída por outro tipo de olhar: a venda de serviços a empresas privadas. Mas a participação de estudantes e professores em projetos de extensão universitária na comunidade também tem sido integrada a mecanismos de troca e validação: horas de prática, formação de vida acadêmica, subsídios para extensionistas e voluntariado, validação por ações de transferência na categorização, etc. A internacionalização faz parte desse mecanismo da indústria acadêmica (Cicalese, 2008). Na tese de doutorado *Tensões políticas e teóricas da institucionalização da Comunicação na Argentina* (Cicalese, 2008), propus três grandes variáveis que construíram a indústria acadêmica: 1) maior regulação estatal em

² Desde a Lei do Ensino Superior 24.521/1995, os controles centralizados da Secretaria de Políticas Universitárias e da CONEAU regulamentam e categorizam os professores, avaliam pós-graduações, supervisionam programas e metodologias de ensino, etc. como havia feito o governo da Ditadura Militar. O Conselho Interuniversitário Nacional (CIN) e seu conselho de reitores é atualmente uma voz que tem posições atuais, a favor dos governos kirchneristas.

conteúdos e organização dos cursos; 2) matrículas massivas; e 3) procedimentos de gestão e condicionamento da alocação orçamentária a variáveis quantitativas de entrada, permanência e saída.

Nós trabalhamos o impacto da regulamentação, que é claro que faz parte de um contexto de internacionalização. Daniel del Valle e Daniela Perrota (2023) assinalam:

A consideração do ensino superior como um bem de mercado (serviço comercial) perturbou as bases e os significados das políticas universitárias em todo o mundo e moldou um paradigma competitivo ou fenício de internacionalização que se tornou hegemônico. (pp. 31-32)

É claro que, como toda corrente hegemônica, os autores reconhecem outras correntes de intercâmbio internacional que se baseiam em solidariedades, rupturas e disputas.

Em relação à massividade, o crescimento geométrico das matrículas de estudantes foi nos primeiros vinte anos da era democrática: de 1.666 alunos em sete cursos em 1983 para 42.283 em 61 cursos em 2003. Entre 2003 e 2010 foram criadas nove universidades nacionais, quatro na província de Buenos Aires. Sete dessas nove têm cursos de comunicação ou afins. Entre 2010 e 2015 foram criadas outras dez universidades nacionais, chegando a um total de 55. Embora apenas três delas tenham cursos de comunicação, existem outros cursos ligados à produção audiovisual, videogames e design. No entanto, em 2021, os estudantes de comunicação na Argentina, de acordo com a Subsecretaria de Políticas Universitárias, totalizavam 37.841 em universidades públicas e 4.695 em universidades de gestão privada. O total de 42.536 mostra um impasse nas matrículas³ nos últimos vinte anos, além da multiplicação da oferta.

Embora o tema da massividade não tenha tido peso específico no conteúdo, na didática e na gestão dos cursos nas últimas duas décadas, ele continua aparecendo em alguns processos e propostas de internacionalização. Programas para capacitar o número de alunos que são recebidos ou enviados para outras instituições tornam-se uma instância mensurável em termos de qualidade acadêmica e posicionamento da oferta. Mesmo de um lugar mais revisionista desses programas, a variável quantitativa continua aparecendo. Uma estudante de Málaga em intercâmbio pela Universidade Nacional de San Martín (UNSAM) comenta

³ Nos últimos dois anos, ainda não há estatísticas gerais, mas observa-se uma diminuição da renda no período pós-pandemia.

tive que pagar a passagem e a estadia porque a Universidade só administrou a vaga. E são poucas as vagas que temos para nos inscrever. Também acho que com o custo das estadias internacionais a Universidade poderia chegar a muito mais estudantes de outras províncias poder pensar em um intercâmbio dentro do país.



Esta afirmação da aluna só pode ser entendida no contexto particular argentino e pela influência do conceito de gratuidade que mencionamos, estendido a passagens estudantis em diferentes cidades do país, bolsas de notas e refeitório para garantir o curso.

De acordo com a síntese de Estatísticas Universitárias 2020/2021 do Sistema Universitário Argentino⁴, há 73.766 estudantes estrangeiros(as) em universidades públicas e 18.395 em universidades privadas. Mas, proporcionalmente à população de cada tipo de universidade, o número é semelhante (de 4,4% e 4,2% da população total, respectivamente)⁵.

Segundo a origem, 95,61% desses estudantes vêm de outros países da América (em ordem proporcional nas universidades públicas, do Peru, Brasil, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Estados Unidos, Chile, enquanto nas universidades privadas o Brasil lidera e a Colômbia), 3,14% de países europeus e 1% da Ásia.

Quanto à terceira variável, entre os procedimentos e as instâncias burocratizadas de gestão, a internacionalização tem na atualidade um estatuto significativo. Assuntos Internacionais é uma das 12 comissões do CIN (<https://www.cin.edu.ar/>) entre as quais estão: Pós-Graduação, Credenciamento, Assuntos Econômicos, Planejamento, Extensão, Conectividade. Entre suas funções está “estabelecer relações de toda espécie e firmar acordos de cooperação com outras organizações públicas e privadas nacionais ou estrangeiras em geral”.

Das 17 organizações dependentes do CIN – entre as quais estão rádios, bibliotecas, esportes até instâncias de inclusão como gênero, deficiência – encontramos a rede de Cooperação Internacional das Universidades Nacionais. O ELSE, Consórcio Espanhol Segunda Língua ou Estrangeira, com anterior sede de gestão na Universidade Nacional do Litoral, também se articula com a Comissão de Assuntos Internacionais.

Segundo o dossiê do Programa de Internacionalização do Ensino Superior e Cooperação Internacional (PIESCI) da Secretaria de Políticas Universitárias (SPU) do Ministério da Educação, 95% das instituições de nível superior na Argentina contam com escritório de Relações Internacionais.

No caso dos cursos de comunicação na Argentina, toda essa padronização e promoção do intercâmbio internacional resulta em uma formação mais ampla, mais cosmopolita, mais permeável às diversidades culturais, com inclusão de competências e perspectivas de diferentes origens e perspectivas?

FOTOS DA GRADUAÇÃO

Alguns resultados de duas pesquisas são apresentados aqui. A primeira a 261 graduados entre 1972 e 2000 de 17 universidades, realizada em 2006/2007,

⁴Síntese 2020-2021 Sistema Universitário Argentino. [cdr \(argentina.gob.ar\)](http://cdr.argentina.gob.ar).

Simbolicamente, por outro lado, a opinião pública supõe uma quantidade de estudantes muito superior, especialmente latino-americanos e de países limítrofes, em cursos como medicina e ciências da saúde. Esse movimento migratório é atribuído à gratuidade.

⁵Na pós-graduação o número é diferente, mais de 10% para universidades privadas e pouco menos de 8% para universidades estatais. A proporção é maior aqui na Colômbia, no Equador e – na privadas – no Brasil.

no período da tese de doutorado (Cicalese, 2008). A segunda, realizada em 2023 a 87 graduados entre 2001 e 2021 por ocasião deste artigo, que inclui universidades que não existiam na primeira edição. Além da situação inacabada do campo nesta segunda etapa, alguns emergentes interessantes aparecem em dois itens de resposta espontânea e aberta.

Em primeiro lugar, quando questionados sobre autores e/ou textos que recordam ter conhecido através dos temas, em ambas as pesquisas aparece uma proporção maioritária de autores europeus, cerca de 42% das menções. Mas, enquanto na primeira a concentração é em autores e textos de origem francesa (40% do total europeu, em 4 ou 5 nomes, liderados por Foucault e Bourdieu) e alemã (Marx e a Escola de Frankfurt), na nova edição a concentração está na Espanha (com nomes como Manuel Castells, Jordi Xifra, José Luis Martínez Albertos).

A menção aos autores argentinos se reduz a menos do que entre a primeira e a segunda pesquisa: de 33% nos graduados antes de 2000 para 14,28% nos recém-formados⁶. Também diminuem as menções a autores latino-americanos, de 11,5% para menos de 8%.

Cresce, por outro lado, a proporção de teóricos americanos que sobe de 9,34% na primeira pesquisa para 16,88%.

Na segunda pesquisa, os autores italianos não são mais mencionados, apenas dois formalistas russos aparecem e surgem referências de outras latitudes: Yuval Noah Harari e Byung-Chul Han.

Em termos de internacionalização, podemos afirmar que as referências à própria formação se tornaram mais globais e menos locais.

O segundo item que abordaremos aqui é a solicitação de menção a três teóricos internacionais atuais da Comunicação⁷.

Segundo o número de menções, a lista é liderada por Jesús Martín-Barbero (12,29%) e Umberto Eco (9,22%). Em seguida, Armand Mattelart (7,86%) e Eliseo Verón (7,86%). Um terceiro grupo posiciona Néstor García Canclini (4,83%) e Noam Chomsky (3,14%).

Se discriminarmos as respostas por universidade, a Universidade de Buenos Aires (UBA) está orientada para a corrente francesa, enquanto na Universidade Nacional de Córdoba há menções a correntes alemãs e autores italianos (Gramsci, Eco). Tanto na Universidade Nacional de Lomas de Zamora (UNLZ) como na Universidade Nacional de La Plata (UNLP) aparece uma maior proporção de autores latino-americanos.

Na nova edição de 2023 da pesquisa, o maior número de citações volta a ser de Jesús Martín-Barbero, embora apenas com 7,23% neste caso. Manuel Castells e Rossana Reguillo aparecem com 6,50% cada⁸. Scolari, Capriotti, Van

⁶ Destaca-se a maior dispersão de nomes e textos que aparece nesta segunda edição da pesquisa. Além do percentual, os argentinos mencionados na primeira edição são apenas 8 (e apenas uma mulher, María Cristina Mata), enquanto nesta nova edição são 22 autores locais.

⁷ Esta resposta é, obviamente, influenciada pela própria experiência de trabalho, que poderia ter reforçado ou reformulado a visão em muitas leituras. É interessante nesse aspecto que aqueles que estão mais afastados da vida acadêmica na verdade se referem a nomes e textos de sua época de estudo, enquanto muitos dos que lecionam ou fazem pós-graduação citam trabalhos posteriores aos seus próprios estudos, mais vinculados – suspeitamos – às suas trajetórias acadêmicas subsequentes e às suas revisões.

⁸ Percebe-se que, para além das diferentes proporções e da maior dispersão de menções, a única mulher citada é Rossana Reguillo. Que esta tendência continue após 15 anos de relevante atividade do movimento feminista no país é duplamente alarmante.



Dijk, García Canclini e Omar Rincón com 4%. Os outros 181 nomes mencionados não atingem 2%.

Em relação à nossa interrogação a respeito de um olhar mais cosmopolita na formação de comunicação a partir das políticas de internacionalização, poderíamos afirmar que a circulação de textos e autores teve também potência e pregnância em períodos anteriores à globalização acadêmica institucionalizada. Abordaremos alguns mecanismos e experiências que consolidaram esses intercâmbios nos cursos de comunicação na Argentina, num momento em que a internacionalização – mas também outros procedimentos da indústria acadêmica e dos intercâmbios comercializados – ainda não contava com programas, nem gestores, nem escritórios, nem circuitos institucionalizados.

A PRÉ-HISTÓRIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO: JORNADAS PESSOAIS E MATRIZES INSTITUCIONAIS DE APRENDIZAGEM

Em 2007, afirmou Aníbal Ford⁹ “*com 1.000.000 de estudantes de comunicação na América Latina, os cursos de comunicação deixaram de ser uma carreira e se tornaram um fenômeno social*”.

Questionamos qualitativamente este “fenômeno” em termos de cultura epistemológica. Por Wallerstein (2005):

As disciplinas também são uma cultura. Normalmente, os acadêmicos que dizem pertencer a um grupo disciplinar compartilham com os outros membros do grupo experiências e contatos: leram os mesmos textos “clássicos”; participam dos mesmos debates tradicionais, que muitas vezes são diferentes dos que as disciplinas limítrofes: têm o mesmo estilo e recebem recompensas por isso. E embora esta cultura possa ser modificada ao longo do tempo – e de fato acontece –, se for feito um recorte temporal para um determinado período, apreciam-se modos de apresentação que são valorizados pelos membros de uma disciplina e não pelos de outra. (pp. 141-142)

A Escola [de Ciência da Informação da UNC] tem uma grande heterogeneidade. Vindo de diferentes disciplinas, não é um problema teórico, mas um problema de hábitos e costumes. Vem de Faculdades diferentes, também tem mecanismos próprios de sobrevivência, de inserção na vida social e política. (Raúl Rodríguez, graduado em Filosofia e professor de Teoria da Ciência em Córdoba desde seu segundo plano de estudos)

⁹Entrevista realizada para a tese de doutorado *Tensões políticas e Teóricas na institucionalização dos cursos de comunicação na Argentina* (Cicalese, 2008). Todos os depoimentos referidos nesta seção correspondem às 67 entrevistas realizadas como trabalho de campo entre 2004 e 2007.

Como intervém/interviria a internacionalização nos diferentes processos de fundação e refundação dos cursos (processos de alterações nos planos de estudos, abertura de novos cursos, mudança de estatuto dentro da universidade, etc.)? Essa necessidade de internacionalização participou da agenda do debate, da construção de tradições nos cursos de comunicação?

Sociologia já tinha uma certa posição, com o Instituto Gino Germani nos anos sessenta. E a única coisa que era necessário fazer era atualizá-la, digamos. E o que também aconteceu é que a Sociologia foi a grande tendência durante os anos setenta. Isso também ajudou o curso a se estabilizar. E as pessoas que estavam no exílio também voltaram, o CONICET foi aberto¹⁰. A sociologia foi atualizada imediatamente. Por outro lado, com as Ciências da Comunicação não, porque não havia esse espaço... Não havia nada. Eram pessoas que vinham de outro lugar. O centro, o que era estritamente Teoria da Comunicação, para mim pareceu tudo muito frágil, não é? Muito em discussão, quer dizer. Com pouco consenso. (Franciso Delich, reitor da UBA durante a criação do curso de comunicação em 1984, em plena reabertura democrática)

Na realidade, esse “*não havia nada*” que se percebe da UBA tem uma visão externa, porque na Argentina já existiam cinco universidades públicas com cursos consolidados e outras organizações e instituições não universitárias de nível superior com tradição na formação profissional. Mas a jornada pessoal – e internacional – de quem organizou a equipe fundadora pesou mais.

Em comunicação eu não estava confortável. Eu tinha visto alguma comunicação na Escola Francesa, mas muito francesa... quer dizer, com o bom e o ruim que a formação francesa tem. E, pelo tipo de problemáticas, estava ainda muito mais perto do ensaio do que da construção de um espaço rigoroso, como o da Linguística, ou o de alguns semiólogos, era um espaço mais ambíguo. Estou falando de vinte e cinco anos atrás, sim? A Comunicação não tinha o grau de desenvolvimento nem especialidade que teria depois. (Franciso Delich, reitor da UBA durante a criação do curso de comunicação em 1984, em plena reabertura democrática)

Eliseu Verón formou-se com Lévi-Strauss e Roland Barthes. Juntamente com Héctor Schmucler foram portadores do olhar semiótico francês na Comunicação¹¹. É assim que Enrique Vázquez (professor dessa primeira equipe da UBA) relata sua chegada à fase de institucionalização da licenciatura:

¹⁰ Comissão Nacional de Investigação Científica e Técnica – órgão autônomo tutelado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nos últimos anos, existem unidades do CONICET nas Universidades Nacionais. E o CONICET gerou o sistema Integral de Gestão e Avaliação (SIGEVA), com o qual transferiu seu modo padronizado de avaliação das disciplinas (Comunicação só apareceu como opção apenas em 2023) e os antecedentes acadêmicos de todos os docentes de todas as universidades argentinas.

¹¹ Apenas para fornecer um dado significativo que dá conta dessa relação, Schmucler traduziu e escreveu o prólogo do livro *Mitologias*, de Roland Barthes, publicado em 1980 em Buenos Aires.



Sou da primeira turma de Ciências da Informação de Córdoba. Não cheguei a apresentar minha tese e estudei Ciências Políticas na Inglaterra com a orientação de Francisco Delich. E quando Francisco foi nomeado Reitor Normalizador da Universidade de Buenos Aires, ele convocou um grupo de pessoas em 84...

A UBA foi, pelo menos até o início dos anos 2000, a mais “europeia” em sua abordagem da Comunicação na Argentina. Na verdade, a titulação do curso em Ciências da Comunicação e a autodesignação dos seus graduados como *comunicólogos* – em vez de *comunicadores sociais*, nome com uma tradição mais latino-americana – também reforça essa marca, ligada a uma matriz institucional analítica típica das Ciências Sociais (UBA), mas também a esta marca fundadora dos seus referentes organizadores do primeiro plano de estudos.

Mas é verdade também que os posicionamentos institucionais de um curso (denominação, inclusão dentro de uma unidade acadêmica específica, fronteiras de convivência com outros cursos, convênios com outras universidades) são apenas um marco dentro do qual os sujeitos se situam, dialogam entre seus papéis, seus compromissos e identificações ou resistências. Para além dos seus mecanismos de representação em Conselhos de Administração e Superiores e das tradicionais funções pré-determinadas (aluno regular, categoria docente e dedicação, antiguidade, estatuto), o próprio registro dos sujeitos dentro das instituições não é tão linear ou simples. Os graduados podem ser designados para uma cátedra; podem ter “*ido para a profissão*” e aspirar à participação política na faculdade; as pessoas podem ser professoras e graduadas, ou estudantes e não professoras, e identificar-se com um dos seus papéis. As bandeiras sindicais podem ser hasteadas atrás de bandeiras acadêmicas ou de posições políticas mais gerais ou atuais, ou vice-versa. A lista de combinações possíveis é multiplicada e bifurcada.

Ao relatar decisões, os sujeitos problematizam as ações potenciais, dialogam com o discurso generalizado, com o resultado das próprias ações, trazem à experiência a lucidez da distância histórica e as consequências posteriores dessas mesmas ações, só possível pelo processo reflexivo. Como sintetiza Paul Ricoeur (2006):

a virtude de designar o ‘quem’ da ação está sujeita no seu exercício às mesmas condições da própria ação cuja estruturação do enredo constitui a mimesis: não há história que não cruze histórias de vida, até o seu emaranhado, perfeitamente documentado no sujeito literatura. (p. 316)

Mais do que o que cada entrevistado repete do social, do resultado institucionalizado da tensão desdobrada, da prática padronizada ou pretendida

para o lugar que ocupa, é a sua singularidade que permite construir a história. E nesses relatos tentamos indagar algumas pré-histórias de internacionalização em comunicação. São processos em que intervieram oportunidades e jornadas pessoais, solidariedade, relações pessoais, amorosas, competitivas, favores concedidos e dívidas morais: políticas não oficializadas.

Focamos na narrativa dos sujeitos, como um modo de diferenciá-la de Bourdieu em sua concepção de agentes, estruturados por um *habitus*, determinante do campo. Centramo-nos na investigação da memória dos sujeitos e da sua própria inscrição situacional nas instituições de que fazem parte, em diálogo, tensão, atribuição ou incorporação crítica num curso de Comunicação. Como sintetizam Fitoussi e Ronsevallón (2003), “o que deve ser descrito não são mais identidades coletivas relativamente estáveis, mas também trajetórias individuais e suas variações no tempo” (p. 31).

Através de marcos que condensam indicações identitárias ou indícios discursivos para trabalhar em jornadas de vida (Cicalese, 2009) podemos homologar os trânsitos geográficos – exílio, regresso, acompanhamento a cursos em outras províncias do país, radicações em outras cidades, formação internacional, etc. – com os marcos de continuidades e mudança nos processos de institucionalização dos cursos. “Conhecemos a realidade apenas em relação ao homem, e como o homem é devir histórico, também o conhecimento e a realidade são um devir” (Gramsci, 1958, pp. 230-231).

Na mesma época de fundação do curso na UBA, os primeiros oitenta democráticos, outras e outros referentes “voltaram” para a Argentina e isso reconfigurou o olhar comunicacional. Em Córdoba “os professores que haviam sido demitidos pelo triplo A ou pela ditadura reingressaram . . . e isso nos permitiu retomar um projeto universitário que estava truncado”¹² – comenta um aluno da época.

Não era exclusivo de uma instituição. Os exilados também encontraram um lugar na Escola Superior de Jornalismo de La Plata.

Em 1986, Ana María Nethol, que estava no México, voltou do exílio e eu ingressei na sua matéria como assistente. Na época, era Teoria da Comunicação Social. Foi uma lufada de ar fresco, como costumam dizer, e a introdução de Pecheux, Jakobson, Benveniste, como ferramentas para pensar a comunicação, uma visão crítica do funcionalismo, da investigação em comunicação. Começar a ler Garcia Canclini, por exemplo. Essa matéria foi um espaço de formação acadêmica muito interessante. (Teresa Poccioni, em alusão à sua última etapa como estudante e sua entrada na docência)

Não é o único caso na UNLP. Jorge Bernetti, que mais tarde seria o diretor da Escola de Jornalismo entre 1989 e 1984 e atual professor emérito, relata:

¹² A Aliança Anticomunista Argentina, organização parapolicial que funcionou durante o governo democrático peronista entre 1973 e 1976. A menção Ditadura – simplesmente – refere-se à última delas, o autodenominado Processo de Reorganização Nacional, entre 1976 e 1983.



“Esta é uma universidade pública governada por uma direção progressista. De tal modo que alguém que vinha do exílio sul-americano era muito bem recebido. Principalmente pela questão da articulação e da prática profissional” em alusão à Universidade Ibero-americana do México, instituição da qual o entrevistado tinha sido um *“orgulhoso graduado”*.

Também em Córdoba, María Cristina Mata reingressou no curso após sua passagem por Lima e participou das primeiras discussões de revisão do Currículo de 1978 (debates que só veriam um ponto de consenso e novo desenho em 1993). É assim que ela relembra aquela etapa e sua decisão de se distanciar da Escola de Ciências da Informação (ECI) da UNC.

Devo dizer que o que senti foi uma falta de apropriação por parte da maioria dos professores, ou de um bom número de professores desta Escola, das produções teóricas que foram claramente expostas na América Latina. Qualquer pensamento que tivesse uma ligação muito forte com aquilo e que viesse iluminar a partir daí era visto como uma ameaça. Uma ameaça porque expunha as deficiências, trabalhavam com enormes atrasos bibliográficos. Havia muitos que sentiam isso. Bem, alguns optaram por participar pouco da discussão do plano. Eu saí... tinha um bom número de professores nessa escola que não estavam envolvidos naquela que era uma dinâmica de estudo, de debate, que acompanhava mais ou menos o que estava acontecendo na América Latina.

A falta de trabalho com a América Latina é percebida como *“atraso”* na construção disciplinar, mais do que como posicionamento. Esta ideia de atualização, em outros percursos mais afastados teoricamente da América Latina, circula por outros tópicos.

Daniel Cohen, formado no primeiro currículo e depois professor na ECI, narra uma experiência de atualização:

Em 1979 viajei para um curso na Universidade de Navarra. Era o 7º ano que a Universidade levava jornalistas (que tinham que ser graduados, eu havia me formado no ano anterior) das principais cidades da América Latina, de um programa patrocinado pela Alemanha. Da Argentina, havia muitos de Buenos Aires que depois foram (e alguns ainda são) diretores de importantes meios de comunicação, do jornal La Nación e de outros meios: Hada, Pablo Sivén¹³... Vinha um enviado da Universidade e investigava quem poderia ir... Fui indicado por um professor que já havia viajado para o curso em anos anteriores.

A entidade católica alemã Adveniat (*“adveniat regnum tuum”*, segunda linha do Pai Nosso em alemão, *“venha a nós o vosso reino”* em português) aloca

¹³ Daniel Hadad foi o fundador de meios de comunicação como C5N, Radio 10, Radio Mega e Radio Amadeus; e o mais recente e bem-sucedido, o jornal *Infobae*. Pablo Sivén, além de seu trabalho jornalístico, escreveu numerosos livros sobre a história da mídia na Argentina e alguns mais recentes como *Converso: história íntima da brutal transformação pessoal, profissional e política de Víctor Hugo Morales* (Editora Margem Esquerda).

fundos para a América Latina e o Caribe. Financiou vários projetos de apoio ao desenvolvimento¹⁴. Em Navarra, não conviviam com estudantes locais, mas sim entre latino-americanos. “*Havia basicamente estudantes da Colômbia e da Argentina. Em menor grau, Equador, México*” – continua Daniel Cohen no relato de sua experiência:

Vinha gente da BBC, professores de toda a Europa, tínhamos toda a última formação tecnológica da época. Deram-me a disciplina de rádio assim que voltei de Navarra¹⁵. Claro: eu voltei com aura de quem tem um mestrado. E não havia nenhum mestrado aqui na Argentina. Então eu assumi um assunto de novas tecnologias.

No Currículo ECI de 1993, esta disciplina sob sua responsabilidade seria a primeira disciplina da Universidade Argentina chamada Novas Tecnologias. “*Agora até matérias que não são de comunicação têm novas tecnologias. Além do mais, esse nome já é antigo. Porque as novas tecnologias foram nos anos setenta, oitenta*” – concluiu Daniel em 2004.

Já na década de 1990, ambas as linhas reaparecem em diferentes percursos e atores dos cursos. E novamente a linha de internacionalização marca fronteiras. O diagnóstico de María Cristina Mata em relação à escassa impressão latino-americana reaparece em outro momento do campo e em outras Universidades. Claudia Villamayor, ex-membro da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC)¹⁶, professora-pesquisadora em Quilmes e La Plata, relata assim sua entrada no ensino universitário:

Quando entrei em La Plata, a transferência para Faculdade acabava de acontecer¹⁷. E com isso iniciou um Projeto. E é nesse momento, quando chamam as pessoas de la Crujía, que havíamos viajado muito pela América Latina ensinando rádio e cursos de comunicação popular. Isso me causa um certo constrangimento e fiquei até com vergonha... porque o projeto era procurar professores que prestigiassem a Faculdade. Escuta, eu tinha 29 anos.

La Crujía, Centro de Comunicação Educacional da Congregação Hermanos de La Salle, congregação sediada na Espanha, que reconhece o seu momento de fundação em julho de 1980 com um primeiro curso de Pierre Babin, comunicador e pastor de jovens de origem francesa, que deu origem a cursos de verão subsequentes que reuniram numerosos comunicadores populares e comunicadores de base da América Latina no Instituto La Salle de San Martín (que em plena ditadura militar na Argentina constituiu em si um ato de resistência). Muitos projetos de La Crujía para a formação na América Latina também tinham sido

¹⁴Luis Ramiro Beltrán debate com este conceito e com este tipo de programas, posicionando e distinguindo o “apoio ao desenvolvimento”, que envolve a ajuda econômica do primeiro mundo à América Latina, em contraste com a comunicação alternativa para o desenvolvimento, que parte precisamente dos próprios países do terceiro mundo.

¹⁵Em outubro de 2022, o Programa completou o quinquagésimo aniversário e setenta ex-alunos latino-americanos reuniram-se em Navarra. Para mais informações, cf. PGLA: 50 anos do “Erasmus” latino-americano na Universidade de Navarra (ver<https://www.diariodenavarra.es/noticias/navarra/2022/10/15/pgla-50-anos-erasmus-latinoamericano-universidad-navarra-544767-300.html>).

¹⁶A professora participou e depois dirigiu o Programa de Fortalecimento Internacional para a América Latina e o Caribe.

¹⁷A histórica Escola de Jornalismo de La Plata, criada em 1930, mudou seu estatuto para Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social (FPyCS) em outubro de 1994, tornando-se a primeira da área na Argentina. A segunda chegaria apenas em 2015, a Escola de Ciências da Informação (ECI) de Córdoba foi transformada na atual Faculdade de Ciências da Comunicação (FCC).



¹⁸Reabre o Mestrado PLANGESCO da Faculdade – Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social – da UNLP.

financiados pela Adveniat. A Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social (FPyCS) de La Plata realizou sua primeira pós-graduação em convênio com La Crujía: o Mestrado PLANGESCO (Planejamento e Gestão de Processos de Comunicação), dirigido por Washington Uranga, então também diretor de La Crujía. Se tratava também, como diz seu próprio site¹⁸, da “*primeira a abordar a área do planejamento da comunicação na América Latina*”.

No entanto, é mais a perspectiva do que a origem que a faz diagnosticar, uma década depois daquele verbete: “*ainda vejo a formação e o conhecimento em comunicação nos nossos cursos como muito, demasiado europeus*”.

Há aí uma variável que não está mais ligada à atualização/atraso teórico do campo, mas a uma marca ligada às abordagens: o campo latino-americano como territorial, paradigma de transformação social através de ações concretas, sistematização de experiências.

Do lado europeu, os estudos são – nessa época (referentes ao ano de 1970) – basicamente de ordem semiológica, mas de uma semiótica que pretendia criticar a sociedade. Ou seja, a semiótica como instrumento de revelação ideológica. Depois a semiótica tomou outros caminhos. Mas nesse momento o instrumento semiótico coincide com a vontade de denúncia, de crítica, de análise e de luta ideológica. Ou seja, pensava-se na luta semiótica e política. (Héctor Schmucler)

¹⁹Atualmente é também Presidente do Sistema Ibero-Americano de Garantia da Qualidade da Educação Superior (SIACES). Outro vínculo entre esse grupo fundamental é a construção de circuitos internacionalizados de burocratização acadêmica.

Uma década depois, na abertura democrática, aparece outro devir da Semiótica. Comenta Néstor Pan, ex-reitor de Lomas de Zamora e presidente da Coneau¹⁹ desde 2008, lembrando sua passagem como estudante de Jornalismo e Comunicação Social em Lomas de Zamora: “*Verón analisa a nova forma de demanda que vem da França, especialmente, o trabalho da empresa Renault. Assim, as ferramentas semióticas são introduzidas nos mercados, como uma maneira de vender mais*”.

Comenta, por outro lado, Laura Rinaldi, professora de Produção Televisiva e ex-conselheira consultiva da ECI:

Na minha época, a única forma de continuar a formar-se era a docência. Depois apareceu a linha de sociosemiótica, a pós-graduação mais próxima do nosso curso aqui em Córdoba. Uma linha de trabalho em torno de Marité Dalmasso, que estudou em Leuven, na Bélgica. Muitos foram formados lá. Nós, por outro lado, aqueles que atuamos na área audiovisual, nos referíamos mais à produção e ao pessoal da produção local. Tínhamos um grupo de estudos liderado por Liliana Malem, na época a única mulher diretora de câmera de um telejornal na Argentina. Eles se dedicavam a teorizar. Nós estávamos interessados em produzir.

Para além da opção entre fazer uma pós-graduação na própria universidade ou participar de um grupo de estudos não institucionalizado, seria possibilitada uma terceira opção que estaria ligada, justamente, à internacionalização.

A Universidade de La Laguna, em Tenerife, aproximou-se muito da América Latina por uma questão geográfica. Pense que as Ilhas Canárias estão mais próximas de nós do que a Espanha continental. E foi gerado em 1994, quando Silvia Barei era diretora (da ECI), um convênio – que não envolvia dinheiro – mas que permitia a você, se você fosse professor aqui, fazer o doutorado sem precisar ir morar lá – como Navarra nos propunha se quiséssemos continuar o doutorado com eles, teríamos que nos mudar por dois anos, eu não pude porque minha família estava em Córdoba – aqui eles ofereciam para você ir por dois meses, e depois você ficaria mais um mês... você começaria a fazer sua tese remotamente iria uma última vez defendê-la. (Daniel Cohen)²⁰

Mas esses retornos sempre deixam vestígios nos projetos. Assim como o Centro de Estudos Avançados (CEA) da Universidade Nacional de Córdoba²¹, em propostas de graduação mais recentes, como Estudos de Comunicação da UNSAM em 2017, também podemos reconhecer essa marca pessoal e esses vestígios de trânsitos internacionais. A diretora do curso, Ana María Vara, fez mestrado na Universidade de Nova York e doutorado na Universidade da Califórnia. Não é um caminho muito comum na formação, pelo menos na geração dela (ela se formou no início dos anos 1990). E, também ou conseqüentemente, não é habitual que no plano de carreira, dos três níveis de Teorias e Perspectivas da Comunicação, o primeiro se concentre na perspectiva mcluhaniana e no foco na tecnologia, pouco abordada nos outros cursos das universidades públicas.

A transferência de correntes de pensamento está sempre historicamente situada. Os processos políticos das Universidades, as marcas da época e a visão de comunicação que estes processos promovem e sustentam têm desafiado os cursos e aqueles que, em cada disciplina específica, devem organizar a entrega dos conteúdos. Carlos Mangone, professor de Teorias da Comunicação na Universidade de Buenos Aires, com certa distância geográfica e fundamentalmente teórica, define:

La Plata passou do jornalismo às mediações culturais. Barbero, Canclini, La Crujía, a ação social, o trabalho territorial e tudo isso. O cruzamento entre eles é Walsh . . . um Walsh descafeinado, mas Walsh²². Córdoba é uma escola de jornalismo. Há ali muito fogo cruzado, tendências políticas em tensão, mas ainda é uma escola de jornalismo.

²⁰ Dez professores da Universidade de Córdoba foram a La Laguna por esse convênio. Entre eles, a ex-vice-reitora da primeira gestão da Faculdade de Ciências da Comunicação (FCC), Susana Morales e a atual Diretora do Doutorado em Comunicação da Faculdade, Paulina Emanuelli.

²¹ Ali surgiram os cursos de pós-graduação em Sociosemiótica dirigidos por Marité Dalmasso, mencionados pela entrevistada, mas também foi o local de trabalho de Héctor Schmulder e Marita Mata e seus diferentes grupos de pesquisa.

²² Rodolfo Walsh foi um jornalista e romancista de obras como *Operação Massacre* (1957). Foi assassinado por uma força-tarefa da Escola de Mecânica da Marinha (ESMA) em 25 de março de 1977, quando enviava cópias da sua *Carta Aberta de um Escritor à Junta Militar*, um ano depois do golpe a vários jornalistas para que a publicassem fora do país. A lista histórica da Juventude Peronista, que dirige o Centro Estudantil FPYCS de La Plata desde a década de 1990, leva o nome de Rodolfo Walsh.



“La Plata nunca se beneficiou da UBA. La Plata se beneficiou do mundo... E Lomas, por outro lado, é (gesto de olhar para cima) uma visão suburbana, também em termos acadêmicos: uma subsidiária da UBA” – define Celia Pagán, radiojornalista e ex-professora em ambas as instituições.

Uma estudante do início da década de 1990 reforça esse sentimento ao falar de sua época como estudante:

Nós éramos como a televisão no interior, como repetidoras. É muito triste. Mas os professores da UBA chegavam assim, como um livro. Nem mesmo isso, como anotações. Eu me lembro que quando a gente começou a conhecer um pouco mais os autores diziam: “che, eles têm cara, sentam-se, tomam café” (risos). Ou seja, a sensação de que nós, os livros e as anotações estávamos muito longe deles. Não porque lêssemos pessoas de outras geografias, elas estavam logo ali, a poucos quilômetros de distância, na Capital Federal. (Marisa Pignolo, professora, fala sobre sua estadia na graduação)

Seria necessário esperar até 2010 para a primeira pós-graduação oficial de Lomas De Zamora em Comunicação. Houve um precedente em 2003, quando a Associação de Graduados em Ciências da Comunicação de Lomas de Zamora (AGRACICOM) trouxe para a Faculdade de Ciências Sociais um Seminário de Pós-Graduação sobre Introdução ao Pensamento Complexo de Edgar Morin, mas com a certificação do Instituto Internacional para o Pensamento Complexo, que teve sede em Buenos Aires, na Universidade de Salvador. Estiveram presentes 22 graduados em publicidade, relações públicas, jornalismo e comunicação social. Silvia Rivas, tesoureira da primeira comissão da AGRACICOM e professora da UNLZ comenta:

Não era um tema demandado pela comunidade, Edgar Morin não era trabalhado na graduação na Faculdade. Mas nossa presidente tinha contato com o Instituto e por isso decidimos avançar. O que as pessoas queriam era ter acesso a uma pós-graduação aqui em Lomas. Era uma forma de consegui-lo. Propusemos que fosse economicamente acessível, com custos para cobrir os honorários dos professores.²³ A Faculdade nos cedeu as salas de aula, a certificação foi feita pela Universidade de Salvador, foi a oportunidade..

Por outro lado, uma universidade criada mais recentemente, a Universidade Nacional de Villa María (UNVM), criada em 1995, ofereceu uma primeira pós-graduação internacional ao se tornar sede do doutorado da Universidade de La Laguna (ULL). É assim que seu diretor, Daniel Cohen, comenta a gênese daquela única coorte em 2008:

²³O professor foi Raúl Motta, diretor do Instituto Internacional para o Pensamento Complexo. E a primeira presidente da Agracicom, Gabriela Cicalese, foi a secretária acadêmica.

A professora Olga Alvarez de Armas propõe que eu crie o primeiro doutorado da ULL fora de Espanha. Ela me dizia: “É melhor que dois, três, quatro professores nossos daqui viajem, e vocês que já são doutores desta universidade completam o quadro e a gente monta lá, na Argentina”. Digo-lhe imediatamente que sim, começamos a preencher todos os formulários da ULL, da União Europeia e dos pedidos de apoio para financiar as viagens dos professores. Após dois anos de trâmites, o doutorado foi aprovado, diante de uma iminente mudança na regulamentação da União Europeia e por isso o Ministério da Educação da Espanha o aprovou com a condição do limite de quinze alunos e uma única coorte. Com a nova regulamentação, já não seria possível fazê-lo.

O “aqui” e o “lá” no referido comentário da professora promovendo o remanejamento no ditado é claramente uma decisão de custos e logística. Como comenta Mariana Corradini, uma das 15 alunas da época,

*para fazer os exames aqui em Villa María tivemos que fazer a papelada na embaixada, porque tinha que ser feito em território espanhol. Na verdade, tivemos que retirar os títulos do Consulado da Espanha na cidade de Córdoba*²⁴.

²⁴Villa María está localizada a 150 km ao sul da cidade de Córdoba, capital da província. O depoimento de Corradini e esta segunda parte do depoimento de Daniel Cohen, ao contrário das demais entrevistas, foram realizados em 2023.

O gerente local da proposta, Daniel Cohen, foi reitor da Universidade de La Rioja:

Eu pensei em fazê-lo em La Rioja, mas decidimos mudar a Universidade porque já tinha terminado o meu decanato e a ULL insistia em fazê-lo com uma universidade não muito grande e sem burocracia. Por acaso encontrei um grupo de amigos nas montanhas. Lá estava o reitor eleito, Martin Gill, que ainda não havia assumido, e me disse “Estou interessado”.

Se revisarmos, por outro lado, as linhas de pós-graduação que foram institucionalizadas depois na UNVM, as orientações são diferentes. “Os professores que viajavam da Universidade de La Laguna eram da Escola de Jornalismo de lá, acho que a diferença com os instalados na Universidade é que estes são mais latino-americanos e mais ligados ao território”. De fato, um dos Mestrados é voltado para Estudos Latino-Americanos. René Lourau (2001) afirma:

Resgatar a importância da história não significa dedicar-nos à investigação da gênese temporal das instituições (embora Durkheim tenha recomendado esta tarefa), mas sim analisar os acontecimentos históricos como produto da confluência – sempre



agonística e, por vezes, trágica – entre novas e velhas instituições, ou também entre vários sistemas institucionais. (p. 136)

²⁵Pode ser visto sobre isso *Tramas e tensões na configuração da formação de pós-graduação em Jornalismo e Comunicação na Argentina em 2018* (<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/88373>).

Claro que não se trata de historicizar a pós-graduação em Comunicação na Argentina²⁵, mas sim de tentar demonstrar como em tempos de circuitos menos consolidados, a circulação e jornadas de alguns atores desequilibraram a oferta acadêmica e criaram alguns vínculos e relações interinstitucionais menos previstos. Por fim, as identidades coletivas – voltamos a Ricoeur – são também deslocamentos da memória pessoal, das suas retenções e emoções das memórias, e, nesse sentido, a “confluência” não é apenas institucional e formal, mas há também ligações pessoais.

DO CIESPAL AO LATINDEX: UMA LINHA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL QUE SE INTERNACIONALIZA COM O HORIZONTE LATINO-AMERICANO

Michel Maffesoli (2009) afirma:

Leva tempo para que uma corrente de fundo seja assumida por quem tem a função de dizer o que verdadeiramente é uma sociedade. Daí a necessidade, de saber expressar essas coisas vividas, de olhar muito para trás para poder ver muito à frente. (p. 77)

A Escola [Ciência da Informação de Córdoba] nasceu em 1972. E esse nascimento ocorre com outros cursos que têm nomes diferentes, em outros lugares da América Latina também. É um momento em que uma série de coisas começam a se profissionalizar. E isso corresponde a um movimento intelectual internacional que responde aos pressupostos da sociedade moderna, de alto modernismo industrial, que está se globalizando, em certo sentido. Então está tentando uniformizar, procurar uma coerência informativa que sirva aos seus propósitos. (Aldo Guzmán, professor de Teoria da Comunicação na ECI desde a sua criação)

Com efeito, os desenhos curriculares extrauniversitários promovidos pelo CIESPAL têm a sua marca em Córdoba.

A CIESPAL trabalhava com gente de primeira linha, com gente de diferentes países que estavam vinculados aos meios de comunicação e que fazia trabalhos de investigação. Então eles nos davam disciplinas como Psicologia da Comunicação. Eles nos davam disciplinas de Economia, Economia Política. Vieram pessoas ligadas à FAO,

por exemplo. Um professor belga veio falar do rádio e do futuro da radiofonia, com todas as inovações técnicas que havia até aquele momento. Um francês veio dar as aulas de Sociologia; Gerhard Maletzke²⁶ ele veio a Córdoba para dar um curso de Psicologia da Comunicação, eu tive uma reunião muito agradável com Maletzke. Bem, nós fazíamos o curso, eles nos davam um diploma e quem queria fazer um trabalho final, fazia isso e mandava para o CIESPAL para ser arquivado em sua biblioteca. (Víctor Stasyszyn, jornalista do Círculo de la Prensa)

²⁶Nem a origem de Gerhard Maletzke (nascido na Polónia, mas com desenvolvimento profissional na Alemanha) nem as abordagens mais ligadas à psicologia do seu modelo de comunicação foram resgatadas por outros atores da instituição, nem na pesquisa de graduados.

Em 1964, o Círculo Sindical de Imprensa e Comunicação de Córdoba (CISPREN) participou ativamente do VII Congresso da Federação Interamericana de Organizações de Jornalistas Profissionais (FIOPP) na França, e a partir dessa intervenção Félix Amuchástegui de Córdoba foi nomeado vice-presidente de América Latina da Federação Internacional de Jornalistas (Bischoff, 1986, p. 55).

Nos anos 1970, a inclusão do CIESPAL tem uma relação tensa com outras apostas políticas visíveis nos conteúdos. Entre 1973 e 1976, os conteúdos do CIESPAL estiveram vinculados na UNC à Economia Política, Jornalismo de Opinião e Comparado, Técnica Jornalística e Documentação Informativa, Sociologia e Introdução aos Meios de Comunicação Social. Nos programas entre 1983 e 1987 havia textos da revista *Chasqui* (CIESPAL), ALER e menções a autores latino-americanos nas matérias Jornalismo I, Sociologia, Jornalismo III (Rádio), Relações Humanas e Públicas, e Comunicação Publicitária.

Já no plantão da UBA, em *Redação Jornalística* (1988) e *Teorias do Jornalismo* (1989), não há registros de textos do CIESPAL. Apenas na matéria *Rádio* (1989) aparece um texto de Mario Kaplún. No resto das matérias, em sua primeira edição, desde 1986, não aparecem autores latino-americanos na bibliografia. A matéria *Metodologia do Planejamento* (1990, Graziano) desenvolve na Unidade 1: *planejamento no campo econômico, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Diferentes etapas. Visão crítica.*

Na Universidade de Lomas De Zamora, por sua vez, uma matéria de formação teórica como Comunicação I/Teorias da Comunicação, apresenta como Unidade 2 “o desafio das novas tecnologias: Novas Tecnologias e Terceiro Mundo. Apropriação e uso de novas tecnologias”. Entre a bibliografia está Washington Uranga: *comunicação popular – transcrição de palestra para a disciplina*, 1987. Também estão incluídos Reyes Matta, Zecchetto com sua *Comunicação e atitude Crítica* e Experiência em Comunicação Popular de *Chasqui* (revista do CIESPAL).

O Jornalismo Interpretativo como disciplina em Córdoba, herdado dos planos do CIESPAL, foi “transferido” para La Rioja e Chilecito, cursos ligados a Córdoba através de professores viajantes.



Uma revisão dos conteúdos que se ditavam nessa etapa remete à necessidade de uma produtividade acadêmica crítica presente ou por desenvolver na América Latina. Não se trata de pensar uma indústria editorial, mas de construir uma bibliografia ou de ler a bibliografia produzida em outros contextos pensando nas necessidades específicas da situação político-social e dos estudos de comunicação então emergentes.

Este não será o esquema de produção de conhecimento e de textos publicáveis em tempos de circuitos da indústria acadêmica que se consolidaria no novo século. Estes circuitos definem vias menos ecléticas e mais formais que encaminham as trocas. E em todos eles o valor de troca é a certificação: a validação em créditos estudantis, a pontuação para a carreira docente, a renovação de bolsas em projetos ou categorização em pesquisa. No caso da internacionalização, destacamos três circuitos:

- Eventos científicos da área (congressos, conferências, simpósios, reuniões);
- A literatura da área, incluindo artigos de revistas especializadas;
- Os professores convidados ou visitantes.

Em relação aos eventos, os projetos virtualizados multiplicados a partir do isolamento gerado pela pandemia da covid-19 potencializaram geometricamente as opções de participação internacional. Quanto aos professores convidados, a virtualização transitória em 2020 e 2021 reconfigurou posteriormente a oferta de formação à distância, gerou cursos interuniversitários e diminuiu o custo de contar com professores externos, que em vez de “visitantes” se tornaram “tecnoviviais”²⁷. Em relação à literatura da área, retornemos também à dimensão histórica.

Em 1976, a Argentina foi o oitavo país do mundo e o primeiro país de língua espanhola a aderir ao Sistema Internacional de Dados Padrão da UNESCO, produtor do Número de Série Padrão Internacional (ISSN), mas foi apenas em 1997 e após a fundação do Centro da Argentina para o Sistema Latindex (www.latindex.org), Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, que inicia um programa de revistas científicas no Centro Nacional Argentino de Informação Científica e Tecnológica (CAICYT) dependente do CONICET. (Flores, 2010, p. 30)

Em 2000 teve início o Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas, acompanhado dos primeiros critérios de qualidade do Latindex. O Latindex começou na Universidade Nacional do México com a presença de universidades do Brasil, Venezuela e Cuba. Somente em 2011 foi criado o Portal de Portales, ao qual se juntariam Colômbia, Espanha e Chile. Atualmente, a Rede Latindex

²⁷Trabalhei a relação entre coexistência e tecnovívio na tarefa docente na apresentação no Segundo Congresso Internacional de Ciências Humanas (LICH-UNSAM) em 2022: *Entre a coexistência insubstituível e o inevitável tecnovívio* *Interpelações indisciplinadas de virtualização durante a pandemia à experiência docente de nível superior* (Para mais informações, cf.: <https://www.aacademica.org/2.congreso.internacional.de.ciencias.humanas/152>).

– Sistema regional de informação online para revistas científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal – é composta por 23 países ibero-americanos e outros projetos com perspectiva ibero-americanista, como estudos estrangeiros de Busan na Coreia do Sul ou Redial²⁸, com sede na Alemanha. Mas estamos especialmente interessados em saber como a assinatura da rede leva a organizações semelhantes em nosso país. Em 2005,

o Latindex viabiliza 36 critérios de qualidade editorial para periódicos eletrônicos em caráter experimental, e o CONICET emite a Resolução 1640/05 no qual foram redefinidas as diretrizes para incorporação de publicações científicas ao Núcleo Básico. Desta forma, fica aberta a inclusão de revistas científicas tanto em formato impresso como eletrônico. (Flores, 2010, p. 31)

Como vemos, então, como aconteceu com os currículos da década de 1970, muitas regulamentações e estruturas da produção acadêmica em comunicação também seguiram uma inscrição direta nas linhas latino-americanas. No entanto, a fragmentação já não alcança nas revistas o peso específico de outras épocas. Muitos cursos possuem periódicos próprios e numerosos pesquisadores têm a obrigação de publicar, a indústria acadêmica valida árbitros e impõe tempos rígidos e exatos para produção (Cicalese, 2010a).

Os professores convidados ou visitantes constituem outra oportunidade de influências cruzadas. Em termos de textos, a matéria Teoria da Comunicação III em Córdoba é a única das matérias teóricas que menciona autores latino-americanos. Embora às vezes algum professor argentino (como Sergio Caletti) seja citado, mas através de publicações de FELAFACS ou México. Segundo Isabel Gatti, aluna dos primeiros anos da criação do curso UBA, também membro de La Crujía,

A referência sempre foi mais de fora, que Margarita Graziano tinha estado na Venezuela, por exemplo. Mas a experiência argentina em si não foi considerada. Entel e Caletti davam aulas em Entre Ríos. Então dizia-se: “estão no Paraná e estão aqui”. Mas essa experiência ou o que puderam trazer de lá não foi de todo recuperado.

Na primeira revista *Comunicación* (Breviário do Curso das Ciências da Comunicação – FCS – UBA), a presença de professores latino-americanos destaca-se como uma conquista da seção “Relações”: Beatriz Solís (México), em 1987, e Jesús Martín-Barbero (Colômbia), em 1990.

Podemos falar de influência institucional baseada em origens, presenças e jornadas particulares? Podemos falar de transferências de marcas baseadas

²⁸ Redial & Ceisal – Portal americanista Europeu; Redial (Rede Europeia de Informação e Documentação sobre a América Latina); CIESAL (Conselho Europeu de Investigações Sociais da América Latina (<https://rediceisal.hypotheses.org/>)).



nas jornadas de quem “criou raízes” num novo ou outro curso? Somente resolvendo aquelas operações que aparecem nas narrativas dos sujeitos envolvidos em cada processo específico de institucionalização podemos nos aproximar de um esboço de resposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da ideia de que uma maior internacionalização institucionalizada, apoiada em programas e convênios, mesmo promovidos para serem fortalecidos, favorece a troca de perspectivas, textos, autores de diferentes origens, etc. mostramos que, através da perspectiva e do impacto dos graduados com respeito à sua própria formação, o fenômeno é o oposto. A multiplicação de menções a textos/autores que os mais recentes graduados apresentam está mais ligada à multiplicação de professores próximos a eles e de cada Universidade, encarregados de disciplinas que orientam teoricamente de e para suas próprias produções (em teses de pós-graduação, programas de pesquisa em que participam, linhas do CONICET, etc.), do que a uma maior diversidade na origem dos textos, dos autores, das perspectivas. Ou seja, percebemos mais fragmentação e um peso maior da matriz institucional de aprendizagem (Cicalese, 2008) do que de processos de internacionalização. Poderíamos pensar que a globalização é olhada, o mundo é tematizado, mas é visto através do pequeno prisma da hiperespecialidade (os cortes cada vez mais específicos nos tópicos de investigação) e da “hipoespacialidade” (os referentes imediatos).

Diante dos modelos de internacionalização para integração ou transformação, mostramos que essas eram tendências já existentes nos cursos de comunicação desde seus primórdios na Argentina e que o diálogo da internacionalização – ou a visão sobre com quem e como dialogar para se integrar – é uma tendência mais de tipo político-acadêmico e/ou de trânsitos pessoais de agentes com peso político específico nas decisões de carreira do que resultado de um processo burocratizado de internacionalização. No entanto, em ambos os circuitos, o que fica de fora do debate – da internacionalização, mas também do horizonte formativo que deve ser considerado – é uma raiz que os Estudos Latino-Americanos tiveram nos seus primórdios e está ligada à emergência das práticas próximas, imediatas, territoriais, sobre as quais os comunicadores intervêm durante a formação e profissionalmente. Também a jornada de estudantes e professores “fora do sistema” da indústria acadêmica. É comum ouvir *“perdi um ano porque viajei para trabalhar a...”* versus *“não posso participar de X atividade porque estou me candidatando a uma bolsa de estudos para viajar para . . .”*. Muitas dessas experiências e transições que

foram instituintes, significativas e fundadoras do campo da comunicação na Argentina nas décadas de 1970 e 1980, hoje permaneceriam invisíveis atrás dos circuitos da indústria acadêmica. Não serão novas competências profissionais, novas áreas de preocupação que impõem uma indústria cultural cada vez mais internacionalizada? Não há produção de conhecimento e reflexividade política em atores que não estão vinculados às regras padronizadas de produção? Essas vozes exigem necessariamente traduções de agentes da indústria acadêmica para serem desafiadas?

O circuito das publicações, especialmente on-line, é absolutamente regulado por condições de mercado. Valida-se a carreira de pesquisador em termos de quantidade de publicações, de citações, de downloads. Não é muito diferente da lógica de posicionamento dos sites no Google.

Tanto na tradição latino-americana com *O ofício de Cartógrafo*, de Jesús Martín-Barbero (2002), como o *Atlas*, de Michel Serres (1995), tomam a metáfora espacial dos territórios, mapas e trânsitos para pensar epistemologicamente os processos de comunicação e de significado. Se entendermos os processos institucionalizados de internacionalização como mapas dentro do campo, também é bom notar que as mudanças mais significativas nos territórios muitas vezes nem são percebidas pelos cartógrafos. E aqueles de nós que transitam pelas margens e por esses territórios subalternos estão condenados à periferia. Será que a comunicação conseguirá rever os seus marcos fundadores para construir um memorial²⁹ e não uma memória documentada? Podemos superar a lembrança e apresentar as conversas, não mais herméticas, mas entre e para os atores sociais que expressam suas promessas para o futuro através de ações? Podemos incluir guias de trânsito, mas também possibilitar outras pegadas e percursos, não só na internacionalização, mas nas formas de construir uma Comunicação que possibilite trânsitos diversos? ■

²⁹ Memorial é uma categoria teológica que se refere à atualização dos acontecimentos evocados em um ritual, diferentemente da memória onde a memória ou coisa evocada é externa à pessoa ou pessoas que estão lembrando.

REFERENCIAS

- Bischoff, E. (1986). *Cincuenta años de vida gremial periodística en Córdoba*. Ediciones de la Municipalidad de Córdoba.
- Cicalese, G. (2008). *Tensiones políticas y teóricas en la institucionalización de las carreras de comunicación en Argentina* [Tesis doctoral inédita]. Universidad Nacional de la Plata.
- Cicalese, G. (2009). Hitos condensadores de identidad. Indicios discursivos para definir la identidad a partir de las entrevistas en profundidad y las historias de vida. *Hologramática*, 4(10), 57-74.



- Cicalese, G. (2010a). Temporémica. Una propuesta semiótica para analizar el manejo de los tiempos como mecanismo de ejercer el poder en la interacción humana. *Hologramática*, 2(13), 73-108.
- Cicalese, G. (2010b). *Yo soy... ¿Nosotros somos? Comunicación e identidades*. Editorial San Pablo.
- Del Valle, D., & Perrota, D. (2023). *Internacionalización universitaria y movilización política*. Clacso, IEC, Conadu.
- Fitoussi, J. P., & Ronsevallón, P. (2003). *La nueva era de las desigualdades* (H. Pons, Trad.). Manantial.
- Flores, A. (2010). ¿Por qué y para qué se evalúan las revistas científicas? In R. Canella & H. Gegunde (Eds.), *Estrategias para la difusión y divulgación científica en la web 2.0*. Universidad Nacional de Lomas de Zamora.
- Gramsci, A. (1958). *El Materialismo Histórico y la Filosofía de Benedetto Croce*. Editorial Lautaro.
- Lourau, R. (2001). *El análisis institucional* (N. F. de Labruno, Trad.). Amorrortu. (Trabajo original publicado en 1970)
- Maffesoli, M. (2009). *Iconologías. Nuestras idolatrías post-modernas* (J. Terré, Trad.). Península.
- Martín-Barbero, J. (2002). *Oficio de cartógrafo. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura*. Fondo de Cultura Económica.
- Nosiglia, M. C., Mulle, V., & Fuksman, B. (2020). La configuración del gobierno de las universidades nacionales argentinas a más de veinte años de sanción de la Ley de Educación Superior: un estudio comparado de los estatutos vigentes. *Revista Latinoamericana de Educación Comparada*, 11(17), 76-94.
- Ricoeur, P. (2006). *Caminos del reconocimiento. Tres Estudios* (A. Neira, Trad.). Fondo de Cultura Económica.
- Serres, M. (1995). *Atlas* (A. Martorell, Trad.). Cátedra.
- Wallerstein, I. (2005). *Las incertidumbres del saber* (J. Barba & S. Jawrbaum, Trad.). Gedisa.

Artigo recebido em 30 de outubro de 2023 e aprovado em 22 de novembro de 2023

Sobre os elos (perdidos) entre as pesquisas em midiatização alemã, latino-americana e francesa: reflexões sobre os diversos meios de pesquisa e suas tradições

On (missing) links between German, Latin American, and French Mediatization Research: Reflections on Diverse Research Milieus and Their Traditions

STEFANIE AVERBECK-LIETZ^a

Universidade de Greifswald. Greifswald – Alemanha

RESUMO

A pesquisa em midiatização não é uma invenção europeia, estando também enraizada nos Estudos Culturais e na semiótica latino-americanos. Com base no esquema analítico de Maria Löblich e da autora sobre como analisar a história de um campo de estudo na pesquisa em comunicação nos termos de seu *corpus de ideias* e seu *corpus social*, este artigo discute as (des)conexões transnacionais no campo da pesquisa em midiatização com relação a) às raízes latino-americanas e francesas desse campo de pesquisa e b) tentando responder por que elas permanecem desconhecidas, pelo menos nos estudos da comunicação na Alemanha. As barreiras de recepção contra as tradições latino-americanas e francesas dominam a tradição da pesquisa alemã. Ainda hoje, E. Verón, Martín-Barbero, A. Mattelart e outros são autores mais ou menos desconhecidos na pesquisa em comunicação alemã. A semiopragmática de Eliseo Verón e a abordagem da mediação cultural de Jesús Martín-Barbero raramente são consideradas como raízes da pesquisa em midiatização nas publicações alemãs. No entanto, nos últimos anos, observam-se contatos de pesquisa transnacionais promissores nos principais meios de pesquisa em midiatização, iniciadas principalmente por acadêmicos latino-americanos. **Palavras-chave:** Pesquisa em midiatização, história transnacional dos estudos da comunicação, Eliseo Verón

^a Professora de Communication Studies na University of Greifswald, Alemanha. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5872-4189>. E-mail: stefanie.averbeck-lietz@uni-greifswald.de

ABSTRACT

Mediatization research is no European invention, being also rooted in Latin American Cultural Studies and semiotics. Building on an analytical scheme on how to analyze

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p241-272>

V.17 - Nº 3 set./dez. 2023 São Paulo - Brasil STEFANIE AVERBECK-LIETZ p. 241-272

MATRIZES

241



the history of a study field in communication research in terms of its *corpus of ideas and its social corpus*, this article discusses the transnational (dis-)connections in the field of mediatization research regarding a) the Latin American and French roots of this research field and b) by trying to answer why they are still so unknown, at least in German communication studies. Still today, E. Verón, Martín-Barbero, A. Mattelart, and others are more or less unknown authors in German communication studies.

Keywords: Mediatization research, transnational history of communication studies, Eliseo Verón

COMO AS PERSPECTIVAS europeia, alemã e latino-americana dos estudos da comunicação se influenciaram, e se influenciam, mutuamente? Elas se influenciam de fato? Ainda não sabemos muito sobre a questão – a noção de europeia, por exemplo, não faz muito sentido quando consideramos a lacuna de conhecimento nos dois lados do Reno entre os estudos da comunicação na Alemanha e na França, que é enorme (Averbeck-Lietz & Cordonnier, 2022), mas não é estática. A pesquisa do Leste Europeu, por sua vez, não figura na agenda de leitura dos pesquisadores da Europa Ocidental e do Sul (Richter et al., 2023). Quando acadêmicos viajam (por meio de bolsas de estudo, programas de ensino e aprendizagem, conferências ou reuniões de projetos), eles levam ideias, conceitos, metodologias e assim por diante em sua “bagagem” intelectual. E esse tipo de bagagem relaciona-se a vários contextos: “Como as pessoas e escolas críticas, ideias e teorias viajam – de pessoa para pessoa, de situação para situação, de um período para outro” (Said, 1983, p. 226).

Um estudo recente mostra que os estudos da comunicação na Alemanha em geral e em relação a subdomínios como jornalismo, sistemas de mídias, usos e/ou pesquisa de opinião pública não integram a literatura latino-americana de maneira relevante, nem na pesquisa nem no ensino (Ganter & Ortega, 2019; Richter et al., 2023). Tal afirmação deve ser contextualizada com a constatação geral de que o *corpo teórico e social dos estudos da comunicação na Alemanha* ainda é euro- e estadunidense-cêntrico, com preferência pela orientação da Europa ocidental e do norte: uma “internacionalização mais profunda” é urgentemente necessária (Richter et al., 2023). Nas páginas a seguir, este artigo buscará as *razões* para tais desconexões internacionais e apresentará meios científicos menores que estão estabelecendo relações entre a América Latina e a Alemanha.

A maioria dos acadêmicos alemães da comunicação não têm experiência pessoal em participar de meios de pesquisa latino-americanos, franceses ou ambos. Esse *ambos* é crucial: *As sciences de l'information et de la communication*

[ciências da informação e comunicação] francesas vêm se sobrepondo à pesquisa latino-americana há mais de meio século no que tange a constelações de atores e uma produção científica conjunta (publicações, conferências, projetos e intercâmbio entre organizações científicas). Sobre a pesquisa em midiatização, ver Ferreira et al. (2019).

Recuemos um passo e analisemos as perspectivas multifacetadas nas quais os campos de estudo acadêmico estão *sempre* inseridos, *especialmente as posições de significado e conhecimento em relação às suas bases sociais* (“Standortgebundenheit des Denkens”, Mannheim, 1929), as ligações sociais, históricas, geracionais e geográficas do conhecimento científico, por assim dizer. Outras perspectivas (interseccionais), como gênero ou raça, são altamente relevantes (Chakravartty et al., 2018). Revelar os antecedentes da produção do conhecimento nos ajuda a compreender a “posição” do conhecimento científico no sentido crítico de Karl Mannheim e da tradição da sociologia do conhecimento (Beck, 2023).

A autora deste artigo vem da tradição da *Kommunikationswissenschaft* (estudos da comunicação) alemã e da geração de pesquisadores que, em meados da década de 1980 e início da década de 1990, estudou a chamada “*Publizistikwissenschaft*” (um termo de difícil tradução, que significa o estudo da publicação profissional), abrangendo a comunicação de massa, a comunicação política, a opinião pública, os sistemas de mídias e o jornalismo, e aplicando um tipo de pesquisa que está intimamente relacionada aos métodos de pesquisa padronizados e à análise quantitativa de conteúdo (Daros, 2019; Koenen & Sanko, 2018). Mas os acadêmicos (como a autora) não podem ser reduzidos às estruturas dos campos de conhecimento em que foram educados, pois praticam a ciência de forma dinâmica. Eles frequentemente trabalham em ambientes ou meios transdisciplinares ou transnacionais que se misturam em um determinado período.

A autora deste artigo é especialista em pesquisa da comunicação histórica, com um forte interesse na história dos estudos da comunicação (que atualmente se tornou uma espécie de campo exótico na pesquisa em comunicação na Alemanha, já que são raras as cátedras nesse campo)¹. Além disso, e não é comum nos estudos alemães da comunicação, a autora também é formada *nas sciences de l’information et de la communication* francesa. Durante várias estadias de pesquisa nos últimos 25 anos na França e na Suíça (a parte alemã e a parte romana do país), a autora ficou cada vez mais ciente das interações/transações específicas entre a América Latina e a França nesse campo. É claro que a perspectiva da autora é uma perspectiva *ética* restrita em relação à França e à América Latina. A perspectiva da autora é *posicionada* ou colocada no

¹ Para a discussão sobre a perda contínua da perspectiva histórica nos estudos de comunicação alemães, consulte o fórum de debate no *German Yearbook for Communication History* (Bellingrado, 2018).



sentido da sociologia do conhecimento. Ademais, a sinédoque América Latina é inadequada para aprofundar o pano de fundo de *diferentes* países e/ou regiões latino-americanos (Simonson & Park 2016, p. 321). Sobre as influências intertransnacionais na América Latina, ver Fuentes-Navarro (2016), Gomes (2018) e Daros (2023).

A LACUNA DE CONHECIMENTO GERMANO-FRANCESA NOS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO OU COMO PRODUZIR PONTOS CEGOS NOS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO

A falta de um ambiente de pesquisa europeu entre os estudos da comunicação na Alemanha e França é duradoura e estrutural. Acadêmicos individuais (como a autora deste artigo) interagem, não “escolas” ou meios estáveis (Averbeck-Lietz, 2010; Averbeck-Lietz et al., 2020; Bolz, 2019; Koch, 2004). O fosso germano-francês resulta principalmente de:

- a. barreiras linguísticas e diferentes meios acadêmicos: Ainda hoje, os acadêmicos franceses publicam principalmente em francês, o que é bem compreensível na grande *romanofonia* da Europa, América Latina, grande parte do continente africano e Canadá, mas não na Alemanha. Somente os “grandes nomes” viajam por meios de citação e, não menos importante, aqueles com redes pessoais mais ou menos estáveis e de longo prazo no outro país: como o sociólogo da mídia de massa baseado em Colônia, Alphons Silbermann (1909-2000), na França (Averbeck-Lietz & Cordonnier, 2022, pp. 376-378) e Elisabeth Noelle-Neumann (1916-2010) e seu conceito de “espiral do silêncio”, não menos importante, por meio de seu “amigo” Paul Felix Lazarsfeld e seus intensos contatos franceses (Noelle-Neumann, 2001; Schmidt & Petersen, 2022). No campo da história da comunicação e da mídia, Pierre Albert (1930-2018) e seu trabalho foram introduzidos na Alemanha pela professora Ursula E. Koch (nascida em 1934), radicada em Munique e Paris, durante as décadas de 1980 e 1990. Esses contatos pessoais estão relacionados principalmente à geração de pesquisadores que atuaram entre as décadas de 1960 e 1990. É possível que a reconciliação entre a Alemanha e a França naquela época estivesse mais em pauta, assim como uma ordem pós-guerra para as ciências sociais europeias apoiada pelos EUA. Lazarsfeld veio como consultor para reconstruir as ciências sociais francesa, cofinanciado pela Fundação Rockefeller (Averbeck-Lietz, 2010, pp. 197-181).

Atualmente, esses contatos pessoais são raros e instáveis, carecem de recursos e são difíceis de estabelecer de baixo para cima e de cima para baixo (também Bolz, 2019). Os sistemas acadêmicos francês e alemão diferem em relação às carreiras, raramente os acadêmicos trabalham continuamente em ambos os lados do Reno. Alguns esforços de cima para baixo foram iniciados por meio de cooperações da Sociedade Alemã de Acadêmicos da Comunicação (DGPK), da Sociedade Francesa de Pesquisa em Comunicação (SFSIC) e da Sociedade Suíça (SGKM), estabelecendo os primeiros contatos no nível de projetos de doutorado. Mas isso parece não ser duradouro; o evento de 2019 contou com pouca participação de estudantes de doutorado alemães, enquanto os pós-graduandos suíços têm maior facilidade para acompanhar as apresentações em francês². Os pesquisadores franceses e alemães estão envolvidos em projetos de pesquisa europeus maiores financiados pela União Europeia, mas, pelo que sei, eles não se referem à *pesquisa em midiatização*. Por que então falar aqui sobre a experiência germano-francesa? Porque a experiência francesa está incomodando a experiência alemã no mesmo campo de estudo: os cruzamentos de fronteiras acadêmicas para com os estudos da comunicação na *América Latina*, que raramente acontecem na Alemanha, são comuns na França. Como acadêmica alemã, isso era novo para mim quando o vivenciei pela primeira vez no final da década de 1990 como pós-doutoranda no *Institut Français de Presse* (IFP).

²Dos poucos doutorandos alemães que se apresentaram no “Doctorales transfrontalières” (<https://bit.ly/3ueeRyJ>), dois eram da minha equipe, então sediada em Bremen, e outros dois eram de universidades alemãs especializadas em sistemas de mídia internacional e jornalismo internacional, como a Universidade Ruhr de Bochum e a TU Dortmund.

Meios de pesquisa densos e duradouros entre acadêmicos franceses e latino-americanos existem desde o êxodo de intelectuais latino-americanos para Paris durante as ditaduras latino-americanas (Averbeck-Lietz 2010, pp. 418-420; Fuentes-Navarro, 2020; Zarowsky, 2021), mas – como Raúl Fuentes-Navarro (2016, p. 331) e Otávio Daros (2023) mostraram – também muito antes, quando o *Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina* (CIESPAL), uma organização central da pesquisa em comunicação latino-americana, integrou influências de acadêmicos franceses e estadunidenses financiados pela Fundação Rockefeller e, por um tempo, pela Friedrich-Ebert-Stiftung alemã para fortalecer a pesquisa na América Latina (Daros, 2023). A influência alemã limitou-se ao nível dos recursos, enquanto a francesa foi muito mais profunda em relação ao corpus de ideias e às metodologias dos Estudos da Comunicação na América Latina em geral (Daros, 2023).



Portanto, podemos dizer que, *na Alemanha*, nos aprofundamos muito mais nas tradições de pesquisa transnacionais quando estamos cientes de que há fortes meios de pesquisa latino-americanos/franceses e de nossas próprias relações estreitas com os meios de pesquisa em comunicação estadunidenses, começando como meios de citação imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Eles se tornaram *dominantes* nos estudos alemães da comunicação, principalmente no que diz respeito à análise quantitativa de conteúdo (Löblich, 2010). A relação germano-americana (também Meyen, 2012) não é comparável àquela entre as “duas” Américas:

“As relações entre a pesquisa latino-americana, a tradição europeia e a produção científica proveniente dos Estados Unidos nunca foram fáceis” (Scolari, 2015, p. 1092). Os “efeitos do vizinho gigante” impedem a visibilidade da pesquisa latino-americana: “O domínio acelerado do inglês ajudou a tornar a tradição robusta dos estudos da comunicação na América Latina praticamente invisível nos EUA e na Europa” (Simonson et al., 2022, p. 11).

Para tornar a pesquisa, os objetivos e as tradições da escrita espanhola mais visíveis para as comunidades americana e internacional, a revista *History in Media Studies* publicou um volume bilíngue espanhol-inglês em 2022 (<https://bit.ly/3swP7gw>).

- b. Contextos políticos e históricos: A lacuna germano-francesa está inserida na história em geral – e na *memória dessa história*. Neste caso, trata-se mais de uma incompatibilidade de memória. Ainda hoje, *não há uma memória comum do passado* dos estudos da comunicação nos dois países vizinhos.

Em relação a uma disciplina científica que está cada vez mais cooperando internacionalmente, é importante saber quais tradições orientam os colegas em outros países . . . e quais ênfases teórico-metodológicas fazem parte da memória coletiva em diferentes países. (Scheu, 2023, p. 400)

Andreas Scheu está esboçando uma necessidade, não um status quo. É preciso acrescentar: mesmo em relação à história da ciência, a memória coletiva deve ser considerada em um sentido muito mais amplo do que em relação ao conhecimento acadêmico em sentido mais restrito. Se olharmos para o ambiente sociopolítico europeu após 1945, por que os acadêmicos franceses da comunicação (ou outros) deveriam ter acolhido colegas alemães vindos

de um campo de pesquisa que havia se envolvido maciçamente no aparato propagandístico do Estado nazista? (Averbeck-Lietz, 2014; Duchkowitsch et al., 2004; Rüdiger, 2019, pp. 77-96). Houve apenas algumas exceções em termos de *aproximações* entre a França e a Alemanha após a Segunda Guerra Mundial: Alphons Silberman (1909-2000), pesquisador de mídia de massa da Universidade de Colônia, no departamento de sociologia, foi um judeu que reimigrou para a Alemanha com fortes conexões com a Escola de Bordeaux em torno de Robert Escarpit (1918-2000). Silberman, bastante isolado do círculo interno alemão de professores da *Publizistik*, tornou-se um dos poucos acadêmicos alemães com contatos estreitos com a França, incluindo a supervisão de dissertações, cátedras visitantes e afins (Averbeck-Lietz & Cordonnier, 2022, pp. 376-378). Os principais fundadores das ciências da informação e da comunicação francesa foram membros ativos da resistência contra a Alemanha (Averbeck-Lietz, 2010, p. 28, pp. 181-188). A ocupação alemã da França após 1942 foi uma barreira política, social e, não menos importante, emocional difícil de superar.

Jan Jírák e Barbara Köplová (2017, pp. 248-249) mostram que a fundação do Instituto de Estudos Jornalísticos na Alemanha, em 1940, aboliu a tradição tcheca de pesquisa jornalística estabelecida. Desse tipo foram as experiências com a *Zeitungswissenschaft* nazista, que depois de 1933 cresceu institucionalmente, mas abandonou suas raízes intelectuais. Não se tratava de ciência, mas de ideologia (Kutsch, 1987, 2010). Os estudos da comunicação na Alemanha eram estudos jornalísticos nazistas que apoiavam ativamente o regime. Os corpos da ciência e da política tornaram-se um só. Após a Segunda Guerra Mundial, levou anos para sair dessa situação e se tornar novamente um campo de estudo legitimado, primeiro sob o rótulo de “*Publizistikwissenschaft*” e depois “*Kommunikationswissenschaft*” (Koenen & Sanko, 2018). Na Holanda, também ocupada, os professores Kurt Baschwitz (1886-1968) e Henk Prakke (1900-1964) foram figuras-ponte que, em muitas ocasiões, trouxeram os acadêmicos alemães de volta aos meios internacionais de pesquisadores (Klein, 2006; Vroons, 2005).

Após 1945, houve uma forte mudança em direção à pesquisa em ciências sociais nos EUA e um paradigma positivista na Alemanha. Hanno Hardt (2002) e Maria Löblich (2010) descrevem esse tipo de superação dos estudos da comunicação na Alemanha, resultando em um paradigma funcionalista e positivista rígido. Novamente, isso não era verdade para Silberman, que tinha uma visão muito mais ampla do tópico e do campo e incluía a comunicação interpessoal, os estudos cinematográficos e a *mediação do significado social e cultural* na pesquisa em comunicação (Rüdiger, 2019, pp. 140-142). O mesmo



se aplica a Prakke, sociólogo que veio da Holanda para ocupar uma cadeira de “*Publizistikwissenschaft*” na Universidade de Münster (Averbeck-Lietz & Klein, 2019; Rüdiger, 2019, pp. 145-154). Mas seus passos na direção da *comunicação social e cultural* não correspondiam ao paradigma principal do campo de estudo da *publicística* na Alemanha, que representava uma forte barreira contra tradições diferentes do paradigma positivista padronizado. Portanto, a falta de contatos internacionais no nível pessoal foi apenas uma das razões do isolamento alemão, e a análise relativamente limitada dos processos de comunicação de massa e da comunicação política, a outra. No que diz respeito à situação alemã, essa escolha de uma agenda de pesquisa era compreensível: havia um forte interesse na comunicação e propaganda política após o nacional-socialismo, principalmente por parte da geração de pesquisadores *após* a Segunda Guerra Mundial, para entender a propaganda política em que seus antecessores haviam se envolvido (Hagemann, 1948).

Uma consequência foi o papel relativamente fraco que os estudos críticos da comunicação vindo da Escola de Frankfurt desempenharam na Alemanha após 1945, que não se encaixava no paradigma positivista (Scheu, 2012) – o contrário aconteceu na França e em partes da América Latina, onde a Escola de Frankfurt de Adorno e Horkheimer até Habermas foi influente e se misturou com os Estudos Culturais latino-americanos (Gomes, 2018; Lozano, 2016; Mattelart & Mattelart, 1997; Paulino et al., 2019; Rüdiger & Escosteguy, 2016; Zarowsky, 2021).

Na Alemanha, linhas críticas dos estudos da comunicação em termos de Estudos Culturais foram adotadas apenas tardiamente (Schwer, 2005) – durante a década de 1990 e posteriormente. Esse foi um passo urgente para abrir os estudos alemães da comunicação inter- e transnacionalmente e, não menos importante, para a pesquisa qualitativa na tradição da Teoria Fundamentada (Krotz, 2019; Lohmeier, 2016; Scheu, 2016). Essa mudança teórico-metodológica foi um marco que abriu caminho para a pesquisa em mediatização como um novo conceito não centrado na mídia, que analisa os mundos cotidianos mediatizados (Krotz & Hepp, 2012). Isso significou não mais olhar para o objeto de pesquisa “*Publizistik*”, ou seja, a comunicação pública com foco na comunicação política e na mídia de massa, mas ampliar a visão para as práticas diárias de comunicação, usos da mídia e a questão de como as sociedades (pós-)industrializadas podem ser descritas como sociedades mediatizadas em diferentes níveis culturais, tecnológicos e sociais (Birkner, 2023). Gostaria de dizer que, anos antes, Silbermann e Prakke foram os predecessores de tais perspectivas na Alemanha, mas não foram bem recebidos em suas épocas e ficaram isolados da corrente principal.

Consequentemente, no que diz respeito à história da ciência, temos de levar em conta a história de suas ideias e conceitos, mas também seu corpus social, institucional e organizacional (Löblich & Scheu, 2011; Scheu, 2023). Na Alemanha, o Mediatized Worlds Project (<https://bit.ly/3FW6Dhc>), iniciado, orientado e organizado por Friedrich Krotz e financiado pela German Research Foundation de 2010 a 2016, foi um divisor de águas, inspirando outros projetos como o Communicative Figurations (<https://bit.ly/3MHgtAE>), iniciativa de Andres Hepp e Uwe Hasebrink das Universidades de Bremen e Hamburgo após 2013, que, em sua primeira fase, foi financiado pela Bremen University Excellence Initiative. Esses programas estavam intimamente relacionados aos meios de pesquisa britânicos e do norte da Europa, mas não à França. No entanto, o estudo da midiatização da sociedade por meio da comunicação tecnologicamente mediada é um tópico geral que interessa a pesquisadores em muitos países – também na França, mas isso pode ser mais em termos de “*industries culturelles*” [indústrias culturais] (Wilhelm & Thévenin, 2017) e “*la pensée communicationnelle*” [pensamento comunicacional] (Miège, 2005). O problema das sociedades midiatizadas é analisado em muitos países e comunidades de pesquisa, mas a partir de diferentes ângulos conceituais, teóricos e socioculturais e, às vezes, nem sempre em termos de midiatização, mas também de *mediação* e conceitos afins (Livingstone, 2009). Não existe uma pesquisa em midiatização “única” ou “unificada”, mas muitas raízes diferentes do campo de estudo, diferentes orientações teórico-metodológicas, inclusive ao analisar diferentes campos sociais como “esportes midiatizados”, “arte midiatizada” ou “saúde midiatizada” (Lundby, 2014).

Alguns estudiosos destacam a lacuna entre uma linha “institucional” e uma “construtivista social” de pesquisa em midiatização e suas diferentes bases e conceitos teóricos (Averbeck-Lietz, 2015c; Birkner, 2023). Elas podem aprender uma com a outra e, muitas vezes, não estão tão distantes uma da outra quanto parece. As principais figuras do pensamento construtivista social, Peter Berger e Thomas Luckmann (1966), escreveram sobre os processos de institucionalização via comunicação social. Hoje, o conceito de “construção mediada da realidade social” ressignifica as bases institucionais das sociedades, principalmente a forma como a inteligência artificial e os algoritmos as *figuram* (Couldry & Hepp, 2016).

A abordagem construtivista social se sobrepõe às tradições latino-americanas e alemãs, principalmente no que diz respeito aos cruzamentos epistemológicos dos Estudos Culturais (latino-americanos), da sociosemiótica e da pesquisa em midiatização. Aprofundarei este tópico no decorrer deste capítulo – não sem antes afirmar novamente que, em relação à pesquisa em



mídia-tização, minha própria visão ou ponto de vista é limitado: leio francês e espanhol. Isso é uma vantagem, mas não sou especialista em semiótica social, estudos culturais latino-americanos nem em pesquisa em comunicação (neo) marxista, que, após 1945, não era um paradigma dominante nos estudos da comunicação na Alemanha (Scheu, 2012), ao passo que na América Latina e na França, ainda que parcialmente, era altamente influente (Daros, 2023; Gomes 2018; Zarowsky, 2021). Tais pontos cegos têm consequências: É uma redução ler as pesquisas latino-americanas e francesas em comunicação para além de sua recepção e do debate sobre o (neo)marxismo, principalmente no que diz respeito às teorias de hegemonia do tipo gramsciana. Mas essa não é a minha expertise. Consequentemente, o foco deste artigo está nos conceitos de mídia-tização em um sentido mais restrito (veja abaixo minha proposta de leitura de Verón).

UM ESQUEMA PARA ANALISAR O CORPO DE IDEIAS E O CORPO SOCIAL DA PESQUISA EM MÍDIATIZAÇÃO

Os pesquisadores do campo da história do conhecimento e da história dos estudos da comunicação não se referem apenas a pessoas, instituições, organizações e sua relação com a construção de teorias (às vezes resultando em “escolas” como a Escola de Palo Alto ou a Escola de Chicago) (Katz et al., 2002), mas também se relacionam com meios ou redes científicas mais frouxas com seus nós (o meio central) e suas *pontes*. Tais pontes (no sentido da teoria das redes) são pessoas entre diferentes meios e, muitas vezes, entre diferentes disciplinas, como sociologia ou linguística e estudos da comunicação. Podemos pensar em Alphons Silbermann entre Alemanha e França ou em Armand Mattelart entre Chile, França e outros países latino-americanos (Fuentes-Navarro, 2020). Os meios são flexíveis e mais ou menos estáveis ao longo do tempo, pois compartilham leituras (meios de citação) e/ou atividades e práticas (conferências, projetos, escolas de verão e afins) que são mais ou menos institucionalizadas e por vezes financiadas por fundos de terceiros ou universidades, às vezes existindo mais em termos de contatos acadêmicos intrinsecamente motivados entre alguns pesquisadores. Os meios muitas vezes enfrentam falta de recursos e pouco compromisso a longo prazo (Averbeck-Lietz et al., 2020), enquanto projetos científicos altamente organizados são frequentemente limitados topicamente e circunscritos quando se trata de tempo e *recrutamento* de pessoal internacional. Eles não se entendem per se como “meios” de pensamento (Volk, 2021). Os meios compartilham alguns

objetivos e metas (fazer contato sobre este ou aquele problema de pesquisa e/ou por razões intrínsecas ou estratégicas). Meios são necessários para construir formas e práticas mais organizadas de cooperação científica. Os grãos de semente históricos das práticas acadêmicas transnacionais eram os meios (para as primeiras relações científicas transatlânticas via pessoas e seus meios, ver Lerg, 2019).

Fatores de meio existem desde a década de 1960, como o êxodo latino-americano de cientistas sociais para Paris, incluindo atualmente conhecidos fundadores da pesquisa em comunicação “francesa”, como Armand Mattelart e Eliseo Verón (que mais tarde retornou à Argentina), ambos com alta reputação internacional. Mattelart vinha de uma perspectiva crítica da economia política (Fuentes-Navarro, 2020) e Verón, de uma perspectiva sociossemiótica (Scolari, 2022). Martín-Barbero, que foi da Espanha para a Colômbia, compartilhou do mesmo meio de citação: Estudos Culturais, economia política das mídias e sociossemiótica em seu caminho “dos meios às mediações” (Martín-Barbero, 1987), que foi um pré-passo para pensar a mediação como um conceito mais amplo (para um resumo de sua escrita e ensino, ver Gomes, 2018; Scolari, 2015). Essas linhas latino-americano-francesas se sobrepõem às italianas (em torno de Umberto Eco) e, também, aos meios de citação e contato portugueses (García-Jiménez et al., 2019, pp. 129-132). Não foi o inglês que serviu como língua franca: “O francês era a língua franca daqueles acadêmicos” (Scolari & Amat, 2018, p. 146).

Durante muito tempo, os pesquisadores alemães não desempenharam qualquer papel em relação aos Estudos Culturais (latino) americanos. Como mostrado acima, a tradição da “*Publizistik*” dificultou a recepção dos Estudos Culturais em geral, e as barreiras linguísticas para com os Estudos Culturais latino-americanos contribuíram para tal. Essas barreiras só se abriram no final da década de 1990 com, entre outras, influências na adaptação dos Estudos Culturais na Alemanha por Friedrich Krotz, Andreas Hepp, Margreth Lünenborg, Tanja Thomas e outros. Krotz é capaz de ler e falar espanhol e aproximar meios, enquanto Hepp refere-se a traduções em inglês, inclusive de Martín-Barbero e García Canclini, em seus escritos sobre comunicação transcultural.

Os cismas transnacionais que encontramos na pesquisa em mediação não são perigosos. Fundamentam-se em diversas histórias de pesquisa em comunicação na América Latina e na Europa, especialmente na Alemanha. Tais cismas, mas também sobreposições entre comunidades nacionais de pesquisa, podem ser melhor compreendidas com a ajuda do seguinte esquema:



Sobre os elos (perdidos) entre as pesquisas em mídiação alemã, latino-americana e francesa

Tabela 1

O corpus cognitivo e social da pesquisa em mídiação. Um quadro analítico

O corpus cognitivo da pesquisa em mídiação	O corpus social da pesquisa em mídiação
paradigmas, teorias, conceitos, terminologias	instituições, organizações, meios (“escolas” de pensamento)
referências (citações) entre disciplinas e contribuições de pesquisas (trans)nacionais (literatura secundária e estudos empíricos) em um determinado momento	práticas (transnacionais) de citação científica (também exclusões e pontos cegos); meios de contato e suas performances (<i>fazer ciência</i>) ao longo do tempo
tipo de problemas e objetos de pesquisa em análise (“mídiação como metaprocessos” ou “mídiação aplicada” em relação a determinados campos sociais midiáticos)	cooperação (transnacional) e transferência (mútua) de conhecimentos para identificar objetos de pesquisa, delinear conceitos e teorias e resolver problemas de pesquisa
orientações normativas (“críticas”) ao definir problemas de pesquisa, conceituar pesquisa e esboçar decisões heurísticas e teóricas	orientações normativas de instituições, organizações, meios científicos e suas reflexões sobre suas próprias práticas, valores, normas e regras (autocrítica, ética em pesquisa incluindo ética da diversidade)
métodos (padronizados e não padronizados), métodos digitais como ferramentas de análise	Reflexões e debates metodológicos de pesquisadores em relação à epistemologia do campo da pesquisa aplicada para além da academia

Nota. Adaptado dos modelos de Averbeck-Lietz e Löblich (2017, p. 8) e Löblich e Scheu (2011, p. 7).

Ambos os lados desse esquema abstrato, o corpus cognitivo e social de um campo de estudo, estão profundamente entrelaçados. Uma das inspirações para esse modelo é o conceito de “comunidades epistêmicas” de Peter Haas (1992, p. 3), significando “redes” de especialistas que compartilham competências, normas e conhecimentos. Mas a pesquisa em mídiação inter- e transnacional e suas redes de especialistas estão muito à frente da construção de uma “comunidade”, são diversas e nem sempre têm consciência exatamente dessa diversidade dos campos e tradições acadêmicas. A “mídiação” ainda parece ser um *projeto* epistêmico muito instável (ver, por exemplo, os críticos do paradigma de mídiação “do norte” em Deacon & Stanyer, 2014, ignorando qualquer conceito do Sul Global). Talvez as “conversas teóricas” *entre os meios transnacionais* (Scolari et al., 2021) sejam uma chance de levar adiante esse projeto epistêmico e seu corpus social.

O esquema proposto (figura 1) visa sistematizar a história intelectual e social dos estudos midiáticos e da comunicação, para obter uma compreensão mais profunda de porque os conceitos de mídiação *não* são os mesmos em todo

o mundo, quais são as barreiras entre tradições, e como as tradições se sobrepoem e viajam. A questão é como as dimensões “contextual, cultural, política e econômica” jogam juntas nos “níveis individual, institucional e sociocultural”, como indagou Raúl Fuentes-Navarro há quase 25 anos, em 1998 (Fuentes-Navarro, 2016, p. 329).

Escrever a história dos Estudos da Comunicação relaciona-se com questões sobre as (diferentes) origens disciplinares do campo, mais relacionadas à semiologia e ao estruturalismo na França e na América Latina do que na Alemanha (Averbeck-Lietz, 2010). As raízes disciplinares são relevantes para a compreensão de que tipo de pesquisa em midiatização enfrentamos: *semiodiscursiva* na França e na América Latina (originada da linguística e semiótica) e *socioconstrutivista* (enraizada em abordagens sociológicas e sociologia da comunicação) na Alemanha, para seguir a distinção de diferenças epistemológicas feita por Chauvel & Olivera (2022, ver também Bolz, 2019 sobre diferenças na pesquisa jornalística alemã e francesa movendo-se na mesma direção).

De maneira mais geral, embora não se concentre na pesquisa em midiatização, mas na pesquisa do uso e nas tradições da pesquisa de opinião pública, esse esquema foi aplicado a tradições de pesquisa em 15 países (ver Averbeck-Lietz & Löblich, 2017) em cooperação com 24 colegas da Europa (Norte, Oeste, Sul, Leste), dos EUA, da América Latina e do continente africano (incluindo o Egito). Esses pesquisadores de diferentes países e continentes levaram em conta inclusive os períodos de ditadura na Europa e na América Latina como contextos dos caminhos institucionais, organizacionais e epistemológicos da disciplina. Em quase todas as comunidades nacionais de pesquisa após 1945 (e especialmente depois de 1960), os estudos da comunicação nos EUA foram uma contrapartida e/ou um gigante vizinho (ibidem). Em muitas partes do mundo desde a década de 1980, o “inglês global” tornou-se comum, mas não em todos os lugares (a França é uma forte exceção). E os autores latino-americanos dessa publicação colaborativa (Lozano, 2016; Rüdiger & Escosteguy, 2016) revelaram uma *Histoire Croisée* não menos importante para análise da recepção em todos os ambientes Sul-Sul.

Quanto à pesquisa em midiatização, ainda parece não ser possível preencher todo o esquema acima, e para vários campos científicos nacionais em comparação, pesquisas intensas ainda precisam ser feitas. Mas algumas grandes linhas de construção teórica que refletem fatores do meio podem ser delineadas. O esquema acima é uma abstração condensada dos argumentos esboçados neste artigo, que procura esclarecer alguns fatores epistemológicos e de meio na pesquisa em midiatização.



AS LINHAS E FASES DA PESQUISA EM MÍDIATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NA ALEMANHA

Annette Massmann, em uma das poucas importantes revistas acadêmicas alemãs de estudos da comunicação, a “*Publizistik*” (fundada em 1956), destacou, há 20 anos, a abordagem de Martín-Barbero de olhar para as “culturas midiáticas” e não mais exclusivamente para a mídia (Massmann, 2004, p. 287). Hoje, Massmann não atua mais como cientista, mas sua análise dos “Communication Studies in Latin America” [Estudos da Comunicação na América Latina] ainda rende excelente leitura – mesmo com apenas 92 visualizações e três citações ao longo de duas décadas (Massman, 2004). Sua noção inicial e bem informada sobre o campo dinâmico dos estudos latino-americanos da comunicação permaneceu inédita. Assim como ela, Pedro Gilberto Gomes (2018) e Carlos Scolari & Juan Rodríguez-Amat (2018) citam duas figuras-chave que apresentaram a pesquisa em mídiatização latino-americana (e francesa):

Se a virada cultural latino-americana tem um nome-chave – Jesús Martín-Barbero –, a difusão do estruturalismo na língua espanhola (não só na América Latina) e a consolidação da semiologia francesa também têm um referente: Eliseo Verón. (Scolari & Rodríguez-Amat 2018, pp. 138-139)

Ainda hoje, o trabalho de ambos é seminal para muitos pesquisadores dentro do horizonte da teoria e da pesquisa em mídiatização na França (Miège, 2019, p. 48) e na América Latina (Fausto Neto, 2019, p. 60; Gomes, 2018). No entanto – em termos de meios de citação e contato – seus escritos estão distantes do trabalho acadêmico dos estudos da comunicação no hemisfério norte.

Uma nuvem de palavras (ver abaixo) da pesquisa em comunicação e mídiatização, elaborada por Julio Alonso e Alejandro Piscitelli, caracterizando o fluxo acadêmico de leitura e citação na Universidade de Buenos Aires, publicada por Carlos Scolari (2014), mostra que as raízes da pesquisa em mídiatização na Argentina e na França não se ajustam bem à tradição alemã da *Publizistikwissenschaft*. Mesmo Bourdieu foi lido tardiamente nos estudos alemães da comunicação – a partir dos anos 1990 – e principalmente no que diz respeito ao conceito de *habitus* e sua relevância na pesquisa sobre o comunicador e/ou usos (Krämer, no prelo). Metz, Eco, Mattelart, Flichy, Martín-Barbero, Cardoso, Steimberg (ver nuvem de palavras abaixo) e muitos outros não são referências comuns na pesquisa em comunicação alemã. É interessante que os únicos nomes alemães e/ou austríacos documentados nessa nuvem são Heidegger, Freud, Sloterdijk, Elias, Habermas e alguns outros que não são – do ponto de vista disciplinar – “estudiosos da comunicação”, mas filósofos, sociólogos ou psicólogos.

Mesmo Habermas é mais ou menos reduzido nos *estudos da comunicação* na Alemanha à sua teoria da esfera pública (Averbeck-Lietz, 2015b; Wessler, 2018). Sua teoria da ação comunicativa desempenha um papel maior no subcampo da ética comunicacional, no cruzamento entre filosofia e ciência política (Brosda, 2008; Buchstein, 2023).

Figura 1

Uma nuvem de palavras da Pesquisa em Comunicação e Midiatização



Nota. Scolari (2014).

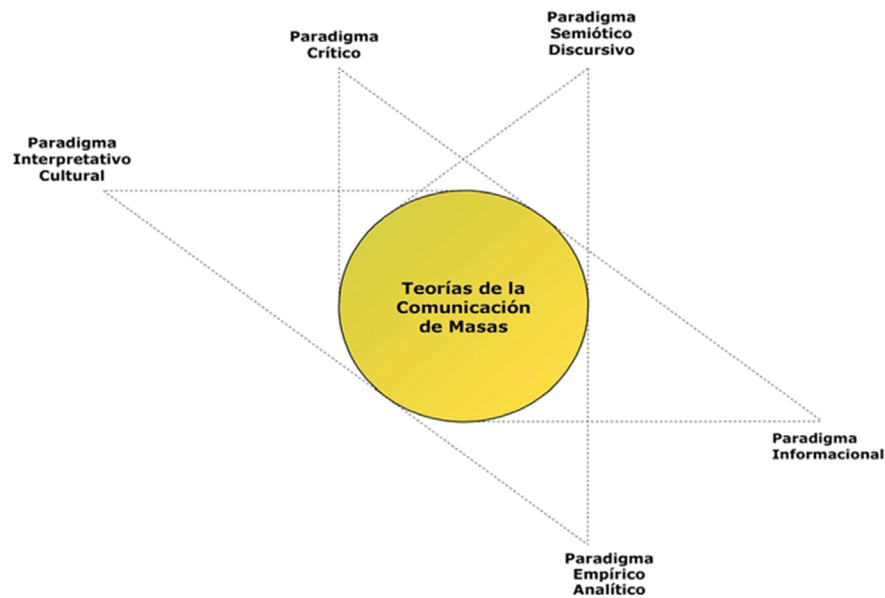
Essa nuvem de palavras representa a alta relevância da pesquisa latino-americana e francesa, que se sobrepõe em citações e meios do “mundo real” (para os meios francês, italiano e espanhol de Verón, ver Cheveigné, 2018; Gómez-Mejia et al., 2018b; e Scolari, 2022; para a jornada intelectual de A. Mattelart, Fuentes-Navarro, 2020).

Há um outro esquema útil criado por Carlos Scolari (2008). Os três paradigmas na parte superior de seu esquema (ver abaixo) *não se relacionam com as raízes da Kommunikationwissenschaft alemã*, mas com a SIC francesa (ver Mattelart & Mattelart, 1997) e a Latin American Communication Research.

No entanto, muito cedo (durante a década de 1920 e início da década de 1930), todos os três paradigmas foram visíveis nos Estudos Jornalísticos alemães, inspirados pelo menos em certa medida pela *primeira Escola de Frankfurt*, o *paradigma abrangente* de Max Weber e as *teorias dos signos e da representação simbólica* proveniente dos escritos de Ferdinand de Saussure e Karl Bühler (Averbeck-Lietz, 1999; Beck, 2009; Gentzel & Koenen, 2012) – mas essas abordagens foram abandonadas ou mesmo banidas pela ideologia dos estudos jornalísticos nazistas. Jovens acadêmicos inovadores e promissores do meio de estudos jornalísticos de Weimar emigraram para a Palestina, Brasil, EUA e outros países após 1933 (Averbeck, 1999, 2001), um deles foi Emil (mais tarde Emilio) Willems (1905-1997), que se formou em Colônia com pesquisa sobre a relação da imprensa e da opinião pública e, após sua emigração, tornou-se um famoso antropólogo nos EUA e no Brasil (Pinto, 2020).

Figura 2

Raíces da Pesquisa em Comunicação e Midiatização Latino-Americana



Scolari, C. (2008) *Hipermediaciones. Elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva*, Gedisa, Barcelona

Nota. Scolari (2008, p. 40).

Derivado de literatura secundária (Fuentes-Navarro, 2016; Massmann, 2004; Mattelart e Mattelart, 1997; Gomes, 2017; Lozano, 2017; Rüdiger & Escosteguy, 2017; Saucedo Añez, 2019; Scolari, 2008; Scolari & Rodríguez-Amat, 2018; Vassallo de Lopez & Romancini, 2016; Zarowsky, 2017) e minha própria pesquisa sobre as *sciences de l'information et de la communication* francesa e suas influências e cruzamentos latino-americanos (ver Averbek-Lietz, 2010, 2011), proponho o seguinte panorama das linhas e fases de pesquisa na América Latina e na França.

Linhas (comuns) latino-americanas e francesas da pesquisa em comunicação desde a década de 1970...

- (Pós)estruturalismo (Barthes, Lévy-Strauss...), (neo)estruturalismo marxista (Gramsci, Althusser...);
- Semiótica social, semiopragmática (Verón, Boudaud...);
- Estudos Culturais latino-americanos (Martín-Barbero, García Canclini...);
- Teoria do Dispositivo (da Mídia-dispositivo) (Foucault, Baudry...);

- Teoria Crítica, (Pós)Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Habermas, Honneth...);
- Metodologias qualitativas: Análise do Discurso, Semiologia, Análise Visual;
- Objetos de pesquisa próximos à cultura cotidiana: cultura popular, TV (*Telenovelas*), culturas visuais, culturas rurais e Indígenas, Mídias Digitais.

Fases da Pesquisa em Comunicação na América Latina

- Anos 1950/1960: Paradigma da modernização: Orientação para pesquisas norte-americanas, como “Comunicação para o desenvolvimento”;
- Anos 1970/1980: Paradigma crítico: Economia política da mídia, imperialismo cultural;
- Anos 1980/1990: Estudos Culturais Latino-Americanos (“Comunicação para a mudança social”), culturas (híbridas) de mídia e comunicação, estudos da recepção, mediação cultural;
- Anos 2000 até hoje: Pesquisa em midiaticização, digitalização latino-americana.

Em geral, essas linhas são mais uma compreensão político-intervencionista dos estudos da comunicação do que na Alemanha, mesmo que nos últimos anos tenha havido alguma mudança devido à fundação de redes acadêmicas como a *Critical Communication Studies-Network* (“Kritische Kommunikationswissenschaft”) (<https://krikowi.net/>) e a *Cosmopolitan Communication Studies-Network* (“Kosmo Kommunikationswissenschaftl”) (<https://bit.ly/47PDGzF>) e seus temas de desocidentalização, gênero, sustentabilidade, desigualdades sociais. As direções teóricas e metodológicas nos estudos da comunicação na Alemanha (e talvez os debates normativos) são hoje mais internacionais e mais próximas do paradigma cultural e das questões da midiaticização e das culturas híbridas midiaticizadas do que nas décadas anteriores.

Linhas alemãs após o final dos anos 1990

- Estudos Culturais (britânico, referências parciais aos Estudos Culturais latino-americano em escritos de Krotz, Hepp, T. Thomas, Lünenborg, Wimmer, Lohmeier e outros);
- Construtivismo social e comunicativo – baseado em Berger e Luckmann (1966, reconceituado por Knoblauch, Hepp e outros);



- Análise institucional da mudança midiática e das “lógicas midiáticas” e seu impacto nos campos sociais (com referência a Altheide, Hjarvard, Strömbäck por Meyen, Scheu e outros);
- Abordagem figurativa (via referência a Norbert Elias por Hepp, Hasebrink e outros);
- “Mediatização” como uma nova abordagem conceitual (via referência ao interacionismo simbólico e ao construtivismo social delineados por Krotz, Hepp e outros);
- Nos últimos anos, Estudos Críticos da Comunicação (via referência a Fuchs por Sevnigani, Krüger e outros), fundação da Critical Communication Network (<https://krikowi.net/>);
- Nos últimos anos, Estudos da Comunicação Cosmopolita (via referência a Waisboard, Mellado e outros por Hafez, Grüne, Richter, Fiedler e outros), fundação da rede Cosmopolitan Communication Studies (<https://bit.ly/47PDGzF>);
- Nos últimos anos, a comunicação sustentável (Schäfer, Kannengießer e outros) tornou-se mais influente no campo;
- métodos mistos, nos últimos anos, a ascensão dos métodos digitais (sociosemiótica *não* crucial!).

NOVAS ZONAS DE CONTATO ENTRE OS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO LATINO-AMERICANOS E ALEMÃES NO CAMPO DA PESQUISA EM MEDIATIZAÇÃO

“Há uma evidente ausência de pesquisas latino-americanas sobre mediação na literatura internacional” (Scolari & Rodríguez-Amat, 2018, p. 132).

Inclusive por sua iniciativa própria de publicar um livro em inglês e espanhol em “Mediatization(s), Theoretical Conversations between Europe and Latin America Conversations”, Scolari et al. (2021) reúnem diversas vozes intelectuais do norte e do sul da Europa e da América Latina. De fato, a situação está melhorando em termos de viagens intelectuais (Couldry & Hepp, 2021; Sá Martino, 2019). Antigos meios de citação começam a se mover e se tornar meios presenciais. Viajar (no sentido próprio da palavra) entre dois continentes consome muitos recursos, é caro e demorado, principalmente para pesquisadores iniciantes. As reuniões virtuais, que aumentaram desde a pandemia da covid-19, podem ter fomentado as conexões e a demanda por reuniões presenciais.

Especialmente as iniciativas de publicação da revista científica brasileira **MATRIZes**, editada pela Universidade de São Paulo, e do programa de estudos em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), organizando

workshops e publicações (Ferreira et al., 2019), anteciparam a conceituação da pesquisa em midiatização e estabeleceram contatos mais próximos e estáveis no campo *em toda* a América Latina e Europa. Outros atores caminham em direções semelhantes, como o *Centro de Investigaciones en Mediatizaciones* (CIM), na Argentina, compilando, para seu 10º aniversário, um número especial com artigos latino-americanos e europeus de pesquisadores do campo da midiatização (Valdettaro, 2021). Não parece ser acidental que a instituição de origem da CIM, a *Universidad Nacional de Rosario*, tenha sido o último meio acadêmico em que Eliseo Verón ocupou uma cátedra após anos na França.

Iniciativa semelhante é o convite feito a acadêmicos alemães do meio central de pesquisa em midiatização da Universidade de Bremen para editar um número especial para uma publicação latino-americana: O Centro de Pesquisa em Mídia, Comunicação e Informação (ZeMKI) da Universidade de Bremen foi convidado pela *DeSignis* para apresentar seu trabalho em uma edição especial (Benz et al., 2022). Segundo os editores (Chauvel & Olivera, p. 9), um dos objetivos era colocar em debate os paradigmas social-construtivista centro-europeu e o semiodiscursivo latino-americano. Essa cooperação, iniciada por colegas latino-americanos, culminou em um evento no ZeMKI, em Bremen, com acadêmicos latino-americanos, espanhóis e alemães em fevereiro de 2023 e com a participação, entre outros, de Escudero Chauvel, Hepp, Krotz, Scolari e Olivera (<https://bit.ly/40Kb9ZN>).

É interessante (e até hoje pouco discutido) que nessa ocasião Lucrecia Escudero Chauvel e Guillermo Olivera tenham introduzido a já mencionada nova distinção entre abordagens socioconstrutivistas e semiodiscursivas na pesquisa em midiatização. No mesmo sentido, Carlos Scolari et al. (2021) destacam que a distinção típica do norte europeu entre abordagens institucionalistas e socioconstrutivistas *não faz muito sentido* para a pesquisa latino-americana pois esta distinção “incorpora mal modelos pautados em abordagens semióticas” (Scolari et al., 2021, p. 4).

O *DeSignis*, fórum online da Sociedade Latino-Americana de Semiótica, foi fundado em 1999 (atualmente tendo Carlos Scolari como membro do conselho e Lucrecia Escudero Chauvel como editora responsável). A revista on-line de acesso aberto aborda ampla gama de meios inter/transdisciplinares de pesquisadores latino-americanos da linguagem, comunicação e mídia. Seu comitê editorial se reúne frequentemente em Paris. O único pesquisador alemão listado como membro do conselho consultivo é Winfried Nöth (nascido em 1944), um professor emérito de linguística. Ao contrário do campo alemão dos estudos da comunicação, a semiótica e a linguística são disciplinas-mãe dos estudos da comunicação nos países de língua neolatina. Na Alemanha, a semiótica está



mais próxima da disciplina de estudos da mídia, que difere da dos estudos da comunicação (Wagner, 2023).

Na maioria dos volumes editados e números especiais mencionados, os autores latino-americanos referem-se a dois autores centrais para a pesquisa em mídia: Martín-Barbero, com seu quadro conceitual “da mídia à mediação” e Verón, com sua compreensão semiopragmática das sociedades midiáticas e depois datadas (Verón, 2013). A fecunda contribuição de Verón para a abordagem da mídia integra perspectivas oriundas do (neo)marxismo, do (pós)estruturalismo, da semiótica peirceana, do interacionismo simbólico de Mead, do pensamento sistêmico da escola de Palo Alto (Averbeck-Lietz, 2010, pp. 414-446; Felipe, 2022), e, mais tarde em sua trajetória acadêmica, até mesmo do pensamento sistêmico de Niklas Luhmann (Verón, 2014; Verón & Boutaud, 2007).

O ACADÊMICO ARGENTINO-FRANCÊS ELISEO VERÓN E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA UMA TEORIA DA MÍDIATIZAÇÃO

“O primeiro estágio da semiose humana foi . . . a produção sistêmica de ferramentas de pedra, iniciada por volta de dois milhões e meio de anos” (Verón 2014, p. 164).

Eliseo Verón (1935-2014) é um acadêmico latino-americano altamente sub-representado nos estudos alemães da comunicação. Verón foi um acadêmico que atuou por mais de meio século em vários continentes e teve grande visibilidade em seus escritos e aulas, mas publicou quase exclusivamente em francês e espanhol. Aproximou os meios latino-americano e europeu na França, Itália, Portugal e Espanha (Chauvel & Olivera, 2018; Gómez-Mejia et al., 2018). O termo mídia ganhou visibilidade nos escritos de Verón a partir do final dos anos 1980 (Anselmino, 2018, p. 231). De início, Verón se concentrou em um ponto crucial da pesquisa em mídia atual:

Uma leitura cuidadosa do trabalho de Verón mostra que uma de suas contribuições mais originais para o campo das ideias – pensadas ao longo de sua vida desde pelo menos seus textos da década de 1970 – é sua insistência de que o surgimento de saberes e formas de conhecimento resulta de processos socio-tecnológicos e configurações discursivas que nunca lhes são totalmente externos. (Olivera, 2021, p. 82)

Após o seu falecimento, a revista francesa *Communication & Langages* (edição especial por Gómez-Mejia et al., 2018) e as revistas latino-americanas *Estudios* (edição especial por Dalmasso & Saur, 2015) e *DeSignis* (edição especial

por Chauvel et al., 2018) reconheceram sua enorme contribuição para a pesquisa em comunicação e mediação. Nesse mesmo ano, o estudioso norueguês Knut Lundby publicou o último artigo de Verón (2014), intitulado “Mediatization Theory: A Semio-Anthropological Perspective” para o público de língua inglesa.

Verón (2014) descreve epistemologicamente a abordagem da mediação como “uma perspectiva histórica de longo prazo” (p. 164). Essa perspectiva resulta de considerarmos “capacidade de semiose” geral do homo sapiens (p. 164). Segundo Verón, “o primeiro fenômeno midiático” é o artefato de pedra com suas funções indexical e icônica na vida do homo sapiens. O conceito de semiose *não pode ser reduzido* à linguagem e aos usos dos símbolos, mas corresponde a “uma combinação específica da ordem icônica e da ordem indexical” (Verón, 2013, p. 183, no mesmo sentido Verón, 2014, pp. 164-165).

A abordagem de Verón aproxima-se da do estudioso alemão Friedrich Krotz sobre a mediação como um “metaprocesso” (essa observação de semelhanças entre a abordagem de Verón e Krotz é compartilhada por Olivera, 2015, p. 115 e Scolari & Rodríguez-Amat, 2018, pp. 147-148). Krotz e Verón não fazem referência um ao outro em sua construção teórica, mas compartilham referências cruciais como o interacionismo simbólico de George Herbert Mead (Averbeck-Lietz, 2010, pp. 440-441). Krotz situa seu próprio conceito de metaprocesso da mediação sob o mesmo amplo horizonte antropológico, que pode ser observado na abordagem de Verón: “A mediação começa quando o ser humano usa sinais além de sua aparência situacional” (Krotz 2012, p. 37).

Mas o aparecimento de signos *sistematicamente* produzidos pelo ser humano não se fundamenta exclusivamente na não-verbalidade e/ou verbalidade via mímica, gestos e/ou voz, mas também em performances de base material-técnica. A materialidade do significado não é externa aos processos de comunicação, mas interna: “Verón também diz que toda manifestação de sentido implica uma manifestação material . . . inscrito num suporte material ou numa configuração espaço-temporal de sentido” (Sabich, 2016, p. 3).

Verón desenvolve sua teoria da mediação a partir da história do homo sapiens e seu uso materializado dos signos ao longo do tempo e do espaço. Isso é crucial para a compreensão de sua abordagem (Olivera, 2015; Traversa, 2018). De acordo com essa linha de argumentação, a referência histórico-midiática de Verón não é a prensa de Gutenberg (como em Hepp & Couldry, 2016). Mesmo a invenção do alfabeto não é o seu ponto, mas a *iconicidade dos artefatos do trabalho e da caça em sua relação com suas qualidades indexicais*. A partir da posição da “percepção” de um observador, os artefatos *exteriorizam o significado social para além de sua dimensão indexical*: a pedra como arma ou ferramenta tem certas funções e transporta significado. Os artefatos tornam-se ícones de



uma determinada prática: *A ferramenta faz sentido*. Verón fala de “exteriorizações visuais icônicas” em relação a “sequências indexicais de operações técnicas da produção do instrumento” e “ambos os processos precedem o aparecimento da linguagem e são qualitativamente diferentes dela” (Verón 2014, pp. 164-165).

Para explicar o fundo material e a configuração espaço-temporal da comunicação social, Verón toma um exemplo do antropólogo e etnólogo Jack Goody: A invenção da *lista escrita* no sentido de um proto-gênero no Egito antigo altera os processos sociais e o controle social e produz “processos cognitivos fortemente dissociados da comunicação oral” (Verón 2014, p. 167). Na linguagem verbal falada, listar no sentido de documentar e catalogar não faz muito sentido. Uma lista escrita armazena informações. Portanto, organiza-se no tempo e cria *memória* coletiva. Este pensamento pode mesmo ser estendido para mecanismos de busca na internet, que operam por códigos binários, mas também precisam de um hardware material. As pessoas usam artefatos *como* signos e mudam seus mundos de vida simbólicos e materiais com eles.

A meu ver, a compreensão ampla de mediatização de Verón representa o que Scolari e Amat descrevem como “mediatização geral” (Scolari & Rodríguez-Amat, 2018, p. 147, também Scolari et al., 2021, pp. 4-8) ao invés de uma “mediatização aplicada”, o que significa a mediatização de fenômenos sociais e instituições em campos sociais concretos como esporte, saúde, arte ou mesmo jornalismo (Scolari & Rodríguez-Amat, 2018).

Discutindo a comunicação digital, Verón (2013) destaca que esse tipo de comunicação – novamente no sentido de mediatização geral – é “*não-linear*” (dinâmica), “*acumulativa*” e “*radial*” (extensiva) (Verón, 2014, pp. 163-165, pp. 169-171). *Acumulativa* significa mais acesso e mais conexões ao longo do tempo. A *dinâmica* está enraizada na alta densidade temporal das inovações técnicas. A *radialidade* afirma que o *digital é extensivo em todos os campos sociais*. Todo o processo é não linear, complexo e heterogêneo (Verón, 2014). Ao mesmo tempo, os processos de comunicação ainda se relacionam com as dimensões indexical, icônica e simbólica da *capacidade humana* de produção e recepção da semiose social (Verón, 2013, 2014). Considerando essa capacidade humana, permanece a dúvida se a Inteligência Artificial (IA) pode aprender tais capacidades ou apenas aprender a *imitá-las*. Verón não nos diz muito sobre a IA. Mas o que é importante: ele não explica a mediatização digital como um fenômeno *externo* aos seres humanos e suas interações sociosemióticas. A IA (e/ou os humanos que a inventam) baseia-se na *capacidade humana* de semiose. Ferramentas de IA como o ChatGPT trabalham com modelos de palavras produzidos por humanos e treinados por humanos. Tecnologia, materialidade e simbologia devem ser consideradas em relação umas às outras para entender a IA e seu papel nos processos de mediatização (leitura adicional Krotz, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história [escrever a história das disciplinas] é um veículo para uma maior reflexão coletiva sobre nossas próprias localizações, aspirações e projetos dentro do campo global mais amplo. Ela lança luz sobre padrões de hegemonia intelectual, resistência e pluralidade que atravessam nações e regiões . . . (Simonson & Park, 2016, p. 1)

Demonstrou-se que um conceito analítico como “mídiatização”, com suas diversas raízes nas tradições do Norte e do Sul, diz respeito ao corpo de ideias dos estudos da comunicação, por um lado, e sua forma social via meios, por outro. A história de uma disciplina serve para definir a posição social e cognitiva de um campo de estudo e para perturbar a própria ancoragem cognitiva e social disciplinar. Escrever historiografias científicas específicas de uma nação ou região do mundo pode ser útil (por exemplo, na Alemanha, para revelar e lembrar o passado nazista dos estudos jornalísticos), mas também pode criar pontos cegos e a ilusão de linearidade e progresso contextualizados por uma legitimidade dada como garantida: “*O que está escrito em nossos livros didáticos é a ciência da comunicação*”. Mas e se uma grande parte da pesquisa não aparecer e meios de pesquisa inteiros ou até mesmo comunidades (principalmente do chamado Sul) forem deixados de lado por não serem lidos? (para outra leitura, ver Miike & Yin, 2022). Observando a *relação Alemanha-França-América Latina* e suas dimensões epistemológicas e sociais, esta não representa um triângulo, mas sim uma mistura heterogênea de meios mais ou menos isolados no sentido de *projetos epistêmicos*³ que não são muito notados nacional ou transnacionalmente.

O que pode ser feito agora? Precisamos construir meios de pesquisa inter- e transnacionais *mais estáveis e mais diversificados* e não devemos considerar isso uma contradição. Uma etapa pode ser oferecida por meio de chamadas multilíngues para artigos. A revista norte-americana *History in Media Studies* publicou recentemente uma chamada em espanhol e inglês. É possível publicar números bilíngues em acesso aberto, como faz a revista brasileira **MATRIZES**. Dessa forma, os meios de citação têm a chance de se tornar mais dinâmicos e mais inter- ou até mesmo transnacionais, com publicações comuns em ambientes linguísticos e tradições epistêmicas.

Até o momento, as iniciativas em favor de tais cruzamentos de meios geralmente vêm de colegas e instituições latino-americanas, como **MATRIZES** e *DeSignis*, e raramente da Alemanha, que é bastante isolada da pesquisa em comunicação em línguas neo-latinas. Quanto mais nos conhecermos, lermos uns aos outros (mesmo que seja por meio do inglês como idioma de transferência) e nos integremos mais

³ O termo “projeto epistêmico” tem origem na nossa antiga equipe de Bremen e nas discussões com Erik Koenen e Arne L. Gellrich.



uns aos outros em nossos currículos, menos poderemos ignorar “nós”, ou seja, as tradições complementares nos estudos da comunicação. Talvez por meio de publicações digitais, traduções, políticas de acesso aberto (inimagináveis quando dei meus primeiros passos na academia há 25 anos) e colegas interessados no “cosmopolitismo acadêmico” (Badr & Ganter, 2021) e sua riqueza epistêmica, possamos ser otimistas e curiosos (ambas motivações intrínsecas) em relação a pesquisas futuras no horizonte transnacional da mediação e além. ■

REFERÊNCIAS

- Anselmino, N. R. (2018). A semio-anthropological perspective on mediatization: Semiosis 2 by Eliseo Verón. *Communication Theory*, 28(2), 229-233. <https://doi.org/10.1093/ct/qtx011>
- Averbeck, S. (1999). *Kommunikation als Prozess. Soziologische Perspektiven in der Zeitungswissenschaft (1927-1935)*. LIT.
- Averbeck, S. (2001). The post-1933 emigration of communication researchers from Germany. The lost works of the Weimar Generation. *European Journal of Communication*, 16(4), 451-475.
- Averbeck-Lietz, S. (2010). *Kommunikationstheorien in Frankreich. Der epistemologische Diskurs der Sciences de l'information et de la communication (1975-2005)*. Avinus.
- Averbeck-Lietz, S. (2012). French and Latin American perspectives on mediation and mediatization: A lecture note from Germany. *Empedocles. European Journal for the Philosophy of Communication*, 3(2), 177-195. https://doi.org/10.1386/ejpc.3.2.177_1
- Averbeck-Lietz, S. (2014). Da ciência do periódico à “ciência da liderança nacional-socialista”: Como os estudos de imprensa adotaram o regime nazista na Alemanha. *Famecos*, 21(2), 418-437. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.2.18248>
- Averbeck-Lietz, S. (2015a). *Soziologie der Kommunikation. Die Mediatisierung der Gesellschaft und die Theoriebildung der Klassiker*. De Gruyter.
- Averbeck-Lietz, S. (2015b). Schnittstellen zwischen Kommunikationsgeschichte und Mediatisierungsforschung. Ein Beitrag zur theoretischen Fundierung kommunikationsgeschichtlicher Forschung. In S. Kinnebrock, C. Schwarzenegger & T. Birkner (Eds.), *Theorien des Medienwandels* (pp. 250-276). Herbert von Halem.
- Averbeck-Lietz, S. & Löblich, M. (2017). Kommunikationswissenschaft vergleichend und transnational. Eine Einführung. In S. Averbeck-Lietz (Ed.),

- Kommunikationswissenschaft im internationalen Vergleich. Transnationale Perspektiven* (pp. 1-29). Springer.
- Averbeck-Lietz, S., & Klein, P. (2019). Institution und Gesellschaft: Warum die frühe Münsteraner entwicklungs- und interkulturelle Kommunikationsforschung keine Nachhaltigkeit entfalten konnte. *Medien & Zeit*, 1, 29-39.
- Averbeck-Lietz, S., Bonnet, F., Cordonnier, S., & Wilhelm, C. (2019). Communication studies in France. Looking for a “Terre du milieu.” *Publizistik*, 64, 363-380. <https://doi.org/10.1007/s11616-019-00504-3>
- Averbeck-Lietz, S. & Cordonnier, S. (2022). French and German Theories of Communication: Comparative Perspectives with regard to the social and the epistemological body of science. In J. Yin & Y. Miike (Eds.), *ICA-Handbook of Global Interventions in Communication Theory* (pp. 373-392). Routledge.
- Badr, H., & Ganter, S. (2021). Towards Cosmopolitan media and communication studies: Bringing diverse epistemic perspectives into the field. *Global Media Journal – German Edition*, 11(1), 2-11. <https://doi.org/10.22032/dbt.49164>
- Beck, K. (2009). Zeitung als anonyme Wechselbeziehung. Der Beitrag Hans Traubs zur Entwicklung von der Zeitungs- zur Kommunikationswissenschaft. In S. Averbeck-Lietz, P. Klein & M. Meyen (Eds.), *Historische und systematische Kommunikationswissenschaft. Festschrift für Arnulf Kutsch* (pp. 197-215). Lumière.
- Beck, K. (2023, April 23). Mannheim, Karl. *Publicationnaire. Dictionnaire encyclopédique et critique des publics*. <http://publicationnaire.huma-num.fr/notice/mannheim-karl/>
- Bellingrad, D., Requate, J., & Blome, A. (2021). *Jahrbuch für Kommunikationsgeschichte* (2018-2021). Franz Steiner Verlag.
- Benz, S., Hepp, A., & Kirschner, H. (2022). Diálogos sobre mediatización. Una introducción a las investigaciones sobre mediatización en el Zemki. *DeSignis*, (37), 25-34. <http://dx.doi.org/10.35659/designis.i37p25-34>
- Berger, P., & Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality. A treatise in the sociology of knowledge*. Anchor Books.
- Birkner, T. (2023). *Medialisierung und Mediatisierung* (3rd ed.). Nomos.
- Bolz, L. (2019). Recherches sur le journalisme en France et en Allemagne, un dialogue impossible? Regards croisés sur des méthodologies et des développements divergents. *Revue Française des Sciences de L'information et de la Communication*, 18. <https://doi.org/10.4000/rfsic.7702>
- Brosda, C. (2008). Diskursethik. In C. Brosda & C. Schicha (Eds.), *Handbuch Medienethik* (pp. 83-106). Springer.



- Buchstein, H. (2023). Habermas, Jürgen (2022). Ein neuer Strukturwandel der Öffentlichkeit und die deliberative Politik [Book review]. *Politische Vierteljahresschrift*, (64), 637-640. <https://doi.org/10.1007/s11615-023-00473-3>
- Chakravartty, P., Kuo, R., Grubbs, V., & McIlwain, C (2018). #CommunionSoWhite. *Journal of Communication*, 68(2), 254-266. <https://doi.org/10.1093/joc/jqy003>
- Chauvel, L. E., & Olivera, G. (2022). Mediatización: El largo recorrido de un concepto. *DeSignis*, (37), 9-21. <http://dx.doi.org/10.35659/designis.i37p9-21>
- Chauvel, L. E., Soto, M., & Traversa, O. (Eds.). (2018). La semiosis social. Homenaje a Eliseo Verón. *DeSignis*, (29).
- Cheveigné, S. (2018). L'itinéraire intellectuel d'Eliseo Verón en France. *Communication & Langages*, (196), 27-38. <https://doi.org/10.3917/comla1.196.0027>
- Couldry, N., & Hepp, A. (2016). *The mediated construction of reality*. Polity.
- Couldry, N., & Hepp, A. (2021). Conceptualizing mediatization: Contexts, traditions, arguments. In C. Scolari, J.-L. Fernández & J. Rodríguez-Amat (Eds.), *Mediatization(s), theoretical conversations between Europe and Latin America* (pp. 14-24). Intellect.
- Dalmaso, M.-T., & Saur, D. (Eds.). (2015). Homenaje a Eliseo Verón. *Estudios. Revista del Centro de Estudios Avanzados*, (33), 67-68. <https://doi.org/10.31050/re.v0i33.11604>
- Daros, O. (2019). Publizistik, the precursor of communication sciences? *Matrizes*, 13(2), 228-234. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i2p253-259>
- Daros, O. (2023). CIESPAL and the development of education and research in communication in Latin America. *Studies in Communication Sciences*, 23(1), 105-120. <https://doi.org/10.24434/j.scom2023.01.3334>
- Deacon D., & Stanyer, J. (2014). Mediatization: Key concept or conceptual bandwagon? *Media, Culture & Society*, 36(7), 1032-1044. <https://doi.org/10.1177/0163443714542218>
- Duchkowitsch, W., Hausjell, F., & Semrad, B. (Eds.). (2004). *Die Spirale des Schweigens. Zum Umgang mit der nationalsozialistischen Zeitungswissenschaft*. LIT.
- Fausto Neto, A. (2019). Mediation x mediatization: Concepts between trajectories, biographies and geographies. In J. Ferreira, J. L. Braga, P. G. Gomes, A. Fausto Neto & A. P. da Rosa (Eds.), *Between what we say and what we think. Where is mediatization?* (pp. 59-97). Facos UFSM.
- Ferreira, J., Braga, J. L., Gomes, P. G., Fausto Neto, A., & Rosa, A. P. (Orgs.). (2019). Presentation. In J. Ferreira, J. L. Braga, P. G. Gomes, A. Fausto Neto

- & A. D. da Rosa (Eds.), *Between what we say and what we think. Where is Mediatization?* (pp. 11-17). Facos UFSM.
- Fuentes-Navarro, R. (2016). Institutionalization and internationalization of the field of communication studies in Mexico and Latin America. In P. Simonson & D. Park (Eds.), *The international history of communication study* (pp. 325-345). Routledge.
- Fuentes-Navarro, R. (2020). Leer la biblioteca matelartiana. *Matrizes*, 14(3), 93-155. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i3p93-115>
- Ganter, S. A., & Ortega, F. (2019). The invisibility of Latin American scholarship in European media and communication studies: Challenges and opportunities of de-westernization and academic cosmopolitanism. *International Journal of Communication*, 13, 68-91.
- García-Jiménez, L., Hernández Pérez, M., & Subtil, F. (2019). Cultural studies. History, debates and primary references of cultural studies in Europe. In F. O. Paulino, G. Kaplún, M. Vicente-Mariño & L. Custodio (Eds.), *Research traditions in dialogue: Communication studies in Latin America and Europe* (pp. 123-152). Media XXI.
- Gentzel, P., & Koenen, E. (2012). Moderne Kommunikationswelten: von den „papiernen Fluten“ zur „mediation of everything.“ Ein Beitrag zur disziplinär-kognitiven Identität des kommunikationswissenschaftlichen Forschungsfelds „mediatisierte Kommunikation.“ *Medien & Kommunikationswissenschaft*, 60(2), 197-217.
- Gomes, P. G. (2017). *Dos meios à midiatização. Um conceito em evolução*. Editora Unisinos.
- Gomes, P. G. (2018). From media to mediations: Jesús Martín-Barbero in the Unisinos communication theory. *Matrizes*, 12(1), 189-202. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p189-202>
- Gómez-Mejia, G., Le Marec, J., & Souchier, E. (2018a). Verón entre les mondes. *Communication & Langages*, 196, 9-26. <https://doi.org/10.3917/comla1.196.0009>
- Gómez-Mejia, G., Le Marec, J., & Souchier, E. (Eds.). (2018b). Eliséo Verón. Vers une sémio-anthropologie. *Communication & Langages*, 196(2).
- Haas, P. M. (1992). Introduction: Epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, 46(1), 1-35.
- Hagemann, W. (1948). *Publizistik im Dritten Reich: Ein Beitrag zur Methodik der Massenführung*. Hansischer.
- Hardt, H. (2002). Am Vergessen Scheitern. Essay zur historischen Identität der Publizistikwissenschaft (1945-68). *Medien & Zeit*, 17(2-3), 34-39.



- Jírák, J., & Köpplová, B. (2017). Zur Entwicklung der Kommunikationsforschung in der tschechischen Universität und Gesellschaft. In S. Auerbeck-Lietz (Ed.), *Kommunikationswissenschaft im internationalen Vergleich. Transnationale Perspektive* (pp. 239-273). Springer.
- Katz, E., Liebes, T., & Durham Peters, J. (2002). *Canonic texts in media research are there any? Should there be? How about these?* Wiley.
- Klein, P. (2006). *Henk Prakke und die funktionale Publizistik*. Über die Entgrenzung der Publizistik- zur Kommunikationswissenschaft. Lit.
- Koch, U. E. (2004). Zwischen Frankreich und Deutschland vermitteln. In M. Meyen & M. Löblich (Eds.), *„Ich habe dieses Fach erfunden.“ Wie die Kommunikationswissenschaft an die deutschsprachigen Universitäten kam* (pp. 136-151). Herbert von Halem.
- Koenen, E., & Sanko, C. (2018). German communication studies facing the challenge of digital media change: Debates and controversies in the scientific community since the 1990s. *Famecos*, 25(1), Artigo 27647. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.1.27647>
- Krämer, B. (2023). How German communication research discovered Bourdieu but missed his potential for the study of (populist) political communication. *History of Media Studies*, 3(3). <https://doi.org/10.32376/d895a0ea.7ec13efb>.
- Krotz, F. (2012). Von der Entdeckung der Zentralperspektive zur Augmented Reality: Wie Mediatisierung funktioniert. In F. Krotz & A. Hepp (Eds.), *Mediatisierte Welten. Forschungsfelder und Beschreibungsansätze* (pp. 27-55). Springer.
- Krotz, F. (2019). *Neue Theorien entwickeln. Eine Einführung in die heuristische empirische Kommunikationsforschung mit Bezug auf Ethnographie und Grounded Theory* (2nd ed.). Herbert von Halem.
- Krotz, F. (2023). *Die Teilung geistiger Arbeit per Computer. Eine Kritik der digitalen Transformation*. Beltz Juventa.
- Krotz, F., & Hepp, A. (2012). *Mediatisierte Welten. Forschungsfelder und Beschreibungsansätze*. Springer.
- Kutsch, A. (1987). *Zeitungswissenschaftler im Dritten Reich. Sieben biografische Studien*. Ertay Hayit.
- Kutsch, A. (2010). Die Entstehung des Deutschen Zeitungswissenschaftlichen Verbandes. *Jahrbuch für Kommunikationsgeschichte*, 12, 121-144.
- Lerg, C. (2019). *Universitätsdiplomatie. Wissenschaft und Prestige in den transatlantischen Beziehungen (1890-1920)*. Vandenhoeck & Ruprecht.
- Livingstone, S. (2009). On the mediation of everything: ICA Presidential Address 2008. *Journal of Communication*, 59(1), 1-18. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.01401.x>

- Löblich, M. (2010). *Die empirisch-sozialwissenschaftliche Wende in der Publizistik- und Zeitungswissenschaft*. Herbert von Halem.
- Löblich, M., & Scheu, A. (2011). Writing the history of communication studies: A sociology of science approach. *Communication Theory*, 21(1), 1-22. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2010.01373.x>
- Lohmeier, C. (2016). Cultural Studies in der Kommunikationswissenschaft. In S. Averbeck-Lietz & M. Meyen (Eds.), *Handbuch nicht standardisierte Methoden in der Kommunikationswissenschaft* (pp. 109-125). Springer.
- Lozano, J. C. (2016). Critical Concerns and Commercial Interests: The Historical Development and Incipient Consolidation of Communication Research in Mexico. In S. Averbeck-Lietz (Ed.), *Kommunikationswissenschaft im internationalen Vergleich. Transnationale Perspektiven* (347-358). Springer.
- Lundby, K. (2014). (Ed.). *Mediatization of communication*. De Gruyter.
- Mannheim, K. (1929). Die Bedeutung der Konkurrenz im Gebiete des Geistigen. *Schriften der Deutschen Gesellschaft für Soziologie*, 17(19), 35-83.
- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones*. Gustavo Gili.
- Massmann, A. (2004). Von « Kommunikation für Entwicklung » zur » cultura mediática ». *Publizistik*, 49, 275-291. <https://doi.org/10.1007/s11616-004-0072-6>
- Mattelart, A., & Mattelart, M. (1997). *Histoire des théories de la communication*. Editions la Découverte.
- Meyen, M. (2012). The founding parents of communication: 57 interviews with ICA fellows. An introduction. *International Journal of Communication*, 6, 1451-1459.
- Miège, B. (2005). *La pensée communicationnelle*. Presses Universitaires de Grenoble.
- Miège, B. (2019). Updating the approach to the mediatization of information-communication actions. In J. Ferreira, J. L. Braga, P. G. Gomes, A. Fausto Neto & A. P. da Rosa (Eds.), *Between what we say and what we think. Where is mediatization?* (pp. 37-59). Facos UFSM.
- Miike, Y., & Yin, J. (Eds.). (2022). *The handbook of global interventions in communication theory*. Routledge.
- Noelle-Neumann, E. (2001). My friend, Paul F. Lazarsfeld. *International Journal of Public Opinion Research*, 13(3), 315-321. <https://doi.org/10.1093/ijpor/13.3.315>
- Olivera, G. (2015). Eliseo Verón: Las condiciones tecnológico enunciativas de los saberes sobre el sentido o el espesor de la escritura. *Estudios*, (33), 109-129.
- Paulino, F. O., Kaplún, G., Vicente-Mariño, M., & Custódio, L. (Eds.). (2019). *Research traditions in dialogue: Communication studies in Latin America and Europe*. Media XXI.



- Pinto, F. N. A. (2020). *Antropologia entre três mundos: Emilio Willems e a institucionalização da antropologia brasileira* [Masters thesis, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp. <https://bit.ly/3sDWr9Z>
- Richter, C., Grüne, A., Hafez, K., Fiedler, A., Behmer, M., Horz-Ishak, C. ... Thomaß, B. (2023). Die "tiefe Internationalisierung" der deutschen Kommunikationswissenschaft? Eine Evaluation der Personal- und Forschungsstrukturen- sowie der Lehrprogramme deutscher Hochschulen. *Global Media Journal – German Edition*, 13(1), 2-51. <https://doi.org/10.22032/dbt.57904>
- Rüdiger, F., Escosteguy, A. C. (2016). Brazilian Research in Communication: Historical Synopsis and Reflexive Trends of Academic Work in an Emerging Country. In S. Averbek-Lietz (Ed.), *Kommunikationswissenschaft im internationalen Vergleich. Transnationale Perspektiven* (pp. 359-381). Springer.
- Rüdiger, F. (2019). *Síntese de história da publicística. Estágios reflexivos da ciência da comunicação pública alemã*. Insular.
- Sá Martino, L. M. (2019). Mediatization, North, and South: Highlights and outlines in Brazilian research and Anglo-Saxon. In J. Ferreira, J. L. Braga, P. G. Gomes, A. Fausto Neto & A. P. da Rosa (Eds.), *Between what we say and what we think. Where is mediatization?* (pp. 209-224). Facos UFSM.
- Sabich, M. A. (2016). Taking digital media to school: A sociosemiotic perspective on educational portals. *Open Access Library Journal*, 3, Article e2574. <http://dx.doi.org/10.4236/oalib.1102574>
- Said, E. (1983). *The world, the text, and the critic*. Harvard University Press.
- Saucedo Añez, P. C. (2019). Die lateinamerikanische Medien- und Kommunikationsforschung zwischen ideologischer Prägung und begrenzter Internationalisierung: Zeit für Selbstkritik. *Global Media Journal – German Edition*, 9(2), 2-15. <https://doi.org/10.22032/dbt.40625>
- Scheu, A. (2012). *Adornos Erben in der Kommunikationswissenschaft. Eine Verdrängungsgeschichte?* Herbert von Halem.
- Scheu, A. (2016). *Grounded Theory in der Kommunikationswissenschaft*. In S. Averbek-Lietz & M. Meyen (Eds.), *Handbuch nicht standardisierte Methoden in der Kommunikationswissenschaft* (pp. 81-95). Springer.
- Scheu, A. (2023). Fachgeschichte als Erinnerungsforschung: Die Beziehung von Fachgeschichte und Fachgedächtnis am Beispiel der deutschen Kommunikationswissenschaft. In C. Pentzold & C. Lohmeier (Eds.), *Handbuch kommunikationswissenschaftliche Erinnerungsforschung* (pp. 392-406). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110629743-018>

- Schmidt, R. E., & Petersen, T. (2022). Beyond Marienthal: The relationship between Elisabeth Noelle-Neumann and Paul F. Lazarsfeld. *International Journal of Communication*, 16, 664-672.
- Schwer, K. (2005). „Typisch deutsch?“ Zur zögerlichen Rezeption der Cultural Studies in der deutschen Kommunikationswissenschaft. *Münchener Beiträge zur Kommunikationswissenschaft*, 2(2).
- Scolari, C. A. (2008). *Hipermediaciones. Elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva*. Gedisa.
- Scolari, C. A. (2014, May 4th). *¿Bibliografía del oprimido? Hacia una crítica de la razón bibliográfica. Hipermediaciones*. <https://bit.ly/47As833>
- Scolari, C. A. (2015). From (new)media to (hyper)mediations. Recovering Jesús Martín-Barbero's mediation theory in the age of digital communication and cultural convergence. *Information, Communication & Society*, 18(9), 1092-1107. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1018299>
- Scolari, C. A. (2022). Between social semiosis and mediatizations. Toward a dictionary of Eliseo Verón's theoretical contributions. In Y. Miike & J. Yin (Eds.), *The handbook of global interventions in communication theory* (pp. 284-297). Routledge.
- Scolari, C. A., & Rodríguez-Amat, J. R. (2018). A Latin American approach to mediatization: Specificities and contributions to a global discussion about how the media shapes contemporary society. *Communication Theory*, 28(2), 131-154. <https://doi.org/10.1093/ct/ctx004>
- Scolari, C. A., Fernández, J. L., & Rodríguez-Amat, J. (Eds.). (2021). *Mediatization(s), theoretical conversations between Europe and Latin America*. Intellect.
- Simonson, P., & Park, D. (2016). Latin America. In P. Simonson & D. Park (Eds.), *The international history of communication studies* (pp. 323-324). Routledge.
- Simonson, P., Park, D., & Pooley, J. (2022). Exclusions/exclusiones: The role for history in the field's reckoning. *History of Media Studies*, 2. <https://doi.org/10.32376/d895a0ea.ed348e03>
- Traversa, O. (2018). L'origine et le changement dans l'oeuvre d'Eliseo Verón. *Communication & Langages*, (196), 39-54. <https://doi.org/10.3917/comla1.196.0039>
- Valdetarro, S. (Ed.). (2021). *Mediation(s) studies. CIM 10th anniversary*. UNR Editora.
- Vassallo de Lopes, M. I., & Romancini, R. (2016). History in communication studies in Brazil. The interdisciplinary institutionalization of a study field. In P. Simonson & D. Park (Eds.), *The international history of communication research* (pp. 346-366). Routledge.



- Verón, E. (2013). *La semiosis social 2. Ideas, momentos, interpretantes*. Paidós.
- Verón, E. (2014). Mediatization theory: A semio-anthropological perspective. In K. Lundby (Ed.), *Mediatization of communication* (pp. 163-174). De Gruyter-Mouton.
- Verón, E. (2015). Teoría de la mediatización: una perspectiva semio-antropológica. *Cuadernos de Información y Comunicación*, 20, 173-182.
- Verón, E., & Boutaud, J.-J. (2007). *Sémiotique ouverte. Itinéraires sémiotiques en communication*. Lavoisier.
- Volk, S. C. (2021). *Comparative communication research: A study of the conceptual, methodological, and social challenges of international collaborative studies in communication science*. Springer.
- Vroons, E. (2005). Communication studies in Europe: A sketch of the situation around 1955. *Gazette*, 67(6), 495-522. <https://doi.org/10.1177/0016549205057541>
- Wagner, H. (2023). Media studies in Germany. *History of Media Studies* 3(3), <https://doi.org/10.32376/d895a0ea.5644812e>
- Wessler, H. (2018). *Habermas and the media*. Polity Press.
- Wilhelm, C., & Thévenin, O. (2017). The French context of internet studies: Sociability and digital practice. In S. Averbek-Lietz (Ed.), *Kommunikationswissenschaft im internationalen Vergleich* (pp. 161-185). Springer.
- Zarowsky, M. (2017). *Los estudios en comunicación en la Argentina. Ideas, intelectuales, tradiciones político-culturales (1956-1985)*. Eudeba.
- Zarowsky, M. (2021). Communication studies in Argentina in the 1960s and '70s: Specialized knowledge and intellectual intervention between the local and the global. *History of Media Studies*, 1. <https://doi.org/10.32376/d895a0ea.42a0a7aa>

Artigo recebido em 5 de setembro de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.

A internacionalização da pesquisa em comunicação: algumas notas críticas e uma proposta

The Internationalization of communication research. Some critical notes and a proposal

EVA DA PORTA^a

Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba – Argentina

RESUMO

Este artigo analisa as tendências gerais em torno dos processos de internacionalização da ciência que estão se desenvolvendo nas universidades e nos centros de pesquisa da América Latina e do Caribe, e se detém no estudo de algumas características do campo acadêmico da comunicação. Em seguida, revisa criticamente a configuração discursiva na qual se inserem os processos de internacionalização da ciência com o objetivo de ressignificar e questionar alguns processos de legitimação do conhecimento que seguem modelos não adequados para o campo da pesquisa em comunicação. Posteriormente, para finalizar, propõe-se realizar um mapeamento dos estudos de comunicação na região que recupere a noção de mapa noturno de Martín-Barbero para elaborar uma cartografia colaborativa entre grupos de pesquisa articulados como núcleos.

Palavras-chave: Internacionalização, comunicação, América Latina e Caribe, sociedade do conhecimento, cartografia

ABSTRACT

The article analyzes the general trends in the processes of internationalization of science that are being developed in universities and research centers in Latin America and the Caribbean and analyzes some characteristics of the academic field of communication. It then critically reviews the discursive configuration in which the processes of internationalization of science are inscribed with the purpose of redefining and questioning some processes of legitimization of knowledge that follow models that are not adequate for the field of communication research. Subsequently, at the end, he makes a proposal for a mapping of communication studies in the region that recovers Martín Barbero's notion of night map in order to design a collaborative cartography among research teams articulated as nodes.

Keywords: internationalization, communication, Latin America and the Caribbean, knowledge society, cartography

^a Doutora em Comunicação. Docente e investigadora no Centro de Estudos Avançados da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Nacional de Córdoba. Estuda processos socioculturais de mediação e se especializa em investigação qualitativa. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2175-275X>. E-mail: evadaporta@gmail.com



INICIADA JÁ NA segunda década do século XXI, a noção de internacionalização parece estar assumindo um estatuto acadêmico institucional crescente e ganhou espaço nos fóruns, encontros, sites e associações entre universidades da América Latina e do Caribe em estreita relação com o espaço ibero-americano. As políticas públicas dos Ministérios da Educação, das agências de pesquisa e promoção da ciência vão incorporando de maneira contínua a internacionalização como uma dimensão constitutiva e desejável dos processos de produção do conhecimento acadêmico. Nos últimos anos, os assuntos internacionais começaram a fazer parte das tarefas dos Conselhos Científicos Interuniversitários, dos organismos governamentais e particularmente das universidades nacionais privadas e públicas, que começam a criar programas ou escritórios de internacionalização como uma dimensão que se avalia como estratégica junto às já tradicionalmente definidas de formação, pesquisa e extensão. É assim que, em âmbito político-organizacional, desde o início do século atual, essa proposta de abrir as instituições ao concerto internacional vem sendo trabalhada ativamente e de forma diferente nas universidades e nos centros da região. Algumas universidades vêm trabalhando com mais ênfase no intercâmbio docente e estudantil, outras focam dar relevância à presença e à visibilização internacional da própria instituição, e outras se encontram em nítidos processos de conseguir acessar um posicionamento globalizado de acordo com os padrões dos circuitos hegemônicos, que parecem reduzir essa dimensão ao fator de impacto das publicações da comunidade científica assim legitimada. Outras apostam na cooperação multilateral, na integração regional e na construção de redes solidárias que potencializem os processos de produção colaborativa do conhecimento e a articulação com os sistemas produtivos e culturais regionais. Esses últimos traços, poderíamos dizer, estão mais desenvolvidos nas instituições de nossa região de corte periférico, com marcadas tensões entre autonomia e heteronomia (Beigel, 2016) e com desiguais traços de dependência acadêmica e intelectual dos *centros de excelência* internacionais.

Um bom exemplo das tensões que se colocam entre uma concepção da internacionalização mais ampla, contextual e integrada e outra mais limitada ao que marcam as instituições, disciplinas e línguas dotadas de “prestígio internacional”, como diz Beigel (2016, p. 9), pode ser reconhecida nos documentos com que a Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES) vem trabalhando. Quando foi realizada a primeira convocatória em 1996, constava em sua Declaração que os integrantes dos sistemas de ensino

superior “precisam participar das principais redes acadêmicas, ter acesso ao intercâmbio com todas as instituições relacionadas e aumentar a abertura e as interações com a comunidade acadêmica internacional.” (CRES, 1996, p. 4).

A segunda CRES, realizada em 2008 em Cartagena, Colômbia, também implementou o ideário internacionalista, mas com um componente regional e de busca de integração certamente inovador e amparado em critérios em torno do comum e na noção de sustentabilidade, atributos que vêm se desenvolvendo em estreita relação com a internacionalização desde então. A declaração colocava em seu plano de ação “defender a integração regional da América Latina e do Caribe e a internacionalização do ensino superior na região por meio, entre outras iniciativas, da construção do Enlaces – Espaço de Encontro Latino-americano e Caribenho de Ensino Superior” (CRES, 2008, p. 2).

Por outro lado, durante a CRES realizada em Córdoba, Argentina, em 2018, um de seus eixos de trabalho mais relevantes foi o denominado “Educação Superior, Internacionalização e Integração Regional da América Latina e do Caribe”, no qual, junto ao Observatório Regional sobre Internacionalização e Redes em Educação Terciária da América Latina e do Caribe (OBIRET), desagregaram-se novos tópicos que foram enriquecendo esse conceito com inquietações ligadas à internacionalização abrangente; ao estudo das tendências globais da educação superior e aos processos de internacionalização em nível mundial. Além disso, propôs-se fazer um balanço das tendências na região latino-americana e caribenha para conhecer os avanços do processo de integração acadêmica e curricular, destacando-se com especial ênfase a relevância da pesquisa e da produção de conhecimento como temas centrais a partir dos quais foram apresentadas recomendações a fim de “consolidar seu processo de internacionalização e inserir-se melhor no contexto da globalização e da sociedade do conhecimento” (CRES, 2018, p. 8).

Desde então, podemos dizer que é crescente o desenvolvimento de programas, projetos, convênios, consórcios e associações destinadas a desenvolver essa atividade nos espaços universitários, contando com maior ou menor incentivo por parte das políticas públicas, dos ministérios nacionais e das agências internacionais de promoção. Mas, para além da heterogeneidade e das diferenças de estilos, podemos dizer que se começa a gestar, em âmbito latino-americano, uma crescente preocupação por fazer parte da internacionalização, marcando uma tendência à cooperação multilateral como um modo estratégico de tornar possíveis esses processos em contextos de crises econômicas, vaivéns políticos e desigualdade estrutural. O certo é que em muitas universidades e centros de pesquisa da América Latina e do Caribe é possível reconhecer a referência a um



conceito de *internacionalização integral ou compreensiva* (Hudzik, 2011) como um eixo orientador das políticas adotadas. Esse termo destaca a importância de conjugar a integralidade na articulação de diferentes dimensões, tais como a político-administrativa ou de governo, a de ensino e a referente à vida estudantil, as quais, por sua vez, devem estar articuladas em todas as unidades de funcionamento acadêmico das instituições. Segundo Hudzik (2011):

A internacionalização compreensiva é um compromisso, confirmado através de ações, para infundir perspectivas internacionais e comparativas através das missões de ensino, pesquisa e serviço da educação superior . . . Trata-se de um imperativo institucional, não apenas de uma possibilidade desejável. A internacionalização compreensiva não afeta apenas toda a vida do campus, mas também os quadros de referência externos, as parcerias e os relacionamentos da instituição. A reconfiguração global de economias, sistemas de comércio, pesquisa e comunicação e o impacto das forças globais na vida local expandem drasticamente a necessidade de realizar uma internacionalização compreensiva e as motivações e os propósitos para impulsioná-la. (Peña Seminario & Aponte González, 2018, p. 79)

No entanto, esse critério integral benéfico para o crescimento das instituições de ensino superior da região porque potencializa as suas capacidades, buscando uma sinergia entre todas as suas funções – as quais, em geral, se encontram desenvolvidas de maneira díspar e desigual – não é o que parece se impor nos *centros de excelência* (Beigel, 2016), onde os padrões são definidos “sem a participação das comunidades científicas periféricas” (Beigel, 2016, p. 9). De modo que podemos dizer que os países da região latino-americana se encontram diante do desafio de integrar-se a um sistema de produção e circulação do conhecimento alheio a suas próprias práticas e que foi desenhado no contexto de lógicas acadêmicas, comerciais e de gestão próprias de países centrais.

No caso específico do campo comunicacional, seria muito conveniente considerar o processo de internacionalização que está à frente em um sentido integral e amplo, uma vez que o desenvolvimento disciplinar expressa uma rede complexa onde as funções de formação, intervenção e pesquisa não foram claramente separadas e onde os vínculos entre os países foram muito intensos desde suas fases iniciais. Como diz Fuentes-Navarro (2014):

articularam-se a reflexão com a ação, a atenção a processos nacionais com a construção de vínculos continentais e a formulação de propostas críticas de ampla cobertura, que foram reconhecidas e adotadas como desafios comuns por

comunidades acadêmicas tão díspares como as que se desenvolveram no último meio século no campo da comunicação na América Latina. (p. 13)

Por volta de 1973, o relatório final do Seminário sobre Pesquisa da Comunicação na América Latina, desenvolvido pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), que Fuentes-Navarro (2014) analisa como documento fundacional do campo, sustenta que ainda não se conta com o número suficiente de especialistas em pesquisa, pois também não se conta com uma instituição de alto nível para alcançá-lo (p. 13). Cinquenta anos depois, podemos dizer que as instâncias de formação de especialistas se multiplicaram, mas o desenvolvimento das instâncias de pesquisa sistemática não seguiu o mesmo ritmo de crescimento, pois os financiamentos de ciência e tecnologia e as diversidades das comunidades acadêmicas – provenientes de distintas esferas, como o jornalismo, a literatura, a engenharia ou a sociologia – estão mais dependentes das políticas educativas nacionais. Por isso, torna-se relevante considerar as condições estruturais, materiais, institucionais e culturais específicas nas quais esses processos vêm se desenvolvendo, uma vez que, como diz Fuentes-Navarro (2014), se caracterizam por uma *fragmentação* ou *divergência múltipla*, portanto, “a internacionalização desintegrada exige quadros de maior complexidade que não são fáceis de elaborar” (p. 15).

A INTERNACIONALIZAÇÃO COMO UMA CONFIGURAÇÃO DISCURSIVA HEGEMÔNICA

O crescente e renovado interesse no campo dos estudos de comunicação de matriz latino-americana pelos processos de internacionalização é uma característica compartilhada com os outros campos de produção de conhecimentos científicos na atualidade. No entanto, essas condições operam de modo diferente em cada disciplina, porque dialogam com as particularidades dos debates epistêmicos, as práticas e os processos de criação de conhecimentos, as instituições intervenientes e o próprio desenvolvimento da disciplina. A dimensão internacional do conhecimento científico hoje não apenas se mostra como uma questão estratégica de posicionamento institucional, mas também como parâmetro de legitimação científica, e por isso mesmo não pode ser negligenciada por parte dos governos, das organizações, das instituições acadêmicas e pela própria comunidade de pesquisadores. Poderíamos dizer, em concordância com Hudzik (2011), que se soma às já tradicionais funções da educação superior ligadas à formação, à pesquisa e à extensão para a comunidade dos saberes produzidos nas universidades.

Contudo, reconhecer sua relevância no presente não implica assumir o corpus discursivo que parece se articular em torno dessa noção que funciona como uma verdadeira *configuração discursiva* (Ruiz Muñoz, 2012) sedimentada, que organiza em torno desse significante verdadeiras cadeias de sentido que deveriam poder ser questionadas ou analisadas. Colocar a internacionalização como um requerimento de legitimidade do conhecimento atual pode ser um imperativo que funciona em alguns campos mais como um limitante do que como um caminho a seguir se não forem consideradas suas tradições, histórias, processos próprios e interesses políticos, econômicos, culturais, em jogo em cada campo. Por isso, consideramos pertinente abrir essa configuração de sentido, explorá-la e não endossar sem considerações críticas a série de valores, noções e implicações políticas e práticas que se impõem como válidas para todos os campos do conhecimento, quando, na realidade, muitos de seus padrões foram elaborados para campos específicos, de acordo com suas próprias lógicas, algumas alheias à própria instância cognitiva que implica produzir ciência e mais próximas a interesses geopolíticos ou comerciais, como ocorre com uma dimensão tão estratégica da internacionalização hoje como é o campo das publicações indexadas (Beigel & Gallardo, 2021).

É necessário abrir esse corpus discursivo, essa configuração discursiva (Ruiz Muñoz, 2012) que implica a internacionalização dos estudos de comunicação, que funciona muitas vezes de maneira hegemônica (Laclau, 1996, p. 83). Esse funcionamento consiste em propor um particular modo de internacionalização como resposta universal, válida e única alternativa possível para todos os campos disciplinares ou contextos geográficos, sem discriminar particularidades, possibilidades e limitações. Lembramos que aqui usamos o termo *funcionamento hegemônico* no sentido que lhe dá Laclau, que consiste, seguindo a Fair (2012), “nesse deslocamento metonímico do significante vazio desde seu inerente conteúdo particular para atuar, imaginariamente, como símbolo e metáfora que incorpora o espaço social como universalidade (ausente como totalidade)” (p. 576).

Com isso, queremos salientar o necessário debate que se deve abrir no interior dos campos de produção do conhecimento na hora de propor formas de internacionalização, pois o que parece se impor como configuração sedimentada e articulada em um conjunto de ideias que devem poder ser analisadas. Essa *narrativa universalista* da internacionalização do conhecimento científico se apresenta como uma resposta diante da globalização econômica e cultural e no contexto do que se denominou *sociedade do conhecimento*, termo mais projetivo do que descritivo cunhado por Drucker, em 1969, no livro *Uma era*

de descontinuidade para se referir em âmbito empresarial à necessidade de colocar o conhecimento no centro da produtividade e da criação de riqueza. Esse conceito foi se sedimentando junto ao de globalização e, como diz Mattelart (2002, p. 104), começou a criar uma teia global, conjugando-se com o referente informacional. Em concordância com autores como Castells (2002), vinculou-se a sociedade do conhecimento ao processo de produtividade acelerado produto dos desenvolvimentos tecnológicos e fundamentalmente ao crescimento da Internet, como rede de redes e às transformações nos modos de comunicar. O que nos interessa destacar é que essa associação entre internacionalização, globalização e sociedade do conhecimento foi se substancializando como um termo descritivo que se deslocou de sua face inicial propositiva a uma descritiva de certas realidades dos países centrais que terminou por incluir também os periféricos e designar um processo de caráter universal ao qual todo conhecimento científico deve aspirar. É essa operação que é necessário desarticular se quisermos analisar os processos de internacionalização do campo comunicacional na América Latina e no Caribe, pois a condição periférica e de desigualdade em relação às lógicas produtivas dos países centrais não pode ser ignorada na hora de descrever os processos e medir com padrões ampliados de realidades distintas às da região.

Embora a Unesco, já em 2005, tenha aberto o paradigma não só às dimensões tecnológicas ou comunicacionais, pontuando que “o conceito de sociedades do conhecimento compreende dimensões sociais, éticas e políticas muito mais vastas” (UNESCO, 2005, p. 17), o termo opera de maneira ideológica, pois, por um lado, parece designar a realidade de alguns países, enquanto, por outro, propõe essa realidade como um caminho a seguir, silenciando em seu uso generalizado as diferenças e as desigualdades entre as nações e as regiões do planeta.

A aliança discursiva entre internacionalização e globalização, por sua vez, deve poder ser retraçada também, já que, como bem destaca Buenfil Burgos (2008), o termo globalização pode ter começado a ligar-se ao de educação apenas no terceiro terço do século XX, enquanto a internacionalização “pode ser localizada ainda nas viagens de Marco Polo . . .” (p. 11). Há condições sociais e políticas que favoreceram essa articulação que podem ser reconhecidas na apropriação que o mesmo pensamento neoliberal operou sobre a educação não só como termo a ressignificar no contexto do desenvolvimento da teoria do capital humano, mas também como prática social e política sobre a qual intervir para dinamizar a acumulação de riquezas. Adriana Puiggrós (2002) precocemente sublinhou esse processo de ressignificação dos modelos educativos nacionais, que pode ser datado de meados da década de 1980, quando,

na América Latina, se deu um conjunto de processos políticos, econômicos e culturais de corte neoliberal e de matriz privatizadora que tiveram uma forte incidência e ainda hoje a têm sobre os sistemas educativos predominantemente estatais, públicos e laicos. Primeiro, a pesquisadora pontua, organismos como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento começaram a intervir de maneira direta na programação, no financiamento e na gestão da educação a partir das dívidas externas dos países da região. Posteriormente e no início do novo século, são as corporações econômicas e as fundações internacionais que terminam de implementar esse modelo. Em linhas gerais, procura-se reduzir a incidência do Estado e abrir o sistema educativo e a produção de conhecimentos à lógica do mercado, que começa a definir não só as diretrizes de muitas políticas educativas e de pesquisa dos países, mas também as formas de implementação, avaliação e ajuste. Desse modo e de forma pendular, os impulsos privatizadores e a volta à restituição estatal foram caracterizando as políticas educativas e de promoção da ciência e da tecnologia na região, alternando períodos de expansão do sistema com períodos de retração e privatização.

Em síntese, interessa-nos destacar que é necessário poder analisar os processos de internacionalização já realizados e os que estão por vir no campo da pesquisa em comunicação num marco analítico crítico que possa contextualizar os processos contemplados. Para isso, devem-se questionar os imperativos que derivam de uma narrativa reconhecidamente universalista que associa qualidade, prestígio e excelência à única possibilidade de o conhecimento acadêmico entrar nos principais circuitos internacionais. Esses circuitos não são novos e a preocupação com os modos como excluem ou aprofundam as desigualdades também não é recente, como afirmam Beigel e Salatino (2015). Os autores identificam desde os anos 1970 e até a atualidade pesquisas que analisam os fatores que davam forma à subordinação ao mundo científico, ao funcionamento de centros de excelência e centros periféricos ou à dependência acadêmica entendida como uma subordinação intelectual, entre outros não menos importantes (p. 8). Mias recentemente, Beigel e Salatino (2015) identificam estudos críticos acerca das limitações dos indicadores internacionais e os *nacionalismos ocultos nas bases de dados* ou aqueles que identificam as desigualdades na colaboração internacional ou nas procedências das citações nos países do Sul em relação aos Estados. Esse acúmulo de estudos críticos lhes permite afirmar um ponto que consideramos relevante no contexto do tema que viemos desenvolvendo enquanto defendem que lhes “ajudam a argumentar a existência de um Sistema Acadêmico Mundial (SAM), com uma estrutura

desigual de produção e circulação de conhecimento, cujo centro dominante é o chamado circuito ‘mainstream’ ou de corrente principal” (Beigel & Salatino, 2015, p. 8). Esse circuito, para os pesquisadores que citamos, teve sua origem na criação do Science Citation Index (SCI), cuja função por mais de 40 anos foi a de atuar como o principal dispositivo de avaliação da excelência das revistas científicas, o que incentivou naqueles que pesquisavam a publicação de *papers* sobre outras formas de produzir e comunicar conhecimentos (Beigel & Salatino, 2015, p. 8). Embora apontem que essas tendências demoraram a chegar às ciências sociais, acabam se instalando como tendência no campo da pesquisa a partir da década de 1990 em diante e prosseguem de forma crescente. Essa formação do campo acadêmico mundial foi definindo modos prestigiosos, centrais e legítimos de fazer ciência no marco de uma comunidade relativamente limitada a esses espaços de consagração, deixando nas bordas comunidades científicas periféricas que seguem outras formas e padrões de avaliação e publicidade dos próprios conhecimentos, como veremos mais adiante, o caso da pesquisa em comunicação parece paradigmático nesse ponto. Essa geografia do conhecimento, em alguns campos como é o caso das ciências físicas e naturais, abriu a porta para alguns cientistas das comunidades periféricas, seguindo lógicas complexas e trajetórias individualizadas, que puderam acessar esses espaços de consagração internacional apesar de residirem em países não centrais.

No caso do campo da comunicação, as lógicas consagradoras são diferentes. São de tipo coletivo e de ordem institucional, enquanto organismos como CIESPAL, ALAIC e Felfacs se constituíram nos espaços de promoção do conhecimento e de articulação de redes. Estão mais vinculadas à centralidade de um determinado pensamento ou perspectiva específica sobre a comunicação que vai constituindo comunidades acadêmicas muito diferentes enquanto defendem enfoques de tipo funcionalista, críticos ou culturalistas, para citar alguns que não entram em diálogo entre si e se mantêm em circuitos fechados, desenvolvendo produções muito variadas e com perfis específicos. Esse reconhecimento da fragmentação e da dispersão fez com que Fuentes-Navarro (2014) afirmasse que não existia algo como uma escola latino-americana de comunicação, e nesse sentido concordamos com o pesquisador mexicano. Mas o que não podemos ignorar é que essa dispersão é uma característica própria do campo comunicacional e que deve fazer parte de um diagnóstico prévio na hora de criar propostas para alcançar uma internacionalização, posto que essa dispersão não é só de enfoque ou perspectiva, mas também de modo de produzir o conhecimento. É assim que, para a variedade de estilos de escrita acadêmica do campo da comunicação (o estilo ensaístico da perspectiva crítica, a abordagem qualitativo-analítica

da perspectiva culturalista e o modo descritivo-instrumental da abordagem funcionalista), a normativização do estilo de escrita das revistas científicas e as formas de avaliação universalizadas a partir do modelo estadunidense de ciência e de indexação de citações proposto em 1963 (Science Citation Index) (Beigel, 2016, p. 9) são limites linguísticos, semióticos e culturais difíceis de superar.

Com essa observação, não estamos justificando a falta de esforços para entrar na interlocução internacional, pois a endogamia é um problema limitante. O que estamos sinalizando é que a dispersão dessa internacionalização desintegrada talvez seja o resultado da diversidade cultural, linguística e política própria da América Latina, que tornam difícil pensar os processos de internacionalização como um encontro entre blocos homogêneos, os centrais e os periféricos. Acreditamos que a colaboração, a diversidade de perspectivas, a heterogeneidade de realidades, a desigualdade estrutural que incide em todas as condições para que se deem a pesquisa e o encontro dialógico ou híbrido como modo de produção de conhecimento são alguns traços que devem se somar à já nomeada *desintegração* (Fuentes-Navarro, 2014) para pensar a internacionalização da comunicação na região.

Finalmente, acreditamos que as poucas instâncias de mapeamento geral, as limitadas pela magnitude do campo, embora muito destacadas, leituras críticas da produção acadêmica em âmbito epistemológico (Fuentes-Navarro, 2016, Vidales Gonzáles, 2015, Zarowsky, 2019) somadas às poucas fases da questão disciplinar, são aspectos a levar em conta na hora de avaliar a internacionalização do campo comunicacional na América Latina e no Caribe. Com exceção de alguns autores que fizeram um esforço notável (Vassallo de Lopes, 1999, Fuentes-Navarro, 2014, Vidales Gonzáles, 2015), não contamos com cartografias amplas em termos regionais e atualizadas que disponham as tendências, as procedências e as dominâncias teóricas e metodológicas, menos ainda os nós conflitivos (Fuentes-Navarro, 2016) ou os objetos de estudo (Vidales Gonzáles, 2015). Somente a partir de um reconhecimento epistemológico do campo e de uma organização em âmbito sócio-histórico poderemos identificar e caracterizar *outro* tipo de internacionalização ligada à *geopolítica do conhecimento* (Walsh, 2004). Assumir a partir de uma perspectiva crítica a índole hegemônica da “(re)produção, difusão e uso do conhecimento” (Walsh, 2004) nos permitirá identificar o modo como esses processos se realizam no campo comunicacional partindo da América Latina e do Caribe. Acreditamos ser necessário renovar a tarefa iniciada pela compilação de Fuentes-Navarro e Vassallo de Lopes (2005) denominada *Comunicación: Campo y Objeto de Estudio. Perspectivas Reflexivas Latinoamericanas* para ser

capaz de reconhecer as tendências nesses processos, suas rupturas e emergências. Também são válidas as experiências de sistematização do *Mapping Communication and Media Research*, do Centro de Pesquisa da Comunicação da Universidade de Helsínquia e a desenvolvida no contexto do MapCom 1 e 2, o de Projeto P&D financiado pelo governo da Espanha que se propõe a desenvolver uma cartografia cibernética interativa da produção de pesquisa em comunicação de 2007 a 2018, na Espanha.

Embora no final do artigo exploremos a possibilidade de esboçar uma proposta para a construção de um mapa abrangente da pesquisa em comunicação que registre os fluxos de internacionalização nos núcleos conflitantes que definem o campo de estudo, paramos nesse ponto com o propósito de abrir uma porta para explorar outras formas de consideração desse aspecto. Interessa-nos recuperar criticamente essa noção para que possa incorporar a dimensão do poder e as desigualdades que o modelo de *excelência e legitimidade* acadêmico medido em padrões desvinculados dos contextos parece esconder. Não pretendemos rejeitar essa noção, mas justamente reavaliá-la para que, ao contrário de outras como *globalização*, nos permita analisar o território e reconhecer as linhas dominantes, as residuais e as emergentes. Interessa-nos reconhecer os modos específicos como se produz o conhecimento num diálogo intertextual e polifônico inerradicável (Kaltmeier, 2012, p. 51). Processo que, às vezes, é mera reprodução dos modelos teóricos provenientes dos centros legitimados; outras, uma crítica; e em outras oportunidades gera uma notável produção de conhecimento, como o caso paradigmático de Martín-Barbero, entre outros autores e autoras destacadas da região. Talvez o termo mais adequado para abordar essa questão seja *transnacionalização*, como sugere Fuentes-Navarro (2016) a partir das reflexões de Simonson e Park (p. 111), que reconhecem a força que adquiriram os contextos históricos transnacionais para a compreensão da constituição do campo acadêmico além das fronteiras dos Estados nacionais.

EM BUSCA DE UMA POSIÇÃO CRÍTICA E PRODUTIVA

Agora, se conseguirmos assumir que aquilo que se mostra como universal hoje, ou seja, como padrão global de internacionalização, como por exemplo um conjunto de indicadores de competências docentes ou índices bibliométricos como o fator de impacto de uma publicação, são apenas particularidades “que conseguiu convencer e dominar intelectualmente em um espaço e tempo determinado”, como diz Buenfil Burgos (2008, p. 13), poderemos assumir uma posição significativa diante desse problema.



Então, só rejeitar os processos de internacionalização como modos de dominação ou de reprodução das desigualdades geopolíticas tampouco parece ser a estratégia mais acertada, pois esses processos parecem não cessar, e em seu caminho só vão incluindo algumas elites, e uma grande massa de universidades e pesquisadores vão ficando nas margens ou fora do Sistema Acadêmico Mundial (Beigel & Salatino, 2015).

O que significa produzir ciência internacional? Como esses padrões globalizados são definidos? Quem os comanda? Quais são os critérios de avaliação? A que interesses respondem? De que modo se manifesta a internacionalização dos processos de pesquisa e como afetam os diferentes campos acadêmicos? Como alcançar processos de internacionalização positivos que potencializem os desenvolvimentos dos países e não aprofundem as diferenças? Que maneiras existem de produzir conhecimento em um circuito internacional? Qual é o lugar da América Latina nesse concerto internacional? Todas as potencialidades foram desenvolvidas?

A crescente preocupação por desenvolver a internacionalização da ciência, e particularmente das ciências sociais, que são consideradas atrasadas em relação aos outros campos do conhecimento, marca um momento propício para revisar algumas ideias, como fizemos na primeira parte, identificar a diversidade em que se manifesta o problema e reconhecer pontos fortes e fracos, particularmente para o campo comunicacional. Esse último ponto nos parece central para podermos pensar algumas propostas orientadoras que resultem em práticas de enriquecimento, e não de maior deslegitimação pela mera constatação de que não podemos chegar aos padrões mínimos.

Em primeiro lugar, vamos retomar a proposta de Buenfil Burgos (2008), que ao analisar a relação entre globalização e educação se distancia tanto de posturas reativas quanto celebradoras para deter-se em considerar um aspecto que é central, que já propusemos no parágrafo anterior e que é o modo como esses processos de internacionalização irreversíveis podem ser compreendidos em função das lógicas de funcionamento educativo. Para isso, ele analisa a relação entre universalismo e particularismo presente na própria noção de globalização educacional para concluir que:

- Todo universalismo é um particularismo que consegue se impor.
- Essa imposição não é atemporal nem descontextualizada, mas conjuntural e histórica, e depende de seu contexto de enunciação, isto é, a que outras noções e termos se vincula, que configurações discursivas gera.
- “a globalização é um processo de conexão e tensão entre tendências heterogêneas e opostas” (Buenfil Burgos, 2008, p. 17) e, portanto,

- “Nenhum significado de globalização pode erigir-se como a verdade última, logo, existe um interstício para tomar uma decisão sobre o assunto; posicionar-se diante de algum significado particular para propor nossas próprias interpretações, dar conta delas e assumir nossa responsabilidade” (Buenfil Burgos, 2008, p. 19).

Do mesmo modo, diante da noção de internacionalização é importante assumir uma postura similar que possa analisar as diferentes formas como se enuncia e se comunica, e as dimensões em que se operam e gerenciam esses processos. Mas também é importante reconhecer as tensões, complexidades e fissuras pelas quais esse Sistema Acadêmico Mundial (SAM) não é um sistema homogêneo, ao mesmo tempo que é também é uma construção simbólica sobre a qual as disputas podem ser levantadas e visam mudar as práticas.

No mesmo sentido, parece-nos relevante retomar a análise que Butler (2001) faz a respeito da noção de crítica em Foucault porque é muito pertinente no que concerne aos questionamentos que viemos nos fazendo e à posição que tentamos assumir diante do desafio que o campo comunicacional nos coloca em um contexto como o atual, tendencialmente direcionado à internacionalização. Tal postura nos permite assumir um lugar epistêmico que não implica a rejeição a esse processo, mas tampouco assume a obediência no sentido mais lato do termo, de aceitar de maneira naturalizada uma narrativa que busca se impor e que é somente uma representação e um plano de ações bem-sucedido, construído entre muitas alternativas possíveis. Ao mesmo tempo, ao afirmar que a *internacionalização* define uma configuração discursiva em torno de si, com um conjunto de termos aos quais se articula e se associa, certa *desobediência*, que é talvez assumir uma posição analítica e não instrumental, nos permite abrir essas relações e repensar o que entendemos por: globalização, sociedade do conhecimento, excelência acadêmica, prestígio e legitimidade, visibilidade, avaliação de qualidade e indicadores de impacto, entre outras noções que compõem esse universo simbólico hoje.

Butler (2001) desenvolve, em um texto com certa densidade, a ideia de crítica como prática ética presente em Foucault apontando que o autor “busca compreender que tipo de questionamento institui a crítica, oferecendo de forma tentativa algumas maneiras de circunscrever sua atividade”. Nessa busca, o que Butler resgata é a *capacidade de não obedecer*, mas não através de uma *anarquia radical*, de se tornar *ingovernável*, mas a partir da possibilidade de se questionar, se interrogar *acerca dos modos e objetivos com que se exerce o poder*. É assim que resgata um parágrafo do próprio Foucault, que se pergunta, no texto de Butler: “Como não ser governado dessa forma, por isso, em nome desses princípios,

em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles?” (Butler, 2001).

É, então, a partir dessa capacidade de nos questionar que podemos parafrasear a proposta anterior e nos perguntar: como internacionalizar os estudos de comunicação sem assumir uma narrativa única e sedimentada que nos coloca na periferia, na marginalidade e que ignora os próprios processos e circuitos de produção do conhecimento até agora desenvolvidos? Como pensar a internacionalização assumindo as dificuldades já registradas por alguns exegetas do campo, como Fuentes-Navarro (2014), que sugere que esses processos estejam se desenvolvendo com nítidas tendências à fragmentação e à desintegração? Como recuperar as histórias do campo em um contexto ideológico e conceitual que tende à unificação dos critérios e à implantação de um sistema global que não admite alternativas? Como reconhecer os contextos transnacionais nos quais a pesquisa situada e institucionalizada se insere?

A circulação internacional do conhecimento, como bem destacam Beigel e Salatino (2015), “materializa-se em redes, projetos internacionais, mobilidade acadêmica e outras formas de pesquisa colaborativa, mas são os circuitos de publicação os espaços privilegiados de consagração acadêmica, assim como o SAM evoluiu nas últimas décadas” (p. 10). No entanto, e mesmo considerando os circuitos de publicação acadêmica que não respondem ao circuito do mainstream, é importante destacar que o campo comunicacional na América Latina é um circuito muito dinâmico, amplamente produtivo e com uma enorme vitalidade, que se evidencia nas numerosas carreiras de graduação e pós-graduação abertas e com boa massa crítica de estudantes. Além disso, e embora apenas cinco revistas latino-americanas de comunicação se encontrem no quartil Q2 na América Latina, a produção editorial é mantida e se expressa em revistas que talvez não sigam com absoluto apego os padrões internacionais de indexação, mas mantêm sua qualidade e seu projeto intelectual e acadêmico com grande esforço. Podemos citar apenas algumas, como *Estudios de las Culturas Contemporáneas* (Universidade de Colima), *Comunicación y Sociedad* (Universidade de Guadalajara), *Signo y Pensamiento* (Pontifícia Universidade de Bogotá), *Comunicación* (Centro Gumilla) e *Anuario Ininco* (Universidade Central da Venezuela); *Comunicação & Sociedade* (Universidade Metodista de São Paulo), **MATRIZes** (Universidade de São Paulo) e *Temas y Debates* (Universidade Nacional de Río Cuarto).

Além disso, nutrem essa dinâmica intelectual os grupos de trabalho e redes regionais de pesquisa que se realimentam nos congressos nacionais, regionais e internacionais desenvolvidos pelas universidades e associações como a Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social (Felafacs), a Associação

Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIC), a Associação Ibero-Americana de Comunicação (Assibercom), o CIESPAL, entre outros que são espaços de ativa interação entre pesquisadores da América Ibérica. Essa particular produtividade acadêmica também se evidencia na produção de publicações coletivas, de livros realizados entre pesquisadoras e pesquisadores de diversos países da região que evidenciam um estilo de produção colaborativo, em rede e dialógico, não isento de debates, controvérsias e uma grande vocação de reflexividade teórica e metodológica destinada a esclarecer e agrupar os modos de pensar, intervir e pesquisar a comunicação. Podemos citar apenas como amostra desse procedimento três livros relevantes, o compilado por Martín-Barbero (2009), intitulado *Entre Saberes Desechables y Saberes Indispensables: Agendas de País Desde la Comunicación*, o estudo coordenado por Fuentes-Navarro e Vassallo de Lopes (2005) *Comunicación, Campo y Objeto de Estudio: Perspectivas Reflexivas Latinoamericanas*, que consiste em um marco como revisão do estado da arte do campo, e do livro *Un Nuevo Mapa para Investigar la Mutación Cultural: Diálogo con la Propuesta de Jesús Martín-Barbero*, editado por Rincón e organizado por Jacks, Schmitz, e Wottrich (2019), que aprofunda e atualiza o trabalho de um autor central da área.

Antes de encerrar

O que queremos destacar, antes de fechar esta seção, é que os processos de internacionalização da pesquisa do campo comunicacional devem poder ser reconhecidos em sua particularidade sem que sejam desconhecidas as condições estruturais que os constroem e, ao mesmo tempo, os tornam possíveis. Essas condições estão vinculadas às políticas públicas que os favorecem ou os limitam, aos orçamentos e orientações assumidas pelos governos, mas também às variáveis socioeconômicas, políticas e culturais de cada país, que incidem na lógica dos conhecimentos produzidos e legitimados, junto ao momento histórico específico das instituições em que se produz o conhecimento, posto que as universidades gozam de níveis de autonomia significativos. Diríamos, seguindo Grossberg (2009), que é necessário contemplar os contextos em que ocorrem e as conjunturas sócio-históricas universitárias, nacionais e regionais em que se produzem, mas também os contextos intelectuais em que os problemas de conhecimento vão se consolidando como espaços de debate e interlocução de uma comunidade acadêmica complexa, ativa, desigual e dinâmica. A internacionalização pode implicar processos de desterritorialização generalizados que, no entanto, ocorrem em contextos situados e relacionais onde há lugares que



concentram os poderes e a legitimidade cognitiva, enquanto há outros que apenas fornecem reconhecimento a essas autoridades e operam mais como lugares de trânsito e reforço do que como espaços de produção do conhecimento. Sem ver esses dispositivos de poder, essas tensões e esses processos de reconhecimento e desconhecimento, junto às hibridações (García Canclini, 1989; Martín-Barbero, 1993) próprias da região, a tentativa de analisar os fluxos de internacionalização não passa de um bom desejo universalista mas desarticulado dos modos concretos e dos contextos transnacionais, regionais e nacionais em que se produz o conhecimento científico na América Latina e no Caribe.

NOTAS PARA CARTOGRAFIAR OS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Vimos pontuando a necessidade de atualizar uma cartografia dos estudos de comunicação no complexo contexto que define a América Latina e o Caribe como condição para analisar tanto os processos de internacionalização que se sedimentaram no campo como os que estão emergindo enquanto práticas inovadoras próprias das dinâmicas de interação generalizada das sociedades contemporâneas, como aquelas que são produto das lógicas de imposição do SAM, produto da geopolítica do conhecimento dos países centralizados. É necessário abordar essa complexidade em uma operação epistêmica que construa a cartografia de maneira contextual e temporal. Contextual porque, na pesquisa em comunicação, se interconectam: 1. as dimensões nacionais, ainda muito relevantes para compreender a história do campo e seus processos de institucionalização; 2. as interações regionais, muito intensas desde a sua constituição através de organismos e redes de cooperação; e 3. as forças e os processos transnacionais que incidem e condicionam a região como uma área periférica na distribuição da hegemonia do conhecimento. Mas, junto com essa dimensão contextual, a cartografia também deve poder registrar as diferentes temporalidades que incidem nos núcleos problemáticos mapeados: 1. identificando as tendências do *passado* que ainda lutam para defini-los; 2. caracterizando os ciclos ou as etapas, que os foram conformando em estruturas teóricas e metodológicas específicas; e 3. identificando as emergências ou linhas de fuga dos núcleos problemáticos estudados tanto quanto os próprios atores envolvidos ou as próprias instituições a partir das trocas com os vetores da mudança.

Essa tarefa ambiciosa só é possível se enquadrada num esforço coletivo, colaborativo e em rede, que articule o trabalho de diversos grupos de pesquisa

que possam começar a elaborar esse percurso a partir de uma matriz comum com coordenadas espaço-temporais delimitadas que depois possam ser escaladas.

Essa cartografia não só nos permitirá conhecer e evidenciar o estado da questão, mas também abrirá numerosas linhas de trabalho colaborativo que promovam a internacionalização de modo equitativo e produtivo para as partes implicadas. O desenvolvimento de uma cartografia é uma boa instância colaborativa, em virtude de sua complexidade e da necessidade de complementação que requer para construir comunidades científicas que, na forma de núcleos articulados, possam potencializar seus desenvolvimentos, trocar conhecimentos, fomentar a cooperação, a troca e a mobilidade de pesquisadoras e pesquisadores.

Esse desafio nos coloca diante de numerosas portas de entrada e de múltiplas estratégias colaborativas, alternativas que terão de ser reduzidas a fim de dar operacionalidade à proposta.

A seguir, vamos apontar duas tarefas que acreditamos serem necessárias para nos aproximarmos desse complexo propósito.

A primeira tarefa é de ordem prática e visa definir as coordenadas de trabalho para traçar a cartografia com um sentido descritivo e analítico do campo. Dessa forma, é prioritário dar uma definição operacional do que entendemos como *campo acadêmico-científico dos estudos de comunicação* que defina com clareza o que estudar e que forneça coordenadas específicas que delimitem o estudo que contém as manifestações mais significativas de produção científica em escalas nacional, regional e internacional, e que possa recuperar e integrar criticamente a história desse tipo de estudo. Nesse contexto, assumimos a proposta de uma epistemologia crítica de Zemelman (1990), que propõe a categoria de *campo problemático*: 1. Para caracterizar essa operação analítica que tenta identificar aqueles pontos de condensação ou *núcleos de problemas*, que podem ser identificados no fluxo constante do presente e que devem poder ser caracterizados; 2. na *complexidade das multidimensionalidades* que o compreendem.

Nesses dois pontos destacados, que nos permitirão avançar na elaboração de uma cartografia dos estudos de comunicação, as contribuições de Vassallo de Lopes (1999, 2000) adquirem enorme relevância operacional.

1. Em primeiro lugar, ao definir o *campo problemático* a ser cartografado torna-se necessário estudar as *condições de produção do conhecimento* desses núcleos problemáticos que o compõem a partir de um olhar extrínseco que considere, como propõe Vassallo de Lopes (1999), três contextos articulados: o contexto social ou histórico-cultural,

o institucional e o discursivo (p. 15). Em tais contextos acrescenta-se um quarto contexto para adicionar às condições de produção do conhecimento os *processos de globalização ou de transnacionalização do conhecimento* (p. 2).

2. Em segundo lugar, para podermos analisar esses *núcleos problemáticos* em sua própria constituição como objetos de estudo, além dos contextos em que foram produzidos, torna-se necessário um critério intrínseco, precisamos desagregar *as múltiplas dimensões que os constituem, as camadas epistêmicas das quais são feitos que, no fundo, são práticas de produção do conhecimento realizadas por pesquisadores em situações concretas*. É por isso que recorreremos novamente a Vassallo de Lopes (1999), que nos fornece ferramentas analíticas para identificar as camadas das quais são feitos os núcleos problemáticos, que são os *níveis epistêmicos* e as *etapas do processo* de pesquisa através das quais foram criadas. É assim que, para analisá-los, deveremos considerar, por um lado, o eixo paradigmático definido pelos níveis técnicos, metodológicos, teóricos e epistemológicos que funcionam como camadas epistêmicas que deveremos poder separar analiticamente e, por outro, e em estreita relação, o que Vassallo de Lopes (1999) chama de eixo sintagmático, o do processo de pesquisa formado por quatro fases: definição do objeto, observação, descrição e interpretação (pp. 3-5).

Desse modo, organiza-se a pesquisa dos núcleos problemáticos numa matriz que articula um *olhar extrínseco*, que focaliza as condições, e um *olhar intrínseco*, que atenta aos níveis epistêmicos e aos processos de produção desses objetos de estudo. É tarefa dos pesquisadores e das pesquisadoras desvendar a matriz em cada caso estudado e implantá-la na cartografia.

A segunda tarefa é de índole conceitual e reflexiva, pois visa dar um segundo nível interpretativo à cartografia definida no primeiro passo por esse conjunto de núcleos problemáticos identificados que serão descritos e analisados segundo a matriz desenvolvida no ponto anterior. No entanto, acreditamos que a tarefa não deve terminar aí e que é possível tentar avançar um pouco mais na compreensão, não só das *matrizes epistêmicas* que foram se sedimentando no campo da pesquisa em comunicação, mas também na compreensão das matrizes socioculturais, ou seja, das mediações que foram estudadas a partir das diversas perspectivas comunicacionais. É nesse ponto que consideramos indispensável voltar à noção de *mapa noturno* que Martín-Barbero nos legou como uma chave-mestra, permitindo-nos dar

mais solidez aos nossos estudos e avançar na compreensão da complexidade dos fenômenos que estudamos. A noção de *mapa noturno* (Martín-Barbero, 2002) é um dispositivo heurístico-crítico que nos permite ir retrazendo a cartografia a partir da possibilidade de reagrupar os núcleos problemáticos identificados e traçar suas linhas de conexão para poder descobrir novas configurações conceituais e, ao mesmo tempo, subir um nível de abstração na cartografia que nos permita ver com mais distância o traçado do mapa que estamos elaborando.

A ideia de mapa noturno (Martín-Barbero, 1987 [1991], p. 229) é a metáfora que o autor constrói para *explorar às cegas* o que ele denominou como um novo campo e a partir daí *refazer os conceitos básicos*, recuperando a proposta de Raymond Williams feita alguns anos antes e que ele chamou de *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (1976). Em suas palavras, ele define sua ideia de um mapa noturno na obra icônica *Dos meios às mediações* (1987 [1991]) como “um mapa para investigar nada mais que a dominação, a produção e o trabalho, mas de seu outro lado: o das brechas, do consumo e do prazer. Um mapa não para a fuga, mas para o reconhecimento da situação a partir das mediações e dos sujeitos” (Martín-Barbero, 1987 [1991], p. 229).

Para isso, Martín-Barbero nos coloca como condição um movimento político e epistemológico que é, ao mesmo tempo, claramente topológico: mudar o lugar de onde se fazem as perguntas para refazer a partir daí a teoria. O autor nos diz: “é a essa mudança do lugar de onde fazemos as perguntas que conseguir dar forma cartográfica com a expressão de mapa noturno” (Martín-Barbero, 1987 citado por Cadavid, 2021, p. 446).

Mudar o lugar das perguntas implica também uma operação teórica crítica e um movimento epistemológico que busca uma lógica outra, uma lógica noturna que permita explorar o território e compreendê-lo com novas categorias. O mapa noturno é um mapa cognitivo que se propõe a produzir “o mapa dos conceitos básicos que precisamos refazer” (1987 [1991], p. 229). Pelo que foi dito anteriormente, considero que a figura de mapa noturno é produtiva quando o terreno a mapear é instável e há zonas da realidade que não podem ser vistas a partir da lógica diurna e que requerem uma operação teórica crítica para que sejam reconhecidas na complexa rede de interações que a constituem. Mas também é uma noção operacional quando os modelos teóricos não permitem dar conta dessas dinâmicas e já não alcançam os referentes e as medidas para mapear essa realidade, motivo pelo qual se torna necessário refazer as categorias, reajustá-las e também produzir outras novas. Essa será a nossa próxima tarefa. ■



REFERÊNCIAS

- Beigel, F. (2016). El nuevo carácter de la dependencia intelectual. *Cuestiones de Sociología*, (14), Artículo e004.
- Beigel, F., & Gallardo, O. (2021). Productividad, bibliodiversidad y bilingüismo en un corpus completo de producciones científicas. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 16(46), 41-71.
- Beigel, F., & Salatino, M. (2015). Circuitos segmentados de consagración académica: Las revistas de ciencias sociales y humanas en la Argentina. *Información, Cultura y Sociedad*, (32), 7-32.
- Buenfil Burgos, R. N. (2008). Universalismo y particularismo en la globalización. *Propuesta Educativa*, (30), 9-22.
- Butler, J. (2001). ¿Qué es la critica? Un ensayo sobre la virtud de Foucault (M. Expósito, Trad.). *transversal texts*. <https://bit.ly/45XdqSs>
- Cadavid Bringe, A. (2021). Introducción a una carta de Jesús Martín-Barbero. *Mediaciones*, 27(17), 443-446. <https://doi.org/10.26620/uniminuto.mediaciones.17.27.2021.443-446>
- Castells, M. (2002). La dimensión cultural de internet. *Institut de cultura: Debates Digitales*. <https://bit.ly/3FNrmnl>
- Conferencia Regional de Educación Superior (1996). *Declaración*. <http://dspaceu-dual.org/bitstream/RepUDUAL/1356/1/Declaracion%20CRES%201996.pdf>
- Conferencia Regional de Educación Superior (2008). *Plan de acción CRES 2008*. <http://www.cres2018.unc.edu.ar/uploads/Plan%20de%20Accio%CC%81n%20Espan%CC%83ol%202008.pdf>
- Conferencia Regional de Educación Superior (2018) *Informe General*. https://www.iesalc.unesco.org/wpcontent/uploads/2020/08/Informe_Consolidado_CRES_2018.pdf
- Fair, H. (2017). Construcción hegemónica y eficacia interpelativa del discurso de De la Rúa del 19 y 20 de diciembre del 2001. *Discurso & Sociedad*, 11(4), 571- 620.
- Fuentes-Navarro, R. (2014). La investigación de la comunicación en América Latina: Una internacionalización desintegrada. *Oficios Terrestres*, 1(31), 11-22.
- Fuentes-Navarro, R. (2016). Implicaciones de una “nueva” historia (internacional) de la institucionalización de los estudios de la comunicación en América Latina. In E. Vizer & C. Vidales (Coords.), *Comunicación, campo(s), teorías y problemas. Una perspectiva internacional* (pp. 101-124). Comunicación Social.
- García Canclini, N. (1989). *Culturas híbridas: Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Grijalbo.
- Grossberg, L. (2009). El corazón de los estudios culturales. *Tabula Rasa*, (10), 13-48.

- Hudzik, J.K. (2011). Comprehensive Internationalization: From Concept to Action. NAFSA. https://www.nafsa.org/uploadedFiles/NAFSA_Home/Resource_Library_Assets/Publications_Library/2011_Comprehen_Internationalization.pdf
- Kaltmeier, O. (2012). Hacia la descolonización de las metodologías: Reciprocidad, horizontalidad y poder. In S. Corona Berkin, & O. Kalmeier (Coords.), *En diálogo. Metodologías horizontales en Ciencias Sociales* (pp. 25-54). Gedisa.
- Laclau, E. (1996). *Emancipación y diferencia*. Ariel.
- Martín-Barbero, J. (1987 [1991]). *De los medios a las mediaciones: Comunicación, cultura y hegemonía*. Gustavo Gili.
- Martín-Barbero, J. (1993). La comunicación en las transformaciones del campo cultural. *Alteridades*, 3(5), 59-68.
- Martín-Barbero, J. (2002). *Oficio de cartógrafo. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura*. FCE.
- Martín-Barbero, J. (Coord.). (2009). *Entre saberes desechables y saberes indispensables: Agendas de país desde la comunicación*. Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, Friedrich Ebert Stiftung.
- Peña Seminario, M. V., & Aponte González, M. V. (2018). *Internacionalización conectiva. El currículo en un mundo en red*. Dirección de Publicaciones de la Universidad Católica de Santiago de Guayaquil.
- Mattelart, A. (2002). *Historia de la sociedad de la información*. Paidós.
- Puiggrós, A. (2002). Educación neoliberal y alternativas. In R. N. Buenfil Burgos (Coord.), *En los márgenes de la educación: México a finales del milenio* (pp. 113-128). Plaza y Valdés.
- Rincón, O. (Ed.), Jacks, N., Schmitz, D., & Wottrich, L. (Orgs.). (2019). *Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural. Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero*. Ciespal.
- Ruiz Muñoz, M. M. (2012). Derecho a la educación: Política y configuración discursiva. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 17(52), 39-64.
- Unesco. (2005). *Hacia las sociedades del conocimiento*. <https://bit.ly/3MutQdW>
- Vassallo de Lopes, M. I. (1999). La investigación de la comunicación: cuestiones epistemológicas, teóricas y metodológicas. *Diálogos de la Comunicación*, (56), 12-27.
- Vassallo de Lopes, M. I. (2000). El campo de la Comunicación: reflexiones sobre su estatuto disciplinar. *Oficios Terrestres*, 7(8), 75-83.
- Vasallo de Lopes, M. I. (2012). La investigación de la comunicación: cuestiones epistemológicas, teóricas y metodológicas.
- Vassallo de Lopes, M. I., & Fuentes-Navarro, R. (Coords.). (2005). *Comunicación: Campo y objeto de estudio. Perspectivas reflexivas latinoamericanas*. Iteso.



- Vidales Gonzáles, C. (2015). Historia, teoría e investigación de la comunicación. *Comunicación y Sociedad*, (23), 11-43.
- Walsh, C. (2004). Geopolíticas del conocimiento, interculturalidad y descolonización. *Boletín ICCI-ARY Rimay*, 6(60). <http://icci.nativeweb.org/boletin/60/walsh.html>
- Zarowsky, M. (2019). Los estudios en comunicación en la Argentina. Ideas, intelectuales, tradiciones político-culturales (1956-1985). *Prismas*, 23(1), 313-314.
- Zemelman, H., & Valencia García, G. (1990). Los sujetos sociales, una propuesta de análisis. *Acta Sociológica*, 3(2), 89-104.

Artigo recebido em 10 de agosto de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.

Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?: colaborações, críticas e curiosidades

How to confront the inequalities of the global academy in communication studies? Collaboration, critique and curiosity

■ SILVIO WAISBORD^a

George Washington University, Washington, Estados Unidos

RESUMO

Existem profundas desigualdades e hegemonia da academia do Norte Global a partir de publicações, referências e órgãos editoriais de periódicos. O lugar preponderante do inglês como *lingua franca* da academia global coroa a hegemonia de acadêmicos, perspectivas e temas em universidades norte-americanas e europeias. Isso mostra a constante marginalização e invisibilidade de acadêmicos e “estudos do Sul”. Este trabalho propõe como estratégias: consolidar espaços de reconhecimento e apoio; cultivar redes de colaboração e pesquisa com perspectivas comparativas e integradoras; e participar de espaços compartilhados (corpos editoriais, liderança de associações, avaliação/crítica de trabalho e propostas).

Palavras-chave: Academia global, desocidentalização, cosmopolitismo acadêmico

ABSTRACT

Profound inequalities and hegemony of the Global North academy exist, exemplified by publications, references and editorial bodies of journals, and the preponderant place of English as the *lingua franca* of the global academy. This contributes to the persistent marginalization and invisibility of scholars and “Southern studies.” Faced with this situation, this article proposes three strategies: consolidation of spaces of recognition and support; cultivation of collaborative and research networks with comparative and integrative perspectives; and participation in shared spaces.

Keywords: Global academy, deWesternization, academic cosmopolitanism

^a Professor na Escola de Mídia e Assuntos Públicos na George Washington University.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0026-7111>.
E-mail: waissbord@gwu.edu



Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?

AS ÚLTIMAS DÉCADAS foram tempos de internacionalização e globalização acelerada do campo da comunicação. Por internacionalização entendo a expansão de fluxos de pesquisas, teorias e conceitos, bem como de instituições acadêmicas (universidades, programas, periódicos, associações profissionais) no mundo. A globalização diz respeito a conexões e participação de acadêmicos espalhados pelo mundo em comunidades acadêmicas transnacionais, por meio de colaboração e envolvimento em projetos, publicações e conferências. Enquanto a internacionalização enfatiza questões institucionais/estruturais, a globalização alude a dinâmicas de conexão e participação.

Esse panorama certamente não é único em nosso campo de estudo, mas reflete dinâmicas gerais na academia global, amplamente documentadas em outras disciplinas (Cannizzo & Osbaldiston, 2019; Heilbron, 2023). Nenhum país da América Latina, da África ou do Oriente Médio está entre os primeiros vinte países em termos de gastos com ciência e pesquisa mundialmente. Os Estados Unidos, com mais de 720 milhões de dólares, e a China, com mais de 580 milhões, somam quase 50% do total mundial (Congressional Research Service, 2022). Tendências semelhantes são encontradas na produção científica e na publicação de artigos acadêmicos em várias disciplinas, em que os Estados Unidos, a China, a Europa Ocidental, o Japão e a Austrália figuram de forma proeminente nos rankings dos países mais produtivos (“The ten...”, 2020).

A globalização responde a processos diferentes e simultâneos – do interesse em internacionalizar o campo de estudo até demandas por “desocidentalizar” o pensamento em comunicação. Por um lado, há maior interesse em extensas áreas do Norte Global de “internacionalizar” a academia – expandir o alcance de universidades, programas, publicações e associações. Aqui convivem várias lógicas – de interesses econômicos de universidades e editoras em abrir mercados mundiais até intenções intelectuais de enriquecer o conhecimento, nutrindo-se de pesquisas e ideias de diferentes procedências.

Por outro lado, outros movimentos convergem no Norte Global e no Sul Global. A diversificação gradual de escolas de comunicação e mídia no Norte Global é o produto da entrada de acadêmicos nativos e migrantes com diversas biografias e pertencimentos sociais, interessados em temas e abordagens fora do *mainstream* tradicional, incluindo epistemologias do Sul. Esses grupos exigem inclusão e reconhecimento da interseccionalidade da academia e a incorporação de linhas de pesquisa e quadros teóricos que expandam e critiquem o conhecimento herdado. Ao mesmo tempo, há um crescente interesse entre acadêmicos (e universidades) no Sul Global em participar de redes de associações, conferências e periódicos do Norte Global. Essa motivação é impulsionada tanto pelo interesse em construir pontes com colegas de outras latitudes quanto

pelas expectativas das universidades de figurar e escalar posições em rankings mundiais. Com esse objetivo, vêm contratando acadêmicos com doutorados em universidades de prestígio mundial (geralmente localizadas no Ocidente) e valorizando diferentes formas de participação internacional em conferências, grupos de pesquisa, publicações, corpos editoriais e comitês financiadores.

Embora esses processos não sejam estritamente novos, existem elementos característicos. No Sul Global, os estudos de comunicação têm sido historicamente internacionalizados e globalizados. Onde quer que se olhe, encontram-se vestígios da exposição e do tráfico de ideias ocidentais, seja como modelos influentes ou referências rejeitadas ou digeridas de acordo com as realidades e as tradições de pensamento local e regional, produto da expansão e da posição dominante da Europa Ocidental e dos Estados Unidos na circulação mundial de ideias.

Na América Latina, os estudos de comunicação são uma ilustração perfeita dessa condição. Seu percurso histórico é impensável sem a abertura, as influências e a interação crítica com tradições do Norte Global, especialmente a partir do período pós-guerra. Isso se reflete na rica tradição fundacional e contemporânea que questiona, se nutre e toma posição diante de um leque de trabalhos e ideias – das teorias do funcionalismo e da modernização de cunho norte-americano até correntes estruturalistas, semióticas e marxistas europeias. O metabolismo constante de ideias “estrangeiras” produziu uma rica tradição híbrida, impulsionada pelo interesse em peneirar bagagens teóricas e debates do Norte Global de acordo com interpretações e reapropriações locais e regionais (Enghel & Becerra, 2018; Fuentes-Navarro, 2016; González-Samé et al., 2017; Vassallo de Lopes & Romancini, 2016).

Os estudos de comunicação latino-americanos têm sido historicamente localizados na interseção de saberes acadêmicos de diferentes origens. Essa condição explica o interesse inicial em interrogar o vínculo poder/conhecimento e as desigualdades nos fluxos de ideias, teorias, conceitos e argumentos. Muito antes de essas questões ganharem atenção no Ocidente ou ganharem força em recentes apelos à descolonização do pensamento (Moyo, 2020; Mutua et al., 2022), os estudos latino-americanos já confrontavam esses temas, questionando as condições da produção de conhecimento no cruzamento de tradições epistemológicas e políticas. De fato, a preocupação com a autenticidade e a “dependência” do conhecimento está na sua origem enquanto campo intelectual. Desde os primórdios, perguntas sobre a relevância de teorias e argumentos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, os vínculos entre conhecimento, poder e posição global, a necessidade de um pensamento original e nativo em sintonia com problemas particulares à região e correntes de pensamento locais e regionais percorrem a história



Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?

intelectual dos estudos de comunicação. Essas posições surgiram no contexto da influência e da crítica ao pensamento desenvolvimentista (especialmente na América Latina) durante o pós-guerra, assim como em diálogo com literaturas e processos políticos e sociais imbuídos de posições críticas ao imperialismo e literaturas anticolonialistas.

Essas dinâmicas explicam a longa história de ideias e questionamentos sobre a descolonização intelectual e acadêmica, o problema da violência epistêmica e a urgência de descentralizar e indigenizar o conhecimento. Esses temas não são estritamente novos na região, mas têm sido questões essenciais na genealogia do campo. Antecede o momento atual de prestar atenção em outras regiões do mundo sob o rótulo de descolonização, dinamizado pelo multiculturalismo e pelos movimentos identitários, e as demandas de confronto do legado histórico de epistemologias racistas em sociedades como Estados Unidos, Índia, África do Sul (Oyedemi, 2020) e Austrália.

De fato, o argumento de que universidades do Sul Global adotaram estruturas ocidentais de ensino e pesquisa *tout court* não se aplica estritamente ao âmbito latino-americano. Tanto as escolas quanto os programas acadêmicos refletiram forças em várias direções entre perspectivas locais, regionais e internacionais/ocidentais. Não foram nem réplicas perfeitas de tipo ideal de formação ocidental nem foram “descolonizados” absolutamente; foram espaços de competência de uma variedade de olhares teóricos e enfoques epistemológicos. Essas questões e demandas articularam esforços para desenvolver um pensamento “latino-americano” muito antes de argumentos sobre a importância de cultivar uma “teoria do Sul” (Comaroff & Comaroff, 2012) e os “encontros com teorias ocidentais” (Jin, 2021; Keightley et al., 2023) ganharem notoriedade no Norte Global.

Esses impulsos se manifestaram em uma série de debates recorrentes: o forte ceticismo e a crítica ao positivismo, ao funcionalismo e ao psicologismo dominantes na antiga tradição norte-americana de comunicação; as culturas populares e a comunicação na periferia; a integração de posturas críticas europeias com as realidades e os movimentos autóctones. É importante ressaltar que não houve uma oposição direta às ideias ocidentais, mas processos seletivos, com debates complexos, inspirados por posturas que vão da hibridação intelectual até o essencialismo e o nativismo do pensamento local. As ideias estrangeiras vêm causando atração e repulsa, integração e rejeição. Para cada exemplo de rejeição de ideias ocidentais (por exemplo, a comunicação para o desenvolvimento de inspiração modernista, abordagens “informativistas”), há exemplos de enorme afeição por teorias de outro cunho (a semiótica, a economia política marxista, o estruturalismo de aparelhos ideológicos do Estado). A recepção das “teorias

viajantes”, no sentido dado por Edward Said, foi diversa e dinâmica. Não houve uma simples importação transnacional ou uma crítica altruísta em nome da autenticidade intelectual.

MUDANÇAS E INÉRCIA

A globalização contemporânea dos estudos de comunicação gera oportunidades para o compartilhamento de conhecimento, a colaboração, os trabalhos comparativos e a aprendizagem mútua. Abundam experiências frutíferas e inovadoras que ilustram o potencial e as contribuições da globalização. Elas estimulam a desestabilização de certo provincialismo que privilegia o local em vez do interesse pelo conhecimento de diferentes fronteiras geográficas, culturais e políticas, ou em referência a questões que transcendem o cenário nacional. A globalização nos lembra que devemos ser cautelosos diante de generalizações, e posições universalistas que assumem certas ideias, teorias e conceitos são aplicáveis para além de diferenças epistemológicas e contextuais. Ela nos convida a ser modestos e a refletir sobre os limites do conhecimento.

Estudos recentes confirmam a existência de profundas desigualdades e da hegemonia da academia do Norte Global. Há uma predominância de tradições, interesses temáticos, teorias e pesquisas do Norte Global, seja em publicações, referências ou corpos editoriais de periódicos (Albuquerque et al., 2020). O lugar preponderante do inglês como *língua franca* na academia global coroa a posição dominante de acadêmicos, perspectivas e temas de universidades norte-americanas e europeias (Suzina, 2021). Números desproporcionais de pesquisadores ocidentais, especialmente homens, como autores de artigos em periódicos acadêmicos líderes (Trepte & Loths, 2020) se refletem nas expectativas de referenciar a literatura norte-americana para justificar a importância de questões de pesquisa e quadros analíticos em diferentes países (Chan et al., 2021). Essas tendências mostram a constante marginalização e invisibilidade de acadêmicos e dos “estudos do Sul” (Ganter & Ortega, 2019; Kozman, 2021; Mitchelstein & Boczkowski, 2021; Willems, 2021; Zeng & Chan, 2023).

Para entender essa situação, deve-se analisar a estrutura institucional que mantém a globalização dos estudos de comunicação. É uma arquitetura institucional, em grande medida, originalmente estabelecida nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Funciona como uma plataforma global, mas é fabricada com peças de origem ocidental. Isso se reflete em aspectos-chave. Os quadros conceituais e teóricos, bem como a base empírica; as universidades, os periódicos e as organizações profissionais mais proeminentes; a enorme capacidade de produção, financiamento e redes profissionais nesses países são significativamente



Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?

maiores do que em outras partes do mundo. Isso consiste em uma infraestrutura de publicação essencialmente controlada por corporações com sede no Norte Global que obtêm enormes rendimentos do trabalho (em grande parte, sem remuneração) de acadêmicos de todo o mundo (Collyer, 2018).

Dadas essas condições, não é surpresa que a globalização tenha um rosto nitidamente ocidental. A academia talvez tenha uma retórica, um imaginário e uma ambição mundial, mas fala com um forte sotaque de alguns poucos países. É mais internacional do que realmente global, uma vez que é construída sobre a expansão de instituições originalmente construídas para apoiar o trabalho de acadêmicos no Norte Global. A academia globalizada reflete a desigualdade histórica das condições do trabalho acadêmico e da circulação mundial de ideias. Não se desenvolve em estruturas construídas *ex nihilo*, com uma visão realmente inclusiva e equitativa, ou com poder igualmente distribuído. Pelo contrário, é produzida fundamentalmente dentro do contexto de estruturas anteriores e novas instituições (como periódicos acadêmicos e conferências) com sede principalmente no Norte Global, em processo de adaptação às demandas e às necessidades da globalização.

É importante destacar indícios de abertura e inclusão do Sul Global: a crescente incorporação de pesquisadoras do Sul Global em corpos editoriais de periódicos e publicações; o ligeiro aumento da quantidade de artigos em periódicos que lideram rankings mundiais; números especiais de publicações sobre a desocidentalização dos estudos de comunicação; a tradução parcial ou completa de artigos e resumos em outros idiomas; e a crescente diversidade nacional e institucional de associações profissionais e conferências dos Estados Unidos e da Europa. Essas inovações refletem uma maior consciência sobre a necessidade de abrir as estruturas institucionais a vários olhares e tradições acadêmicas, dinamizada em grande parte pelo esforço e pelas demandas de acadêmicos interessados em expandir a presença do Sul Global.

Seria errado pensar que esses avanços são puramente superficiais. A ordem atual não é idêntica à vigente décadas atrás no Norte Global, que era mais homogênea e com espaços mínimos para vozes do Sul Global e perspectivas críticas sobre poder e conhecimento no fluxo de ideias acadêmicas. Hoje existem canais para debater os pontos cegos da globalização, garantir maior representação e reconhecimento, e expressar a crítica à falta de consciência e interesse em enfrentar as desigualdades persistentes.

Essas mudanças são importantes, mas insuficientes. A frustração e o descontentamento com a situação atual persistem em razão de dívidas pendentes e insistentes obstáculos. A diversificação tem limites sensíveis, dadas as desigualdades estruturais. A situação básica permanece inalterada

– disparidades de recursos destinados a financiamento de pesquisa, laços profissionais e pessoais com redes mundiais estabelecidas no Norte Global, e a procedência histórica do aparelho institucional vigente. Isso explica por que os estudos “globais” de comunicação conservam um nítido rosto ocidental. Questões globais aparecem, mas em um plano diferente, como se fossem áreas de especialidade, em edições de periódicos e painéis ou séries editoriais específicas. A marginalização é real em razão da falta de priorização, das carências, das posturas simplesmente simbólicas e do esquecimento (Makoni & Masters, 2021).

Essa condição é palpável para acadêmicos com interesse em tópicos e perspectivas fora da academia “ocidental”, especialmente para aqueles que têm interesse em tópicos do Sul Global e trabalham, lá e cá, de culturas acadêmicas distintas e redes internacionais. Enfrentamos desvantagens próprias de trabalhar em um sistema direcionado principalmente ao Norte Global em vez de ao mundo, que conserva uma maior sintonia com interesses domésticos do que com uma visão global da academia. A estrutura institucional continua a ser fortemente direcionada a questões nacionais e, no caso europeu, também regionais. Jogamos como visitantes apesar de sermos “estranhos íntimos” (Ritivoi, 2014) em virtude da nossa estreita familiaridade com a academia ocidental, produto da situação de acadêmicos-imigrantes por formação e ocasionais estadias de trabalho. Não é exagero usar a analogia esportiva, para além de existirem diferenças dentro da enorme categoria de acadêmicos de origem no Sul Global e/ou com interesse em temáticas não ocidentais. Jogamos com as mesmas expectativas de culturas acadêmicas, mas as condições são diferentes.

Há uma série de regras (in)visíveis de treinamento e comunicação acadêmica “oficial” a ser seguidas. Falar, escrever e apresentar em inglês (segunda ou terceira língua); aderir a culturas acadêmicas de pesquisa e redação aceitas por órgãos financiadores e editores de publicações; explicar a relevância de temas locais/regionais de pesquisa a colegas do Norte Global (situação que geralmente não é recíproca). Obviamente, nós que somos formados e estamos estabelecidos na academia do Norte Global temos uma vantagem em termos de proximidade de conhecimento e presença geográfica. A situação é visivelmente mais complicada e difícil para colegas do Sul Global com conexões fracas ou mínimas com a academia do Norte Global; eles vão enfrentar uma série de obstáculos se tiverem interesse em participar ativamente da academia “global”.

A explicação para essa lenta transição e letargia institucional é relativamente direta. No Norte Global, perduram incentivos nacionais e regionais para pesquisa (financiamento), publicação (plataformas) e reconhecimento (citações bibliográficas, prêmios). Nessas condições, o principal atrativo continua sendo



Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?

produzir conhecimento em sintonia com acontecimentos e preocupações nacionais (e regionais, no caso europeu) que influenciam tanto a agenda acadêmica quanto a dos órgãos financiadores.

O enorme circuito acadêmico ocidental, pródigo em recursos e com ativas redes profissionais de colaboração, funciona relativamente bem para a maioria de seus membros. Não há motivos urgentes para que mude. Não está em crise ou em situação desesperadora que exija atenção e perspectivas diferentes. Serve perfeitamente às necessidades de formação e desenvolvimento profissional e intelectual. Portanto, não há motivações para modificar radicalmente a estrutura vigente. Existem dezenas de projetos internacionais e comparativos que mostram justamente a importância de colocar questões comuns globais e perspectivas integradoras no centro. No entanto, as estruturas e o sistema de incentivos não estão fundamentados na inclusão do Sul Global, no reconhecimento de diferenças de âmbito global ou na importância do diálogo acadêmico global. Há espaços para essas questões, mas são limitados em comparação a perspectivas e temáticas dominantes da academia norte-americana ou europeia, próprios de situações locais e nacionais.

As condições são diferentes no Sul Global, onde a academia foi historicamente exposta ao conhecimento acadêmico do Norte Global e, mais limitadamente, a certas correntes de pensamento e pesquisa. Nem a internacionalização nem a globalização intelectual foram opções ou demandas propriamente ditas, mas aspectos imersos na circulação de ideias nas universidades e na esfera pública. O simples fato de estudar ou trabalhar em um estudo de comunicação ou disciplinas adjacentes automaticamente permite uma familiaridade com ideias ocidentais ou, pelo menos, com um núcleo de universidades e países. A internacionalização e a globalização têm sido constitutivas e obrigatórias mais do que desenvolvimentos recentes, possibilidades de trajetória intelectual ou áreas de especialização.

Em vista de avanços e desigualdades constantes, é preciso questionar quais ações são necessárias. Não é fácil desviar o rumo do imenso transatlântico de fabricação norte-americano-europeu ocidental que funciona como infraestrutura da academia globalizada. Enquanto não houver mudanças estruturais, será difícil imaginar maior horizontalização e inclusão, entretanto, as instituições refletem a proximidade e o domínio de agendas ocidentais. Alcançar maior igualdade de condições exige mudanças fundamentais em estruturas de poder – algo semelhante à emergência de um contrapoder com capacidade institucional e financeira para ganhar e disputar terreno ou construir redes paralelas baseadas em princípios diferentes. Vale a pena explorar essas possibilidades, mesmo que sejam logisticamente complicadas.

A DESOCIDENTALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO

Sem mudanças profundas, é difícil pensar na existência de uma revolução intelectual *online* com a proposta de desocidentalizar e/ou descolonizar o pensamento em comunicação.

A desocidentalização visa uma modificação da epistemologia dominante – uma revisão e atitude crítica em relação ao conhecimento recebido principalmente de uma base empírica e quadros analíticos limitados a uma parte do mundo. Como processo de crítica e criação, é vital para cultivar uma perspectiva cosmopolita (Waisbord, 2022), aberta e curiosa por uma enorme variedade de abordagens e interesses, consciente de hierarquias e direcionada a problemas teóricos e questões comparativas. A descolonização parte do diagnóstico de que as desigualdades da academia global estão enraizadas na história do colonialismo intelectual como elemento integral do expansionismo ocidental de exploração do Sul Global. O colonialismo implica o domínio do conhecimento por meio da imposição de epistemologias e visões ocidentais. Ele enfatiza as relações de poder e o papel da violência como domínio social. Enxerga as instituições acadêmicas como engrenagens de transmissão e imposição intelectual.

A desocidentalização é um movimento intelectual difuso, com múltiplas faces, caracterizado por críticas às premissas e às ambições do conhecimento acadêmico centrado no Ocidente. É um processo multifacetado que exige mudanças no objeto de estudo, nas evidências, nos enquadramentos de análise e nas culturas acadêmicas (Waisbord & Mellado, 2014). Ela exige que a academia ocidental explore e questione seus pontos cegos, se abra aos estudos globais e convoca a academia do Sul Global a desenvolver e fortalecer um pensamento único, original, crítico às relações globais de poder. Denuncia as desigualdades na academia globalizada, a hegemonia constante e as aspirações universalistas das perspectivas ocidentais, o fluxo global unidirecional de ideias acadêmicas e o limitado ou nulo interesse da academia no Norte Global por ideias e debates do Sul Global. Em sua variante que defende a descolonização do conhecimento, acusa a academia ocidental de epistemicídio. A desocidentalização tem como objetivo não simplesmente assegurar espaços de presença e debate, mas também questionar o conhecimento recebido, produzido e herdado de condições históricas de produção. Ela aspira a uma verdadeira revolução intelectual, mais do que a atos simbólicos de garantir espaços.

Infelizmente, o argumento que apela à “desocidentalização” do conhecimento global corre o risco de se tornar uma área de interesse específica, um nicho de especialização, em vez de uma posição ou uma sensibilidade intelectual que permeie diferentes áreas de pesquisa e convide ao diálogo entre diferentes epistemologias. Essa dinâmica pode ser atribuída a dois fatores.



Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?

Numa época de pluralismo epistemológico e ontológico, não há um centro claro, definido, estático, a modificar. Os estudos de comunicação abrangem uma longa lista de regiões, distritos e comunidades de interesse dispersas, sem foco teórico ou cânone compartilhado. Portanto, qualquer mudança ambiciosa como a desocidentalização exige um trabalho paciente, de longo prazo e em várias frentes. Existem redes mantidas por um sistema de financiamento da pesquisa e afiliação institucional das principais universidades do mundo.

Outro fator que afeta a desocidentalização é a curiosidade limitada pelo pluralismo e pela abertura a diferentes tradições intelectuais. Isso implica mudanças nas raízes da formação e do trabalho, onde se valorize e estimule uma mentalidade cosmopolita que incentive o reconhecimento, a compreensão e o apreço por correntes intelectuais de diferentes procedências.

O projeto de desocidentalizar colide com dinâmicas locais e regionais no Norte Global que conservam enorme peso e contrariam os impulsos para uma maior globalização intelectual. É uma aspiração legítima, mas precisa ser acompanhada de condições institucionais propícias. Apelar unicamente ao seu suposto poder persuasivo é insuficiente na medida em que não está em sintonia com os fatores que perpetuam epistemologias baseadas nos fundamentos existentes. Mudar a estrutura dominante com evidentes feições ocidentais não é uma tarefa simples pelas razões já aqui discutidas. Certamente, abrir perspectivas e garantir reconhecimento em um sistema construído e mantido para dentro (Schöpf, 2020) é um desafio fenomenal, posto que implica mudar o centro de gravitação institucional global dos estudos de comunicação – periódicos, associações profissionais, conferências, currículos, escolas e universidades. Isso equivale a uma autêntica revolução na produção e na circulação do conhecimento, a reformas estruturais e mudanças significativas na orientação das culturas acadêmicas.

O QUE FAZER?

Diante dessa situação, é necessária uma visão compreensiva em busca de uma academia global, cosmopolita, desocidentalizada, que questione as condições históricas e presentes do centrismo e o colonialismo epistêmico. Essa visão busca priorizar a integração sobre a exclusão, a diferença sobre a homogeneidade, o nivelamento de oportunidades diante das desigualdades e o reconhecimento sobre a invisibilidade, o silenciamento e a ausência de perspectivas do Sul Global (ver Willems, 2021). Enquanto os problemas constantes forem concebidos como “marginais” ou demandas particulares de certos grupos, será difícil pensar em mudanças radicais.

Não é um problema que se resolve simplesmente com números especiais de periódicos, painéis dedicados a esse tema em conferências internacionais ou nomeação de pesquisadores do Sul Global em corpos editoriais, por mais que essas iniciativas tenham valor e sejam passos importantes. Trata-se de uma limitação estrutural, que exige trabalho compartilhado e atenção constante. Não é algo que se resolve com cotas de representação, porque os problemas estão enraizados em estruturas viradas para outra direção.

Além disso, é importante considerar que a crítica em si não é suficiente, ainda que seja necessária para demonstrar áreas cegas do ocidental-centrismo, as diferentes formas de exclusões e desigualdades, e a perpetuação de estruturas de poder. É preciso convocar ações conjuntas em várias direções e instâncias, e reconhecer que os obstáculos estão fundamentados em desigualdades econômicas e políticas, assim como as disposições intelectuais como o dogmatismo, o essencialismo e a falta de curiosidade.

Embora muito tenha sido discutido sobre as deficiências do sistema atual, não temos um roteiro claro para “as epistemologias do Sul” na academia globalizada ou sobre como transcender opções binárias problemáticas entre a academia do Norte e a do Sul Global (“produção de teoria” vs. “áreas de especialização geográfica”). Sabemos intuitivamente o que fazer nas condições dominantes, por mais que se careça de abundante documentação que considere e examine o impacto de numerosas ações e esforços em curso.

Um ponto de partida é reconhecer que as oportunidades são extremamente variadas. A globalização acadêmica existe em inúmeros sites (associações, publicações, universidades, projetos de pesquisa), próprios da balcanização da comunicação como pós-disciplina (Waisbord, 2019). Existem áreas temáticas inclinadas a incluir diferentes epistemologias, como pesquisa sobre jornalismo e migração (Fengler et al., 2022), culturas transnacionais, trabalho criativo (Alacovska & Gill, 2019) e políticas públicas/plataformas digitais. Por outro lado, outras áreas, como comunicação política (Vaccari, 2022), comunicação organizacional (Vásquez, 2019) e abordagens computacionais (Yi & Zhang, 2023), permanecem solidamente direcionadas a estudos e perspectivas centradas nos Estados Unidos e em países europeus, com limitada representação e participação do Sul Global. De modo semelhante, há linhas e projetos particulares com caráter global e comparativo elaborados justamente para facilitar e cultivar perspectivas globalizadas. Portanto, é errado supor que as oportunidades de diversificação de culturas acadêmicas e reconhecimento de estudo do Sul Global (incluindo a América Latina) sejam semelhantes em universidades, associações profissionais, publicações, órgãos de financiamento e projetos de pesquisa.



Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?

Outra questão a enfatizar é o leque de posicionamentos possíveis diante da situação descrita. Os posicionamentos variam do ceticismo absoluto ao otimismo e devem ser compreendidos em contextos específicos. As opções podem ser compreendidas em termos de “saída” ou “voz”, no sentido dado pelo economista Albert Hirschman (1977). “Saída” implica não se envolver em instituições acadêmicas “centrais” da globalização e preferir se envolver em outros espaços que possam ser mais receptivos a epistemologias do Sul. “Voz” diz respeito a participar de instituições globais com o objetivo de agregar presença e reconhecimento.

Da mesma forma, a posição de produção e a afiliação institucional de pesquisadores/as em universidades e países provavelmente influenciam opções e decisões. “Saída” não é uma opção fácil para acadêmicos do Norte Global, por mais que estejam frustrados e desencantados, ao passo que a participação em instituições globais é imprescindível para suas carreiras acadêmicas. “Voz” é uma opção obrigatória para acadêmicos do Sul Global cujas universidades e escolas exigem, incentivam e/ou premiam membros, publicações e apresentações em instituições globais. Além disso, as opções variam de acordo com a formação no Norte Global e o conforto em relação à produção em inglês e dentro das tradições existentes. As credenciais de universidades do Norte Global são influentes em termos de estimular e expandir a presença de acadêmicos e sua produção intelectual em circuitos internacionais (Demeter, 2019).

QUESTIONAR A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS LATINO-AMERICANOS DE COMUNICAÇÃO

Considerando os desafios atuais, é necessário questionar-se sobre as contribuições contemporâneas dos estudos latino-americanos de comunicação para a academia global. Com ampla justificativa, a região exibe com orgulho uma tradição de contribuições originais em temas como os estudos sobre a comunicação participativa, as complexas relações entre comunicação e cultura, e a comunicação popular.

Com essa tradição de pano de fundo, cabe questionar como ganhar espaços e fazer contribuições particulares na academia global, considerando a ampla agenda de pesquisa na região. Fazer-se essa pergunta não tem como objetivo identificar ou debater os méritos de pesquisas particulares, o que facilmente se torna uma questão de preferências pessoais sobre qualidade e originalidade. A intenção é outra: entender mais amplamente como contribuir com discussões globais a partir da pesquisa na e sobre a América Latina. Podemos estar convencidos da importância de “Ler o Sul”, mas por que a academia global deveria

ler trabalhos sobre a América Latina? Quais são as contribuições em termos analíticos e temas de trabalho? Como ser relevante em uma vasta e polifônica pós-disciplina, fragmentada em uma série de linhas de pesquisa? Existem inovações conceituais, teóricas e metodológicas únicas? Quais são as carências e os pontos cegos da academia global que são inteligíveis à luz da produção latino-americana? O que trazemos de original em termos de objetos de estudo, perspectivas teóricas, bagagem conceitual, inovações metodológicas?

Debater essas questões é importante para posicionar nosso trabalho, individual e coletivamente. Reivindicar a necessidade de acadêmicos do Norte Global conhecerem e incluírem a produção do Sul Global dificilmente modificará padrões estabelecidos se não for acompanhada de argumentos contundentes.

Pode-se argumentar, com alguma razão, que essa orientação e esses questionamentos sobre a relevância global são injustas e que demonstram, precisamente, parâmetros desiguais. Eles não são preocupações para o coração da academia ocidental. Lamentavelmente, as mesmas regras (e questões) não se aplicam à produção acadêmica de diversas regiões, justamente devido à situação de domínio histórico do Norte Global e à condição periférica da academia latino-americana. As condições de centralidade e privilégio global explicam tanto a premissa de suposta relevância de descobertas e conclusões quanto a ausência de autopercepção como uma contribuição particular e localizada para a academia global.

Indagar a relevância global da produção latino-americana é importante considerando a falta de curiosidade e a indiferença para com a academia do Sul Global. Essa atitude é tão problemática quanto o antagonismo furioso. De fato, raramente são ouvidos argumentos abertos a favor da exclusão ou da compartimentalização do conhecimento e do trabalho acadêmico, ou um apelo para redobrar o provincialismo acadêmico. A atitude comum não é de hostilidade aberta e furiosa ou de críticas sobre a qualidade da produção. Por outro lado, o desinteresse e a marginalização silenciosa são mais comuns do que possíveis divergências ou debates entre posições diferentes.

Seria possível pensar, com alguma razão, que a desocidentalização/descolonização não é unicamente um projeto para ganhar espaço na academia global: fundamentalmente, é um chamado a despertar a atenção e a estimular o interesse – isto é, apelar, inicialmente, a virtudes essenciais da curiosidade na academia, longamente louvadas no pensamento ocidental como características humanas essenciais. Aristóteles observou que “nada é melhor do que ser curioso”; segundo David Hume, curiosidade é “amor pela verdade”. No entanto, dificilmente se avança apenas recorrendo a determinadas disposições ou virtudes intelectuais. Não é uma simples questão de atitudes individuais ou posições



Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?

nobres em abstrato, mas de decisões e perspectivas enraizadas em dinâmicas de poder e estruturas institucionais.

Dadas essas condições, a falta de curiosidade por visões e epistemologias alternativas não é uma falha da imaginação individual, mas deve ser compreendida como sintoma da ordem de poder vigente (Zurn, 2021). Para recordar o óbvio: quem detém o poder não está exatamente disposto a ser curioso pelos lugares ocultos do poder, a reconhecer e admitir que questões básicas devem ser revisadas ou concordar sobre a necessidade de valorizar e incluir perspectivas marginalizadas. Não há inclinação natural para examinar com entusiasmo a tradição anterior e as posições atuais. Por mais que o pensamento crítico e a curiosidade sejam o *grand recit* da academia global, o poder articula e limita a receptividade a ideias diferentes e pungentes.

Michel Foucault (1988) observou: “a curiosidade evoca ‘preocupação’; evoca o cuidado com o que existe e poderia existir; uma disposição de achar estranho e singular o que nos rodeia; uma certa diligência para romper com nossas familiaridades e para considerar de outro modo as mesmas coisas; um fervor para captar o que acontece e o que é; um sentido de acidentalidade a respeito das hierarquias tradicionais quanto ao que é importante e o que é essencial. Eu sonho com uma nova era de curiosidade.” Curiosidade e crítica são mais do que uma simples vontade ou atitude. Demandam canais de comunicação e ação abertos e ativos, ligados a decisões que afetam questões estruturais. Devem-se proporcionar oportunidades de compartilhamento para entender obstáculos, identificar possibilidades e avaliar resultados, entendendo que a curiosidade é uma atitude política na medida em que está ligada a questões de autoridade, poder e instituições.

Atender e entender as ligações entre poder e conhecimento são tarefas imprescindíveis. São um tônico para a memória que nos lembra que a cooperação, a crítica e a curiosidade como virtudes acadêmicas convivem em permanente tensão com outras disposições, menos virtuosas – a disputa pelo poder, a competição e a vaidade. Essas características menos nobres carecem da retórica sedutora e inspiradora do imaginário acadêmico, mas são comuns e excessivamente humanas. Elas não devem ser negligenciadas no momento de entender as possibilidades de mudanças profundas rumo a uma academia global.

Por isso, é importante que a presença latino-americana em instituições internacionais – conferências, publicações, projetos de cooperação e outras instâncias – esteja consciente de sua relevância e suas contribuições. É importante entender as contribuições originais em “áreas de contato” da academia global para tópicos específicos de pesquisa, bagagem teórica, renovação conceitual, estruturas analíticas e inovações metodológicas. Caso contrário, é difícil pensar

em como linhas de pesquisa, por mais que sejam consideradas válidas e importantes em contextos locais e regionais, podem encontrar públicos em fóruns e instituições internacionais.

Nesse desafio, subjaz um tema vital na academia global: a posição crítica diante de conhecimentos, teorias, conclusões e conceitos baseados em contextos diferentes. A enorme quantidade de trabalhos acadêmicos, exceto estudos comparativos, está focada em estudos de caso de populações, instituições e fenômenos comunicativos locais. O fato de que teorias e conceitos baseados em contextos particulares adquirem circulação e referência global não significa necessariamente que sejam relevantes fora de seus contextos originários. Na verdade, esse é um aspecto central a ser determinado – se, de fato, os conceitos forem relevantes e as conclusões forem válidas quando diferentes variáveis e contextos entrarem em jogo.

MAPA DE AÇÕES

Tendo em vista essas considerações, proponho um mapa de ações. Sugiro três rotas de ação que se complementam: consolidar espaços de reconhecimento e apoio; cultivar redes de colaboração e pesquisa com perspectivas comparativas e integradoras; e participar de espaços compartilhados (corpos editoriais, liderança de associações, avaliações/críticas de trabalhos e propostas).

Uma série de ações deve contribuir para *consolidar espaços de reconhecimento e apoio*. É necessário participar de diferentes plataformas, organizações e redes para afirmar a presença de acadêmicos e trabalhos do Sul Global. Seja em instituições do Sul Global ou dos Estados Unidos e da Europa, essas oportunidades costumam ser fundamentalmente momentos de encontro e autorreconhecimento para aqueles que compartilham perspectivas desocidentalizantes. São oportunidades para aprender e debater temas e interesses comuns entre aqueles que já estão alertas e/ou convencidos da importância do trabalho em países e regiões do Sul Global. Elas se concretizam em painéis de conferências, edições especiais de periódicos, séries “geográficas” de editoras e outros espaços. São formas essenciais de trabalho e compartilhamento acadêmico para o desenvolvimento profissional. Obviamente, essas oportunidades, especialmente se vinculadas a instituições do Norte Global, nem sempre estão ao alcance da maioria dos acadêmicos (Ekdale et al., 2022). Questões como o idioma de publicações e de apresentações, disponibilidade de recursos, incentivos universitários, facilidades para obter vistos de entrada em certos países (e participar de conferências ou grupos de trabalho), expectativas sobre produção intelectual e conexões com redes profissionais são fatores que afetam a participação nesses espaços. Um



Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?

desafio é justamente resolver esses problemas básicos para garantir presença e diversidade em múltiplos espaços.

Outras ações necessárias são participar de *redes de colaboração e pesquisa com perspectivas internacionais, comparadas e integradoras*. Esses projetos são lugares propícios não somente para afirmar presença, mas também para demonstrar perspectivas cosmopolitas em ação, interessadas em problemas teóricos e normativos, inclusivas quanto a ontologias e enfoques metodológicos. Contribuem para conhecer colegas e instituições, facilitar a comunicação, desenvolver iniciativas comuns, somar diferentes habilidades e experiências, e conseguir apoios.

Por fim, outras ações devem *visar fortalecer presença e liderança* em estruturas globais. É importante construir e consolidar espaços regionais e de compartilhamento Sul-Sul/Sul-Norte dentro das instituições globais, sejam associações profissionais ou periódicos. Sem uma contraoferta institucional global, com recursos para manter redes alternativas, não restam muitas possibilidades além de afirmar a presença em espaços dentro da academia global. Embora as redes geolinguísticas de pesquisa sejam fundamentais pelas razões já mencionadas, é importante também participar de espaços situados no cruzamento de diferentes tradições e culturas acadêmicas. Dificilmente essa presença resolve de uma só vez estruturas político-econômicas e desigualdades globais. No entanto, tem o potencial de contribuir para mudanças significativas ao abrir oportunidades de colaboração, discutir deficiências das instituições dominantes e manter a atenção sobre a importância da diversificação, reconhecimento e compartilhamento de diferentes epistemologias.

É importante ir além do simples “cotismo” de formas convencionais de participação, que relegam enfoques do Sul Global a espaços dedicados ou limitados e costumam contar principalmente com a atenção e apresentação do “clã” – aqueles que já conhecem e estão convencidos da importância dessas iniciativas e abordagens. É vital ir além de conversas consanguíneas entre acadêmicos que pensam de forma semelhante sobre essas questões. A participação deve ser incentivada em espaços heterogêneos e amplos, dentro e fora de áreas de especialização.

PERGUNTAS DESCONFORTÁVEIS E DISPOSIÇÕES INTELECTUAIS

As propostas sugeridas não assumem que os desafios sejam simples. Mudar o centro de gravidade da academia global envolve enfrentar as desigualdades estruturais. Não é uma questão simplesmente de estimular o diálogo e abrir o pensamento às epistemologias do Sul Global.

A desocidentalização é *um projeto essencialmente político*, que questiona e critica as relações de poder e conhecimento existentes. Ela provoca reflexões sobre as próprias bases e os limites da produção acadêmica. Convoca a repensar a relevância de ideias produzidas em contextos particulares e culturas acadêmicas determinadas. Revisa premissas epistemológicas essenciais. Lança um olhar cético sobre a suposta universalidade dos argumentos. Questiona a aplicabilidade de ideias a situações diferentes. Formula perguntas fundamentais: qual é a origem de questões, teorias e metodologias? Sobre quais evidências são tiradas conclusões? Qual é a população estudada? Qual é a posição a partir da qual se testa e se defende uma hipótese? Qual é o papel dos processos históricos e culturais? Os argumentos são aplicáveis a outros contextos? O que se perde de vista com determinadas lentes analíticas, produto de formação acadêmica específica e condições de conhecimento particulares?

Essas perguntas são provocações justificadas que geram desconforto. Elas nem sempre encontram uma recepção calorosa, com tapete vermelho acolchoado e aperitivos de boas-vindas. Além de adotar um tom combativo ou dialogista, questionar o centrismo e a hegemonia intelectual na academia global inevitavelmente leva a discussões difíceis. Denuncia ideias fetichistas que cativam certas tribos acadêmicas. Convida a conversar com posições céticas e críticas a conhecimentos acumulados e canônicos no Norte Global. Tenta tirar o conhecimento de suas certezas e fundamentos. Disputa afirmações sobre autoridade e legitimidade em qualquer disciplina, campo ou área de especialização. Desnaturaliza aspectos habituais da academia global – o uso do inglês, as culturas sobre excelência acadêmica, literaturas canônicas em diferentes áreas de especialização. Obriga a olhar-se no espelho e pensar o que nem sempre foi pensado.

Enfrentar as desigualdades da academia global é um empreendimento ambicioso e necessário: assegurar a inclusão de temas e epistemologias diferentes, maiores condições de igualdade e oportunidades, cultivar perspectivas transnacionais, aliviar as enormes disparidades de financiamento de pesquisa e de oportunidades de publicação. Os obstáculos são evidentes, embora indiscerníveis como um papel de parede. Eles estão integrados na própria textura da academia global. Buscar possibilidades eficazes é fundamental para transformar o potencial da globalização acadêmica em contribuições duradouras para os estudos em comunicação. Exige humildade e curiosidade, crítica e colaboração, questionar e nivelar as condições atuais, cultivar sensibilidades cosmopolitas e promover interações entre diferentes epistemologias e culturas acadêmicas. ■



REFERÊNCIAS

- Alacovska, A., & Gill, R. (2019). De-westernizing creative labour studies: The informality of creative work from an ex-centric perspective. *International Journal of Cultural Studies*, 22(2), 195-212. <https://doi.org/10.1177/136787791882123>
- Albuquerque, A., Oliveira, T. M., Santos, M. A., Jr., & Albuquerque, S. O. F. (2020). Structural limits to the de-westernization of the communication field: The editorial board in Clarivate's JCR system. *Communication, Culture and Critique*, 13(2), 185-203. <https://doi.org/10.1093/ccc/tcaa015>
- Cannizzo, F., & Osbaldiston, N. (Eds.). (2019). *The social structures of global academia*. Routledge.
- Chan, M., Yi, J., Hu, P., & Kuznetsov, D. (2021). The politics of contextualization in communication research: Examining the discursive strategies of non-US research in communication journals. *International Journal of Communication*, 15, 5272-5294.
- Collyer, F. M. (2018). Global patterns in the publishing of academic knowledge: Global North, global South. *Current Sociology*, 66(1), 56-73. <https://doi.org/10.1177/00113921166800>
- Comaroff, J., & Comaroff, J. (2012, 25 de febrero). Theory from the South: A rejoinder. *The Johannesburg Salon*. <https://bit.ly/474PM84>
- Congressional Research Service. (2022). *Global research and development expenditures: Fact sheet*. <https://bit.ly/40s3LSU>
- Demeter, M. (2019). So far, yet so close: International career paths of communication scholars from the global south. *International Journal of Communication*, 13, 578-602.
- Ekdale, B., Biddle, K., Tully, M., Asuman, M., & Rinaldi, A. (2022). Global disparities in knowledge production within journalism studies: Are special issues the answer? *Journalism Studies*, 23(15), 1942-1961. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2022.2123846>
- Engel, F., & Becerra, M. (2018). Aquí y allá: (Re)situando a América Latina en la teoría de la comunicación internacional. *Communication Theory*, 28(2), 111-130.
- Fengler, S., Bastian, M., Brinkmann, J., Zappe, A. C., Tatah, V., Andindilile, M., Lengauer, M., Assefa, E., Chibita, M., Mbaine, A., Obonyo, L., Quashigah, T., Skleparis, D., Splendore, S., Tadesse, M., & Lengauer, M. (2022). Covering migration – in Africa and Europe: Results from a comparative analysis of 11 countries. *Journalism Practice*, 16(1), 140-160. <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1792333>

- Foucault, M. (1988). *Politics, philosophy, culture: Interviews and other writings (1977-1984)* (L. D. Kritzman, Ed.). Routledge.
- Fuentes-Navarro, R. (2016). Institutionalization and internationalization of the field of communication studies in Mexico and Latin America. In P. Simonson & D. Park (Eds.), *The international history of communication study* (pp. 325-345). Routledge.
- Ganter, S. A., & Ortega, F. (2019). The invisibility of Latin American scholarship in European media and communication studies: Challenges and opportunities of de-westernization and academic cosmopolitanism. *International Journal of Communication*, 13, 68-91.
- González-Samé, H., Romero-Rodríguez, L. M., & Aguaded, I. (2017). La investigación en comunicación en Latinoamérica: Una aproximación histórica (1950-2016). *Historia y Comunicación Social*, 22(2), 427-445. <https://doi.org/10.5209/HICS.57853>
- Heilbron, J. (2023). Making sense of globalizing social science. In D. Fassin & G. Steinmetz (Eds.), *The social sciences in the looking glass: Studies in the production of knowledge* (pp. 262-285). Duke University Press.
- Hirschman, A. O. (1977). *Salida, voz y lealtad: Respuestas al deterioro de empresas organizaciones y estado*. Fondo de Cultura Económica.
- Jin, D. Y. (2021). Encounters with Western media theory: Asian perspectives. *Media, Culture & Society*, 43(1), 150-157.
- Keightley, E., Li, E. C. Y., Natale, S., & Punathambekar, A. (2023). Encounters with Western media theory. *Media, Culture & Society*, 45(2), 406-412.
- Kozman, C. (2021). Reconceptualizing Arab media research: Moving from centrism toward inclusiveness and balance. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 98(1), 241-262.
- Makoni, S., & Masters, K. A. (2021). Decolonization and globalization in communication studies. *Oxford Research Encyclopedia of Communication*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.1152>
- Mitchelstein, E., & Boczkowski, P. J. (2021). What a special issue on Latin America teaches us about some key limitations in the field of digital journalism. *Digital Journalism*, 9(2), 130-135. <https://doi.org/10.1080/21670811.2021.1873813>
- Moyo, L. (2020). *The decolonial turn in media studies in Africa and the Global South*. Springer.
- Mutua, E. M., Musa, B. A., & Okigbo, C. (2022). (Re)visiting African communication scholarship: Critical perspectives on research and theory. *Review of Communication*, 22(1), 76-92.



Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?

- Oyedemi, T. (2020). (De)coloniality and South African academe. *Critical Studies in Education*, 61(4), 399-415.
- Ritivoi, A. D. (2014). *Intimate strangers: Arendt, Marcuse, Solzhenitsyn, and Said in American Political Discourse*. Columbia University Press.
- Schöpf, C. (2020). The coloniality of global knowledge production: Theorizing the mechanisms of academic dependency. *Social Transformations: Journal of the Global South*, 8(2), 5-46.
- Suzina, A. C. (2021). English as lingua franca. Or the sterilisation of scientific work. *Media, Culture & Society*, 43(1), 171-179.
- The ten leading countries in natural-sciences research. (2020, 29 de abril). *Nature*. <https://go.nature.com/47lDyHS>
- Trepte, S., & Loths, L. (2020). National and gender diversity in communication: A content analysis of six journals between 2006 and 2016. *Annals of the International Communication Association*, 44(4), 289-311. <https://doi.org/10.1080/23808985.2020.1804434>
- Vaccari, C. (2022). The international and post-disciplinary journey of political communication: Reflections on “Media-centric and politics-centric views of media and democracy: A longitudinal analysis of political communication and the international journal of press/politics”. *Political Communication*, 39(2), 286-290. <https://doi.org/10.1080/10584609.2021.1966599>
- Vasallo de Lopes, M. I., & Romancini, R. (2016). History of communication study in Brazil: The institutionalization of an interdisciplinary field. In P. Simoson & D. Park (Eds.), *The international history of communication study* (pp. 346-365). Routledge.
- Vásquez, C. (2019). De la (im)posibilidad de desprenderse: Relato de un intento fallido de desoccidentalizar la comunicación organizacional. *Organicom*, 16(30), 103-114.
- Waisbord, S. (2019). *Communication: A post-discipline*. Polity.
- Waisbord, S. (2022). What is next for de-westernizing communication studies? *Journal of Multicultural Discourses*, 17(1), 26-33. <https://doi.org/10.1080/17447143.2022.2041645>
- Waisbord, S., & Mellado, C. (2014). De-westernizing communication studies: A reassessment. *Communication Theory*, 24(4), 361-372. <https://doi.org/10.1111/comt.12044>
- Willems, W. (2021). Unearthing bundles of baffling silences: The entangled and racialized global histories of media and media studies. *History of Media Studies*, 1. <https://doi.org/10.32376/d895a0ea.52801916>

- Yi, J., & Zhang, W. J. (2023). Mapping the global flow of computational communication science scholars. *The Journal of International Communication*, 29(1), 144-171. <https://doi.org/10.1080/13216597.2022.2160780>
- Zeng, J., & Chan, C.-H. (2023). Envisioning a more inclusive future for digital journalism: A diversity audit of journalism studies (2013-2021). *Digital Journalism*, 11(4), 609-629. <https://doi.org/10.1080/21670811.2023.2182803>
- Zurn, P. (2021). *Curiosity and power: The politics of inquiry*. University of Minnesota Press.

Artigo recebido em 31 de julho de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.



PARECERISTAS

P





Lista de Pareceristas **novembro de 2022 a outubro de 2023**

Adriana Amaral - Universidade Paulista

Alberto Klein - Universidade Estadual de Londrina

Ana Carolina Escosteguy - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ana Regina Rêgo - Universidade Federal do Piauí

Ana Teresa Peixinho - Universidade de Coimbra

Anderson Lopes da Silva - Chulalongkorn University

Andrea Cristina Versuti - Universidade de Brasília

Andrea Limberto Leite - Universidade de São Paulo

Antonio Pacca Fatorelli - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Benjamim Picado - Universidade Federal Fluminense

Bruno Campanella - Universidade Federal Fluminense

Bruno Souza Leal - Universidade Federal de Minas Gerais

Bruno Tarin - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Camilla Quesada Tavares - Universidade Federal do Maranhão

Cecília Almeida Rodrigues Lima - Universidade Federal de Pernambuco

Cíntia Sanmartin Fernandes - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

DOI:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p319-324>

Claudia Nonato - Universidade de São Paulo

Claudia Peixoto de Moura - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Claudia Pereira - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Cristina Teixeira Vieira de Melo - Universidade Federal de Pernambuco

Daniela Osvald Ramos - Universidade de São Paulo

Dennis de Oliveira - Universidade de São Paulo

Eduardo Duarte Gomes da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Eduardo Vicente - Universidade de São Paulo

Eliza Bachega Casadei - Escola Superior de Propaganda e Marketing

Eneus Trindade Barreto Filho - Universidade de São Paulo

Erick Torrico - Universidad Andina Simón Bolívar

Estrela Serrano - Universidade NOVA de Lisboa

Eugênio Bucci - Universidade de São Paulo

Fabiana Quintana Dias - Universidade São Judas Tadeu

Fabio Fernandes - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Fábio Uchôa - Universidade Tuiuti do Paraná

Fabício Lopes da Silveira - Universidade Federal de Ouro Preto

Felipe Gue Martini - Centro Universitário da Serra Gaúcha

Fernando Llanos - Universidade Federal de Goiás

Fernanda Maurício da Silva - Universidade Federal de Minas Gerais

Fernando Moraes da Costa - Universidade Federal Fluminense

Fernando Oliveira Paulino - Universidade de Brasília

Flávia Cesarino - Universidade Federal de São Carlos

Florence Marie Dravet - Universidade Católica de Brasília

Francisco Elinaldo Teixeira - Universidade de Campinas

Francisco Rüdiger - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Gislene Silva - Universidade Federal de Santa Catarina

Graça Caldas - Universidade de Campinas

Guilherme Maia - Universidade Federal da Bahia

Guilherme Tosetto - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Guillermina Franco Álvarez - Universidad Carlos III de Madrid

Heloísa de Araújo Duarte Valente - Universidade Paulista

Ieda Tucherman - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Inês Sílvia Vitorino Sampaio - Universidade Federal do Ceará

Irene de Araujo Machado - Universidade de São Paulo

Isabel Ferin Cunha - Universidade de Coimbra

Jiani Adriana Bonin - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

João Vicente Ribas - Universidade de Passo Fundo

Jorge de La Barre - Universidade Federal Fluminense

Jorge Miklos - Universidade Paulista

José Carlos Marques - Universidade Estadual Paulista

José Luiz Aida Prado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Joêzer de Souza Mendonça - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Juliana Alcantara - Universidade de Coimbra

Juliana Gagliardi - Universidade Estadual de Rio de Janeiro

Juliano Maurício de Carvalho - Universidade Estadual Paulista

Laura Hastenpflug Wottrich Cougo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Laura Loguercio Canepa - Universidade Anhembi Morumbi

Leonardo Costa - Universidade Federal da Bahia

Leonardo de Marchi - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lia Fonseca Seixas - Universidade Federal da Bahia

Liliane Dutra Brignol - Universidade Federal de Santa Maria

Liziane Guazina - Universidade de Brasília

Lucas Zangirolami Bonetti - Universidade de São Paulo

Lucrécia d'Alessio Ferrara - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Luis Mauro Sá Martino - Faculdade Cásper Líbero

Luiz Roberto Alves - Universidade de São Paulo

Maia Immacolata de Vassallo Lopes - Universidade de São Paulo

Malena Segura Contrera - Universidade Paulista

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa - Universidade de São Paulo

Marcel Vieira Barreto Silva - Universidade Federal da Paraíba

Marcos Júlio Sergi - Universidade de Santo Amaro

Marcus Bastos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Maria Ângela Pavan - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mateus Araújo Silva - Universidade de São Paulo

Mauro Souza Ventura - Universidade Estadual Paulista

Micael Herschmann - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Moisés Sbardelotto - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Nadja Vladi Gumes - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Nísia Martins do Rosário - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Otávio Daros - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Pablo Moreno Fernandes - Universidade Federal de Minas Gerais

Paulo Roberto Nassar - Universidade de São Paulo

Pedro Henrique Varoni de Carvalho - Universidade Federal de São Carlos

Pedro Vinicius Asterito Lapera - Fundação Biblioteca Nacional

Rayza Sarmiento - Universidade Federal do Pará

Rejane de Oliveira Pozobon - Universidade Federal de Santa Maria

Rhayssa Fernandes Mendonça - Universidade Federal de Goiás

Ricardo Ferreira Freitas - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Roberta Pinto Medeiros - Universidade Federal do Rio Grande

Roberto Elísio dos Santos - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Rodrigo Fontanari - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rodrigo Ratier - Universidade de São Paulo

Rogério Ferraraz - Universidade Anhembi Morumbi

Ronaldo Helal - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Sharine Machado Cabral Melo - Fundação Nacional de Artes

Silvia Laurentiz - Universidade de São Paulo

Tatiana Giovannone Trivisani - Universidade Anhembi Morumbi

Tatiana Gonçalves Teixeira - Universidade Federal de Santa Catarina

Thales Vilela Lelo - Universidade de Brasília

Trine Syvertsen - Universitetet i Oslo

Valéria Maria Vilas Bôas - Universidade Federal de Sergipe

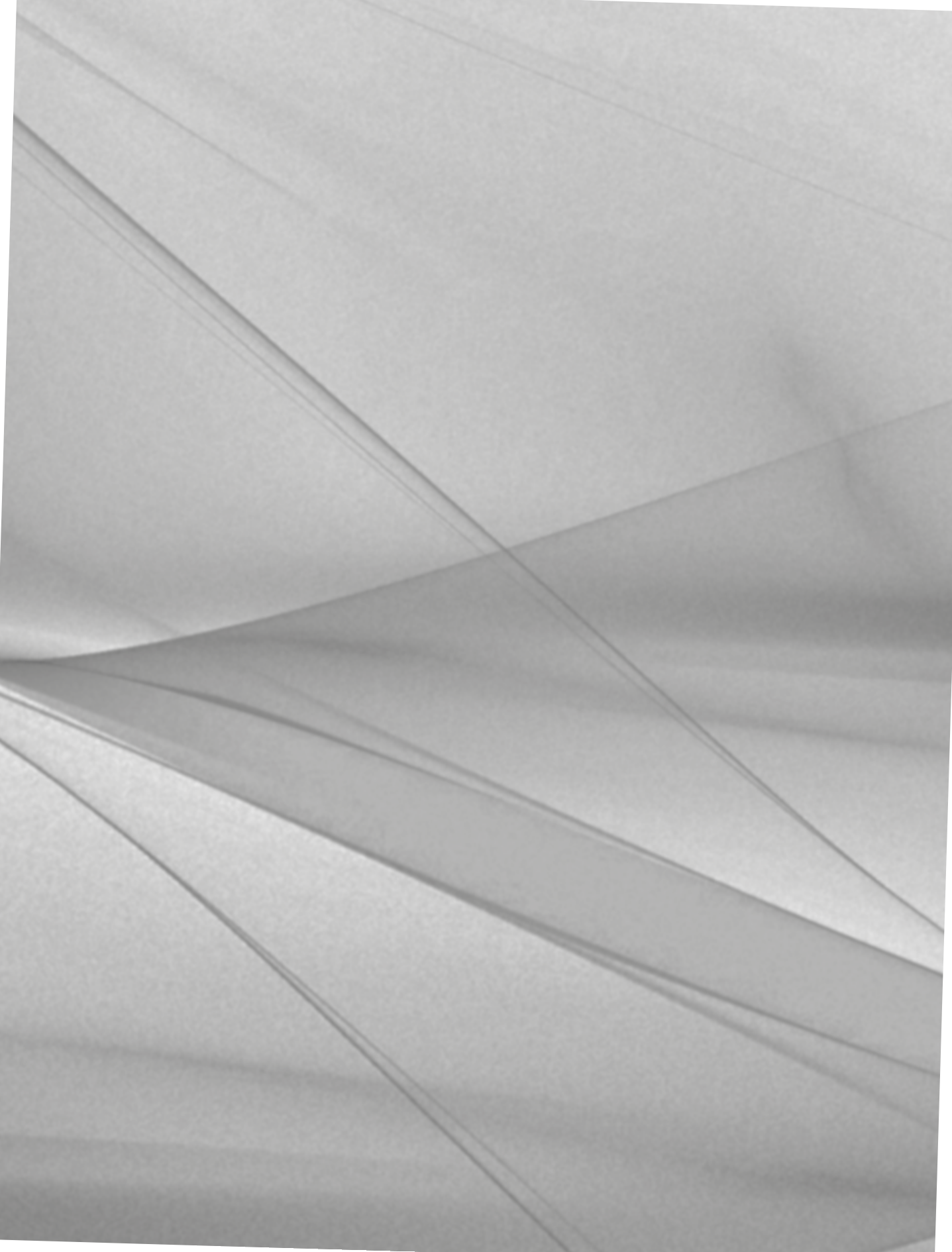
Veneza Mayora Ronsini - Universidade Federal de Santa Maria

Victor Lenarduzzi - Universidad de Buenos Aires

Vilso Junior Santi - Universidade Federal de Roraima

Yuri Garcia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

TESES E DISSERTAÇÕES



Teses e dissertações

1^o de julho de 2022 a 30 de junho de 2023

DOUTORADO

BARBOSA, Fabio Del Nero Silva

Ecologia publicitária e a racionalidade do comum da marca: um estudo de caso de um serviço privado de micro mobilidade urbana compartilhada na região da Cidade Tiradentes-SP

ORIENTADOR: ENEUS TRINDADE BARRETO FILHO

doi: Em processamento

FORTALEZA, Keynayanna Késsia Costa

Fundações educativas e comunicação socialmente responsável: valorização da responsabilidade social corporativa, da cidadania e das relações estabelecidas com a comunidade no Nordeste

ORIENTADORA: MARGARIDA MARIA KROHLING KUNSCH

doi: Em processamento

GONÇALVES, Gean Oliveira

Por uma autoria solidária no jornalismo: o ensino de teorias do jornalismo e de epistemologias de alteridade

ORIENTADORA: CREMILDA CELESTE DE ARAUJO MEDINA

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2022.tde-14042023-114521>

NOVAES, Lizbeth Carolina Kanyat Ojeda de Novaes

A produção de sentidos na recepção da série Game of Thrones: um estudo de recepção sobre a construção de vínculos entre sujeitos locais e o produto televisivo global

ORIENTADORA: MARIA CRISTINA PALMA MUNGIOLI

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2022.tde-20092022-154005>

OLIVEIRA, Felipe Parra Alves de

Rádios livres sorocabanas: 40 anos depois

ORIENTADOR: LUCIANO VICTOR BARROS MALULY

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2023.tde-11072023-144537>

QUINTANILHA, Sergio Robinson

O Automóvel como Signo: fetichismo da mercadoria e desejo no jornalismo automotivo

ORIENTADOR: EUGÊNIO BUCCI

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2023.tde-30062023-154644>

QUINTEROS, Cora Catalina Gaete

A comunicação pública do clima e riscos de desastres: imbricações comunicacionais sobre as políticas públicas em Curitiba, Brasil

ORIENTADORA: HELOIZA HELENA MATOS E NOBRE

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2023.tde-27062023-160431>

REALE, Manuella Vieira

Leitura em trânsito: passageiros leitores no transporte público da cidade de São Paulo

ORIENTADORA: SANDRA LUCIA AMARAL DE ASSIS REIMÃO

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2023.tde-11072023-151255>

RODRIGUES, Talles Rangel

Por uma compreensão autopoietica da interface comunicação e saúde: um olhar a partir dos sistemas sociais

ORIENTADORA: MARIA APARECIDA FERRARI

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2022.tde-25042023-115430>

ROMÃO, Lilian Cristina Ribeiro

A construção de lugares de escuta em práticas (edu)comunicativas para vozes sociais historicamente silenciadas

ORIENTADOR: ISMAR DE OLIVEIRA SOARES

doi: Em processamento

SALDANHA, Felipe Gustavo Guimarães

Jornalismo escolar educ comunicativo: uso de linguagens e procedimentos midiáticos pelo Programa Imprensa Jovem da rede municipal de educação de São Paulo

ORIENTADOR: ISMAR DE OLIVEIRA SOARES

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2023.tde-15082023-171850>

SILVA, João Francisco Raposo e Silva

A comunicação dataficada das organizações: práticas comunicacionais das healthtechs brasileiras na pós-pandemia

ORIENTADORA: ELIZABETH NICOLAU SAAD CORREA

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2023.tde-28062023-103340>

SILVA, Naiana Rodrigues da

As relações de comunicação e de trabalho de jovens jornalistas cearenses: um estudo sobre as dramáticas do uso de si, o ethos e a deontologia profissionais

ORIENTADORA: ROSELI APARECIDA FIGARO PAULINO

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2022.tde-22112022-165514>

YAMAMOTO, Karina Leal

A escritura da imprensa: Um estudo sobre a primazia da palavra no jornalismo em plena era da imagem digital

ORIENTADOR: EUGÊNIO BUCCI

doi: <https://doi.org/10.11606/T.27.2023.tde-28062023-140537>

MESTRADO

BEZERRA, Camila Paschoal

Fake News em discursos do State of the Union dos presidentes americanos Obama, Trump e Biden: uma análise dos conteúdos e impacto na formação da opinião pública, à luz das mudanças climáticas

ORIENTADOR: LUIZ ALBERTO BESERRA DE FARIAS

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-08112022-161852>

CAPRECCI, Andressa da Cruz

Mediações comunicativas em pesquisas sobre os movimentos de estudantes brasileiros (2015 e 2016) e chilenos (2006 e 2011)

ORIENTADOR: RICHARD ROMANCINI

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-06012023-171709>

CARVALHO, Tatiana Garcia Luz de

Perspectivas da gestão escolar sobre mídias e TDIC: uma análise a partir de duas escolas municipais de ensino fundamental em São Paulo

ORIENTADOR: ADILSON ODAIR CITELLI

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-29112022-120808>

CROSTA, Isabella Bergo

Coletivos Feministas no Instagram: análise do Feminacida (Argentina) e do Portal Catarinas (Brasil)

ORIENTADORA: CLAUDIA LAGO

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-22112022-164828>

FILIPPE, Marina Miquelini

Transexuais, travestis e transgêneros: diversidade e inclusão nas narrativas da Folha S. Paulo

ORIENTADOR: PAULO ROBERTO NASSAR DE OLIVEIRA

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-29112022-115910>

GALLI, Giuliano Tonasso

Quem fala de mim sou eu: como o jornalismo comunitário se tornou uma possibilidade para cidadãos antes invisibilizados assumirem o protagonismo nas narrativas jornalísticas.

ORIENTADOR: EUGÊNIO BUCCI

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-17012023-153724>

GENNARI, Ana Júlia de Paiva

“Stop the count!”, “Tá OK?”: populismo de extrema direita em práticas de comunicação política

ORIENTADOR: RICHARD ROMANCINI

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-12042023-112239>

GONÇALVES, Jeferson Moreira

Do toque ao touch: a hiperconexão como regime contemporâneo

ORIENTADOR: WAGNER SOUZA E SILVA

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-22112022-165142>

MELO, Anderson Luiz de

Marcos Paulo, Britney e Michelly: transfemininas em telenovelas, os corpos de um novo tempo. Uma análise interpretativa

ORIENTADORA: CLAUDIA LAGO

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-06012023-150008>

MOCCIO, Gabriel Paezani

Efeito da realidade aumentada sobre a persuasão em comunicações públicas de combate ao tabagismo

ORIENTADOR: LEANDRO LEONARDO BATISTA

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-22112022-164316>

MOSER, Laís Campos

Comunicação e universidades: a comunicação pública da ciência e a divulgação científica em universidades públicas do Sul do Brasil

ORIENTADORA: MARGARIDA MARIA KROHLING KUNSCH

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-12012023-121700>

MUNDIM, Lana Karine Prieto Canepa

Comunicação autoritária: elementos discursivos da tipologia do fascismo segundo Umberto Eco nas falas do presidente Jair Bolsonaro

ORIENTADOR: EUGÊNIO BUCCI

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-12012023-121105>

PEREIRA, Victor Henrique

Aberje e Valor Setorial Comunicação Corporativa: narrativas de legitimação do campo profissional.

ORIENTADOR: PAULO ROBERTO NASSAR DE OLIVEIRA

doi: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-13012023-100127>

SILVA, Rafael Orlandini da

Objetos publicitários: produção, consumo e circulação da cultura material de marca

ORIENTADORA: MARIA CLOTILDE PEREZ RODRIGUES

doi: Em processamento

MATRIZes é um periódico destinado à publicação de estudos que tenham por objeto a comunicação. Acolhe pesquisas teóricas e empíricas sobre processos comunicativos, meios e mediações nas interações sociais. Trata-se de uma publicação aberta às reflexões sobre culturas e linguagens midiáticas e suas implicações sociopolíticas e cognitivas. MATRIZes preserva o horizonte transdisciplinar do pensamento comunicacional e espera redimensionar conhecimento e práticas que contribuam para definir, mapear e explorar os novos cenários comunicacionais. No limite, MATRIZes busca ser um espaço de debates das diferentes perspectivas do campo da Comunicação.

